

CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU



Ricardino Jacinto Dumas Teixeira

CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU

As Relações entre
a Sociedade Civil e o Estado



Recife/2015

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Vice-Reitor: Prof. Sílvio Romero Marques

Pró-reitora de Extensão e Cultura: Profa. Maria Christina de Medeiros Nunes

Comissão Editorial

Diretora de Extensão: Juliana Souza Oliveira

Diretor de Cultura: Marcos Galindo

Coordenador de Gestão da Extensão: Demócrito José Rodrigues da Silva

Coordenador de Gestão da Produção de Multimídia: Marcus Silvestre

Coordenadora de Gestão da Informação: Simone Germano

Coordenadora de Gestão Organizacional: Eliane Aguiar

Catálogo na fonte:

Biblioteca Joesly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

T266c Teixeira, Ricardino Jacinto Dumas.
Cabo Verde e Guiné-Bissau : as relações entre a sociedade civil e o estado / Ricardino Jacinto Dumas Teixeira. – Recife : Ed. do Autor, 2015.
519 p.

Inclui referências.

ISBN 978-85-415-0672-4 (broch.)

1. Cabo Verde – Política e governo. 2. Guiné-Bissau – Política e governo. 3. Sociedade civil – Cabo Verde. 4. Sociedade civil – Guiné-Bissau. 5. Estado. I. Título.

966.5

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2015-083)

Todos os direitos reservados aos organizadores: *Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1	
DEMOCRACIA, CAPITALISMO E LIBERALISMO	37
Democracia Representativa: Burocracia, Elitismo e Racionalidade	46
Transição Democrática e Modelos de Democracia	64
Democracia Social – Prática, Solidariedade, Mudança	79
Sociedade Civil e Estado no Debate Contemporâneo.	96
CAPÍTULO 2	
CONTEXTUALIZANDO CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU	123
Região Subsaariana Ocidental no Período Pré-Colonial. ...	132

Processo de Ocupação Portuguesa	135
Restruuturação Econômica no Período Pós-Conferência de Berlim	144
A Luta dos Grupos Indígenas	155
Regulamentação Social em Cabo Verde e Guiné-Bissau ..	159
O Papel da Igreja Católica na Educação	165
Unificação de Cabo Verde e Guiné-Bissau	174
A Luta do PAIGC contra o Inimigo Comum	180
Independência Nacional e Ruptura Política.....	188
Pós-Independência.....	195
A Democratização	199

CAPÍTULO 3

PERCEPÇÕES SOBRE O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL	217
Pesquisa de Campo em Cabo Verde.....	218
Pesquisa de Campo na Guiné-Bissau.....	226
Outros dados coletados.....	231
Análise das Informações de Campo.....	233
Percepções do Estado em Cabo Verde	234
Percepções do Estado na Guiné-Bissau	265
Percepções de Sociedade Civil em Cabo Verde	295
Percepções de Sociedade Civil na Guiné-Bissau	341

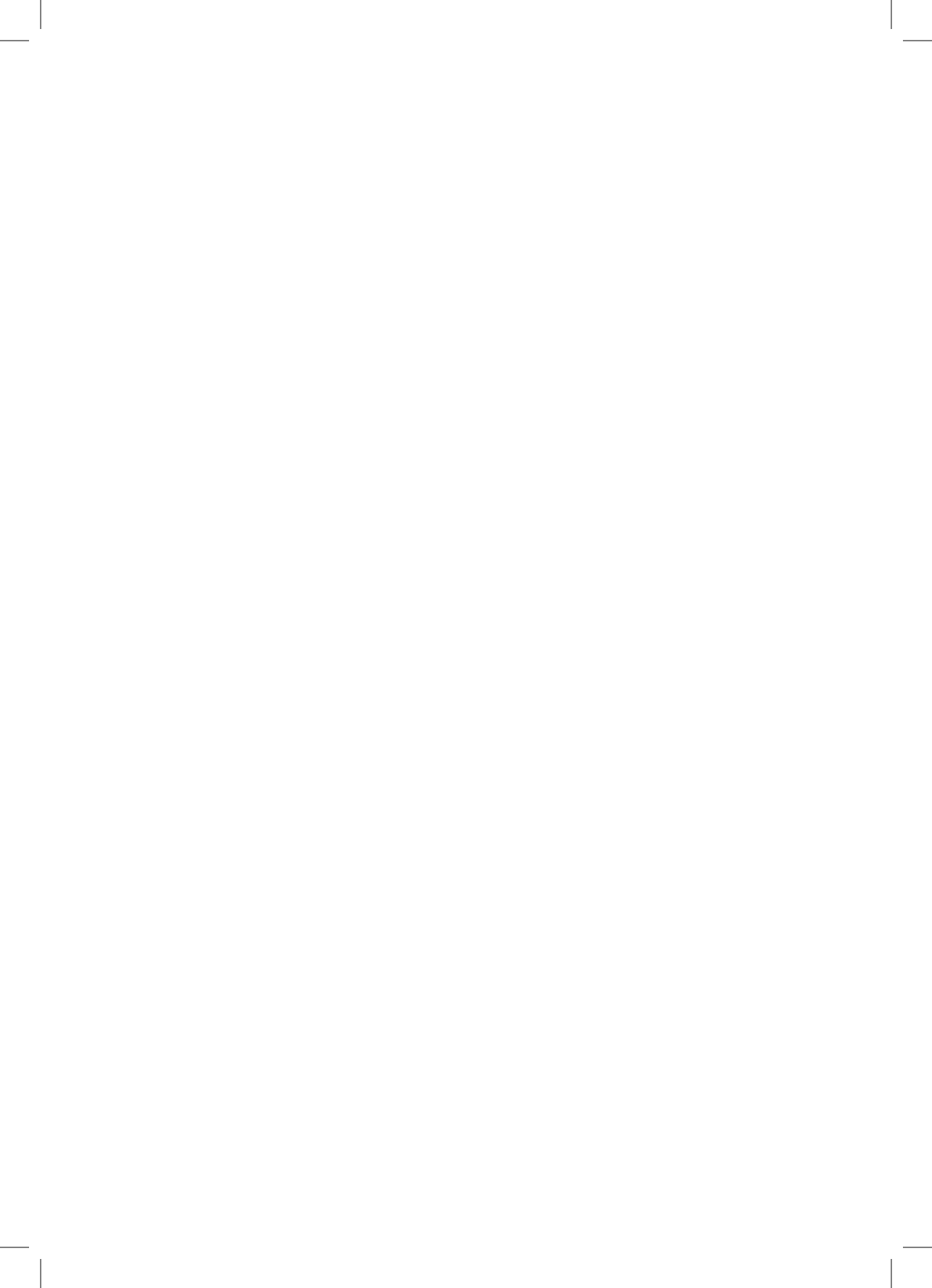
CAPÍTULO 4

AS RELAÇÕES ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO.....	405
Tensões e Anseios nas Relações entre Sociedade Civil e Estado em Cabo Verde.....	406

Identities and Conflicts in the relationship between the State and the
Civil Society in Guinea-Bissau..... 441

CONSIDERAÇÕES FINAIS 483

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 495





APRESENTAÇÃO

Johannes Augel
Universidade de Bielefeld

Trabalhei três anos no conceituado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) da Guiné-Bissau. Cheguei lá, em 1992, praticamente sem conhecer o país e sem conhecer a África. Se eu tivesse lido o trabalho de Ricardino Teixeira, aqui apresentado, antes de me decidir a dedicar uma parte da minha vida à Guiné-Bissau (o que obviamente não teria sido possível devido à defasagem do tempo), eu teria entendido bem mais do país e dos africanos do que me foi possível entender durante aqueles três anos. E eu teria tido, obviamente, outras perguntas, outras indagações diante desse pequeno e querido país que continua um enigma para mim.

Com alguma experiência de pesquisa social, de ensino acadêmico e de viagens ao Brasil, desde 1965, a outros países da América Latina, à Ásia (com muitas vivências em áreas socialmente difíceis), também na Europa, na Alemanha. Conheci pobreza e riqueza, arrogância do poder e o trabalho duro no sertão nordestino (Brasil) e nas periferias das grandes cidades sulamericanas.

A experiência que fiz na Guiné-Bissau foi para mim diferente e desconcertante. Fui confrontado com uma situação de

neocolonialismo tanto português quanto de outros países “doadores”, com uma orientação extrema pelos modelos de fora, dependência da “cooperação” estrangeira, e tudo isso num país extremamente pobre, com uma expectativa média de vida da população, na época, de 42 anos, segundo as estatísticas. Nunca na vida tinha assistido a tantos enterros, “choros” e “cerimônias”. Por outro lado, eu estava com um contrato de três anos, ao término dos quais voltaria para a minha terra e a minha universidade. Senti, ali, a diferença entre “ser” e “estar”: a Guiné-Bissau era para mim uma etapa da vida, enquanto para meus colegas locais o país era o “chão” de cada um deles, o palco da vida, o destino.

Ricardino Teixeira nos oferece uma visão de dentro das duas sociedades africanas, a Guiné-Bissau e Cabo Verde. Ambos os países quase sem produção industrial e sem recursos naturais a serem explorados pelo capital internacional: países de interesse turístico só para poucos seletos *insiders*; aquele pequeno espaço da costa oeste-africana e o arquipélago cabo-verdiano muitas vezes só são associados a reminiscências dos tempos históricos da luta contra o colonialismo fascista português. Em comum, possuem Amílcar Cabral como herói nacional, sendo nele, no contexto da luta armada contra Portugal e do processo emancipatório, que os dois países buscaram suas raízes e suas identidades como estados independentes.

A Guiné-Bissau, porém, vem sendo considerada como um estado falido, uma plataforma de distribuição internacional de drogas. Por sua vez, Cabo Verde continua a exportar a única riqueza que possui: os seus habitantes, presentes no mundo inteiro como operários migrantes. Os dois países estão na agenda dos organismos multinacionais e da cooperação binacional como clientes permanentes para créditos e doações, renegociação da dívida

externa e comissões e planejamentos para novos endividamentos sem os quais ambos parecem inviáveis (apesar dos inegáveis progressos que Cabo Verde tem alcançado). Mas, nestes países, como salienta o autor, “a democracia é compatível com a pobreza”.

Na Guiné-Bissau, as recentes eleições de maio de 2014 e a tomada de posse em junho do novo presidente e do novo parlamento são vistas como a reconquista da legalidade depois de dois anos de extrema insegurança e desprestígio do país, inaugurando uma nova era de esperanças.

O próprio autor insere-se no contexto de incentivos que o Brasil presta à Guiné-Bissau e a outros países africanos, concedendo bolsas de estudo aos guineenses, abrindo suas instituições de ensino e formação aos africanos. Funcionários públicos, especialmente os dos ministérios, membros do governo em todos os escalões, estudantes de todos os graus de escolarização, colaboradores graduados e menos graduados de entidades da sociedade civil, todos parecem estar mentalmente orientados para fora, para as entidades da cooperação bi e multilateral, para as organizações governamentais e não governamentais de ajuda ao desenvolvimento e para os benefícios materiais concretos ou esperados provenientes das ligações com o exterior.

Os dois países, em graus diferentes, vivem em base de projetos: ministérios inteiros funcionam ou não em dependência de terem ou não, projetos que lhes financiem as atividades e com isso lhes confirmam a sua própria razão de ser.

Em Bissau, eu às vezes perguntava a colegas, funcionários públicos, jornalistas e outras pessoas bem informadas, por exemplos de projetos bem sucedidos de desenvolvimento. “Desenvolvimento”, a meu ver, seria uma mudança de estruturas econômicas e sociais, quiçá também de mentalidades; um

processo a longo prazo, auto-sustentado, com alguma chance de contribuir para melhorar as condições de vida de uma parte mais ou menos grande da população e de torná-la independente da ajuda inicial. Numa viagem que fiz em companhia dos renomados colegas Patrick Chabal e Lars Rudebeck, de Bissau a Bafatá, perguntamos a um grupo de pessoas paradas à beira da estrada pelo projeto chinês de rizicultura que sabíamos, encontrava-se numa determinada altura da estrada. “O projeto chinês? Não existe mais, acabou”. Insistimos para ir até o lugar do projeto. O que lá achamos foram, efetivamente, os campos e as bolanhas que tinham servido para o cultivo do arroz, mas estava tudo parado; pois, com o fim do influxo do financiamento, havia também acabado qualquer atividade produtiva. E a população parecia tomar isso como a normalidade: acabou o financiamento, acabou o projeto, acabaram as atividades produtivas, não ficou mais nada, o mato estava a reaver as bolanhas.

“Is there a will to change?” – perguntou, em 1997, a cooperação sueca na Guiné-Bissau, em uma publicação assinada por Stefan Sjölander. Mas, se acaso houvesse o desejo de mudança, seria para mudar o quê e porquê? Como reação a essa e a outras perguntas do mesmo tipo, não encontrando resposta satisfatória, a Suécia cortou grande parte da ajuda financeira e técnica que vinha prestando desde os tempos da luta armada na Guiné chamada “Portuguesa”.

Com a abertura política, a partir das primeiras eleições democráticas, em 1991, em Cabo-Verde e, em 1994, na Guiné-Bissau, esperava-se alargar as bases para o crescimento econômico e o desenvolvimento participativo. O Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a União Europeia forçaram a “abertura econômica” e o “ajustamento estrutural” dos seus devedores, e

introduziram reformas políticas como o multipartidarismo, eleições livres e as instituições usuais dos sistemas democráticos.

Diante dos imensos problemas institucionais, econômicos e sociais da Guiné-Bissau, Ricardino Teixeira se perguntou, “como uma sociedade civil marcada pelas forças conservadoras e golpes de Estado pode defender ou tentar defender a sua autonomia, quando domina uma situação paradoxal de instabilidade social”. Mas, por que mudar se a elite do partido único que consegue a confirmação pelas eleições democráticas, sabe, desde sempre, o que é bom para o país e como alcançá-lo? Por que mudar se, com as mudanças, a camada dirigente arrisca perder seus privilégios, suas “casas dois” e suas segundas residências em Lisboa, no Porto ou em Paris? Por que mudar se os filhos tinham frequentado, até agora, escolas em Portugal e as esposas tinham ido a Dakar para dar à luz, à Itália ou à “terra mãe” cuja nacionalidade garantia, além do mais, algo como uma chave de entrada para a União Europeia?

É na fase da liberalização econômica e da abertura política, continua a lembrar Ricardino, que se manifestaram as vias divergentes dos dois países, antes unidos pela luta e guiados pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. Os caminhos se separaram, estratégias foram diferenciadas nos dois países para os quais o pai fundador de ambos tinha concebido uma estreita união sob a liderança do onipotente partido único, o PAIGC. E é aqui que começou a delinear-se a diferenciação que, hoje, manifesta um nítido desnível no desenvolvimento e na qualidade de vida entre os dois países. Enquanto a Guiné-Bissau, de acordo com as estatísticas das Nações Unidas, continua entre os mais pobres do planeta e sem perspectiva real de sair dessa situação, em Cabo-Verde uma política mais consistente levou a uma maior credibilidade da política nacional e a certos reais

progressos, mesmo onde os recursos internos continuam ínfimos. No Índice do Desenvolvimento Humano (HDI) das Nações Unidas, a Guiné-Bissau ocupa o 177º lugar entre os 187 países referidos e Cabo Verde o 123º lugar (o Brasil ocupa a posição 75; dados de 2013).

Os três anos em que trabalhei na Guiné-Bissau, com o privilégio de conviver com colegas guineenses de excepcional qualificação, num clima de discussão livre e construtiva sobre as grandes e as pequenas questões do desenvolvimento do país, com algumas das mais cultas e destacadas personalidades da vida intelectual do país, foram para mim um grande aprendizado e me prenderam à Guiné-Bissau e a sua gente pelo resto da vida.

Lembro-me de versos do poeta guineense Tony Tcheka, envolvido emocionalmente com seu torrão natal e seu povo, dividido entre o amor e a decepção, como os títulos de seus livros demonstram: *Noites de insónia na terra adormecida* (de 1996); e *Guiné, sabura que dói* (2008). O poeta sofre com a “terra zurzida”, a “terra sofredora plasmada de dores”, “bida mofina d’aos karkangantu kudadi”, mas saboreando com gosto e amor as belezas locais.

É assim a Guiné-Bissau: povo sofrido, lutador, hospitaleiro, amável, em um belo país onde não é fácil viver, mas que muito amo. Tenho, entretanto, bem claro, que sou e sempre vou ser um estrangeiro, inclusive sem ultrapassar certos preconceitos e julgamentos que reconheço unilaterais, mas quase que inevitáveis a um olhar exógeno, impossível de igualar-se ao olhar “a partir de dentro”, sem poder despir-me completamente de minha visão germanocêntrica, de velho professor exigente e certamente um tanto ranzinza.

Pois o que eu acabo de esboçar aqui, para apresentar ao público o estudo de Ricardino Teixeira, até o momento não é

quase nada mais do que a minha versão pessoal, a minha análise como estrangeiro que olha de fora para dentro, que tem, e teve durante o tempo que passou em Bissau, condições pessoais relativamente confortáveis, em primeiro lugar por ter a volta para a minha Universidade garantida e já com data prevista de ali retornar. Afinal, faz uma diferença se estou num lugar ou se sou do lugar.

O autor, jovem guineense, com formação acadêmica superior, observador crítico e comprometido, procede de forma bem diversa na sua análise. Ricardino Teixeira deixa claro, desde o início, o lugar de sua fala. A de um africano que nos apresenta uma perspectiva africana através da visão das lideranças do estado e da sociedade civil locais. Ele capta as percepções dos problemas atuais e das perspectivas futuras de cada um dos países estudados e do papel da sociedade civil e do estado, palavra que Ricardino escreve com inicial maiúscula: Estado. Enquanto eu me nego a tal sublimação.

Na franja entre o tradicional e popular e os representantes do poder, Ricardino nos apresenta respostas, dadas em entrevistas em tom de conversa pelos “donos do poder” (na formulação de Raimundo Faoro), por “los que mandan” (José Luis de Imaz), mas também a visão de representantes de todo tipo de movimento de base, de organizações populares como as *mandjuandades*, grupos de *tabancas* e “de pés descalços”, rurais e urbanos, não formalizados, à procura de ocupar os espaços que lhes é devido, como dizem. O que foi reprimido pelo poder colonial e ridicularizado pela ordem sociopolítica vigente (que procurava deslegitimar a cultura popular e criar condições para impor a cultura colonial), ressurgiu e continua ressurgindo, procurando manter a sua identidade na base da tradição. Aqui está em jogo nada menos

que o significado da ideia de democracia e de sociedade civil, no contexto neoliberal.

Mas não só. A dificuldade da sociedade moderna, tanto civil quanto política ou militar, de lidar com os movimentos de base provém também de uma dificuldade geral em interpretar e, eventualmente, atualizar os elementos culturais considerados ultrapassados ou motivos do atraso, tais como incluir na sociedade os que já se foram para o outro mundo, o culto aos antepassados, a língua étnica e o crioulo, a família tradicional e o casamento segundo “usos e costumes”, o “choro”, a iniciação, as mandjuandades, a comida tradicional e o modo de comer, a veneração das árvores sagradas, enfim tudo que liga as pessoas ao “tchon”, elementos de identificação e auto-afirmação, tidos por muitos como sinais de atraso.

O método qualitativo, com grandes deficiências por ser seletivo e até arbitrário, usado na pesquisa pelo autor, teve a vantagem de levantar respostas de pessoas atuantes e envolvidas nas redes (e nas contendas) político-sociais, bem perto e mesmo no centro das controvérsias e dos grandes debates atuais nos dois países. Tratar da “construção de um novo projeto de nação capaz de articular diferentes interesses e grupos sociais e étnicos na reconstrução nacional” é bem mais do que pura especulação, já que reflete as posições dos grupos decisivos na estratégia política como nas intrigas e lutas sociais. E por se tratar de dois países pequenos, nem por isso realidade é menos complicada, nem a luta pelo poder menos acirrada, mas muitas vezes marcada pelo sangue dos oponentes assassinados. O que tinha sido sublimado pelos ideais da luta anticolonial e do partido único na Guiné-Bissau sempre esteve ligado ao regime autocrático do *homem grande* e a sua prática de “resolver” conflitos pela eliminação dos seus oponentes na cúpula do estado e das forças armadas.

A democratização traz, com a concorrência dos partidos pelos votos, um forte apelo aos particularismos. Já na campanha eleitoral, de 1994, verificou-se um nítido apelo, por todos os partidos, ao voto étnico, sobretudo os Balanta, maior grupo étnico do país, e tido como o mais atrasado, que se identificaram com a figura nefasta de Kumba Ialá e seu barrete vermelho, entre o carismático e o ridículo.

Ricardino Teixeira abordou com sensibilidade a luta pelo poder, uma questão central na Guiné-Bissau, a convivência das muitas etnias e (em ambos os estados aqui estudados), a integração das amplas camadas pobres rurais e sua participação na construção do estado. Com as suas formas tradicionais próprias de expressão e de resistência, as populações tinham conseguido ocupar um espaço que, no decorrer da democratização, lhes foi cada vez mais contestado e reivindicado pelos partidos políticos e seus representantes eleitos no parlamento e pelo governo constituído através do processo democrático.

A análise, desenvolvida pelo autor, da assimilação dos movimentos sociais tradicionais pela esfera política constata um crescente distanciamento entre a realidade vivida pelo povo e a sua representação junto à sociedade civil, tal como essa se articula e é representada num conjunto de organizações altamente qualificadas e especializadas e que, por sua vez, interagem com o governo e as organizações estrangeiras (estatais, quase-estatais e as privadas) das quais dependem financeiramente. A democracia arrisca se transformar, de uma “cidadania ativa”, em uma “democracia como ato do voto”, uma “democracia minimalista”, com a participação restrita ao processo eleitoral.

Enquanto o estado está entregue, entre os períodos das eleições, à apropriação dos bens públicos, por parte da elite estatal, a falta de funcionamento ou a má qualidade dos serviços

públicos essenciais oferecidos pelo estado gera um sentimento de falência do poder público e um “desencantamento com o Estado e a democracia”. Ao mesmo tempo em que assistimos a um esvaziamento das funções dos órgãos públicos, o poder real dos militares se sobrepõe ao poder formal e constitucional. Entoando a mesma melodia, já mais do que enfadonha depois de quarenta anos, celebrando os heróis da liberdade da pátria, os militares, em parte apoiados no voto étnico, se permitem ignorar os poderes democraticamente constituídos e as organizações civis, para se apropriarem de grandes fatias do orçamento do estado e de rendas extra-orçamentais. Como já referi anteriormente, a situação política na Guiné-Bissau, com as eleições presidenciais de maio de 2014, vem despertando novas esperanças também em relação a essa questão.

Outra dificuldade básica da representação e apropriação do espaço público pelas camadas “tradicionais”, chamadas pelo autor de “grupos sociais pré-existentes”, diz respeito às diferentes definições e mudança de sentido da sociedade civil. O “desenvolvimentismo” e as estratégias das agências financiadoras favorecem o caráter predominantemente produtivo de “projetos de desenvolvimento”, “onde a luta política é deslocada para o campo econômico”, enfraquecendo a participação política, para servir aos interesses do mercado. Não é de se espantar, então, que o autor constata uma “influência negativa de partidos e o efeito desmobilizador de suas políticas na sociedade civil”.

O distanciamento entre a sociedade e o estado se manifesta no desenvolvimento, fora dos moldes traçados pelo estado autoritário, dos movimentos femininos, da juventude e dos sindicatos. Não são mais os “movimentos de massa”, sob a tutela do partido único, que assumem a liderança da renovação. Com

o pluralismo político surgiram novas formas associativas em vários setores da sociedade.

Ricardino Teixeira constata “a influência sobre a sociedade civil das agências multilaterais de desenvolvimento e de algumas fundações internacionais como fator impeditivo do fortalecimento da autonomia da sociedade civil, particularmente das ONGs e associações de base”. “Em lugar de promover e garantir o acesso a direitos gerais” dos cidadãos, continua o autor, os “doadores” induziram, numa tal perspectiva, o poder público e os agentes da sociedade a atender demandas específicas, supostamente capazes de levar às mudanças sociais desejadas.

As organizações da sociedade civil, diante da inoperância do estado, assumem muitas vezes funções que, num funcionamento “normal” ou mesmo em condições de atuação mínima do estado corresponderiam a atribuições gerais do poder público e não das organizações não governamentais. O princípio da subsidiariedade leva em conta a existência do mandato geral do estado para com as funções essenciais da sociedade. Onde o estado não garante um mínimo de serviços para prover as condições de vida dos seus cidadãos e o funcionamento da sociedade, o avanço dos “doadores” está ligado a processos de inclusão e exclusão, de acordo com a agenda dessas agências. Além das áreas especificamente de serviços básicos como saúde, educação e segurança, o autor cita o diálogo entre partes díspares da sociedade como uma das atribuições assumidas pelos “doadores” internacionais.

O que aqui é referido como uma intromissão de fora para dentro, inclusive em áreas nucleares das tarefas do estado, corresponde, na maioria dos casos, a faltas gritantes com as necessidades urgentes da população, e aos setores chaves para o futuro da sociedade, como a reconciliação entre segmentos sociais em

conflito, a legalidade e o respeito diante das diferenças: áreas de atuação de organizações da sociedade civil que substituem o poder público ausente.

O problema da ocupação do espaço público pelas atividades de organizações privadas e, em boa parte, estrangeiras, substituindo o estado em funções essenciais, é agravado pela falta de diálogo. “A sociedade civil e o governo estão de costas viradas porque não há diálogo”, diz um dos entrevistados. E com isso falta, obviamente, coordenação, impossibilitando um planejamento estratégico, consistente a médio ou longo prazo.

Existe um linguajar corrente que também eu testemunhei inúmeras vezes na Guiné-Bissau, o mesmo ocorrendo em Cabo Verde, e que aparece em várias das entrevistas conduzidas pelo autor do presente estudo. Ouve-se dizer que alguma instituição de cooperação está “interessada em financiar” isso ou aquilo, em apoiar tal tipo de projeto ou uma determinada linha de atuação de um ministério ou de uma organização não governamental. Além de frequentes evidências de financiamentos excessivos, supérfluos, há casos de concorrência das diversas agências estrangeiras. Falar de “doador interessado em financiar” isso ou aquilo, como parte rotineira do vocabulário da elite estatal, dá uma idéia das estratégias da moda, no mercado dos financiamentos internacionais, que determinam o que é feito ou não, nas atividades públicas e privadas. Não é de se espantar que tal procedimento, na fixação das prioridades estratégicas, possa resultar em nenhuma política coerente a médio ou longo prazo. É incontável a quantidade de “ruínas do desenvolvimento” na Guiné-Bissau.

De fato, as agências financiam instituições e projetos de acordo com os seus interesses e as suas estratégias e prioridades particulares específicas. Convidam as organizações locais

a fazerem propostas dentro dos macro-programas elaborados nas respectivas centrais norte-americanas e europeias, oferecem apoio nas áreas de interesse deles, de modo que qualquer ONG local e todos os ministérios e instituições do país “descobrem”, então, justamente, essas mesmas áreas como as decisivas e prioritárias para fazer crescer o país.” A lógica assistencialista e paternalista das instituições internacionais “tende a substituir a experiência local”, afirma um dos entrevistados por Ricardino Teixeira. Vem-se desenvolvendo uma “cultura de projetos”, favorecida pelos financiadores internacionais, com planos de atividades sobrepostas, que podem até corresponder a qualquer necessidade, mas que, em todo caso, correspondem à “filosofia” das agências internacionais que adquirem, pela cooptação de representantes do estado e seus órgãos, a sua legitimidade. A “necessidade” de metas e medidas está ligada mais a conjunturas e conjecturas, “sem contextualização sociocultural”, do que a qualquer tipo de plano tecnicamente coerente ou democraticamente fixado, segundo a percepção apresentada por várias das personalidades entrevistadas pelo autor.

Sem entrar em mais detalhes do estudo que aqui apresento ao leitor, volto ao meu ponto de partida. Nas reuniões das segundas-feiras, os colaboradores do INEP costumavam pôr à discussão dos colegas, e muitas vezes incluindo visitantes de fora, um assunto das suas pesquisas em curso. Na primeira dessas reuniões de que participei, eu disse o óbvio: para mim, essas reuniões dos investigadores, como eram chamadas, representavam uma oportunidade ímpar de aprendizado. Era eu que, ouvindo aquelas discussões e trocas de experiências, quem mais aproveitava desse compartilhamento, era eu que estava aprendendo a conhecer a “África”. Três anos mais tarde, na mesma reunião de

uma segunda-feira, o então diretor do INEP lembrou o espanto de todos pelo que eu tinha dito: primeiro ouvir, estudar, discutir com os colegas, para depois chegar junto com eles a novas concepções. Sinto-me, pelo estudo das “Relações entre a Sociedade Civil e o Estado” aqui apresentado por Ricardino Teixeira, de novo levado a essa situação de tentar captar as opiniões e informações dos que falam de dentro da sua própria vivência, para assim, como fez o autor, analisar e sistematizar essa rica fonte para o entendimento da democracia em construção em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, entre 1994 e 2008.

Parabéns a Ricardino Teixeira!



INTRODUÇÃO

O propósito de estudar a relação entre a sociedade civil e o Estado em Cabo Verde e na Guiné-Bissau deveu-se, fundamentalmente, às suas trajetórias distintas, numa história de relacionamento comum, no processo da luta pela independência. Ex-colônias de Portugal em África, Cabo Verde e Guiné-Bissau emergiram como estados sob a liderança ideológica e direção política de um único partido de inspiração “marxista”¹ e realizaram suas primeiras eleições democráticas e multipartidárias na década de 1990. Tais eleições foram vistas como promotoras do processo de democratização pela política do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), o que significou a adoção de um novo receituário neoliberal de democracia, de concepção da sociedade civil e do Estado.

1 A concepção “marxista” não foi assumida oficialmente. Entretanto, o manifesto e o programa do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) apontam para essa conclusão. A luta contra o imperialismo, exploração do homem pelo homem, implica considerar a formação de novo homem. Daí a importância do centralismo democrático e da democracia revolucionária (MENDY, 1993).

No entanto, apesar dos condicionalismos históricos num quadro de mesmo legado colonial, da breve vivência de unidade entre os dois países e da recente política liberal do FMI e do Banco Mundial, Cabo Verde e Guiné-Bissau apresentaram configurações distintas no processo de construção da democracia em curso, possuindo características diferentes no âmbito das relações entre a sociedade civil e o Estado. É a partir desse aspecto que propomos analisar, por meio de alguns recortes, as características das configurações da sociedade civil e do Estado em Cabo Verde e na Guiné-Bissau.

A investigação apresentada releva os contornos teóricos-metodológicos e a análise comparada das relações entre a sociedade civil e o Estado, segundo visões dos seus agentes, tendo como referência a configuração da democracia em construção em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, entre 1994 e 2008. O recorte temporal se justifica devido ao fato de que o processo da construção da democracia foi seguido pela valorização e debates sobre o papel das organizações e grupos da sociedade civil, particularmente a partir das últimas décadas.

Para examinar os sentidos atribuídos a esse processo, procuramos analisar o debate teórico e político implicado na reformulação de projetos societários em que os conceitos de sociedade civil, Estado e democracia foram analisados em um conjunto significativo de produções acadêmicas, colocando em evidência limites e possibilidades de teorias produzidas em contextos outros daqueles aqui analisados.

É importante ressaltar a presença de grupos que se configuraram para além do campo institucional, problematizando suas inserções como atores da sociedade civil, entendida como um espaço diferenciado de sujeitos sociais presentes na dinâmica societária;

esfera, essa, em que se desenvolve a convivência com o Estado e o Mercado no campo de políticas públicas, bem como outros mecanismos intermediários que vão além dessas duas instituições do sistema social e político dos dois países pesquisados, sendo, ainda, a partir da sociedade civil que são construídas concepções de democracia e de Estado nas suas diversas interpretações e matrizes conceituais, políticas e ideológicas.

Fundamentamos a nossa análise a partir da concepção da “democracia participativa” para observação da sua dimensão social, dialogando com os aspectos institucionais defendidos pelos teóricos da concepção minimalista e elitista de democracia, presentes nas formulações distintas da noção de sociedade civil e de Estado.

Os dados que subsidiaram esta análise foram obtidos de entrevistas, pronunciamentos e documentos escritos sobre a sociedade civil, o Estado e a democracia, e contribuíram para o entendimento das principais questões da pesquisa. Para organização e análise comparativa das semelhanças e diferenças entre os dois casos em estudo, os dados foram organizados, examinados e expostos, tendo como eixos as seguintes categorias: grupos, formas de ações e práticas sociais, visibilidade, demandas, articulações, relações com o poder público, conflitos internos, conflitos externos, composições e articulações, opositores, ações do Estado (poderes) na relação com as organizações e grupos da sociedade civil cabo-verdiana e guineense: especificamente na captação das percepções que os grupos apresentam da sociedade civil e do Estado e de suas inserções no campo da prática política, que corresponde a cada uma dessas unidades, em suas divergências e convergências.

Paulin Hountondji (1989) chamou atenção para relação entre discurso e poder na produção de conhecimento sobre o que é

África, ou o que são estudos africanos, do ponto de vista conceitual. O que verificamos foi uma pluralidade de concepções que geraram reapropriações críticas do conhecimento endógeno, inserido no contexto global. Neste caso, houve que considerar as percepções distintas sobre sociedade civil, Estado e suas relações, no contexto de democratização de Cabo Verde e Guiné-Bissau.

Ao examinar a relação entre a sociedade civil e o Estado na democratização de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, pretendemos contribuir para o (re)conhecimento dessas sociedades. A justificativa para a realização deste estudo se fundamentou no fato de que a nossa pesquisa levantou algumas questões importantes no contexto dos países africanos, em que a presença de diferentes agentes, notadamente os grupos étnicos e o lugar que ocupam como constituintes da sociedade civil frente ao Estado, tornou-se questão central no contexto do pluralismo democrático e das distintas disputas que empreenderam o Estado nas relações com grupos e organizações da sociedade civil cabo-verdiana e guineense.

Foi nesse contexto que se afirmaram as demandas por reconhecimento e pelo direito à cidadania, bem como as expressões organizadas de grupos e organizações da sociedade civil. A pertinência dessa configuração colocou desafios do ponto de vista analítico e temático no campo do debate acadêmico, daí a importância de um estudo comparativo entre as percepções de sociedade civil e de Estado presentes em Cabo Verde e na Guiné-Bissau.

Outra relevância do estudo comparativo tem a ver com o fato de que existe, no campo da sociologia, uma área de investigação ainda não muito explorada: a sociologia política sobre processos de democratização na África Ocidental. O que pode abrir espaços para realização de novos estudos sobre as possíveis transformações que estão ocorrendo no processo democrático

cabo-verdiano e guineense, particularmente no que tange dimensões menos visíveis desse processo no âmbito das relações entre sociedade civil e Estado.

Por outro lado, identificar o que teve de comum e distinto em termos de percepções de sociedade civil e de Estado, implicou certo grau de generalização, havendo, nessa perspectiva, uma limitação do trabalho. Não obstante, buscamos apontar as características específicas de cada formação particular, inclusive, de caráter histórico e sociocultural, que foram necessárias nas considerações da análise das relações sociedade civil/Estado no quadro interno da democratização de Cabo Verde e da Guiné-Bissau.

A pesquisa, então, tratou de um estudo comparativo entre dois Estados africanos, buscando as similitudes e diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos (SCHNEIDER e SCHMITT, 1989).

Segundo Schneider e Schmitt, o método comparativo envolve dois momentos fundamentais, o momento *analógico*, relacionado à identificação das similitudes entre os fenômenos, e o momento *contrastivo*, no qual são trabalhadas as diferenças entre os casos estudados. Para a análise, nos interessam tanto as similaridades quanto as diferenças nas relações que se estabeleceram entre a sociedade civil e o Estado com relação à construção democrática em Cabo Verde e na Guiné-Bissau.

No processo de comparação houve que considerar o contexto que gerou diferentes visões e configurações sociais. Daí a importância de voltar-se para o que é específico em cada sociedade, bem como para os possíveis traços homogêneos decorrentes de suas inserções no contexto global. Nesse sentido, abordamos os procedimentos utilizados no trabalho de campo e na análise, a fim de identificar as informações que se transformaram em

dados para a reconstrução do objeto de pesquisa em torno das relações entre a sociedade civil e o Estado, observando a breve vivência de unidade e de política neoliberal, promotora da democratização, que gerou mudanças significativas na construção da democracia em África.

No caso do estudo em foco, pusemos em evidência a forma em que o processo de democratização criou, ou não, novas condições de possibilidades democráticas e de lutas sociais, a partir do crescente interesse dos movimentos da sociedade civil nos processos democráticos participativos tanto em Cabo Verde quanto na Guiné-Bissau: razão pela qual organizações e grupos da sociedade civil e de partidos políticos foram selecionados como interlocutores da pesquisa de campo.

Na efetivação do estudo, além de pesquisa bibliográfica e documental sobre a vida social e política para contextualização dos dois países, o processo de coleta de material privilegiou a realização de entrevistas *semiestruturadas*² com organizações e grupos da sociedade civil e da sociedade política (de Estado e dos partidos), que interagiram em seus depoimentos, em Cabo Verde e na Guiné-Bissau. As entrevistas, base para a análise, foram configuradas de forma não probabilística do tipo intencional (RICHARSON, 1985 e GIL, 1987) e tiveram por objetivo conhe-

2 A entrevista semiestruturada pode ser definida, grosso modo, como aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipótese, que interessam à pesquisa na medida em que ela oferece amplo campo de interações, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do interlocutor. Desta maneira, o interlocutor, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar da elaboração de conteúdo da pesquisa social qualitativa. Nesse sentido, a entrevista é o material privilegiado da pesquisa social pelo seu dinamismo e flexibilidade, a entrevista revela as práticas sociais (BARDIN, 1977, p. 64).

cer e analisar as visões que diferentes atores apresentam de sociedade civil e de Estado e as suas relações na institucionalização do sistema democrático cabo-verdiano e guineense.

Dos documentos selecionados, das entrevistas obtidas no trabalho de campo e da participação nos eventos sociais e políticos resultou o *corpus*, a partir de uma análise prévia, denominado por Bardin de *análise flutuante*.

De acordo com os objetivos da pesquisa, análise de documentos e a pesquisa de campo, as entrevistas foram norteadas pelos seguintes temas:

- I – Identificar e caracterizar os grupos com presença e visibilidade nos dois países – formas de organização, composição e nível de institucionalização.
- II – Identificar e distinguir as formas de ação dos grupos para elaboração de um quadro do repertório das ações coletivas.
- III – Aprofundar a sua composição, interlocutores e demandas.
- IV – Identificar articulações e pontos de agrupamento entre os grupos.
- V – Identificar os mecanismos formais e informais usados pelos grupos e pelo Estado e processos de negociação/não negociação das demandas.
- VI – Identificar os espaços de participação e/ou “publicização” e o seu funcionamento.
- VII – Identificar relações entre base, assessoria e liderança e analisar as suas práticas na relação com o Estado.
- VIII – Identificar visões de democracia existentes nos dois países.

Nosso trabalho de construção do *corpus* teve como pressuposto básico a possibilidade de identificar visões, a partir desses

temas, sobre as relações entre a sociedade civil e o Estado e sobre democracia. A interação com os colaboradores da pesquisa foi feita a partir de suas experiências histórica de vida e concepção pessoal. Experiências essas reconstruídas em torno dos seguintes tópicos, selecionados para as entrevistas: percepções sobre sociedade civil, Estado, partidos e democracia.

Foram ainda indagados sobre as condições em que começaram as atividades comunitárias, sobre seu cotidiano nas atividades da organização da sociedade civil e sobre as razões da sua permanência no grupo. Com base nas respostas, procuramos identificar as informações sobre formas de organização interna, articulação, mobilização e institucionalização das entidades da sociedade civil em vista da manutenção, ou não, da sua autonomia política e cultural no processo iniciado com a democratização do Estado e dos diversos setores da sociedade civil.

Para organização e análise comparativa das semelhanças e diferenças entre os dois casos em estudo, optamos pela *Análise de Conteúdo*,³ como base para compreendermos as visões que os atores possuíam sobre sociedade civil e Estado e suas relações, em Cabo Verde e na Guiné-Bissau.

De modo geral, a escolha do método de Análise de Conteúdo justifica-se em estudos que pretendem descrições objetivas, sistemáticas e qualitativas do conteúdo manifesto e latente, relativo às condições estruturais e às contradições sociais inerentes às tradições de uma dada sociedade, com a finalidade de interpretá-las

3 A análise de conteúdo, na sua história recente, pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por meio de procedimentos sistemáticos, indicadores de materiais de natureza qualitativos ou quantitativos que permitem, no incremento da análise, a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e percepções dos discursos (BARDIN, 1977, p. 31).

contextualmente. Nesse sentido, estivemos atentos ao discurso não exposto verbalmente, mas do qual podemos inferir significados advindos das posturas político-ideológicas nas relações entre sujeitos pertencentes a diferentes instituições que constituem campos discursivos, isto é, os condicionalismos dos quais o autor do discurso é produto, marcado por sua trajetória, por suas experiências coletivas, que o discurso tenta dissimular (BOURDIEU, 1997, p. 11), visando estabelecer as relações de poder e conflito entre as percepções distintas ou similares do discurso da sociedade política (Estado e partido) e da sociedade civil.

No caso específico dos estudos africanos, colocam-se em evidência os limites e possibilidades de teorias produzidas em contextos outros, apropriadas dentro e fora do Continente no processo de produção discursiva do conhecimento no campo interdiscursivo de relações de poder e de saber. Conforme Paulin Hountondji comenta:

o estudo africano não deve contentar-se em contribuir apenas para acumulação de conhecimento sobre a história da África e dos africanos, que é apropriada nos países de norte, e se ficar presa a uma agenda de pesquisa alheia entre várias outras que podem ser oferecidas pelo conjunto de tradições intelectuais de disciplina. É preciso proceder a uma reapropriação do conhecimento crítico sobre África, que é contrário da “ilusão unanime”. (HOUNTONDJI, 1989, p. 108)

Hountondji questiona a *extraversão conceitual*, virada para fora, incapaz de promover uma reapropriação crítica das posições preestabelecidas sobre África. Nesta ótica, a hipótese de que existe a *priori* um “discurso científico”, assim como a clássica distinção

epistemológica entre senso comum e ciência, entre ciências *nomotéticas* e *ideográficas*, segundo a expressão de Windelband e da linguagem unificada do positivismo lógico,⁴ mostraram-se insuficientes e menos úteis para as ciências humanas em relação ao seu objeto de análise. Nesse caso se colocou a necessidade de uma redefinição metodológica e conceitual da pesquisa qualitativa, a partir de um novo quadro de legitimação: o que ficou conhecido por *virada epistemológica*, ou *dupla hermenêutica* (MELUCCI, 2005, p. 25), que revelam determinadas concepções e visões.

Essa condição “hermenêutica do discurso”, desde que não se perca nas metanarrativas circulares, pode ser considerada um ponto de partida da pesquisa qualitativa pelo seu potencial crítico na reconstrução e reinterpretação da informação analítica em sua profundidade reflexiva e articulada (DEMO, 2001; MELUCCI, 2005; REBUGHINI, 2005), nas relações interdiscursivas entre o Estado e a sociedade civil.

Tomando por base esses pressupostos teórico-metodológicos, optamos por adotar os quatro momentos já utilizados por Paola Rebughini (2005, p. 237), para os fins de sistematização e análise aqui almejados, que nos aproximaram da compreensão das complexidades, tensões e correlações de forças que acompanham as relações entre a sociedade civil e o Estado. Esses procedimentos permitiram a reformulação de dados, na medida em que, a partir

4 Não se trata aqui de abjurar este aspecto de conhecimento, que muito contribuiu para a institucionalização de Sociologia enquanto ciência, mas de compreender que ele não é o único procedimento de análise social. De acordo com positivismo lógico, o conhecimento científico assenta em uma sólida base de fatos formulada a partir de “sentenças protocolares”, passíveis de confirmação, explicação e verificação empírica. Ver Wacquant (1996, p. 596). Para Bourdieu (1997), Foucault (1996) e Hountondji (1989) a rigidez, contrário de rigor, nos priva da inovação e de flexibilidade metodológica.

das entrevistas, documentos e anotações de campo, confrontamos diversos níveis de discurso e da visão dos entrevistados.

No primeiro momento, procedemos a uma comparação reflexiva, agrupando as informações dos textos orais e escritos, bem como das observações e discursos acadêmicos sobre as mesmas temáticas, de acordo com as unidades de análise, no contexto de cada texto analisado, com intenção de aprofundar o tema da pesquisa.

No segundo momento, foram analisadas, comparativamente, as informações em cada uma dessas unidades para estabelecer suas relações (similitudes e diferenças) na compreensão da democracia, de acordo com universo cultural de pertença dos sujeitos.

No terceiro momento, os dados foram organizados pelos seus *significados* nas unidades de análises, reelaborando, assim, os aspectos da percepção sobre sociedade civil, Estado e democracia, que cada uma dessas unidades de análise está construindo nas articulações entre a dimensão coletiva do movimento social e a dimensão político-partidária ou estatal da sociedade política, como entre o mercado e a sociedade civil.

No quarto momento, o último, construímos, a partir das percepções sobre sociedade civil e sobre Estado, as considerações que nos permitiram o entendimento sobre as possíveis diferenças e/ou similitudes na democracia cabo-verdiana e guineense, estabelecendo relações de equivalência entre os três momentos mencionados – agrupamentos de textos orais e escritos, relações de similitudes e diferenças e significados nos discursos e nas práticas da sociedade civil e da sociedade política.

No processo analítico, as exigências argumentativa e interdisciplinar foram enfatizadas, agrupando as informações em cada uma das unidades de análise entre si com as teorias sociais. Daí

a importância de se trabalhar a interdisciplinaridade a partir do diálogo entre sociologia e ciência política, entre outros saberes, não só como forma de interpretação e explicação da realidade social, mas também como condição de possibilidade de se conceber e construir sociedades democráticas em África, particularmente no contexto de Cabo Verde e Guiné-Bissau.

Na comparação, tentamos ampliar a flexibilidade interna. A flexibilidade do método comparativo interroga os fenômenos sociais contemporâneos a partir de análise de especificidade de casos particulares, como também se interroga da interpretação nacional e local dos fenômenos sociais. Paralelamente, foram valorizadas as convergências e interações entre fenômenos aparentemente distantes, onde a circulação de informação na sociedade contemporânea nos interpelou a considerarmos contextos comparados como sistemas abertos, flexíveis, do encontro de culturas e saberes envolvidos no círculo hermenêutico do conhecimento. Com essa compreensão do processo analítico, esperamos não termos caído na *ilusão unânime*, como denuncia Hountondji (1989), mas sim no confronto argumentativo da análise comparada e interdisciplinar, em que se utiliza a contribuição das diversas disciplinas, estabelecendo similitudes e diferenças na construção do objeto de estudo.

Tomando por base o *corpus* e os caminhos propostos, passamos à análise, organizada em três momentos: a identificação de percepções sobre Estado; as percepções sobre sociedade civil; as relações entre a sociedade civil e o Estado, considerando o processo de democratização vivenciado nos níveis local, regional e nacional. Procuramos, assim, reconstruir as percepções de organizações e grupos da sociedade civil e de dirigentes de partidos

políticos sobre as diferentes visões de Estado, sociedade civil e suas relações.

O trabalho está dividido em quatro capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo discutimos o processo da reestruturação produtiva do projeto neoliberal de reforma de Estado, sob formas e graus distintos, especificamente no que se refere às estratégias ideológicas e políticas desse ideário na despolitização da sociedade civil e desresponsabilização do Estado em satisfazer as demandas sociais, transferindo para o mercado a tarefa de regular os conflitos de interesses na sociedade civil. Buscamos colocar em evidência as percepções da sociedade civil e da democracia liberal representativa, em conformidade aos fundamentos do liberalismo, confrontando-as com as concepções de “democracia social” no campo da socialização e da participação política.

No segundo, tratamos do contexto dessas sociedades, pon-do em evidencia os aspectos históricos e organizacionais na formação social cabo-verdiana e guineense. Neste sentido, chamamos a atenção para as características sociais, políticas, econômicas e culturais, comuns e/ou diferenciadas dos dois países, que se sobressaíram e justificaram a análise comparativa (a colonização, a luta de libertação, o período da unidade de governo, a separação, a democratização). O objetivo foi investigar o modo como as especificidades/similaridades sociais e históricas de Cabo Verde e da Guiné-Bissau puderam ou não proporcionar a compreensão das atuais relações entre a sociedade civil e o Estado, no contexto da construção coletiva da democracia.

No terceiro capítulo, analisamos as percepções comuns e/ou diferenciadas sobre Estado e sociedade civil, e as formas como essas percepções podem ou não proporcionar uma compreensão das

atuais relações entre a sociedade civil e o Estado mediante identificação dos grupos e formas de organização da sociedade civil e da sociedade política (Estado e partido), com presença a visibilidade nos dois países, particularmente aqueles que não têm visibilidade institucional no sistema político e social.

No quarto capítulo, abordamos as relações entre a sociedade civil e o Estado segundo visões de atores entrevistados. Comparamos as características sociais, políticas e culturais comuns e/ou diferenciadas que envolveram os diferentes atores. A partir dessa comparação, obtivemos o resultado do estudo e apontamos os desafios da democracia como contribuição ao debate e concretização da democratização. Consideramos que essa contribuição pode ocorrer tanto em suas ações internas, na articulação entre grupos e organizações, quanto na sua relação com Estado e atores externos, e na definição e execução de políticas públicas. Todos esses aspectos implicam embates, debates, negociações e tradução de demandas, valores, contradições e reivindicações mediadas pelos projetos e trajetórias distintas ou complementares na relação entre a sociedade civil e o Estado.



CAPÍTULO 1

DEMOCRACIA, CAPITALISMO E LIBERALISMO

Compreender as relações atuais entre a sociedade civil e o Estado, pressupõe situar as disputas e o impacto do liberalismo⁵ na reestruturação do mercado capitalista nas últimas décadas e a concomitante redefinição do papel do Estado e da sociedade civil.

John Locke, o filósofo precursor do liberalismo, afirmou que o trabalho de cada indivíduo cria a propriedade privada porque possibilita a posse dos produtos oferecidos pela natureza. Uma vez constituída a propriedade, o indivíduo tem o direito de dispô-la como bem entender. Nas palavras dele:

O trabalho proporcionou o direito à propriedade sempre que qualquer pessoa achou conveniente emprega-lo sobre o que era comum [...] de

⁵ Em seu *Dicionário de Política* (1998 p. 686-715), Bobbio atribui diferentes sentidos aos termos liberalismo, podendo indicar um partido político, um ordenamento político-institucional ou uma ideologia política voltada para a concretização desse ordenamento. Privilegiemos este último significado. Deixamos também de lado a noção de liberalismo como doutrina econômica, o chamado *liberismo*, assim como as possíveis conexões entre essa doutrina e o liberalismo político nos autores examinados.

sorte que era impossível para qualquer homem, dessa maneira, usurpar o direito de outro ao adquirir para si uma propriedade com prejuízo do vizinho. (LOCKE, 1973, p. 54)

Em Locke, a perspectiva fundamental é do liberalismo político, enquanto uma forma de liberalismo econômico. Ao Estado liberal cabe apenas à proteção de propriedade privada contra o furto, a pilhagem, os abusos, sem imiscuir-se em como deve ser o processo de troca. Por consequente, o papel da sociedade civil, nessa concepção, é de proteger a propriedade através do Estado liberal, enquanto protetor dos interesses privados na sociedade mercantil vigente na época. Essas ideias liberais, nascidas no século XVII e praticadas até o século XIX, foram abandonadas à medida que o Estado Capitalista começou a intervir nos assuntos da economia, nas regras que fundamentavam as trocas no mercado. Isso ocorreu, principalmente, a partir do crescimento econômico dos anos de 1950-1960,⁶ que gerou a crença nas instituições do Estado como interventor na gestão das relações econômicas.

O Estado assumiu para si efetivamente as responsabilidades pela reconstrução da economia que se daria pela limitação da produção; acordo sobre os preços e estabelecimento de salários

⁶ Muito antes desse período, entre 1920 e 1930, o Estado interventor já começava a intervir nos rumos da economia. Privilegiamos, para os objetivos do nosso trabalho, os períodos compreendidos entre 1950 e 1960. Argumenta Bottomore (1981) que a intervenção substancial do Estado na economia, ainda que possa ser interpretada sob certo ângulo como o surgimento de um novo tipo de capitalismo “dirigido” ou “organizado”, constitui uma medida de proteção dos interesses da classe trabalhadora contra o poder de capital através de regulamentação geral da atividade econômica e da provisão de uma rede extensiva de serviços sociais. Sobre o Estado de Bem-Estar, ver, Anderson (2002), Amin (2002), entre outros autores.

mínimos para os trabalhadores, incentivando o consumo [...] A questão do emprego em massa foi, em parte, resolvida, nesse período, com a instituição das grandes obras públicas: estradas, barragens, hidroelétricas, absorvendo grande parte da mão-de-obra que estava em desemprego (MEKESENAS, 2005, p. 3).

Em África, o Estado interventor se consolidou após a independência do jugo colonial, com a instalação de regimes de partidos únicos de pendor “marxista”, a partir de 1960. Mesmos os Estados não “socialistas” foram guiados pela socialdemocracia, pelo menos como ideário, em que o Estado assumiu o papel de interventor na economia – planejamento que caracterizou o período pós-guerra até a década de 1970.

Após a Segunda Guerra Mundial, processou-se em escala global uma readequação do Capitalismo, a partir da adoção do estatismo keynesiano, como mecanismo de superação da crise e reconstrução da economia. Embora tivesse conseguido instituir os fundamentos do estado-providência, a socialdemocracia acabou sendo considerada incompatível com o Estado mínimo.⁷ Além disso, defendida por economistas como Hayek e Robbins que salvaguardavam o liberalismo, no âmbito do programa Mount Pelerin Society (Sociedade Monte Peregrino).⁸ Defendiam

7 Entendemos por Estado mínimo uma concepção restrita do espaço público e da democracia, no que tange seus campos de atuação, seus participantes e suas agendas, cuja finalidade não implica solidariedade ou interesses comuns, mas o respeito pelas “regras” em consonância com o Estado liberal.

8 A Sociedade Monte Peregrino é uma organização intelectual de defesa do neoliberalismo e das relações individualistas que se inserem na contribuição de Friedrich von Hayek. Em seu *The Road to Serfdom* (O Caminho da Servidão), publicado em 1940, o autor delineia, de forma pioneira, os fundamentos teórico-ideológicos daquilo que viria a ser chamada da lógica neoliberal do pós-guerra.

também que o Estado não deveria regular o mercado. Esse discurso teve, como um dos seus fundamentos centrais, a ideia de que a defesa dos direitos da cidadania e das liberdades individuais estaria sendo aniquilada, asfixiada e limitada pelo modelo econômico do Estado interventor.

Para os liberais, a dívida pública (contraída pelo Estado providência) teve a sua origem no processo de intervenção do Estado no mercado. No entanto, esse discurso, que propunha a volta aos “bons tempos” de John Locke, não parecia absolutamente favorável (ANDERSON, 2002), sendo preciso esperar que emergisse o novo quadro político, que se formou em 1974. Foi nesse contexto que nasceu o neoliberalismo, com a defesa de privatizações de setores econômicos que estavam sob a coordenação do Estado de Bem-Estar Social.

Tudo mudou com a transformação da nova ordem política com a grande crise do modelo econômico do pós-guerra de 1974, que diminuiu a taxa de crescimento e aumentou a inflação. Com o quadro político muito favorável, as ideias neoliberais começaram a ganhar o terreno. (ANDERSON, 2002, p. 19)

Com a recessão generalizada de 1974, as condições para que o neoliberalismo triunfasse⁹ foram criadas. Vários governos pas-

⁹ Concordamos com Bottomore (1981, p. 29) quando afirma que o conflito de “classe” foi moderado nessa época pela incorporação da classe trabalhadora no capitalismo e com a emergência de uma nova classe média e concessão de alguns direitos políticos, econômicos e sociais. As mudanças no sistema produtivo, consumo e ampliação de participação eleitoral, são suas formas mais expressivas. Em contraste a essa interpretação, alguns autores afirmam que a institucionalização de conflito de classe a partir do reconhecimento das “regras de jogo político” da competição partidária teria prejudicado substancialmente

saram a adotá-lo como instrumento político de regulação/trans-
formação da ordem econômica e processo de troca no mercado. A
“onda” de novos regimes de “direita” ou “neoliberalismo no po-
der”, como ficou conhecida, estabeleceu uma nova relação entre a
sociedade civil e o Estado, pois ela passou a ser concebida a partir
da ideia de contrato, de troca, o que pressupõe concordância com
as regras do jogo do mercado. A “quebra” desse contrato levava a
perda de confiança entre as pessoas envolvidas na interação no
mercado. Conforme Anderson,

A principal razão dessa transformação reside na derrocada do movimento sindical, que se traduz pelo recuo drástico do número de greves e pela estagnação dos salários durante esse período. Essa nova situação política neoliberal é o resultado, em parte, da alta taxa do desemprego; da diminuição de poder de compra dos trabalhadores e o aprofundamento das desigualdades e da pobreza [...] Em compensação, conforme os países, os valores na bolsa triplicaram ou quadruplicam sistematicamente [...] e o aspecto parasitário do sistema neoliberal consolidou-se nesses anos (ANDERSON, 2002, p. 25).

Os ideais de uma nova ordem político-econômica geraram a quebra de contrato. Assim, o aumento da desigualdade e o potencial emancipatório da classe trabalhadora foram solapados pelos interesses comuns da burguesia, da apropriação do aparelho

os objetivos do movimento operário, integrando-o aos interesses do mercado. Essa última interpretação vai marcar as teorias democráticas da tradição weberiana e schumpeteriana e continua no centro de embates contemporâneos no âmbito das relações entre a sociedade civil e o Estado.

estatal por essa classe. Foi nesse contexto que a Europa, os Estados Unidos, a América Latina e a África iniciaram, em períodos distintos, suas políticas de adesão ao neoliberalismo.

Na Inglaterra, por exemplo, o governo de Margaret Thatcher formulou, em 1974, um conjunto de leis “antissindicalismo” que tornaria possível seguir os requisitos do “pacote neoliberal”, em substituição ao modelo keynesiano e formas de solidariedade social que prevaleceram no Estado de Bem-Estar Social, combatido pela Sociedade Monte Peregrino. O neoliberalismo, que triunfou nos princípios dos anos de 1980, sempre se sentiu ameaçado pelo socialismo e nunca foi um defensor da “democracia social”, restringindo a ação política dos indivíduos a sua conexão direta com a eleição de líderes, conferindo pouca atenção às organizações e grupos da sociedade civil.¹⁰

Como bem apontam Anderson (2002) e Amin (2002), as correntes neoliberais sempre elegeram a socialdemocracia como seu principal adversário, o que acabou provocando, num primeiro momento, uma reação de hostilidade por parte das forças socialdemocratas contra as desigualdades de renda, à perda do poder de compra e o aprofundamento de pobreza dos trabalhadores e minorias sociais.

Nos sucessivos governos pró-neoliberais dirigidos por Thatcher, tornou-se imperativa a eliminação de qualquer controle de fluxos financeiros. No campo das relações de trabalho,

10 Como assegura Perry Anderson (2002): [...] a liberdade e a democracia, para von Hayek, podem facilmente tornar-se inconciliáveis se a maioria democrática (poder popular) decide interferir, como entende, nos direitos incondicionais dos agentes econômicos [...]. Isto é, para restringir a ação democrática dos movimentos sociais, era preciso restringir a liberdade democrática. O processo da regulação de ações democratizantes pressupõe, paradoxalmente, a ação da sociedade política (Estado).

Thatcher se destacou pela restrição de reivindicações sindicais, consideradas nocivas para o investimento (acumulação de capital) devido ao aumento das reivindicações salariais e pressões sobre o capital. Na avaliação de Perry Anderson (2002, p. 20), o modelo inglês é o caso mais notável e puro e constituiu o projeto mais ambicioso do neoliberalismo.

Nos Estados Unidos, onde não existia nenhum Estado de Bem-Estar Social similar aos dos países europeus, a administração Ronald Reagan deu prioridade à competição militar com a antiga União Soviética, favorecendo as condições necessárias para o desmembramento do regime soviético e a expansão sistemática da democracia liberal.¹¹ Em nível interno, o governo de Reagan ficou marcado pela elevada repressão aos movimentos sociais, como aquela verificada na única greve geral dos controladores do voo do país, em 1981.¹²

Enquanto no Reino Unido o Estado neoliberal procurou estabelecer a disciplina orçamentária e reforma fiscal, nos Estados Unidos, a administração Reagan desrespeitou o controle fiscal e lançou-se a uma corrida armamentista sem precedentes,

11 Convém assinalar que a Rússia (URSS) e os Estados Unidos, em 1978, disputavam a hegemonia mundial no contexto da “guerra fria”, quando os russos decidiram instalar uma base militar no Afeganistão e os Estados Unidos uma base de foguetes nuclear na Europa Ocidental para a formulação de uma nova estratégia pró-capitalista.

12 Muito antes desse período, a história inicial dos movimentos sociais se fez de intimidação e repressão por parte de grupos dominantes, indo desde prisão arbitrária e deportação até o uso de pistoleiros contratados e forças militares, que tentavam inibir a contestação da classe trabalhadora. A estratégia de restringir a democracia, segundo Bottomore (1981, p. 22) marcou, em períodos distintos, a luta pelos direitos civis e greves nos Estados Unidos nos anos de 1960 e, numa escala mais ampla, na Europa Oriental e em África nos finais dos anos 1960 e princípios dos anos 1970.

provocando um déficit público superior ao que havia ocorrido com o Plano New Deal, proposto durante o governo Roosevelt.

Na Europa, os governos de direita, de inspiração democrático-cristã, mantinham parte do programa neoliberal, como a reforma fiscal e monetária, mas fizeram questão de manter os gastos em projetos sociais e relações com os movimentos sindicais. Não obstante, mantinham, também, uma distância enorme com as políticas econômicas conduzidas pela social democracia que marcaram governos anteriores. Por contraste, em Portugal, França e Espanha, que contavam com uma base de apoio nacional-popular, nos princípios dos anos de 1980, foram os governos de esquerda que assumiram o poder. Todos se apresentaram, cada um à sua maneira, como uma alternativa progressista viável e oportuna ao neoliberalismo, nas suas diversas concepções e práticas políticas.

Em 1983, esse traço dos regimes “euro-socialistas” ficou marcado pela ofensiva neoliberal do mercado financeiro internacional, que modificou radicalmente o modelo político e ganhou espaços principalmente na Austrália e na Nova Zelândia (ANDERSON, 2002, p. 22), não obstante os focos de resistências dos movimentos sociais contra essa ofensiva.

Na América Latina, na sequência das experiências de políticas neoliberais dos anos 1980 voltadas à consolidação da democracia eleitoral no continente, foram implantadas as chamadas medidas de ajustes estruturais pelas agências internacionais como modo de assegurar a governabilidade. A nova agenda política de ajustes passou a ser dominada por uma “confluência perversa” (DAGNINO, 2004) entre as práticas do projeto democratizante e os constrangimentos de um regime democrático liberal.

Essa permanência de confluências teria gerado, nessa interpretação, profundas transformações com a redefinição da noção

de sociedade civil, de Estado e de democracia, no que concernem as mudanças no mundo de trabalho e práticas de governo, expressas através da flexibilização das formas ocupacionais, privatizações de serviços, políticas sociais para instituições “públicas não-estatais”, aumento de desigualdade e destituição de direitos.

Em África, um dos continentes mais afetados pelos programas de ajustes estruturais, o neoliberalismo tornou-se a única equação de gestão de crise no Continente, através de reforma do Estado (ANDERSON e AMIN, 2002). A partir do “Consenso de Washington” de 1989,¹³ o projeto de reforma do Estado, numa perspectiva neoliberal, da (re)construção de uma nova “ordem mundial”, inserida na lógica de regras do jogo da democracia liberal em África, ganhou proeminência. A construção do receituário do modelo neoliberal em torno da reforma de Estado, ou da sua “descentralização”, passou a constituir mecanismos político-institucionais enquadrados na perspectiva neoliberal de desmonte do Estado e das políticas públicas. Esse formato de ajuste macroeconômico corporativo consagrou outro sentido na interpretação do público e do privado que acabaria por restringir o aprofundamento da democracia.

De uma maneira geral, a passagem do século XX para o século XXI foi marcado pela transição do estágio do capitalismo concorrencial para a sua fase de monopólio. Foi nesse contexto

13 Os princípios dessa política, de modo geral, são: 1) garantir o equilíbrio orçamentário a partir da redução de gastos públicos, 2) promover a abertura comercial através da redução de tarifas de importação e eliminação de barreiras não-tarifárias, 3) a liberalização financeira, por meio da formulação das normas que restringem a entrada de capital estrangeiro, 4) a desregulamentação de mercados nacionais pela eliminação de instrumentos legais de intervenção do Estado na economia 5) a privatização das empresas nacionais e dos serviços públicos (DINIZ, 1996; LOPES, 1997). Isso, em última instância, requer a redefinição do conceito de Estado na sua relação com a sociedade civil na definição de políticas públicas.

que a implantação do projeto neoliberal, desde o início da crise do modelo europeu do Estado de Bem-Estar Social, implicou profundas mudanças nos continentes latino-americano e africano, com a implantação/imposição de regimes democráticos de cunho liberal em países desses continentes. Esse fato está presente na origem das mais diversas disputas e perspectivas teórico-críticas para se pensar a democracia enquanto forma de organização da sociedade, do Estado e de governo. A seguir, apontaremos algumas perspectivas que demarcam essas interpretações.

Democracia Representativa: Burocracia, Elitismo e Racionalidade

O conceito de democracia, entre o mais citado e mais obscuro da teoria social, é fundamental para compreender a dinâmica dos processos políticos e sociais da atualidade. Frente à heterogeneidade das interpretações e dos diferentes deslocamentos de sentidos teórico-práticos desse conceito, se impõe uma análise para delimitação do escopo teórico que será assumido no desenvolvimento deste trabalho.

O conceito de democracia liberal e representativa e seus conteúdos constitutivos emergiram a partir do século XVII, no interior da tradição inglesa *Bill of Rights* (1689),¹⁴ que marcou a

14 O conceito de democracia, entendida como forma de governo e organização da sociedade, remonta à Grécia Antiga. As características comuns da democracia grega, segundo a interpretação de David Held (1987, p. 32), são: exclusão de mulheres, estrangeiros, escravos e menores de 18 anos no direito à cidadania; múltiplos métodos de seleção de candidatos para cargos públicos (eleição direta, sorteio e rotatividade); participação dos “cidadãos” em funções legislativas e judiciais; soberania da assembleia dos cidadãos (incluía todos os assuntos comuns da cidade); não havia privilégios distintos para cidadãos ordinários e funcioná-

participação dos cidadãos na vida pública dentro dos termos de referência dessa tradição, que se tornou uma das possibilidades de construção democrática. A concepção liberal da democracia resultou das contribuições formuladas, sobretudo, por Weber e Schumpeter, no campo da teoria política moderna.

Defensor ardoroso da democracia elitista,¹⁵ Weber estabeleceu, como um dos seus fundamentos, o princípio de que a democracia direta só seria possível e viável em sociedades pequenas e relativamente simples, tal como defendia o modelo clássico grego. Em sociedades complexas e diferenciadas, marcadas pelo pluralismo competitivo, o governo direto do povo estaria fora de questão, sendo substituído pela democracia representativa. Em sua opinião, isso significava que o povo devia ser limitado de qualquer forma de poder e controle sobre as decisões tomadas por seus líderes, já que a posse dos meios de administração tornava fácil estabelecer os acordos políticos e institucionais (BOTTOMORE, 1981).

Para Weber, ainda, o aumento da racionalização científica e tecnológica do capitalismo e sua orientação voltada para

rios públicos; mandatos curtos para todos os cargos; pagamento por serviços públicos, e, como condição geral, a existência de cidades-estados. A distinção entre sociedade civil e Estado só começou a emergir com Hobbes, Locke e Rousseau. Tais contribuições são um coroamento da criação voluntária do elo social que Hobbes chamou de *Covenant*, Locke, *Trustee (administrador)*, e Rousseau, *Contrato Social*. (HELD, 1987; MOUSSÉ, 1979; TOURAINE, 1996; BOBBIO, 2000). Não obstante, Rousseau ocupa um lugar à parte pelo seu esforço em compreender as relações entre a sociedade civil, Estado e democracia a partir da concepção de soberania popular, oposta aos demais.

15 Para Weber, a crescente racionalização da produção capitalista provocou a difusão de aparatos técnico-burocráticos, científicos e tecnológicos para o controle de funções especializadas no âmbito da ação e da vida social. Ver, WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. A política como vocação. São Paulo: Cultrix, 1970. 124 pgs.

a burocratização geraram a difusão de aparatos técnicos para o controle de funções especializadas na sociedade e no Estado moderno, tornando a democracia um mecanismo de apropriação e concentração de poder na mão de um corpo especializado de funcionários. Daí a visão de democracia em Weber, que não consegue vislumbrar a possibilidade da emergência de sujeitos reflexivos capazes de empreender ações inovadoras no interior de um sistema político competitivo, já que a participação política, como o ato do voto, revelaria a identificação das massas com o carisma pessoal do líder carismático (BOBBIO, 2000).

A democracia de massa e a expansão do sufrágio universal, fruto das lutas dos movimentos sociais, impediria a expressão do Parlamento,¹⁶ enquanto fórum privilegiado de reflexão racional guiada pelo interesse público. Nesse sentido, as instituições estariam delineadas para descobrir o que o povo quer, haja vista que é a tarefa dos que ocupam cargos públicos seria cumprir o desejo do povo (LIPSON, 1966).

Para Pateman (1992), a democracia, em Weber, repousa em uma concepção individualista e transforma-se em método para assegurar a liderança política nacional efetiva. Nesse sentido, as relações entre a sociedade civil e o Estado estariam submetidas a poderosas forças sociopolíticas que caracterizam o desenvolvimento do capitalismo industrial, tais como a racionalização da produção capitalista, o conflito de classes e a expansão burocrática (PATEMAN, 1992). De acordo com Bottomore (1981), é esta

16 O Parlamento é um poder secundário. Para Weber, o *locus* real do poder é a burocracia, vista por ele como a forma mais eficiente de organização, pois concentra o poder e informação no topo. Daí reside também sua concepção de Estado moderno essencialmente governado pela própria rotina burocrática, em que o poder não é exercido por discursos parlamentares nem por proclamações monárquicas.

interação entre democracia, capitalismo e classes sociais que traz à tona uma das questões mais relevantes da sociologia política de Marx, Durkheim e Weber.

Uma segunda contribuição da teoria democrática weberiana é a constatação da existência de regras na vida social. O princípio de legitimidade (legitimador das regras como a justificação da obediência), funda-se exclusivamente numa sociedade onde há governantes e governados para o estabelecimento de relações sociais estáveis. Ou seja, as escolhas racionais e os compromissos individuais só foram possíveis, no modelo democrático weberiano, pela adoção de algumas regras específicas que ordenaram essas interações sociais, sendo estas, frequentemente, incompatíveis com os valores morais. Só no mercado do voto, em que as escolhas, decisões, participação e poder são distribuídos desigualmente (onde o grupo que detém o poder político e o controle de atividades econômicas busca impor seus interesses através do respeito às normas contratuais e, assim, obter ganhos maiores), é possível a adoção de regras na vida social. Weber buscava, desse modo, combinar a ética individualista com o pluralismo competitivo de um sistema político de líderes responsáveis (BOBBIO, 2000; DURIGUETTO, 2007).

Essa visão individualista do receituário neoliberal da democracia significava gerenciar o conflito interno de modo a facilitar que uma equipe de funcionários desenvolvesse o interesse corporativo na estabilidade do aparato administrativo, possibilitando-lhes *status* e carreira. De acordo com a interpretação de Offe (1984, p. 363), “essa dinâmica organizacional obstruiu a política de classe que Luxemburgo chamou de oportunismo, Michels, de oligarquia, e Weber, de submissão plebiscitária das massas aos impulsos irracionais”.

Nessa perspectiva, logo que a vontade do povo se expressasse, através de instrumentos de um partido competitivo que lutasse por cargos no governo, se identificaria com as esferas das atividades de competição político-partidárias. Offe nota, entretanto, que essa dinâmica gera três constrangimentos: 1) “desradicalização” ideológica, 2) desativação de quadros e 3) erosão da identidade coletiva. Esses limites tornam a democracia segura para o capitalismo, sendo a expressão de uma conciliação entre o sufrágio universal e a manutenção da desigualdade social. (OFFE, 1984)

Seguindo a linha de interpretação do *elitismo competitivo*, que se pretende de orientação “empírica”, a análise de Joseph Schumpeter, acerca das relações entre Estado e sociedade civil na construção de democracia, foi fortemente influenciada pela teoria de Marx Weber. Em *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, livro originalmente publicado em 1942, Schumpeter rejeita explicitamente a “doutrina clássica” da democracia.¹⁷ Na interpretação de Schumpeter, a democracia “clássica” personifica os ideais da participação popular na política e nas relações com o Estado. Ele a substitui por uma teoria da democracia, de acordo com a matriz weberiana da noção da democracia como legitimadora de eleições e seleção de líderes, destituindo-a de quaisquer princípios finalísticos num contexto marcado pelo advento de partidos de massa na sociedade industrial, na qual o sistema de produção e da economia tornou-se um problema central da época. Assim, e admitindo que a participação dos movimentos sociais não seja importante para o funcionamento do método

17 Outra teoria contestada por Schumpeter é o marxismo clássico vinculado a Ditadura do Proletariado, como a forma política final sob a qual ocorreria a emancipação da classe trabalhadora em nível global.

democrático, Schumpeter defende que a democracia não significa expressão de uma “vontade coletiva popular”.

Democracia não significa e não pode significar que o povo governe em qualquer dos sentidos de “povo” e de “governo”. Democracia significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que devem governá-lo [...] Assim um aspecto disto pode ser exposto dizendo-se que a democracia é o governo dos políticos. (SCHUMPETER, 1961, p. 347)

É extremamente negativa a percepção schumpeteriana do eleitorado: ele é fraco, sujeito a impulsos emocionais, incapazes intelectualmente de agir por conta própria e altamente suscetíveis às influências externas. Por isso, argumenta Schumpeter que

A democracia é um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa) e, por isso mesmo, incapaz de ser um fim em si mesmo, sem relação com as decisões que produzirá em determinadas condições históricas. E justamente este deve ser o ponto de partida para qualquer definição da democracia. (SCHUMPETER, 1961, p. 295-296)

Em termos gerais, além de definir a democracia como um método de arranjos institucionais, Schumpeter (1961, p. 332-342) sintetizou o seu conceito de democracia por meio de cinco princípios fundamentais: a) os partidos políticos devem agir, de modo concentrado, na luta competitiva no mercado do voto; b) o Parlamento é que decide sobre questões de interesse nacional; c)

a massa é incapaz de outra ação política que não a de “estouro da boiada”; d) o eleitorado não deve formar o governo, mas sim eleger aqueles que vão representá-lo no Parlamento; e) uma última exigência importante para o sucesso do método democrático seria o alto nível de desenvolvimento industrial. Pois, reconhecendo que o desenvolvimento do sistema industrial teve efeitos sobre o sistema democrático, em especial através do surgimento de uma nova “aristocracia” na indústria produtiva, Schumpeter inclinava-se a considerar isso como um fenômeno excepcional que impulsionou a tendência geral da democracia representativa no Ocidente.

Essa variável fundamental da teoria schumpeteriana, que relaciona a democracia como consequência do crescimento econômico, foi incorporada posteriormente por Anthony Downs (2002) no seu esquema de “agentes econômicos”¹⁸ e pela teoria de transição democrática, no que concerne aos critérios formais para elencar e estabelecer diferentes níveis do processo democrático, conforme será evidenciado a seguir.

Outro aspecto que Schumpeter aponta como condição do método democrático é a constatação da existência de um “caráter nacional”¹⁹ de um grupo ou de uma elite, bem capacitada buro-

18 Downs (2002) parte de uma análise de atores racionais que desenvolvem estratégias para atingir determinados objetivos sem desperdiçar recursos escassos. Para efeito, o autor parte do conceito da racionalidade econômica onde as decisões são tomadas racionalmente. Nessa ótica, para o autor, os agentes econômicos se comportam de igual forma que os atores políticos, buscando maximizar suas vantagens.

19 A cultura política é aqui entendida como o “caráter nacional” de um povo. Os países africanos, por exemplo, só teriam sucesso democrático se as culturas étnicas convergissem numa cultura nacional. Nos anos 1960, essa noção de cultura política ganhou nova reconfiguração, a partir dos trabalhos de Almond e Verba sobre o conceito de cultura política (CHILCOTE, 1998). A ideia central desses autores é de que existem diferentes níveis de explicação e de interpreta-

craticamente, com experiência comprovada e com uma vocação predestinada para a política. Isto porque a participação excessiva produziria a mobilização de *demos* com consequências negativas para o “autocontrole democrático”.

Todos os sistemas podem-se desviar até certo ponto do costume. Porém, o mínimo de autocontrole democrático necessita da existência de um certo tipo de caráter e hábitos nacionais, que não teve a oportunidade de se desenvolver em todos os países e que o próprio método democrático não pode por si mesmo produzir. (SCHUMPETER, 1961, p. 358)

No caso dos países africanos, por exemplo, marcados pelo pluralismo étnico e multicultural, em que diversos grupos encontram-se numa cultura política arraigada na tradição e no costume africano, a institucionalização de controle democrático não seria possível para sustentar o Estado. No limite, Schumpeter abre espaço para a exclusão, já que a base do seu método democrático é uma teoria das sociedades capitalistas em que o envolvimento político de povos “sem cultura política” deve ser mínimo, o suficiente apenas para possibilitar a competição entre elites, “produto de um processo seletivo, que aceita a política como coisa natural”. (SCHUMPETER, 1961, p. 360)

A concepção de que o “povo” não tem discernimento, em relação às questões políticas, e que convive com assuntos públicos como uma “vontade popular manufaturada” (SCHUMPETER, 1961, p. 358), foi fortemente questionada. Para Pateman (1992),

ção de práticas democráticas entre países, em função das suas especificidades históricas e diferenças socioculturais no que tange à noção de cultura política.

tanto em Weber quanto em Schumpeter a democracia se resumiria a um mecanismo de competição, possibilitando indivíduos e grupos decidir que políticas e regras melhor serviriam aos seus interesses. Nenhum dos dois se mostrava preocupado com a ausência de controle popular sobre as deliberações das elites políticas. Para eles, o valor último da democracia representativa residia no fato de que ela tornava possível a escolha de governantes “racionais”, considerados suficientemente eficientes para assumir o governo. Outra consequência dessa concepção é o fato de que a democracia passava a ser encarada como uma engenharia essencialmente institucional que se autodeterminava.

Foi nessa concepção hegemônica de democracia, como arena de competição eleitoral entre líderes e grupos, que se enquadrou a *teoria pluralista*, desenvolvida por Robert Dahl. Em *Um Prefácio à Teoria Democrática* de 1956,²⁰ Dahl procurou entender as condições necessárias sobre as quais um regime político (poliorquia) possa ser considerado democrático. As principais condições são as seguintes: igualdade na obtenção de informações acerca de projetos políticos em disputa, liberdade de expressão e de organização, sufrágio, eleições transparentes e credíveis, direito de concorrer a cargos eletivos, equidade eleitoral e consenso sobre as “alternativas políticas”.²¹ De acordo com essa concepção, a manutenção da democracia não depende de uma simples adesão às regras proce-

20 Para Dahl, a teoria democrática “madisoniana” e a “populista” são inadequadas para os dias atuais. Em seus lugares, propõe a sua teoria da democracia como *poliorquia*, o governo das *múltiplas minorias*. É precisamente esta esfera dos “grupos minoritários”, oferecida por Dahl e pelos pluralistas em geral, ao ressaltar e explorar muitas dimensões de interação, competição e conflito na sociedade e no Estado, que o autor tentou corrigir, de forma sistemática, a ênfase unilateral dada à “política de elite” de Schumpeter.

21 Argumenta Dahl (1956, p. 83) que são as variáveis sociais aquelas que os cientistas políticos devem dirigir suas atenções, afastando-se de qualquer arran-

dimentais de seleção de líderes. Ela é fruto de cálculo de custos e benefícios por opositores em conflito na avaliação do processo decisório. Ou, como afirma Dahl (1956, p. 815), “quanto mais forte o desacordo sobre políticas dentro de uma organização social, e maior a proporção de indivíduos envolvidos no desacordo, maior será o volume de autonomia social requerido para que a poliorquia exista em qualquer dado nível”.

Essa premissa teórica tem implicações relevantes. Em primeiro lugar, é com base nela que Dahl busca os fundamentos “políticos” da poliorquia e as condições necessárias para o consenso, tomando o conflito como parte integrante da democracia, o que o distanciaria de Schumpeter. Em segundo lugar, para Dahl, não se pode esperar que opositores em conflito se tolerem mutuamente, principalmente se um deles acredita que a tolerância do outro provocaria sua própria destruição. A tolerância reina e se desenvolve apenas entre grupos que não provocam, mutuamente, danos graves. Assim, o estabelecimento de um mínimo de acordo pode reduzir os custos da tolerância pelas garantias mútuas contra a destruição ou danos graves entre partes em conflito.

A ideia central do autor é que o pluralismo e a competição reduzem os obstáculos à participação política dos grupos minoritários, abrindo espaço para a contestação política. Segundo Dahl, a democracia sustenta-se a partir de um equilíbrio de forças e passa a incorporar diversos interesses capazes de influenciar as decisões políticas. Nessa concepção, a democracia envolve duas dimensões fundamentais: contestação e participação.

É na mediação entre os direitos das minorias sociais e as “regras de jogo” democrático, para elaboração de uma síntese, que

jo constitucional baseado em regras. Não obstante, Dahl não parece conseguir desvencilhar-se das regras mínimas para a existência da poliorquia.

Dahl propõe uma nova teoria democrática. Para tal, o autor busca identificar as condições sociais que maximizam ou minimizam o processo de democratização dentro de um país e entre países.

A relação entre o treinamento social e o consenso democrático, em Dahl, é um exemplo perfeito do problema do ovo e da galinha. Daí a extensão do treinamento social aumentar o acordo sobre as alternativas políticas: pelo treinamento, os cidadãos criam as condições de democratização. (DAHL, 1956, p. 79) Assim, o treinamento social do eleitorado por intermédio da família e da escola seria uma das condições que favoreceria o estabelecimento da poliorquia. O autor encara com ceticismo o papel da participação, apesar de reconhecê-la como processo democrático indispensável. O temor relativo à desestabilização da democracia tem a ver com a participação das classes socioeconômicas mais baixas, pois é entre elas que é mais provável o surgimento das personalidades autoritárias, dimensão anteriormente defendida também por Weber.

Segundo este autor, ainda, essa dificuldade também se aplica na

relação entre poliorquia, atividade política e consenso uma vez que a evidência corrente sugere que, nos Estados Unidos, quanto mais baixa a classe socioeconômica do indivíduo, mais autoritária suas predisposições e menos ativo politicamente ele será. Dessa maneira, se um aumento da atividade política traz os indivíduos de mente autoritária para a arena política, o consenso sobre as normas básicas entre os politicamente ativos deve estar declinado. (DAHL, 2005, p. 157)

Para Pateman (1992), no entanto, apesar dos esforços da poliorquia para a democratização da participação, maximizando

a igualdade política nas relações institucionais entre sociedade e Estado, Dahl não poderia atribuir um peso maior à noção de “controle”, haja vista que um pré-requisito básico da poliorquia seria o consenso e treinamento social que ocorreria por intermédio da família e da educação técnica.

Outra incongruência, de acordo, ainda, com Pateman (1992), foi que Dahl não conseguiu demonstrar em que consistia esse “treinamento” e nem forneceu qualquer sugestão sobre que tipo de treinamento poderia ou não ser produzido por determinado sistema de controle, chamando a atenção ao caráter ambíguo e contraditório da ideia de participação na concepção pluralista da democracia:

A participação constitui, no que diz respeito à maioria, a participação na escolha daqueles que tomam as decisões. Por conseguinte, a ideia da participação é a de proteção de interesses privados [...] É a realização desse interesse privado como se ele fosse o interesse de toda a sociedade, que reside à justificação do método democrático. (PATEMAN, 1992, p. 25)

À semelhança de Weber e Schumpeter, a democracia, assim concebida, repousa no individualismo democrático, em que as decisões coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à sociedade no seu todo, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas pela escolha dos indivíduos eleitos para essa finalidade.

Bobbio (2000, p. 53) identificou o pacto político como fundamento da democracia representativa. Nessa tradição de se pensar a democracia em sua versão de contrato, é fácil perceber a influência da filosofia política de Thomas Hobbes sobre os

minimalistas e pluralistas liberais. Para Hobbes, a democracia tinha pouca relevância porque não se preocupava em criar instituições para delimitar a ação do Estado. Acreditando que o pacto de não agressão e de obediência fosse o objetivo primordial do homem, e que a sociedade devia ser governada de maneira a impor uma ordem coercitiva às paixões perigosas e destruidoras dos indivíduos no estado natural – Hobbes concentrou o poder absoluto no soberano.

Como indica Pateman (1992, p. 14), tudo que se pode esperar desse modelo “é que um número suficiente de cidadãos participa para manter o funcionamento de arranjos institucionais”. Nesse sentido, a alternativa liberal de democracia não oferece uma solução teórica para a questão substantiva de política pública. O que ela oferece, diz Gutmann (1995, p. 17), é um procedimento restrito para decidir questões que por sua própria natureza precisam ser decididas coletivamente.

É a partir dessa relação tensa entre a esfera privada e pública, no âmbito da articulação entre a sociedade civil e o Estado, que Norberto Bobbio tentou encontrar os novos mecanismos de mediações de conflitos políticos para a formulação do consenso na sociedade democrática contemporânea. Tomando por base as ideias de Schumpeter e as formulações do liberalismo clássico de John Locke, que foram desenvolvidas posteriormente pela Mount Pelerin Society, Bobbio assegura-nos que:

[...] Aquilo que hoje chamamos democracia, em oposição aos governos autoritários, às ditaduras, aos Estados totalitários, não é uma meta, é uma via, uma via da qual talvez estejamos apenas no início, não obstante tenha sido pensada há muitos séculos [...] Essa ideia de democracia

como via é a que faz parecer menor a disparidade entre a democracia ideal e a democracia real [...] Chamamo-lo de democracia processual, que defende e acentua as regras do jogo democrático na sociedade contemporânea (BOBBIO, 2000, p. 427).

A democracia, para Bobbio, é uma via que estabelece as regras mínimas de jogo, isto é, quais são as decisões coletivas e quais as pessoas responsáveis capazes de tomar essas decisões por meio de regras processuais. Nesse caso, as “regras de jogo” cumprem importante papel funcional, apontado nas regras políticas constitucionais, quais sejam:

- 1) Todos os cidadãos que tenham alcançado a maioria etária sem distinção de raça, religião, condição econômica, sexo, devem gozar de direitos políticos, isto é, cada um deles deve gozar do direito de expressar sua própria opinião ou de escolher quem a expresse por ele;
- 2) o voto de todo o cidadão deve ter igual peso;
- 3) todos aqueles que gozam dos direitos políticos devem ser livres para votar segundo sua própria opinião formada, ao máximo possível, livremente, isto é, em uma livre disputa entre grupos políticos organizados em concorrência entre si;
- 4) devem ser livres também no sentido de que devem ser colocados em condições de escolher entre diferentes soluções, isto é, entre partidos que tenham programas distintos e alternativos;
- 5) seja para as eleições, seja para as decisões coletivas, deve valer a regra da maioria numérica, no sentido de que será considerado eleito o candidato ou será considerada válida a decisão que obtiver o maior número de votos;
- 6) nenhuma decisão

tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, particularmente o direito de se tornar por sua vez maioria em igualdade de condições (BOBBIO, 2000, p. 422).

Desse modo, atribuir ao maior número de indivíduos o direito de participar na tomada de decisões coletivas, via eleições, seria a expressão máxima da democracia. Nesse sentido, Bobbio considera que os fundamentos da democracia são a democracia das “regras de jogo”, das liberdades individuais, das minorias, da competição e das garantias do “Estado de direito”,²² que se encontram vinculados ao surgimento do Estado liberal.²³

O autor coloca, ainda, a necessidade de um conceito articulando e ampliando a teoria schumpeteriana, que serviu de base para sua proposta de *democracia processual*. Nessa proposta, a democracia pressupõe duas condições específicas: eleições periódicas – voltada para impedir que uma classe política se perpetue no poder sem se submeter ao controle de indivíduos; e regras de maioria²⁴ – serve para tomada de decisões coletivas consensuais e sem derramamento de sangue. O autor constata que não se deveria estabelecer apenas regras sobre *quantos* governam e o *que* se

22 Na doutrina liberal, Estado de direito é o mecanismo constitucional que obstaculiza o exercício ilegal do poder. São partes integrantes desses mecanismos: 1) o controle de poder Executivo por parte do Legislativo, 2) controle do Parlamento no exercício do poder Legislativo, 3) autonomia do governo local em relação ao governo central e 4) uma magistratura independente do poder político. Ver, entre outros, BOBBIO (1989, p. 19).

23 Nessa ótica, a participação social está hipotecada ao direito político. Como assinalou Bobbio (1988, p. 44), sob esse aspecto, os direitos políticos são um complemento natural dos direitos civis dos indivíduos.

24 Argumenta Bobbio (2000) que a regra da maioria, exclusiva do sujeito coletivo do sistema político democrático, não se confunde com o governo monárquico, aristocrático e soberano popular.

deve decidir, mas sim *quem* decide e *como se* decide para que o Estado seja considerado democrático. Nessa perceptiva de análise, Bobbio (2000) aponta três limites de regras da maioria: validade, aplicação e eficácia.

No primeiro caso, denominado de limites da validade, o princípio da regra da decisão coletiva tem uma validade absoluta, até mesmo pode ser utilizado para tomadas de decisões de aniquilar o próprio princípio da maioria. Isso colocaria em causa a democracia e minaria a sobrevivência da participação de maiorias na democracia. Esse limite da validade da maioria coloca problemas que a regra de maioria não conseguiria resolver.

No segundo, chamado limites de aplicação, o campo da distinção caracteriza-se entre aquilo que é opinável, negociável e passível de ser submetido às regras da maioria e aquilo que não é negociável. Ou seja, existem algumas matérias sobre as quais a regra da maioria não pode ser aplicada na decisão, sob o risco de promover uma decisão injusta. Esse princípio, por exemplo, não seria válido para julgar os direitos fundamentais do homem,²⁵ por envolver valores e postulados substantivos (de ordem ética e moral) e não seu significado jurídico-institucional (de ordem procedimental). Aqui se entra no limite do que não é opinável. Consequentemente, outro limite de aplicação que não pode ser decidido por maioria são as questões de natureza científica e técnica, não por que não sejam avaliáveis pela maioria, mas por razões objetivas e pela complexidade de procedimento, tais como as decisões para a resolução e regulação de conflito político, que são aplicáveis apenas a uma minoria. Por conseguinte, não seria objeto de decisão da regra da

25 A Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1789, que pretende ter uma validade universal para além de uma comunidade concreta, seria inadequada ao objeto da aplicação de regras de jogo da maioria.

maioria questões de “fórum íntimo”, no qual o sujeito é o único juiz, portador de uma lei superior, como ocorre com a religião.

No terceiro, nomeado de limites da eficácia, a busca de novos espaços democráticos é combinado com argumentos sobre os obstáculos colocados para o funcionamento da democracia e de suas “promessas não cumpridas”, tais como: a soberania popular sufocada pelo crescimento da burocracia pública devido ao excesso de demandas sociais; uma representação política que leva em conta particularidades e o não interesse geral; a persistência de “oligarquias” opacas ao princípio democrático; o crescente uso da comunicação de massa e o uso intensivo da propaganda política promovendo apatia e conformismo político; a existência de “poder invisível” (estruturas de “Estado paralelo” que fogem ao controle democrático); e a predominância de interesses corporativos, têm afetado a dinâmica de participação e de representação, entre outras promessas que constituem os limites de um Estado democrático.

A lógica democrática das “promessas não cumpridas”, de Bobbio, parece decorrer da relação antagônica entre igualdade e liberdade. Isso porque a argumentação político-filosófica contra o princípio da maioria, fundamenta-se na antítese entre *igualdade*, vista como determinada pela repressão das minorias, e *liberdade* no que diz respeito à *diferença* da capacidade dos indivíduos para decisões políticas que são determinadas por fatores independentes da regra majoritária da decisão coletiva: “um homem, um voto”.

Offe (1984) evidencia que isso teria como consequência uma concepção da regra majoritária imposta em favor de outras estratégias de conquista de poder. A vontade da maioria, na teoria elitista, passa a ser vista como politicamente irrelevante.

Nesse sentido, embora Bobbio reconheça a importância da regra da maioria para deliberações das decisões coletivas, para ele só as “regras de jogo democrático” devem ser aceitas por todos os jogadores, caso contrário o jogo democrático deixa de existir, pois, “diferentemente de todas as outras regras, as regras de jogo democrático devem ser aceites por unanimidade, pela simples razão de que a não-aceitação de um único jogador, torna impossível o jogo”. (BOBBIO, 2000, p. 443)

Segundo Bobbio (2000), o sucesso da democracia na sociedade contemporânea dependerá da ampliação do número de estados democráticos e da democratização do sistema internacional, através da adoção de um conjunto de regras de jogos democráticos nas relações entre Estados. O futuro da democracia depende, assim, de um ambiente global favorável à estabilidade democrática, isto é, uma democracia cosmopolita a partir da autoridade final das Nações Unidas. Nesse sentido, a criação de uma “sociedade civil global” possibilitaria a realização plena das liberdades individuais, acessíveis apenas aos Estados liberais, já que “todos os estados autoritários são antiliberais”. (BOBBIO, 1998, p.44). O que significa dizer que o liberalismo em Bobbio é sinônimo de democracia.

Sobre o tema, Vasca (1996) afirma que os postulados normativos de Bobbio, no que diz respeito as “promessas não cumpridas” e as “aporias” da democracia, reestabelece a ligação entre o liberalismo e o individualismo metodológico que não escapa aos limites teóricos do contratualismo hobbesiano, baseado nas instituições formais representativas (Estado). No entanto, a sociedade contemporânea seria constituída por sujeitos coletivos e minorias sociais como mulheres, negros, trabalhadores, que lutam por direitos no âmbito da sociedade civil. Bobbio não apôs o problema

da revisão da teoria democrática, mas reafirmou a democracia existente sobre a base de seu “conteúdo mínimo”, tal como definido por Dahl, para existência de poliorquias democráticas.

A análise da transição democrática, no que diz respeito às relações entre indivíduo, esfera pública e democracia, apresenta-se fortemente influenciada pela teoria de Schumpeter, especialmente por ele caracterizar a complexidade da dinâmica da vida social moderna nos termos da sua “modernização”. Para situar melhor esse pensamento na teoria democrática contemporânea, fizemos uma breve análise dessa abordagem.

Transição Democrática e Modelos de Democracia

Entre os princípios dos anos de 1974 e 1990, caracterizados pelo fenômeno da “terceira onda de democratização”,²⁶ a democracia liberal viveu um dos seus momentos de maior expansão, com o processo de transição do autoritarismo para a democracia dos países do Sul e Leste da Europa, da América Latina e África. Os estudos recentes de autores como Huntington (1994), Przewoski (1994), Linz & Stepan (1999) demonstram a influência das ins-

26 A noção de “terceira onda de democratização” resulta do processo de democratização que teve lugar entre os anos de 1974 e 1990. Em seu livro *A Terceira Onda de Democratização: democratização no final do século XX* (1994), Samuel P. Huntington aponta três principais ondas de democratização. A primeira onda aconteceu entre os anos de 1926 a 1928, mas em seguida houve uma onda reversa, que ocorreu entre os anos de 1922 e 1942. A segunda onda de democratização teve lugar entre 1946 a 1962, acompanhada de uma onda reversa que teve lugar entre 1958 a 1975. Entre os anos 1980 a 1990, a democracia consolidou-se com a terceira onda democrática a partir da Revolução de Cravos, em 25 de abril de 1974, em Portugal, que derrubou o governo fascista de ex-presidente de Portugal, Marcelo Caetano.

tuições e das elites sobre o processo de transição nos sistemas multipartidários.

Esses autores exacerbam várias das ideias correntes de “regras de jogo democrático”, como a noção de democracia como um método, em que os cargos de governo são preenchidos através de eleições competitivas e livres, sufrágio inclusivo e o “direito” de qualquer um candidatar-se a cargos eletivos no governo. Nesse caso, as transições para a democracia são, portanto, jogos políticos estendidos a todos os cidadãos adultos na formação das instituições representativas através de eleições periódicas e competitivas.

Huntington (1994) aponta três formas distintas de transição democrática: *transformação* do regime através de controle da liberalização pelo antigo regime autoritário; *substituição* do regime autoritário pelo regime democrático e *transtitucionalização* a partir de negociação entre o governo e a oposição. Do ponto de vista do autor, nas sociedades que viveram a “terceira onda”, a *transtitucionalização* adquiriu significado importante no contexto de sua interpretação de democratização. Segundo Huntington (1994), uma transição consensual oferece melhores condições para a consolidação do novo regime,²⁷ não importando de quem tenha sido a iniciativa. “As negociações e a rela-

27 Huntington (1994) formula cinco critérios para avaliação dos processos de transição democrática: regime de *padrão cíclico*, marcados pelas relações entre o populismo e regimes militares conservadores que se estabeleceram entre diversos países da América-Latina; os regimes da *segunda tentativa*, como são os casos de alguns países de Leste Europeu e Latino-Americano, sem bases sociais, mas que tentaram outra vez e moldaram seus comportamentos a partir de experiências negativas do passado; regime de *democracia interrompida*, da qual emergem regimes democráticos por um período de tempo relativamente longo, mas que não tiveram continuidade devido a fissuras internas; regime de *transição direta* de um sistema autoritário estável para um sistema democrático estável. E, finalmente, a *transição por descolonização*, da qual um país democrático impõe regimes democráticos em suas colônias.

ção entre as elites políticas estiveram no cerne dos processos de democratização. Portanto, não importa que a iniciativa para a democratização tenha partido do governo, da oposição ou de ambos”. (HUNTINGTON, 1994, p. 166)

Outros fatores adicionais, como a experiência democrática anterior que possibilita maximizar as chances da transição; o ambiente internacional favorável para a democracia; a minimização de violência através do consenso; a manutenção de uma estrutura institucional receptiva à democratização e responsabilização dos líderes políticos servem para medir a (in)viabilidade da democratização. Segundo Huntington, o desenvolvimento econômico foi a causa que viabilizou essas mudanças democráticas. Nas suas palavras, “os obstáculos ao desenvolvimento econômico são obstáculos para o sucesso de transição e expansão democrática”. (HUNTINGTON, 1994, p. 306-307)

No que se refere à relação sociedade e Estado na transição democrática, restrita às disputas entre líderes, Huntington relega para segundo plano a participação política dos movimentos sociais na resolução de problemas sociais, políticos e econômicos. Nas palavras deste autor, “a diminuição da participação política pode ter sido indesejável em termos da teoria democrática, mas, em si mesma, não ameaça a estabilidade das novas democracias” (HUNTINGTON, 1994, p. 260).

Huntington (1994) afirma, ainda, que é por intermédio da participação política que se expressa à frustração social quando são canalizadas para o governo as demandas advindas da sociedade. A falta de experiência democrática e o fraco desenvolvimento econômico, em países com baixo grau de institucionalização, não permitem a expressão de demandas da sociedade civil através de canais legítimos. O crescente uso da comunicação de massa e o

uso intensivo da propaganda política são responsáveis, segundo Huntington e outros autores até aqui discutidos, pela limitação da participação política na democracia representativa. Essa situação agrava-se, sobretudo, quando a participação política da sociedade civil é vista através de mecanismos tradicionais de representação política: partidos e eleições.

Como explicitado por Lijphart (2003),²⁸ a democracia representativa ou majoritária, quando combinada a partidos políticos hierárquicos e governos centralizados, pode servir como um meio para negar a influência de minorias na constituição de uma sociedade mais plural. Nesse viés, a participação estaria muito condicionada às escolhas individuais, particulares, operando, na maioria das vezes, de modo episódico.

Como sugere Nogueira (2005, p. 132), a situação anterior trata de uma tentativa de limitação do processo democrático, na medida em que constringe o exercício de atividade política e, por conseguinte, gera a despolitização.

O que significa dizer que, por trás das interpretações de Huntington, centradas na preocupação em defender os canais políticos-institucionais, encontram-se concepções semelhantes à

28 Lijphart (2003) distingue dois modelos básicos de democracia, o majoritário e o consensual. O primeiro modelo, de Westminster, reúne alguns componentes essenciais: concentração do poder executivo e maioria restrita, com gabinete de partido único; bicameralismo assimétrico; sistema partidário unidimensional; sistema eleitoral de maioria relativa, governo unitário e centralizado e a democracia exclusivamente representativa. Já o modelo democrático consensual apresenta características essencialmente opostas: partilha do poder executivo através de grandes coalizões; separação formal e informal entre o Executivo e Legislativo; bicameralismo equilibrado e representação das minorias; sistema multipartidário; sistemas multidimensionais; representação proporcional; descentralização e federalismo. Acrescentar-se-á, com base num caráter mais amplo da democracia, as relações que se estabelecem entre a sociedade civil e o Estado, um dos eixos de análise importante para a compreensão da democracia contemporânea nas suas dimensões – social, econômica, cultural e política.

despolitização da política e de um distanciamento da participação efetiva da sociedade civil. Mais do que isso, o que esses autores não conseguem reconhecer é precisamente a existência da disputa entre concepções alternativas de democracia (DAGNINO, 2000), em que a correlação de forças entre movimentos e atores políticos tem papel decisivo.

Para O'Donnell, et al, (1988), a transição do regime autoritário não se limita a uma questão de desenvolvimento econômico ou da complexidade “societal”, mas são moldadas segundo suas características próprias. Nesse sentido, o processo de democratização em Cabo Verde e Guiné-Bissau, por exemplo, não decorreria apenas de seus níveis de desenvolvimento econômico, regras de jogo, liderança política, alianças interpartidárias e legislaturas, mas da organização e de pressão política dos movimentos sociais, conscientes de seus objetivos políticos e capaz de realizá-los através de ações coletivas e lutas, em todos os seus aspectos e dinâmicas.

É no processo dessas reestruturações político-partidárias que o projeto neoliberal tem sua sustentação material. Nesse projeto ideológico e político, a crise africana passou a ser (e vem sendo) enfrentada pelos condicionalismos que operam na regulamentação econômica defendida pelo FMI e pelo Banco Mundial voltados para retração do Estado nos gastos públicos com políticas sociais, desconsiderando, assim, os contextos sociopolíticos dos diferentes países e suas regiões. É, portanto, com um caráter universalista que a democracia se impôs, em África, para a formação de uma *cultura política dessa nova ordem neoliberal que prometia o fim de regimes autoritários*.

Ihonybere (1997) defende a tese de que a democracia tem pouca chance de sucesso caso os representantes do regime autoritário continuem no poder. Nessas condições, segundo ele,

há grande chance do processo democrático ser apenas uma forma de manutenção dos representantes do regime autoritário. A intolerância política entre os principais atores políticos sabota qualquer tentativa de transição democrática e serve apenas para manter o mesmo princípio antidemocrático herdado do anterior regime, razão pela qual a democracia terá pouca chance de sucesso. O pressuposto básico está em não permitir que os conservadores iniciem a transição democrática, possibilitando que outras forças sociais assumam o processo, garantindo que, uma vez iniciado, o grau de incerteza diminua e sejam criadas as condições de democratização.

Nesse sentido, Przeworski (1994, p. 56-57) argumenta que a experiência histórica tem demonstrado que a democracia é compatível com a pobreza. Mas adverte: “a sobrevivência das novas democracias dependerá, em grande parte, de seu desenvolvimento econômico, por terem surgido em meio a uma crise econômica”. Para o autor, a questão básica das transições é saber se elas conduzem a uma democracia consolidada, isto é, a um sistema em que as forças políticas relevantes submetem os seus interesses e valores à incerteza da interação das instituições e aceitam os resultados dos processos democráticos. Przeworski (1994, p. 95-137), citando O’Donnell, et al., (1998), distingue quatro atores políticos de transição: os “linha-dura” e os reformistas no interior do bloco autoritário, os moderados e os radicais na posição. Por outro lado, Przeworski critica estes autores por terem concentrado as análises nas estratégias de diferentes atores e explicarem os resultados como consequências dessas estratégias. O autor argumenta, ainda, que a transição política para a democracia está completa quando se estabelece o controle civil sobre os militares. Concluindo, Przeworski (1994, p. 131) assevera que as transições pela via da

emancipação pactuada deixam resíduos institucionais, dentre os quais, o mais importante é a autonomia das Forças Armadas.

Mesmo que o resultado final não seja uma ditadura, antiga ou nova, as transições podem ficar bloqueadas em algum ponto nos regimes que restringem a contestação devido às intervenções militares [...] Embora a democracia venha a ser instalada, ela nem sempre se consolida. Em certas circunstâncias, as instituições democráticas podem produzir resultados que levam algumas forças políticas a optar pelo autoritarismo (PRZEWORSKI, 1994, p. 78).

Na Guiné-Bissau, a origem da intervenção militar ocorreu na era colonial e durante a luta armada de libertação nacional. A partir das décadas de 1990, com o processo da democratização, assistiu-se a uma tendência à instalação de regimes autoritários mediante golpes de Estado, o que significou a repressão de qualquer forma de contestação aos regimes militares instalados. Golpes de Estado passaram a fazer parte do dia-a-dia da agenda política dos principais atores políticos nacionais, contribuindo largamente para criação de um ambiente social e político crítico. Na atualidade, a questão que se coloca é de saber como uma sociedade civil, que está marcada pelas forças conservadoras e por golpes de Estado, pode defender ou tentar defender a sua autonomia, quando domina uma situação paradoxal de instabilidade social e golpes.

Linz e Stepan (1999), partindo da visão de transição como momento de controle civil sobre os militares, oferecem uma definição não muito diferente daquelas colocadas por Huntington e Przeworski. Em primeiro lugar, porque a transição vista no sentido

de um acordo potencial de líderes políticos é relevante para o estabelecimento da ordem democrática. Por um lado, qualquer tipo de governo democrático deve ser produzido por eleições gerais. Por outro lado, qualquer governo que chegue ao poder como resultado de eleição livre deve ter a capacidade de gerar políticas. Daí o papel fundamental do Executivo, Legislativo e Judiciário para a existência da ordem. Segundo Linz e Stepan,

uma transição democrática está completa quando um grau suficiente de acordo foi alcançado quanto aos procedimentos políticos visando obter um governo eleito; quando um governo chega ao poder como resultado direto do voto popular livre; quando o governo tem, *de fato* a autoridade de gerar novas políticas; e quando os Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário, criados pela nova democracia, não têm que, *de jure*, dividir o poder com outros organismos (LINZ e STEPAN, 1999, p. 21).

Para Linz e Stepan, portanto, a questão da consolidação só se torna problemática com a ingerência dos militares na política do governo.²⁹ Mas, em oposição a Huntington e Przeworski, eles consideram que a transição democrática, na sociedade atual, não

29 Segundo Linz e Stepan (1999, p. 27), a teoria democrática, em especial no tocante às questões sobre como consolidar a democracia, é importante ressaltar não apenas as diferenças entre sociedade civil e sociedade política, mas também sua complementaridade. Essa complementaridade, para eles, nem sempre é reconhecida [...] Os defensores da sociedade civil ou da sociedade política (Estado) costumam adotar um discurso e um conjunto de práticas que são implicitamente contrários ao desenvolvimento normal da outra. Entretanto, Linz e Stepan (1999) não colocam uma das questões centrais do debate sobre os parâmetros da democracia, que é a de saber em que consiste essa complementaridade e que tipo de consenso ou equilíbrio deve ser estabelecido entre as duas instâncias políticas, sociedade civil e Estado.

é uma decorrência direta do desenvolvimento econômico,³⁰ mas advém pela intermediação entre o Estado e a sociedade civil no estabelecimento de acordos necessários à consolidação democrática. Nessa perspectiva, os autores consideram que a falta de acordos nas relações entre a sociedade civil e o Estado, produz uma dinâmica de transições *cerceadas e incompletas*, como as que tiveram lugar nos países da América Latina, em consequência a uma crise de legitimidade e eficácia.

Em África, esse debate marcou as formulações dos pensadores africanos sobre o processo de democratização, atrelado às “transições controladas” pela elite militar, mas por razões distintas dos contextos do Sul da Europa e da América Latina, dada suas especificidades.

Assim, para Koudawo (2001),³¹ a transição política cabo-verdiana do regime autoritário para a democracia multipartidária, a partir dos anos 1990, deu-se pelo *controle civil* burocrático sobre os militares. Em contraste, na Guiné-Bissau, a transição foi um processo *inacabado e sobreposto*. Nela, sobressaiu o poder militar herdado da luta armada de libertação dirigida pelo Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), nos princípios dos anos 1960. Nesse sentido, a inter-

30 Segundo Linz e Stepan (1999), a tese de que crises econômicas necessariamente solapam os regimes democráticos é refutada pela experiência europeia das crises econômicas das décadas de 1920-1930.

31 O consenso, a generalização, e o posterior desgaste da chamada “legitimidade histórica” dos velhos combatentes do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) levaram a rejeição de símbolos nacionais do partido, particularmente com vitória de oposição Movimento para a Democracia (MpD), fundado em 1990, sob a liderança de Carlos Veiga. Nessa perspectiva, imperou a lógica “ideológico-burocrática” sobre a “histórico-militar”, transformando o estatuto da força dirigente do Estado e da sociedade do PAICV em partido da classe dirigente (FURTADO, 1997 e SILVEIRA, 1998).

venção militar nos processos políticos tornou a convivência e a reivindicação democrática do Estado e da sociedade civil mais difícil de serem articuladas.

No entanto, a teoria democrática pluralista não enxergou que o processo democrático é interminável, não linear, complexo, cheio de tensões e interrupções, não se esgotando na representação eleitoral por meio de eleições periódicas dos representantes. Isso porque a democracia representativa, restrita as “regras do jogo”, não é um fim em si mesma.³²

Segundo Lopes (1997, p. 143), a questão central que se coloca para a teoria da democracia em África é a análise da pertinência de suas instituições frente a um “contexto social marcado pelo desafio do crescimento econômico”, sobretudo pelo fato dessas democracias terem surgido no quadro de crises econômicas que levaram a implantação de políticas de ajustes fiscais e reformas do Estado, nos anos 1980 e 1990.

No conjunto das elaborações acima expostas, verificamos que, para os teóricos da democracia em África, foi fundamental que se cumprissem certas pré-condições institucionais, culturais e sociais para que, de forma adequada, o processo de transição e democratização, via eleições de representantes, pudesse ocorrer. Só quando essas condições estivessem bem estabelecidas, em decorrência de determinado modelo de desenvolvimento econômico,

32 Os estudos sobre a transição democrática, ao recorrer o conceito do elitismo democrático de desenho institucional, a sociedade civil deixa o seu espaço de ação para a sociedade política, a qual assume as causas e os interesses da sociedade civil e monopoliza as funções de representação política. Ao conceber a democracia como um mero exercício de representação político-eleitoral no campo de Estado, dos pactos e dos equilíbrios políticos entre civis e militares, reforça o minimalismo (O'DONNELL, 1999).

a democracia poderia emergir em países como Cabo Verde e Guiné-Bissau.

A crítica sociológica às abordagens sobre a transição das “novas democracias” aponta a ênfase excessiva conferida à dimensão institucional e às regras do jogo que banalizam a interação estratégica entre elites políticas, em detrimento de concepções que privilegiam valores, crenças e normas compartilhadas na sociedade para além da estrita esfera estatal-institucional regulada pelas regras do jogo político.³³

Outra questão colocada acerca das relações entre indivíduos, esfera pública e democracia pelo modelo do *elitismo competitivo* é a constatação da relação entre o sistema de governo e a transição política para a democracia. Linz e Stepan (1999, p. 56) aceitam que o sistema parlamentar contribui de forma mais adequada para o êxito das novas democracias e cria oportunidades mais pertinentes para se estabelecer um equilíbrio cabal entre os poderes da soberania: governo e presidência. Ou seja, as questões da governabilidade só tendem a ser alcançadas com o equilíbrio de poder entre as instituições políticas representativas existentes para proteger o exercício da liberdade, da autonomia e dos direitos individuais. Somente nas instituições políticas a sociedade civil pode, na concepção liberal, participar e lutar para satisfação de suas demandas e cumprimento de direitos políticos e sociais de cidadania.

Se, na formulação de Lins e Stepan, o sistema parlamentarista de governo ganha uma maior determinação, no que diz respeito ao equilíbrio político-institucional necessário para se

33 Na perspectiva liberal, o conceito de transição política assemelha-se a uma “moralidade da transição”, isto é, uma aplicabilidade crescente da lógica de burocratização à democratização (GELLNER, 1981).

garantir a governabilidade; nas formulações de Reynolds (1997), a ampliação de eleições pluralistas em África fomenta polarizações étnicas e regionais entre os grupos por causa do seu aspecto “soma zero”.³⁴ Ou seja, dada a complexidade sociopolítica das organizações e demandas dos grupos étnicos, a participação política eleitoral na construção da democracia tende a refletir a diversidade étnica.

E é justamente por permitir essa configuração étnico-regional que Reynolds entende que no sistema presidencialista africano, os presidentes tendem a ser pressionados pelas diferentes etnias e diversos interesses regionais e podem ter incentivos para oferecer privilégios aos seus grupos étnicos e regionais, como forma de chegar ao poder ou garantir a reeleição. Essa mesma prática política é encontrada na Europa e nas Américas com partidos políticos xenófobos que procuram eleitorado na base de *slogans* étnicos.

O ideário da política expansionista de unificação wilsoniano, voltado para a divisão da Europa em Estados territoriais etnolinguísticos e culturais, gerou a exclusão, a coerção e o genocídio de minorias para a construção da hegemonia dos Estados Unidos no final do século XIX e princípio de século XX. Nesse sentido, a etnicidade se colocou no campo da disputa e passou a ser concebida como uma questão intrínseca aos Estados nacionais (HOBSBAWM, 1999).

A sociedade civil e os estados africanos, integrando a base de sustentação na política de *neopatrimonialismo* (BRATTON & VAN DE WALLE, 1997), realizam uma prática política baseada

34 Jogo político onde o candidato que ganha as eleições leva a maioria da representação e com isso exclui a participação dos perdedores na formação do governo e na tomada de decisões. Essa visão da democracia é colocada em cheque frente à proliferação de novos campos de disputa política além das esferas estatais.

no processo de *africanização* (CHABAL, 1991, p. 47) ou *informalização da política* (LOPES, 1997, p. 40) nas relações de forças políticas. A reapropriação da estrutura do Estado colonial pelas elites políticas africanas tem desempenhado, na perspectiva desses autores, um dos papéis-chave na articulação política, num continente com índices de desigualdade social e de pobreza acentuados, onde a ação do Estado, em grande medida, é materializada com base no clientelismo e no paternalismo: arranjos políticos que garantem a continuidade da classe dirigente no poder, inibindo, sobremaneira, a participação dos movimentos sociais, da sociedade civil na vida política. Nesse sentido, é no campo econômico do Estado que se operam as práticas políticas nas suas relações com a sociedade civil, através da construção de alianças de privilégios.

Na teoria elitista da democracia, a relação e ação política dos indivíduos com o Estado são retratadas em conexão direta com a eleição de líderes, conferindo pouca atenção à organização coletiva e disputa de interesses, via formação de grupos, entidades, organizações, sindicatos. Defende uma participação política moderada dos movimentos sociais para o funcionamento “equilibrado” do Estado democrático. Defende que quanto maior for a percentagem da participação da população nos assuntos de governo, menor é a chance da democratização.³⁵

Não obstante, os pensadores dessa teoria negligenciam que a combinação de direitos coletivos com os de minorias em uma sociedade, com os direitos dos indivíduos plenamente reconhecidos, é a maneira mais fácil de articular a dimensão política e social do

35 Como nos esclarece Pateman (1991, p. 16), para os liberais, a participação limitada tem uma função positiva no conjunto do sistema ao amortecer o choque das discordâncias, dos ajustes e das mudanças.

processo democrático. Isso porque o respeito às “regras de jogo”, assim como a combinação entre eleição e representação não levam, necessariamente, à consolidação do regime democrático. Ou seja, não garante, por exemplo, que as imensas desigualdades sociais, culturais, políticas e econômicas que caracterizam a sociedade contemporânea, especialmente em novas democracias, tenham soluções imediatas. O sucesso dos novos regimes, de acordo com Moisés e Albuquerque (1989, p 14), dependerá principalmente da capacidade de governo e sujeitos de construir um modelo de sociedade capaz de mudar a qualidade de vida da maioria da população e de incluir as minorias na tomada de decisões coletivas, ao contrário do modelo liberal pluralista.

Nesse âmbito, O’Donnell, et.all. (1988) fazem uma distinção entre democratização do governo e do regime: o primeiro diz respeito às instituições; e o segundo, à relação entre as instituições políticas e a sociedade civil. Em outros termos: a dimensão institucional da democracia refere-se ao modelo liberal e hegemônico que, segundo Santos (2005), se baseia na privatização do bem público por uma elite, enquanto o social diz respeito à consolidação democrática e à pressão da sociedade civil sobre o Estado para o atendimento de reivindicações e demandas específicas. O que pode ter contribuído para os desafios da transição democrática em África, onde as demandas das “minorias” são desconsideradas ou excluídas pelo Estado, até então dirigido por uma elite militar de partido único, contra as tentativas de cidadãos comuns de se organizarem em instituições autônomas ao regime.

Nesta mesma direção caminham as reflexões de Bratton e Walle (1997), que vão encontrar esses limites nas heranças institucionais dos países africanos, e não em sua cultura política. Foram essas heranças, prosseguem, que influenciaram as transições

democráticas em África. Esses autores avaliam que a democracia tem mais chance de sucesso em regimes com certa experiência de competição política. Assim, a intolerância e a ausência de uma sociedade civil articulada é que motivariam o fracasso das transições políticas no continente africano; Essas são as razões pelas quais a democracia teria poucas chances de sucesso, em África, onde se sobrepõe o poder militar, a exemplo do caso guineense. No entanto, a concretização de sucessivos golpes de Estado constitui, também, numa fonte de potencialização, disputas e busca de diálogo para a construção de um novo projeto societário baseado no *consenso participativo* da sociedade civil na democracia.

De maneira geral, nessa tradição teórica de se pensar a política na sua acepção minimalista, a democracia pode ser interpretada como conjunto de condições que se referem às relações entre a *liberalização*, a *transição* e a *consolidação*, entendida, no caso, no intuito institucional formal (eleições, institucionalização de regras do jogo que estão relacionadas aos poderes do Estado). Assim, a *liberalização* é abertura do espaço político-autoritário para processamento de novas demandas; A *transição* significa a incorporação dos direitos de participação, de organização de associação no quadro das regras de jogo das instituições democráticas; Já a *consolidação* teria a ver com o processo da ampliação democrática que garantisse a justiça social, a articulação da dimensão política e a dimensão social da democracia.³⁶

Resta saber como se configuram, em Cabo Verde e Guiné-Bissau, as três condições da democracia anteriormente apontadas e que se tornaram clássicas na literatura sobre democratização

36 Essas condições tanto políticas – liberalização e transição – quanto sociais – democratização e consolidação encontram-se em O'Donnell, Schmitter e Whitehead (1988).

enquanto “regras de jogo” e formação de consenso, liberdades civis e direitos políticos da tradição liberal.

Em suma, a teoria da transição democrática enfatiza a democracia concebida como uma engenharia essencialmente política que se autodetermina e não se subordina a pré-condições que não sejam de ordem institucional, no quadro das regras de jogo, cujo objetivo é fundar a democracia num “pensamento único”, sem considerar a configuração cultural e a história dos países.

E foi com a intenção de criar uma alternativa à teoria liberal, baseada na restrição da participação, que os proponentes da “democracia social” introduziram uma nova conceitualização das relações entre a sociedade civil e o Estado para a construção de um espaço democrático e ampliação de esferas sociais da democracia participativa.

Democracia Social – Prática, Solidariedade, Mudança

A construção da democracia participativa moderna fundamentou-se na soberania popular, na sequência da Revolução Francesa de 1789, com a instituição da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Em oposição à concepção inglesa de democracia, dominada, desde o final do século XVIII, pelo pensamento utilitarista e aristocrático, na França predominou uma concepção fundada na ideia da soberania popular e igualdade de todos diante do poder absoluto da monarquia, conforme análise de Tocqueville (1977).

Essa visão republicana da democracia nos remete, necessariamente, à análise da questão de participação nas formulações políticas de Rousseau, com a finalidade de pensarmos as relações

entre democracia, sociedade civil e Estado por intermédio da noção de soberania popular.

Em sua obra *Discurso sobre a Desigualdade*, a ideia central de Rousseau era a de que a principal desigualdade social surgia da propriedade privada e divisão do trabalho. Nessa perspectiva, o princípio básico da ordem social legítima diz respeito a uma distribuição mais equitativa da riqueza e da propriedade, isto é, à construção de um tipo de cidadania que seja capaz de orientar-se pelos interesses comuns. Esse processo de interdependência entre os indivíduos/cidadões está marcado pela estreita ligação entre participação e controle através da construção *contratual* geradora de uma ordem política igualitária, fundada de forma consciente e aceita voluntariamente, o que ficou denominado por Rousseau de “vontade constante”. (ROUSSEAU, 1973, p. 56)

Rousseau (1973) também afirmou que seu modelo não exigia igualdade absoluta, mas, sim, que as diferenças existentes não deveriam conduzir à desigualdade política (PATEMAN, 1992). Portanto, nessa formulação, parece existir uma diferença entre “vontade geral” e “vontade de todos”. Bastante diferente é a interpretação da teoria liberal da democracia da noção de participação em Rousseau. De acordo com Pateman (1992), o temor do fascismo e do comunismo, com altas taxas de participação política de movimentos de massa, forçados, às vezes, por coerção, reforçou a tendência atual de se relacionar a palavra “participação” com o totalitarismo mais do que a democracia.³⁷

37 Tal qual Pateman (1992), Offe (1984, p. 361) afirma que o maior medo da burocracia alemã, na época, era que, uma vez introduzido o sufrágio universal e igualitário, o poder majoritário da classe trabalhadora se traduzisse numa transformação revolucionária do Estado. Trata-se, sem dúvida, de análise similar que inspirou as interpretações de Weber e Schumpeter sobre a noção de participação popular.

Por outro lado, a constatação do juízo comum de que pessoas de baixas condições socioeconômicas apresentam um comportamento político marcado pela apatia e desordem ajuda a entender a preocupação dos teóricos da teoria de democracia liberal com a estabilidade do sistema político. Pateman (1992) rejeita qualquer explicação que se baseie na teoria “clássica” como essência da teoria normativa da democracia sobre orientações coletivas. Para ela, nas revisões dos clássicos esses ideais foram subvertidos. Schumpeter, por exemplo, não apenas fez uma falsa representação dos “clássicos”, como também não se deu conta de que podem se encontrar duas ou mais teorias bem distintas sobre democracia nessas abordagens. Portanto, *a noção de uma teoria clássica da democracia é um mito*.

A participação, na perspectiva de Pateman, é construída em torno da afirmação central de que indivíduos e suas instituições devem ser analisados articuladamente: em nível de sistemas participativos e autossustentados e em nível da democratização dos sistemas políticos na tomada de decisões e controle de cidadãos sobre suas vidas. Aparentemente, Pateman absorve, na noção de controle individual, a perspectiva liberal de análise de estabilidade social. Entretanto, Pateman (1992) define explicitamente interesses privados, considerados isoladamente, e interesses sociais do processo participativo deliberativo. Para essa autora: “não há nenhum problema especial quanto à estabilidade de um sistema participativo [...] Ele se sustenta por meio de impacto educativo do processo participativo.” (PATEMAN, 1992, p. 61)

A estabilidade é orientada por interesses coletivos e autossustentados por meio de socialização e educação. Isso quer dizer que há diversos pontos de referência para a constituição do consenso. A socialização não é sinônima de representação. Ela constitui

uma dimensão específica da ação coletiva: aquela dotada de sentido e orientada para a mudança; ou seja, aquela imbuída de *input* (participação) e *output* (decisões), embora simplista, constitui um dos principais pontos que distancia os proponentes da democracia social da democracia minimalista. Para esses, como se mostrou anteriormente, tal enunciado seria implausível na medida em que as ações coletivas são vistas como determinadas por arranjos institucionais, restritos às “regras do jogo”.

Os defensores da democracia social argumentam que na concepção liberal da democracia o poder tem sido concentrado nas elites, ignorando a capacidade dos sujeitos coletivos e da sociedade civil de participarem no exercício desse poder. Argumentam, ainda, que a participação efetiva de sujeitos coletivos no governo irá desenvolver e aperfeiçoar a própria democracia. Para Bottomore (1981), a visão minimalista da democracia levou os cientistas políticos a reduzirem a democracia ao comportamento eleitoral, fruto de cálculos de atores políticos que lutam no mercado do voto através de eleições dos governantes. Segundo o autor, a democracia pressupõe luta de indivíduos pela construção das condições sociais pelos próprios atores coletivos; uma forma de democracia interna da sociedade, como indica o autor: “a democracia é um “movimento histórico” que visa estender a área na qual os membros de uma sociedade podem governar a si mesmos, livres de qualquer regulamentação da vida coletiva”. (BOTTOMORE, 1981, p. 26)

É uma visão coletivista da democracia, onde os atores sociais coletivos são agentes que participam de decisões, fazem propostas políticas de interesse da sociedade e lutam para a diminuição da desigualdade social, política e econômica. O modelo da democracia coletivista enfatiza os movimentos sociais e, portanto, apoia-se

na ampliação do espaço público conquistado pela sociedade civil. (CHAUÍ, 1990, p. 140)

Para Pateman (1992), isso significa que a democracia se efetiva através da participação como um elemento fundamental para o desenvolvimento dos indivíduos e para a tomada de consciência dos seus interesses, em especial em nível local e no cotidiano das escolas, comunidades e indústrias. É nessa esfera que se efetiva um sistema participativo. Como afirma Pateman,

[o] sistema participativo, isto é, uma sociedade onde todos os sistemas políticos tenham sido democratizados e onde a socialização por meio de participação pode ocorrer em todas as áreas [...]. Outro aspecto da teoria da democracia participativa é que as esferas da atuação (escolas, comunidades e indústrias) devem ser vistas como esferas de atuação política por excelência, oferecendo áreas de participação adicionais ao âmbito nacional, o que implica na própria redefinição do político (PATEMAN, 1992, p. 61).

O pressuposto básico da visão de Pateman é de que é em nível dessas esferas que o indivíduo “aprende a democracia”, tende a se interessar mais pelas questões locais e nacionais. Pateman partilha com Dahl essa visão da relação entre participação e socialização, porém de maneira mais radical assume a primazia da participação coletiva sobre a individual.

Quais seriam, com base nessa perspectiva, as condições sociais para uma concepção coletivista da democracia? Macpherson (1979), que defende a democracia participativa, propõe um conjunto de condições que, segundo ele, seriam características necessárias da democracia coletivista: a) a diminuição da desigualdade

social, econômica e política; b) o desenvolvimento de sentimento coletivo, no qual os atores passam a se ver não mais como simples consumidores, mas como agentes produtores de sua própria história; e c) a criação das condições pelas quais se viabiliza o aumento da participação política numa democracia participativa.

Portanto, é fundamental que os indivíduos transformem uma concepção de vida pautada em interesses consumistas numa ação voltada para o desenvolvimento de suas potencialidades coletivas e individuais. É, acima de tudo, necessária a redução das desigualdades socioeconômicas como fator de restrição à participação dos indivíduos na vida política por falta de recursos. Nesse sentido, a concepção coletivista de democracia é mais que uma democracia procedimental: ela pressupõe um alto grau de consenso e equidade a respeito das questões decisivas para o desenvolvimento social e econômico do país, dentro do quadro institucional vigente. O problema central aqui não é o modo como a democracia participativa deve atuar, mas como atingi-la, isto é, que mudanças no atual quadro institucional serão necessárias para democratizar a democracia. (SANTOS, 2005, p. 56)

Essas mudanças institucionais teriam duas implicações relevantes. Em primeiro lugar, a democracia torna-se parte de um conjunto de ações de movimentos sociais, resultado da pressão da sociedade civil sobre o “político”, dominado, até então, pela lógica da “contaminação mútua” da economia e do Estado. Em segundo lugar, e em razão da ampliação das esferas de movimentos sociais, incluindo o seu processo de mudança e as projeções que são possíveis a partir daí, suas demandas não se baseariam numa posição contratual e/ou numa representação, como foi o caso de partidos e movimentos de classes, mas sim constituiria numa identidade coletiva para a luta em defesa de um território físico e/ou simbólico,

cuja integridade e manutenção não seriam passíveis de negociação. (OFFE, 1984)

Na perspectiva de Offe (1984, p. 369), isso implica numa ruptura da sociedade civil com a sociedade política (partido e Estado), criando o terreno para o confronto entre uma hegemonia em “crise” e outra que está nascendo. Nessa situação, tanto pode ocorrer à restrição da democracia representativa via participação dos movimentos, quanto à ampliação do aparato estatal da repressão preventiva dos movimentos sociais. Ou seja, na medida em que o declínio do sistema partidário competitivo levaria a conflitos políticos e adoção de práticas menos reguladas de participação e conquista de espaços políticos nos movimentos sociais, seriam abertos espaços para transcender as premissas institucionais da organização social da democracia representativa. Ou, como sustenta Offe:

Como a economia política se volta de uma economia em crescimento para uma “sociedade de soma zero”, os arranjos institucionais para a solução do conflito sofrerão com as crescentes pressões e tensões. Essas tensões talvez sejam descritas como ameaças de desorganização. Essa desorganização pode ocorrer em dois níveis: em nível das regras de jogo interorganizacionais e em nível da organização de autores coletivos. (OFFE, 1984, p. 382)

Offe aponta, assim, uma tensão entre as regras institucionais da sociedade de “soma zero” (onde uns ganham, outros perdem) e a capacidade de atores coletivos se constituírem como agentes de mudança que concebem a democracia como prolongamento da vida em sociedade. Em oposição ao pressuposto de Bobbio, das

relações entre as regras e os procedimentos das decisões coletivas, Offe parte da visão de que a democracia deve ser compatível com as estruturas sociais, culturais, econômicas e políticas concretas existentes em cada sociedade. Para que as “regras do jogo” alcancem a confiança e a estabilidade social, elas devem passar pelo princípio de auto aceitação pelos atores coletivos.

Nessa perspectiva, a explicação das condições de validade de regras da maioria é de competência exclusiva da decisão autônoma dos movimentos sociais, o que distancia Offe de Bobbio, que defende as regras de jogo institucionais via eleições. A regra só se legitima plenamente, segundo Offe, quando se refere às questões da prática democrática e de ação coletiva na autodeterminação de questões públicas e privadas que, por sua vez, pressupõe a participação democrática efetiva de sujeitos coletivos.

Os proponentes da democracia social radicalizam o sentido de auto-organização da sociedade por sujeitos unidos na busca de representatividade e cidadania política.

Alan Touraine, em sua obra o *Que é a Democracia* (1996), defende três dimensões da democracia:

podemos falar de um sistema democrático cujos elementos constitucionais, legais e parlamentares colocam em ação os princípios de limitação do poder do Estado em nome dos direitos fundamentais; a representatividade social dos atores e a cidadania política. Assim a democracia pode ser definida como a mediação institucional entre o Estado e a sociedade civil. (TOURAINÉ, 1996, p. 103)

A primeira dimensão da democracia – respeito pelos direitos fundamentais – se refere à mediação entre o Estado e uma

pluralidade de atores sociais ou coletivos; a segunda – representação social – implica no reconhecimento desses atores como agentes que participam na construção da vida coletiva e na defesa de suas identidades, sejam elas culturais, políticas, religiosas, econômicas ou étnicas; e a terceira – a cidadania política – enfatiza a autonomia da sociedade civil em relação à sociedade política (Estado), e vice-versa.

Trata-se, portanto, de uma democracia de afirmação de direitos sociais, políticos e econômicos dos indivíduos, a afirmação de formas alternativas da cidadania e da possibilidade de ampliação da participação política. Assim concebida, conforme Santos, a democracia não surgiu num vácuo social e nem tornou-se um conjunto de garantias formais que asseguram a institucionalização do governo:

A democracia não constitui uma simples obra de engenharia institucional ou mero acidente de leis naturais [...] A democracia constitui uma nova gramática social e cultural [...] e revela-se a sociedade histórica por excelência, sociedade que acolhe e preserva a indeterminação em contraste com o totalitarismo que, identificando-se com a ideia da criação do homem novo, opunha-se contra essa indeterminação. (SANTOS, 2005, p. 51)

A especificidade da democracia para Boaventura de Sousa Santos reside em sua radical remodelagem do poder soberano, uma modalidade histórica do que Claude Lefort (1983) chama de encenação (*mise-en-scène*) continua da política em que o poder democrático não é dado de antemão pelos sujeitos. O que essa visão aponta é que o poder democrático não se inventa a partir

de poderes instituídos do Estado, mas contra o desejo da sua totalização.

O Estado totalitário só pode ser concebido em relação à democracia sobre o fundo das ambiguidades dessa última [...] Não é possível combatê-lo senão despertando o espírito da revolução democrática, reinventando-a [...] Em nossos dias, são todos os protestos, todas as revoltas provenientes do Leste Europeu que voltam a dar sentido à *invenção democrática*. (LEFORT, 1983, p. 33 [grifo do autor])³⁸

Essa nova gramática social, da (re)invenção democrática, que ganhou fôlego com os processos de transições do autoritarismo para a democracia, iniciada no Sul da Europa nos anos de 1970, chegou à América Latina nos anos de 1980, alargando, mais tarde, suas “promessas não cumpridas” para o continente africano, a partir dos anos de 1990. Isso (re)colocou na agenda política desses países a questão da democracia participativa, contrapondo-se à democracia representativa.

Hoje, é quase uma unanimidade entre os proponentes da democracia social que a “imposição” da democrática liberal pelo mundo vem acompanhada pelos novos parâmetros da democracia, isto é, pelos projetos alternativos de democracia e de cidadania, nos quais a sociedade civil é obrigada a assumir as

38 Para Lefort, durante o *Ancien Régime*, o governo monárquico funcionava como uma representação totalizadora do político, com a soberania ancorada diretamente no corpo do rei. A Revolução Francesa sinalizou uma ruptura com esse tipo de incorporação direta. Os acontecimentos pós-revolucionários durante o último século levaram o surgimento da “terceira onda” de novos regimes democráticos, nos quais o “povo, a nação e o Estado” assumem o *status* de categorias universais. (LEFORT, 1983)

responsabilidades sociais evitadas agora pelo Estado neoliberal. (AVRITZER, 2000)

Esse fato contribuiu para desenvolver, em vários países, uma ruptura com o modelo procedimental da democracia hegemônica para a consolidação de uma concepção fundada no bem comum. Como observa Santos, pensar a democracia como ruptura social implica em abordar os elementos culturais dessa mesma sociedade. Essa reinvenção da democracia nos países do Sul da Europa, Sul da América Latina e África está intimamente ligada ao pluralismo político pelo qual passaram esses países e que permitiu uma disputa pelo significado de determinadas práticas políticas, incorporação de novos atores e temas na agenda política. (SANTOS, 2005, p. 55)

Essa ruptura ou reinvenção democrática recolocou, no debate sobre a democracia, a relação entre as regras procedimentais e o engajamento de novos atores políticos em decorrência da grande participação e redefinição das relações entre a sociedade civil e o Estado no campo das deliberações coletivas caracterizadas por um conjunto de pressupostos, a saber: ampliação das dimensões e conteúdo dos direitos da cidadania, ampliação da esfera pública associada às organizações da sociedade civil.

Para Habermas (1995), esses pressupostos democráticos estabelecem uma conexão interna entre considerações pragmáticas: discursos de auto compreensão e discursos relativos à questão da justiça social para estabelecimento de compromissos e consensos. Nessa perspectiva, a deliberação não estaria dependente dos parâmetros éticos da liberdade positiva dos cidadãos e atores coletivos de uma comunidade política e nem tão pouco da liberdade negativa dos interesses individuais. Seu desenvolvimento, segundo Habermas, se daria principalmente em sociedades onde

predomina a pluralidade de formas e sujeitos de comunicação em que a vontade comum pode se formar pela via da auto compreensão e, também, pelo equilíbrio de interesses e compromissos, escolhas racionais e morais e coerência jurídica. É nessa perspectiva que os conceitos da democracia deliberativa, em suas esferas pública e sociedade civil, assumem papéis importantes.

A teoria do discurso conta com a *intersubjetividade* de entendimento que se realiza na forma institucionalizada das deliberações nas redes de comunicação dos espaços públicos e nas instituições parlamentares. Essas deliberações constituem âmbitos nos quais pode dar-se uma forma de opinião racional acerca de temas relevantes. Assim na teoria de discurso os limites entre o Estado e a sociedade civil são respeitados, sobretudo na constituição das condições de operação da esfera pública. (HABERMAS, 1995, p. 48-49)

O modelo deliberativo de democracia ocupa, na formulação de Habermas, posição central. De acordo com esse autor, o sistema de deliberação constitui o mais perfeito instrumento de controle social e político, porque suas normas de ações baseiam-se na racionalidade comunicativa. A emergência histórica desse mecanismo de deliberação deve-se à conjunção de uma série de fatores, entre os quais Habermas salienta os limites do modelo liberal e republicano da concepção de democracia e da cidadania.

No caso do *liberalismo*, a cidadania está baseada nos direitos subjetivos, em conformidade à liberdade dos indivíduos, protegidos pela lei e dela fazendo uso na defesa de seus interesses privados; às demandas da racionalidade e estratégias da competição,

tendo em vista a conquista e conservação do poder; à existência de um aparato governamental, de base instrumental, capaz de garantir e regular o sistema contratual do mercado. Aqui, a participação da sociedade civil na vida democrática baseia-se nos processos eleitorais da democracia representativa liberal.

No caso do *republicanismo*, a cidadania está ancorada nos direitos objetivos baseada na ética da sociedade, como um todo politicamente organizado: a sociedade centra-se no Estado, a construção da autodeterminação dos indivíduos, mediante a vontade coletiva, age como uma totalidade em si e a democracia passa a ser sinônimo da auto-organização política da sociedade. Podemos identificar aqui alguma semelhança entre as formulações de Santos, Lefort e Habermas sobre a relação entre a sociedade civil e o Estado. Suas abordagens colocam a necessidade da “descorporificação” do poder e radicalização da democracia pela instituição de uma “sociedade sem corpo” que resiste a totalização.

Para Habermas, ainda, a esfera pública é a instância geradora de poder legítimo onde se dá o intercâmbio discursivo. O conceito de esfera pública, além de defender a sua relação com a comunicação, diz respeito aos processos de democratização social e política. É um espaço de interação distinto daquele do Estado e que permite a sujeitos plurais participação pública e igualitária na formulação de decisões e demandas junto ao Estado. Deduzimos daí que a esfera pública, enquanto esfera comunicativa de deliberação na sociedade civil é um fenômeno que: 1) forma uma extensa rede de sensores; 2) reage às pressões, e 3) estimula opiniões influentes. (HABERMAS, 1995)

Essa observação pode ser melhor ilustrada com a ideia de ampliação de domínio público. Segundo Avritzer (2000, p. 69), o fato relevante é que tal dimensão de formulação de domínio

público atribui um significado à discussão pautada no discurso racional de caráter público com implicações na formulação de novas agendas. Uma dessas implicações seria a formulação, por meio da deliberação pública, de preferências individuais e coletivas e os melhores meios de atingi-las num diálogo livre e aberto, independente de condições econômicas e sociais do indivíduo na sociedade.

Essa abordagem da democracia, entendida como esfera pública deliberativa para resolução de problemas racionalmente, foi criticada por não considerar vários aspectos interligados (econômico, social, político, cultural) e sua relação com o gênero. Iris Young (2001) propõe uma *democracia comunicativa* que se opõe frontalmente ao modelo deliberativo de Habermas (1985) no que diz respeito à restrição a argumentação baseada (quase que exclusivamente) nas escolhas racionais. Segundo a autora, Habermas reduziu a democracia à obtenção de entendimento por meio do “discurso competente” sobre normas dependentes da restauração do consenso. Esta concepção, diz Young, gera a exclusão na construção prática da “unidade”, numa situação em que os participantes são diferenciados tanto em relação à posição social e material, quanto simbólica. Para a autora, a questão do discurso em Habermas adquire significado no contexto das democracias ocidentais contemporâneas e das estruturas decisórias externas ao Estado. Essa concepção de democracia incorpora três novas dimensões: os indivíduos devem se sentir interdependentes; o comprometimento está agregado ao respeito mútuo, no sentido de reconhecer que todos têm direito a expressar suas opiniões e pontos de vistas e que todos merecem ser escutados.

A democracia comunicativa de Young (2001) vincula-se à sua concepção particular do feminismo. Essa visão, à luz das

formulações da autora, comporta duas tendências metodológicas: Uma, mais diretamente vinculada à teoria de democracia comunicativa, enfatiza as dimensões objetivas da democracia, atribuindo um papel primordial às condições materiais, socioeconômicas dos sujeitos. Outra, mais próxima às lutas feministas, enfatiza a subjetividade das diferenças, conforme ilustra a autora:

A interação comunicativa significa encontrar as diferenças de significado, posição social ou necessidades que não compartilho e com as quais não me identifico. Isso não significa que não possa existir similaridade. A diferença não quer dizer distinção total. Mas significa que cada posição tem consequência de que não corresponde a perspectiva dos que estão diferentemente situados, no sentido de que as diferenças não podem ser assimiladas. (YOUNG, 2001, p. 377)

Em contraste com abordagem racionalista de Habermas sobre a democracia deliberativa, Young volta-se para as garantias das condições necessárias à inclusão e à valorização das diferenças, através da incorporação de novas formas de articulação de consenso. Essa abordagem propõe uma noção de consenso não como ponto de chegada, mas sim como ponto de partida das diferenças, restrições e perspectivas contra quaisquer mecanismos de simplificações exageradas de posições de sujeitos. Só com a interação comunicativa diferenciada contra a dominação é que a democracia pode ser alcançada e protegida. Nessa proposta, a formação da “unidade” da vontade coletiva não depende de consenso, mas, sim, da liberdade comunicativa plena do sujeito. (YOUNG, 2001) Apesar desta diferença, Habermas e Young compartilham a ideia

comum de que a democracia é uma prática intersubjetiva entre pessoas em comunicação permanente.

Nesse ponto, o problema da articulação entre liberalismo e republicanismo de como é possível a coexistência de consenso entre pessoas, cujo fundamento é o conflito de interesses entre as unidades básicas de sua estrutura social: democracia, liberdade, cooperação? A resposta de Axel Honneth (2001, p. 89) a essa questão introduz o conceito de *democracia cooperativa* como central para se articular uma conexão interna entre a democracia e a cooperação. No momento em que a divisão de trabalho implica a cooperação social sob as condições de justiça, a esfera pública de Habermas sofre uma modificação qualitativa. Ela passa a incorporar a ética democrática: a experiência que advém a todos os participantes de uma sociedade a partir de um relacionamento cooperativo com base na justa divisão social do trabalho.³⁹

Deduz-se daí que uma condição intrínseca para o aprofundamento da democracia na sociedade contemporânea passa, necessariamente, pelo reconhecimento da diferença em função da ameaça constante de mecanismos de exclusão gerados pelo autoritarismo e desigualdade. (HONNET, 2001) Portanto, a luta pelo reconhecimento e redistribuição é uma luta de movimentos sociais pelos princípios éticos da vida, partindo do princípio de que os indivíduos não agem apenas racionalmente, motivados por interesses individuais e mediante consulta, mas que a democracia é um espaço de lutas, interesses e projetos antagônicos, no qual e com o qual se organiza a busca de pontos de equilíbrio para a construção da hegemonia mediante a explicitação das diferenças.

39 O conceito de democracia cooperativa de Honneth é o ponto de articulação com a noção de cooperação social de Dewey, da divisão social, de Durkheim, e de vida ética, desenvolvido por Hegel.

Para Joas (2001) a democracia envolve a “vida comunitária”, em cujo interior se compartilham responsabilidades para ampliação do Estado, como *locus* de convivência, na busca de alternativas positivas para os problemas sociais, no âmbito da *democracia dialógica* que preserva a autonomia política dos sujeitos. (GIDDENS, 1996; NOGUEIRA, 2005) Daí também o papel do *diálogo político* para a construção de uma sociedade democrática.

Até aqui, examinamos, grosso modo, dois campos temáticos sobre a democracia: a teoria da transição democrática baseada na democracia representativa liberal e a democracia social baseada na solidariedade e na atuação coletiva dos sujeitos. A teoria da transição democrática acentua os fatores institucionais, econômicos e os critérios formais para elencar e estabelecer diferentes níveis do processo democrático, a saber: a liberalização, a transição e consolidação da democracia, entendida como institucional formal. Em suma, a teoria da transição democrática enfatiza a democracia concebida como uma engenharia essencialmente política que se determina a si mesma, e não se subordina às pré-condições que não sejam de ordem político-institucional no quadro das regras de jogo, cujo objetivo é fundar a democracia num “pensamento único”, sem considerar a configuração cultural e a história dos países.

Por outro lado, a perspectiva de “democracia social” caracteriza o processo articulatório democrático a partir das seguintes considerações: democracia enquanto prática de atores sociais; participação ativa da população na vida política além do sistema eleitoral; luta de atores sociais e coletivos na busca da diminuição da desigualdade social, política, econômica e cultural; limitação do poder de Estado em nome dos direitos da cidadania ativa. Nessa ótica, o desempenho democrático é medido segundo a capacidade dos atores sociais e políticos de garantirem o equilíbrio, ou seja,

quando a representatividade dos movimentos sociais e políticos estiverem assegurados, sob a condição de luta para a melhoria das condições de existência. Nesse sentido, em ambas as perspectivas, a sociedade civil e sua relação com o Estado assumem um papel central, apesar de distintos.

Priorizamos a segunda perspectiva teórica que confere relevância às diversas formas de participação democrática e o fortalecimento da democracia, enquanto direitos e práticas sociais, espaço da mediação dos processos de relações sociais e articulações de interações de sujeitos, vigentes nas sociedades contemporâneas, tomando como referência os mecanismos de participação da sociedade civil e suas relações com o Estado, a partir do início da década de 1990, em Cabo Verde e Guiné-Bissau.

E foi no sentido de apreender a construção teórica e política que implica a (re)formulação de projetos societários, que os conceitos de sociedade civil e do Estado foram analisados em detalhes, num conjunto significativo de produções acadêmicas que discutem diferentes fundamentos de sociedade civil, opondo-se ou articulando-se com o Estado e regulando o Mercado, de forma autônoma ou não, na formulação de políticas que correspondam demandas dos diversos grupos.

Sociedade Civil e Estado no Debate Contemporâneo

Os conceitos de sociedade civil e Estado são, por natureza, polisêmicos no pensamento social contemporâneo. É também por isso que são utilizados com diferentes sentidos e acepções em diversos espaços sociais, econômicos, culturais e políticos, tornando-se,

assim, necessário saber o que se quer afirmar precisamente com esses conceitos.

A sociedade civil, tal como é concebida nas sociedades ocidentais, foi obra da modernidade, e seu conceito vem sendo formulado e reformulado desde pensadores como Hobbes, Locke, Rousseau, Ferguson, Smith, Kant, Hegel, Tocqueville, Marx, Gramsci, Habermas, Arato & Cohen, entre outros. O sistema de organização que emergiu na modernidade atrelou o conceito de sociedade civil ao Estado moderno (ao indivíduo burguês e, conseqüentemente, à cidadania, à liberdade).

Hegel,⁴⁰ tomando por base Aristóteles, Montesquieu, Tocqueville e Rousseau, parte para uma crítica às teorias do direito natural, afirmando que o estado de natureza é também um estado social e que as regras do mercado são fundamentais para a estruturação da sociedade civil moderna. Retoma, igualmente, a concepção universalista do indivíduo abstrato de Kant, enquanto fonte de direito e agente de consciência moral, assim como a visão de Ferguson e da economia política da sociedade civil como portadora da civilização universal.

A partir desses elementos, Hegel tenta conciliar e articular os direitos civis, baseados na propriedade e na liberdade individual: reformulação da ordem social para construir a sua noção da sociedade civil, distinta da esfera da sociedade política (Estado). Nesta esfera da sociedade civil,

o indivíduo particular, como todo concreto da sua particularidade e da sua carência, faz de si

40 Ao abordar a reflexão hegeliana sobre a sociedade civil, não desconsideremos a crítica que lhe é atribuída por relegar as sociedades africanas a condição de barbárie, já bastante debatido e contestado.

mesmo o seu fim que, no entanto, se entrelaça na substancia e no bem-estar de todos os outros e tem-nos por mediação, de modo que o indivíduo singular tem a sua subsistência e a sua existência, tanto interior como jurídica, neste sistema comum. Este sistema constitui o Estado de entendimento ou da vigência (HEGEL, 1979, p. 37-38).

Nessa perspectiva de análise, os interesses particulares só adquirem relevância enquanto encarnação de vontades coletivas, que delas se diferem qualitativamente e a elas se contrapõem, articulando-os, de forma relacional, em instâncias universalisadoras, que apoiam a construção de uma vida ética. E, enquanto o indivíduo e as instituições comportam-se segundo seus próprios interesses, a superação dessas limitações seria alcançada na mediação entre a família e o Estado, por meio da sociedade civil, em que, entre outras atribuições, teria um papel importante para o desenvolvimento de uma vida ética. (ARATO e COHEN, 1994)

Na interação, surgem outros componentes que expressam a construção da vontade universal a partir de vontades particulares na sociedade civil, a saber: o regulamento das necessidades nas relações econômicas; a administração da justiça que protege a propriedade e a liberdade do indivíduo e polícia (autoridade legal); e a corporação que regula os dois momentos precedentes e antagônicos para o bem-estar de todos. As corporações seriam o campo em que se constituiriam os atores sociais coletivos na sociedade civil, cujos interesses são particulares.

Para Hegel, a sociedade civil é esfera das relações econômicas, jurídicas e administrativas e, ao mesmo tempo, de sua regulamentação externa. Para Avritzer (1994), essa regulamentação se

daria no campo estatal, em que os interesses particulares e diferenças sociais seriam elevados a um nível superior da universalidade. Nesse sentido, o Estado é a superação e/ou incorporação da sociedade civil, isto é, a esfera da reconciliação entre as antinomias na qual concentra a crítica hegeliana da economia política e da ciência política, inspirada respectivamente nos princípios da liberdade natural e do Estado de Direito. Segundo Leonardo Avritzer,

em Hegel a sociedade civil aparece apenas como versão abstrata e externa da substância ética. Isso porque a ausência da sociedade civil e a presença do Estado enquanto “vontade geral do povo” são as características notáveis desta definição da substância ética da sociedade civil. (AVRITZER, 1994, p. 49)

Ao distinguir a esfera das relações entre a sociedade civil e o Estado, Hegel procurou, efetivamente, contrariar as abordagens “contratualistas” que, ao identificar o Estado com a sociedade civil, não conseguiram aperceber-se da importância de associações independentes e do papel que indivíduos conscientes e reflexivos teriam na construção da sociedade civil moderna. Dessa forma, Hegel promoveu a importância do pluralismo social, por intermédio da mediação de interesses particulares, o que aproximaria Hegel de Rousseau na formulação de “vontade geral”. (COUTINHO, 1994)

Mas, diferentemente de Rousseau, Hegel acreditava que a repressão da particularidade inibiria o desenvolvimento das liberdades, tanto em nível objetivo do direito abstrato, quanto no campo subjetivo da moralidade pública da sociedade civil. (COUTINHO, 1994)

Para Hegel, ao contrário de Rousseau, o indivíduo tem um papel importante no processo da construção da identidade coletiva. Hegel também se diferencia dos “contratualistas” na medida em que visualiza na sociedade civil a sociedade pré-política, a fase da sociedade humana que os jusnaturalistas chamariam obviamente da sociedade natural, “sem sociedade civil”. Essa percepção foi a pista que Hegel seguiu ao defender o papel da mediação entre o interesse público e o interesse privado, e entre a sociedade civil e o Estado. Foi nessa articulação que os indivíduos singulares passaram de massa informe ao “estado de conhecimento” em defesa dos seus interesses.

Ao definir o conceito de sociedade civil, no século XVIII, Hegel conseguiu um efeito inovador do seu conceito, articulando, num só esboço teórico e analítico, a liberdade pública do indivíduo e a sociedade civil como portadora da civilização material e, assim, estabelecendo a diferença entre a sociedade civil e o Estado, numa contraposição à concepção jusnaturalista da sociedade civil, fundada no Contrato e na parcialidade de ações dos sujeitos. (COHEN e ARATO, 2000)

Podemos, então, dizer que a teoria social da sociedade civil ganhou forma a partir de Hegel. Avritzer (1994) reconhece que a riqueza da teoria social hegeliana se assenta, precisamente, na capacidade do autor em evitar tanto uma crítica transcendental da sociedade civil quanto uma apologia da sociedade burguesa. Sua metodologia baseou-se em pressupostos sistemáticos que diferenciam radicalmente a teoria social dos pressupostos do “individualismo possessivo”, oferecendo, em conformidade a Benhabib (1994), uma alternativa ao liberalismo convencional e ao marxismo ortodoxo.

Outra contribuição diz respeito aos mecanismos de integração social. Para Hegel, a mediação entre a sociedade civil e o

Estado articula três níveis de integração: o estamento burocrático das corporações; a divisão social, do trabalho que cria o valor e impede o gozo de liberdades individuais; e, a vulnerabilidade e o crescimento ilimitado das necessidades, que conduzem a sua padronização e comensurabilidade. O contraste entre esses três momentos se evidencia em sua noção de estratificação. Avritzer (1994, p. 54) constatou que a construção do conceito de sociedade civil hegeliano apresenta uma teoria de estratificação social, em diferentes estratos ou estamentos incorporam indivíduos como “um momento da sociedade civil”. No entanto, Hegel descobriu apenas parcialmente a especificidade da estratificação das classes socioeconômicas. A classe trabalhadora, que constitui a manifestação de conflitos e de clivagens na sociedade moderna industrial, não foi incluída nas relações entre a sociedade civil e o Estado. (AVRITZER, 1994)

Em Rousseau e em Hegel, o Estado está vinculado à concepção implícita da esfera pública, podendo significar autonomia, liberdade, Parlamento, espírito público e opinião pública. Ao promover a formação de opinião pública, Hegel apoia a mais ampla liberdade de comunicação, especialmente de expressão e de imprensa. Porém, o conceito de esfera pública, tal como formulado por Hegel, não está livre do caráter antinômico de sua Filosofia do Direito. A esfera estatal se expressaria, nessa acepção, no controle da opinião pública, tornando-a compatível com a administração do Estado. Em seu estudo, Avritzer (1994, p. 75) considera que “para Hegel o propósito mais elevado da vida pública constitui a geração de uma identidade universal racional que ele identifica com o *ethos* patriótico do Estado”.

Não obstante Hegel ser representativo do debate sobre sociedade civil, dado o caráter *sintético* da sua teoria, sendo o primeiro e o mais bem sucedido na formulação de um conceito de

sociedade civil, que desse conta da complexidade da sociedade moderna, acabou por negligenciar a alternativa de articulação social, baseada na vida cotidiana, defendida pelos patronos da “democracia social”, que concebem a esfera pública como condição de possibilidade para uma vida pública organizada e, desse modo, advogam a participação dos sujeitos na sociedade, que não são construídos *a priori*.

Ao apresentar a sociedade civil de forma atomista e abstrata, semelhante à abordagem de Adam Smith, o modelo hegeliano corresponde à mão invisível do mercado por atrelar o capitalismo ao “fim da história”. E ao combater o objetivismo na construção da universalidade em Rousseau, Hegel não apresenta a sociedade moderna de forma precisa. (COUTINHO, 1994) Portanto, a teoria social de Hegel apresenta as sociedades modernas como um mundo de alienação e, ao mesmo tempo, da busca da sua integração, identificando essa busca no Estado moderno. Apesar de Hegel não deixar claro se tinha como referência um Estado possível, ou um Estado desejável. (COHEN e ARATO, 2000, p. 121) Por isso, o argumento de Hegel torna-se uma restrição à participação efetiva dos cidadãos nos assuntos de Estado, ao invés de ser uma esfera fundada consensualmente pelos atores sociais.

No contexto específico de países africanos, a análise da sociedade civil implica no reconhecimento da sua existência no mercado capitalista e no desafio de lidar com as especificidades das relações sociopolíticas, que faz com que a Sociedade Civil e os Estados africanos tenham configurações diferentes das sociedades ocidentais de influência europeia. Essas demandas implicam na identificação de limites conceituais na teorização sobre as relações entre a sociedade civil e o Estado nos países africanos.

Neste sentido, a questão que se coloca é em que medida a conceituação hegeliana é adequada ao contexto das sociedades africanas. Por exemplo, como os grupos étnicos, que são excluídos das concepções de direito à cidadania na modernidade, podem atualmente integrar-se com a expansão dos valores democráticos e a conquista do espaço político em África, num contexto de afirmação de estados nacionais que buscam agregar diferentes grupos sociais? Essa questão (re)coloca desafios às teorias ocidentais sobre a sociedade civil e a democracia, partindo da constatação do engajamento político de grupos étnicos, que atuam nos diferentes processos de democratização em África. (TEIXEIRA, 2010)

No entanto, se analisamos o conceito de sociedade civil do ponto de vista do Estado e da economia de mercado, verificaremos que em Guiné-Bissau, o Estado configurou-se de forma diferente pela ação das etnias, condicionando, aparentemente, o processo de democratização na sua relação com o Estado. Neste sentido, os processos de independência e democratização dos países estudados quebraram com o estatuto jurídico e cultural que configuraram as relações sociais com o Estado colonial entre nativos submetidos à tradição, brancos com direito à legislação civil moderna e ‘assimilados’ – aqueles que permaneceram num ‘limbo jurídico’. (MAMDANI, 1996) Imersos nesse cenário de contradições, os movimentos sociais urbanos e rurais em África apresentam características diversas: associações de trabalhadores, estudantis, mídias, associações que invocam etnicidade, religiosidade, gênero, sociedades secretas e organizações voltadas aos desafios do desenvolvimento (NYAMBO, 2008; VUBOYENSHU, 2008), sendo impossível uma caracterização geral uniforme. A luta pela justiça social, governança democrática, responsabilização e participação

constituem outros desafios para a sociedade civil em África. (FORJE, 2008)

Ainda no contexto europeu, a perspectiva hegeliana foi objeto de crítica. Foi na crítica à construção especulativa e atomista do aparelho do Estado moderno hegeliano e de sua relação com a sociedade civil “burguesa” que Marx, em meados de 1843-1844, desenvolveu a sua crítica propondo uma inversão da solução hegeliana para defender um projeto de transformação da estrutura do sistema capitalista.⁴¹

Em *A questão judaica*, escrito ([1844] 1989) em resposta a Bruno Bauer, outro integrante da escola hegeliana, Marx admitiu que o Estado moderno fosse o sujeito real que ordenava, fundava e materializava a universalização dos interesses particularistas na sociedade civil. Marx denunciou que essa universalidade se expressava como “um sistema de governo que vive pela preservação da indigência e que é a própria indigência no governo” (MARX, 1989, p.8), sendo um paradoxo entre a esfera privada do Estado e a esfera pública da sociedade civil:

O Estado político, dotado de realidade abstrata é, em relação à sociedade civil, a vida individual do homem em oposição à sua vida social. Todos os elementos dessa vida individual continuam a persistir na sociedade civil, porém fora do Estado, transformado em propriedade da sociedade burguesa. Onde Estado político alcançou

41 Como sabemos, a inversão da análise de Hegel realizada por Marx foi elaborada a partir da crítica de Feuerbach às versões especulativas de Hegel. Para Feuerbach, as versões hegelianas faziam dos conceitos a essência do real, e da ideia o sujeito criador do mundo. Por isso conclui que, para chegar à verdade, era necessário fazer do sujeito o atributo, e do atributo o sujeito. Essa é a famosa tese da inversão que seria retomada por Marx como o fundamento metodológico da sua crítica ao hegelianismo (MARX, 1989).

o pleno desenvolvimento das forças produtivas, o homem leva uma vida dupla de existência: entre *bourgeois* e *citoyen*, entre autodeterminação e emancipação política. Assim, na sociedade civil o homem trabalha como homem privado em termos instrumentais, vendo os outros homens como simples meios. Já na comunidade política o homem se considera no pensamento e na ação um ser geral (MARX, 1989, p. 25).

O ponto de partida da discussão é a denúncia do dualismo contraditório entre o *bourgeois* e o *citoyen*, ou seja, da concepção hegeliana da relação entre a sociedade civil e o Estado, entre o particularismo dos interesses privados e o universalismo dos valores éticos do homem público. Aqui estão presentes dois principais elementos que Marx propôs realizar com sua crítica à filosofia hegeliana do Estado e da sociedade civil.

O primeiro vinculado a sua teoria da *práxis* política, em que a sociedade civil compreende todo o conjunto da vida econômica e das relações materiais e comerciais dos indivíduos, no interior de uma fase determinada de desenvolvimento das forças produtivas; essas relações caracterizam, por sua vez, a estrutura de cada sociedade. O que significa dizer que a sociedade civil é um conjunto das relações econômicas (base material) sobre o qual se eleva uma superestrutura política e jurídica. Mudanças nas condições materiais geram mudanças na superestrutura. Portanto, por sociedade civil, devemos entender “emancipação política da sociedade civil -burguesa”. (BOBBIO, 1998, p. 129)

O segundo componente aproxima-se do primeiro na sua crítica do *citoyen* abstrato do Estado hegeliano, em que a sociedade civil se reduz à necessidade da burguesia da sociedade capitalista, vista a partir da contradição entre proprietários e não

proprietários dos meios de produção. Marx situa a sociedade civil nas relações *estruturais* da vida econômica capitalista, em contraposição a Hegel, que defende a esfera estatal integral como elemento constitutivo de toda a estrutura interna da sociedade civil moderna.

Esses dois elementos permitiram que Marx propusesse a questão do Estado e de sua relação com a sociedade civil de um modo mais concreto, articulando as formas históricas de produção e da apropriação social, tal como se configurou no capitalismo. Nessa interpretação, o Estado é uma instituição a serviço da burguesia, e a sociedade civil é identificada à dimensão econômica. Assim, o Estado assume o papel de proteger e legitimar os interesses da burguesia (lucro, propriedade privada, repressão física, exploração de trabalho assalariado). Dessa forma, Marx demonstrou a sua preocupação com os limites da “democracia burguesa” e “reformismo estatal” no capitalismo. (THERBORN, 2001)

Essa preocupação era evidenciada na prática política dos primeiros regimes liberais, ditos “democráticos”, onde a socialização da política e do poder se dava somente entre os proprietários: os únicos com o direito de votar e ser votados. Era o Parlamento, figura ilusória e obstrutiva, que controlava (pelo menos formalmente) o Executivo, criado para legitimar os interesses do *bourgeois* na sociedade. Outro limite da “democracia liberal”, nos países como França e Alemanha, do século XIX, consistiu em inibir a emergência de organizações dos trabalhadores para fazer valer os seus direitos. (MACPHERSON, 1979)

Segundo Marx, a superação desse sistema de governo seria a condição básica para a “emancipação humana”, em que os chamados “direitos civis e políticos” do homem iam adquirindo

a verdadeira face concreta que possibilitaria a libertação total da sociedade civil e do Estado do amarrado da dependência econômica.

A revolução da sociedade civil e do Estado é uma revolução radical das necessidades reais. Para alcançar essa posição libertadora é necessária uma classe na sociedade civil e não uma classe para a sociedade civil. Essa classe é o proletariado, única com consciência revolucionária para a transformação da sociedade (MARX, 1983, p. 28).

Na *Crítica da filosofia do direito de Hegel* ([1843] 2008), Marx assumiu a defesa de uma concepção da democracia radical nos termos de Contrato Social rousseauiano. Marx entendeu a democracia de duas maneiras: a democracia formal que criava uma ilusão da participação popular via eleição, e a democratização das relações sociais a partir da base popular, tal como proposto inicialmente por Rousseau. (CARNOY, 1988)

Segundo Coutinho (1994), Marx não criticou o modelo de Rousseau por ser democrático, mas por não contemplar as condições materiais que tornariam possível a efetiva realização de uma ordem democrática, sendo esse o limite intransponível da teoria rousseauiana que se resumiu a dualidade contraditória (e utópica) entre o indivíduo privado e cidadão público integrado no corpo social. (BOBBIO, 1994)

No *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, Marx e Engels sistematizam o debate entre o Estado e a Sociedade Civil. Nessa obra, reencontramos a dependência direta do Estado ao poder social, econômico e político do *bourgeois* nas relações e ações dominantes na sociedade. Constrangidos pelas relações de dominação, de diversos tipos, os indivíduos se expressariam em termos

de papéis no mercado e a ação social passaria a ser orientada por cálculos de custo/benefício, pela divisão e diferenciação social “na medida em que as instituições, necessárias para realizarem as funções comuns da sociedade, exigem, para sua preservação, a separação do poder de coerção em relação ao corpo geral da sociedade”. (CARNOY, 1988, p. 70)

Para os autores do *Manifesto*, a base da organização produtiva industrial e o sistema jurídico-político da natureza estatal não estariam imunes à luta de classes, entre burguesia e proletariado, que assumiria uma forma de guerra civil. Nessa perspectiva, transição ao comunismo implicaria numa ruptura violenta com a ordem burguesa pela constituição gradual do poder proletário. A emancipação do proletariado seria resultado de sua ação coletiva organizada. Seriam as suas instâncias político/organizativas (o partido) que desenvolveriam a passagem de “classe da sociedade civil” para “classe na sociedade civil”, da consciência de “classe em si” para a de “classe para si”. Foi pensando nesse contexto que os autores do *Manifesto* afirmaram que a revolução comunista seria a verdadeira radicalização democrática.

Em África, esse argumento do marxismo clássico teve implicações, em outras formas, no interior dos movimentos nacionalistas na década de 1950-1960. Em Cabo Verde e Guiné-Bissau, temas como revolução, conflito de classe e alienação estão diretamente vinculados ao projeto de “emancipação humana”, sob a direção da classe dirigente do PAIGC. No entanto, nessas duas sociedades, marcadas pela tendência neocolonial sem base econômica de sustentação, a revolução não teria o fundamento último no fim do Estado e a conquista do poder pela classe proletária, mas se apoiaria no “suicídio de classe” e em processos de construção gradual do poder popular e do novo homem político nacionalista

(CABRAL, 1978). No plano da ação concreta, Cabral destacou o processo pedagógico como mola propulsora da mudança social para a democratização, mudança no Estado e na sociedade civil.

De uma maneira geral, a diferença radical entre a concepção marxista reside em que a noção de sociedade civil deve levar à extinção do Estado burguês; enquanto que para o liberalismo o Estado é indispensável para a sociedade civil, ou vice-versa, ao tempo em que devem manter-se separados e autônomos. No entanto, Marx compartilhou com Hegel a recusa do jusnaturalismo como o fundamento da ordem política, e de maneira mais radical assumiu a primazia da consciência de classe sobre a realidade individual, sempre referindo-se à questão da verdadeira emancipação humana.

Esse debate sofreu uma adequação sistemática no interior da tradição marxista, em particular a partir de Gramsci, que se tornou uma referência no debate, na década de 1960, sobretudo ao colocar como questão as mediações entre a sociedade civil e o Estado.

Na teoria de Gramsci (1978), sociedade civil diz respeito a processos de construção da hegemonia ou contra hegemonia à classe dominante, sendo o Estado o conceito central na construção dessa hegemonia. Por isso, a sociedade não podia continuar interpretado o Estado como “comitê administrativo” da burguesia, tal como visto por Marx e Engels, em 1848, e por Lênin, na Rússia, em 1917.⁴²

42 Gramsci criticou a concepção marxista-leninista de Estado moderno, assegurando que a revolução russa de 1917, que denominou de “guerra de movimento”, não pode ser aplicada as organizações sociais que expressam uma pluralidade de atores sociais no ocidente. É com base nisso que defende a readequação de estratégia que deverá se sustentar na “guerra de posição” no campo

Permanecemos sempre no terreno da identificação de Estado e de governo, identificação que não passa de uma representação da forma econômico-corporativa, ou seja, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, pois é necessário salientar que a noção geral do Estado inclui elementos que são também comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, seria possível dizer, de que o Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção) (GRAMSCI, 1978, p. 149).

A sociedade civil gramsciana faz parte do Estado em seu sentido ampliado, permeado pelos interesses e conflitos de classes e grupos sociais. Não obstante, é importante alertar que a autonomia relativa da sociedade civil em relação à sociedade política, ou vice-versa, não nega seu caráter estatal e classista e seu momento unitário. A sociedade civil e sociedade política em Gramsci são distinções teórico-analíticas do conceito de Estado, portanto não implica na ruptura de ambos. (DURIGUETTO, 2007)

Gramsci situou a sociedade civil nas relações *superestruturais*, responsáveis tanto pela elaboração quanto pela difusão das ideologias, sendo a escola, os sindicatos, os partidos, as associações formais e da cultura (organismos coletivos ditos “privados”) as suas principais organizações, através das quais os grupos dominantes exercem a hegemonia e onde se desenrola a própria luta pela hegemonia. (GRAMSCI, 1991, p. 32)

Segundo Coutinho (2000), no entanto, a alteração efetuada por Gramsci não implicou na negação da centralidade, dada por Marx, à base material como fator ontológico primário da

das relações entre a sociedade civil e o Estado para formação de consenso e conquista de novos espaços (GRAMSCI, 1978).

sociabilidade. Ou seja, a sociedade civil expressa à articulação dos interesses das classes pela sua inserção econômica e pelas complexas mediações ideológicas e socioinstitucionais, em contraposição a interpretação desenvolvida por Bobbio e Bovero (1986, p. 33), que situam a noção de sociedade civil em Gramsci como esfera da superestrutura. No entanto, Gramsci afirma que:

a reforma cultural e moral não deixa de estar ligada a um programa de reforma econômica. O programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda a reforma intelectual e moral [...] A inovação introduzida pela filosofia da práxis é a demonstração de que não existe uma “natureza humana” abstrata, fixa e imutável, mas um conjunto das relações sociais historicamente determinadas. (GRAMSCI, 1978, p. 9)

Portanto, a hegemonia cultural e moral tem seus fundamentos ontológicos na hegemonia econômica. Também a hegemonia econômica de produção não pode se restringir a uma transformação de elementos quantitativos sem se preocupar com a redistribuição. Assim, a articulação entre reforma cultural e moral na sociedade civil e reforma econômica na sociedade política (Estado) ajuda a evitar distorções tanto das formulações liberais que separam as duas instâncias, reguladas depois pelo mercado, quanto do estatismo totalitário unilateral do estado coercitivo sobre sociedade civil.

Nessa perspectiva, a resposta para a direção política que o Estado exerce deve ser procurada nas diversas organizações “privadas” e nas suas relações com a sociedade política, não apenas nas instituições governamentais e oficiais. Enquanto na sociedade

política as classes sociais exercem seu poder e sua dominação por meio de “aparelhos coercitivos do Estado”, na sociedade civil esse exercício do poder ocorre por intermédio de uma relação de hegemonia que é construída pela direção política e pelo consenso, que reflete e incorpora diversos interesses de classes e grupos sociais em disputa política.

A hegemonia constitui o resultado da luta entre a sociedade civil e a sociedade política num determinado período histórico, em que se verifica um certo equilíbrio instável entre as classes sociais [...] A hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida. Ela pressupõe equilíbrio de compromisso e sacrifícios da classe dirigente. (GRAMSCI, 1978, p. 33)

Vale salientar, ainda, que Gramsci é o autor que mais contribuiu com o debate sobre o conceito de sociedade civil e para as análises do Estado através da tentativa de articulação entre infra e superestrutura, desafio permanente no pensamento social contemporâneo. A noção de *Estado ampliado* constitui elemento fundamental para a construção hegemônica, na qual o Estado seria a junção da sociedade civil e da sociedade política, e não se resumiria aos órgãos de poder nas esferas estatais (GOHN, 1997, p. 187). Na concepção de Gramsci, a construção da hegemonia significa construir consensos por meio da persuasão, convencimento para direcionar.

O conceito de hegemonia, domínio da sociedade civil, também é apresentado como “o fundamento da teoria democrática”, pois a transição do capitalismo para socialismo, segundo essa

interpretação, se efetivaria por meio de um processo progressivo de “democratização” e conquista de espaços de participação popular organizada no âmbito da sociedade civil. Essa articulação orgânica entre hegemonia e democracia não significa a democracia eleitoral formal:

Entre muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto se possa deduzir em conexão com o conceito de hegemonia. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseqüente, da legislação que expressa este desenvolvimento, favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente. (GRAMSCI, 1978, p. 183)

Nessa concepção, a construção da democracia não se restringe às regras institucionalizadas e à livre escolha de governantes, mas à defesa das questões sociais, econômicas, culturais e políticas em todas as esferas sociais. Com essa visão, Gramsci apresentou de modo novo o problema central do marxismo, a saber, a articulação entre o centro organizador do processo político e a autonomia das organizações populares revolucionárias, surgidas entre as próprias massas, na luta pela hegemonia. Por isso, Gramsci fez uma distinção entre o centralismo democrático e centralismo burocrático:

A burocracia é a força consuetudinária, conservadora, localista, sem ligações com as massas. O partido burocrático, sem vínculo orgânico, acaba por se tornar anacrônico e, nos momentos de crise, desaparece seu conteúdo social e

fica suspenso nas nuvens. O poder executivo e legislativo, sem orientação do conjunto, não atinge a atividade factual. (GRAMSCI, 1978, p. 81-82)

No sistema burocrático, o aparelho organizativo se autonomiza em relação às massas em luta e passaria a defender o interesse restrito de auto-observação de uma elite burocrática de funcionários e não os interesses dos movimentos sociais populares. O centralismo democrático, ao contrário,

oferece uma fórmula elástica que tem muitas vidas, uma fórmula que vive ao ser adaptado continuamente às necessidades. Consiste na busca crítica daquilo que é igual na aparente diversidade e, ao contrário, diferente e mesmo antagônico na aparente uniformidade. (GRAMSCI, 1978, p. 82-83)

Através da articulação de consenso participativo e organizativo se formaria uma “vontade coletiva nacional popular”, expressa na ascensão de uma nova classe ao poder político. Daí a importância que Gramsci atribuiu ao *bloco histórico*, nas correlações de forças entre estrutura e superestrutura, como peça-chave da construção de hegemonia. A burguesia consegue sua hegemonia porque faz com que seus interesses sejam vistos como interesses gerais da sociedade, que determina a ordem cultural em conformidade com o que lhe é mais proveitoso.

A hegemonia libertadora só pode ser construída se todas as classes e grupos empenhados na subversão do modo de apropriação capitalista possuírem capacidades materiais e espirituais necessárias para manifestar seus próprios interesses e, em conjunto,

estabelecer os pontos de convergência de tais interesses. Ou seja, a predominância de uma relação de supremacia estatal mais consensual e menos coercitiva, ou vice-versa, dependeria do grau de autonomia relativa das esferas, da predominância no Estado dos aparelhos pertencentes a uma ou a outra esfera, da socialização da política e da correlação de forças entre as classes que disputam a hegemonia. De acordo com Gramsci, a correlação de forças

é uma questão vital a obtenção de consenso não passivo e indireto, mas ativo e direto. Ela se dá em três momentos relacionados. O primeiro é uma relação ligada à estrutura das forças produtivas; o segundo é uma relação das forças políticas, ou seja, da participação política dos diferentes grupos e o último é o momento da hegemonia. Uma consciência coletiva e ideológica forma-se depois que multiplicidade se unificou por intermédio do partido orgânico, unidade intelectual-moral da hegemonia. (GRAMSCI, 1978, p. 49)

Na teoria gramsciana da hegemonia, existe uma concepção relacional de partido e de poder. Qualquer organização social “privada” pode ser um partido político. Nesse caso, o partido pode ser visto como expressão de um grupo social, uma arena de interesses e lutas políticas e, conseqüentemente, da busca de consentimentos e de equilíbrio na luta hegemônica.⁴³ Essa perspectiva

43 Para Gramsci (1978), o partido de massa tem três elementos fundamentais, a saber: o elemento *massa*, composta de homens “comuns, médios, cuja participação toma mais a forma de disciplina e lealdade do que qualquer espírito criativo ou habilidade tradicional”; o elemento de *coesão*, que “centraliza nacionalmente e torna eficaz e poderoso um complexo de forças que, se deixadas a elas mesmas, seriam responsáveis por muito pouco ou nada”; e por fim o elemento *intermediário*, que articula o primeiro com o segundo e mantém contato

permitiu que Gramsci superasse a concepção tradicional que limitava o poder aos aparelhos político-jurídicos do Estado.

Na concepção liberal, por exemplo, o poder é assumido como um bem que, mediante um acordo, é delegado, alienado. No poder estatal o sujeito é dotado de direitos naturais, sem considerar que é a própria relação de poder que configura os sujeitos. O marxismo-leninismo, por sua vez, coincide com essa concepção de poder que sempre opera negativamente, apenas como Estado em sentido restrito.

Em África, o pensador italiano foi referência básica para Amílcar Cabral, em suas análises da problemática da construção da “cultura nacional” em Cabo Verde e Guiné-Bissau. O debate abrangia perspectivas desde a interpretação do partido, do intelectual orgânico⁴⁴ e da democracia, anotadas por Amílcar Cabral para compreender a construção da hegemonia ou contra-hegemonia à dominação colonial. Tal como para Gramsci, para Cabral o intelectual orgânico como “pequena burguesia” seria o agente catalisador da “cultura nacional”.

Outro conceito que mereceu a atenção de Gramsci foi a noção de política, em que o autor faz uma distinção entre “pequena política” e “grande política”: a primeira, vinculada às “regras de jogo” é vista como conjunto de preceitos que se referem às relações de poder entre governantes e governados; a segunda, vinculada às práticas sociais, envolve ações políticas que buscam modificar ou preservar a ordem social. É na passagem do

entre eles. Nesse sentido, o *intelectual orgânico* assume um papel fundamental na mediação, coesão, centralização e inovação da consciência nacional-popular das massas.

44 Cabral considerava a “pequena burguesia” de intelectuais orgânicos, desde que deixasse os vícios neocoloniais e se engajassem com as massas na articulação de elementos fragmentados para a luta comum.

campo “egoístico-passional” para o “ético-político” que se constitui a passagem da “pequena” para a “grande política”. Segundo Martin Carnoy (1988, p. 99), a principal diferença entre a análise marxista-leninista da sociedade burguesa e a análise de Gramsci é que este último estava mais interessado no elemento ético-político no desenvolvimento histórico, situando-o no quadro dialético marxista.

Nas últimas décadas, a teoria de Gramsci tem servido às mais diversas interpretações, especialmente na questão da relação entre a sociedade civil e o Estado. Uma das questões fundamentais debatidas no trabalho de Gramsci diz respeito à autonomia do movimento popular em relação à sociedade política (Estado).

Para Cohen e Arato (2000) a sociedade civil gramsciana não escapa das ambiguidades. Por um lado, a sociedade civil é o lugar da hegemonia e, por outro, tem o seu papel relativizado pela tarefa de transformação da infraestrutura e pelo reduzido significado na política na sociedade pós-industrial. Nesse sentido, a expressão sociedade civil foi empregada por Gramsci como um nível intermediário entre os grupos primários e as normas racionalizadas do Estado. Assim entendida, o papel predominante nesse processo cabe aos partidos, que têm na sociedade civil uma centralidade social dominante. Essas críticas podem ser inseridas na tradição marxista em aprofundar as transformações sociais que vão além de simples rearranjos no *status quo* do sistema capitalista até então vigente no ocidente.

Na concepção de Poulantzas sobre democracia e sociedade civil, a contribuição de Gramsci consiste em colocar o Estado capitalista como esfera de disputa da *hegemonia de uma classe* no interior dos aparelhos de Estado, denominada “sociedade política”. Ou seja, os interesses e projetos em disputa se confrontariam

na sociedade civil, em sentido amplo, e nos aparelhos estatais, em sentido restrito.

Poulantzas aponta, em seu estudo, a importância de uma concepção de transformação radical do Estado e da sociedade civil que articularia as instituições da democracia representativa com a democracia direta, para uma transição democrática e procesual ao socialismo (CARNOY, 1988, p. 160). Essa formulação se diferencia da de Gramsci, que via na democracia representativa formal os limites para a ampliação da participação da classe trabalhadora, no processo de mudança sociopolítico.

Até esse período, que marcou o debate sobre a possibilidade de transição do capitalismo para socialismo, nos finais da década de 1960, as interpretações sobre as ações dos atores coletivos eram especialmente analisadas a partir do paradigma marxista, isto é, a partir dos conflitos de classes voltados para a transformação das condições existentes na realidade social, privilegiando o movimento social operário, ou nacional-popular, na interface da temática da nação. (WARREN e LUCHMANN, 2004)

Na década de 1970, houve a tentativa de construção de um modelo alternativo ao paradigma clássico marxista, a partir de *A questão urbana*, trabalho publicado por Manuel Castells em 1972, na França, e em 1974, na Espanha. Castells buscou ampliar as perspectivas para além das análises da inserção dos sujeitos no sistema de produção, buscando seu potencial de transformação a partir de sua inserção na esfera da reprodução social (CASTELLS, 1983).

Na década de 1980, a ideia sobre a existência de uma pluralidade de identidades, em luta contra a discriminação de acesso aos bens da modernidade, levou os pesquisadores a buscar referenciais alternativos ao paradigma marxista e funcionalista.

O alargamento da base analítica recaiu na dimensão política e cultural e gerou euforia e expectativas quanto às mudanças que os Novos Movimentos Sociais (NMS) pudessem proporcionar. Nessa acepção, a identidade é parte constitutiva da formação dos movimentos, no que se refere à definição dos grupos, fronteiras e suas ações.

Nos princípios de 1990, com o avanço do processo da globalização e críticas às concepções teóricas que viam as identidades como partes constitutivas dos sujeitos, surgiram perspectivas alternativas às anteriores, a partir de conceitos como sociedade civil, democracia, esfera pública, (HABERMAS, 1997; COHEN e ARATO, 2000; MELUCCI, 2001; SANTOS, 2005).

A emergência dessa pluralidade de autores e suas demandas levaram a uma distinção analítica entre sistemas e mundo da vida (HABERMAS, 1997), ou inserida numa perspectiva de análise *tripartite*, que articulam teoricamente a sociedade civil, o Estado e o mercado, bem como outros mecanismos intermediários que vão além das formas institucionalizadas, o que amplia a própria concepção de sociedade civil e da esfera pública. (COHEN e ARATO, 2000)

A partir de Cohen e Arato (2000), o conceito de sociedade civil ganhou novos contornos. Se o conceito expressava uma oposição entre a sociedade e o Estado, na perspectiva desses autores, houve uma superação da dicotomia entre a sociedade civil e o Estado, entre o público e o privado. O caráter *relacional* da sociedade civil, proposto por Cohen e Arato (2000), ampliou a discussão, na medida em que os autores entenderam por sociedade civil um conjunto de atores sociais com projetos e ideologias políticas diferentes, que não se restringem apenas às instâncias formais de representação política.

Adotamos essa perspectiva teórico-crítica neste trabalho, tendo em vista se mostrar mais adequada, ou próxima, para a análise do nosso objeto de investigação. A sociedade civil, nessa acepção, emerge como uma corrente de opinião heterogênea, política e cultural, com configurações e formas sociais distintas, mas inserida num campo de disputas e conflitos políticos de natureza diversa, entre forças sociais oponentes que lutam para a construção da hegemonia e novas relações sociais, políticas e econômicas na sociedade.

É nessa perspectiva que visualizamos a inclusão dos grupos étnicos na formação heterogênea da sociedade civil, portanto, partícipes do campo de disputas e conflitos políticos e conquista do seu espaço, a partir da ampliação da *esfera pública*, no processo da democratização em curso em Cabo Verde e na Guiné-Bissau. Justificamos, assim, a escolha teórica por entendermos que os grupos étnicos, entre outros grupos, podem (e devem) ser incluídos como atores da sociedade civil. São, nesse sentido, legítimas forças coletivas que, opondo-se a uma relação de forças totalizante, apresentam outras configurações daquelas que caracterizam as organizações hierárquicas formais de uma sociedade civil, presentes nas teorias que marcaram a modernidade ocidental e as sociedades das configurações às quais se referiam as análises. Nesse sentido, esses grupos recorrem a diferentes repertórios de “ações coletivas”: formas de inserção em espaços públicos para conquistar visibilidade, exercendo ações ou relações mais ou menos institucionalizadas com o Estado (MELUCCI, 2001).

E, ainda, as teorias que enfatizam os processos articulatórios que envolvem as relações entre a sociedade civil e o Estado na construção da hegemonia, que sempre é contingente e provisória, merecem destaque, como tendências recentes e recorrentes

na análise de movimentos sociais. A sociedade, na medida em que se reconhece como resultado do processo articulatório passa a ser concebida no campo de relações sociais em que as decisões são tomadas a partir de situações “indecidíveis”.⁴⁵ Essa “indecibilidade” é condição de possibilidade de hegemonia. Sem “indecibilidade” e contingência não é possível pensar o social. Daí a crítica que essa abordagem faz do caráter essencialista da sociedade como *imaginário político unificado*, pois a harmonização da sociedade é um projeto impossível (LEFORT, 1991; LACLAU e MOUFFE, 2004). Também aqui a democracia não é dada *a priori*, mas se constitui nas relações sociais contingenciais e antagônicas entre forças políticas na luta democrática.

A diversidade de perspectivas analíticas e orientações teóricas e projetos políticos, que sustentam ou sustentaram vários modelos de democracia, também coloca a importância de estudos comparativos à luz de outros contextos históricos específicos, pois as abordagens generalizantes e descontextualizadas não dão conta da complexidade e das especificidades desses contextos, o que é particularmente pertinente ao se referir à noção de sociedade civil, Estado e democracia, que são enunciados, no campo político, a partir de um lugar como universais, seja como significação, seja como valor.

Tomando essas perspectivas como foco, sobretudo pela necessidade de explorar as novas experiências contemporâneas de sociedade civil e do Estado, pergunta-se: quais grupos, no sentido acima referido, têm visibilidade na atualidade? Quais os mecanismos, ou repertórios de ações (TILLY, 1978) que esses grupos lançam mão para tornar público suas demandas? Quais são essas

45 N.A. Contingência, em tradução livre.

demandas? Qual o nível de organização e articulação dos indígenas e dos nativos assimilados? Quem se articula com quem na luta pela visibilidade e reconhecimento? Por outro lado, quais os mecanismos formais ou informais usados pelo Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) para absorver ou negar tais demandas? Quais os espaços de participação e como funcionam?

É a partir das respostas a essas questões que temos a pretensão de conduzir a análise sobre as percepções que as organizações e grupos têm de democracia nas relações entre a Sociedade Civil e o Estado, compreendidas como campo em que se desenvolve a luta pela construção de projeto hegemônico, esfera em que desenvolvem estratégias de convivência do Estado com o Mercado, ou, ainda, espaço de inserção de grupos formais ou não institucionalizados nos processos participativos no âmbito das relações entre a Sociedade Civil e o Estado na institucionalidade da democracia. Nesta perspectiva, busca-se entender a formação social e política e a forma como a democracia é interpretada e assumida nas formulações teóricas sobre Cabo Verde e Guiné-Bissau.



CAPÍTULO 2

CONTEXTUALIZANDO CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU

A construção democrática, atualmente em curso em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, só tem seu conteúdo e significado explicitado quando pensado e examinado no quadro mais amplo e complexo das relações entre a sociedade civil e o Estado. Para a contextualização histórica e social dessas relações, em ambos os países, se faz necessário compreender as estruturas administrativas e territoriais herdadas da colonização portuguesa, até então vistas pelo regime como básicas para a implantação integral do Estado colonial. Essa observação tem uma função teórico-analítica importante como marco orientador sobre o qual será desenvolvida a análise relacionada à identificação de similitudes e diferenças que aparecem mais evidentes nas percepções dos dirigentes e grupos da sociedade civil e da sociedade política sobre a democracia.

Cabo Verde, país insular, e Guiné-Bissau, continental e insular, estão localizados na Costa Ocidental da África. Seus territórios correspondem, respectivamente, a 4.033km² e 36.125km².



Figura 1: Mapa de Cabo Verde.
Fonte: Wikipédia, 2012.

A República de Cabo Verde é constituída por dez ilhas agrupadas em dois grupos: o de Barlavento que compreende as ilhas de São Vicente, Santo Antão, São Nicolau, Boavista e Sal, e o grupo de ilhas à Sotavento, Santiago, Fogo, Maio e Brava. Cada ilha apresenta uma composição socioeconômica específica, não obstante algumas similitudes que as caracterizam. A população de Cabo Verde, segundo censo de 2010, era de 491.875 habitantes (INE Cabo Verde, 2010), dos quais 71% são classificados como mestiços, 28% como negros e 1% como brancos.⁴⁶

Administrativamente, é organizada em 22 municípios. Os municípios são constituídos por uma câmara municipal (executivo) e uma assembleia municipal (legislativo) e são subdivididos em 32 autarquias, administradas pelas autarquias inframunicipais.

46 Cabo Verde. Porto: Porto Editora, 2003-2014. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$cabo-verde](http://www.infopedia.pt/$cabo-verde)>Acessado em: 12 de junho de 2013.

Quadro I – Divisão administrativa de Cabo Verde

Ilha	Municípios	Autarquias
Santo Antão	Ribeira Grande	Nossa Senhora do Rosário
		Nossa Senhora do Livramento
		Santo Crucifixo
		São Pedro Apóstolo
	Paul	Santo António das Pombas
	Porto Novo	São João Baptista Santo André
São Vicente	São Vicente	Nossa Senhora da Luz
Santa Luzia		
São Nicolau	Ribeira Brava	Nossa Senhora da Lapa Nossa Senhora do Rosário
	Tarrafal de São Nicolau	São Francisco
Sal	Sal	Nossa Senhora das Dores
Boa Vista	Boa Vista	Santa Isabel
		São João Baptista
Maio	Maio	Nossa Senhora da Luz
Santiago	Praia	Nossa Senhora da Graça
	São Domingos	Nossa Senhora da Luz
		São Nicolau Tolentino
	Santa Catarina	Santa Catarina
	São Salvador do Mundo	São Salvador do Mundo
	Santa Cruz	Santiago Maior
	São Lourenço dos Órgãos	São Lourenço dos Órgãos
	Ribeira Grande de Santiago	Santíssimo Nome de Jesus
		São João Baptista
São Miguel	São Miguel Arcanjo	
Tarrafal	Santo Amaro Abade	

Ilha	Municípios	Autarquias
Fogo	São Filipe	São Lourenço
		Nossa Senhora da Conceição
	Santa Catarina do Fogo	Santa Catarina do Fogo
	Mosteiros	Nossa Senhora da Ajuda
Brava	Brava	São João Baptista
		Nossa Senhora do Monte

Fonte: Wikipédia, 2012

A partir dos dados do Censo de 2010, constatamos que a Ilha de Santiago, centro político-administrativo, tem 273.044 habitantes, concentrando 56% da população de Cabo Verde, distribuídos em nove municípios (INE, 2010). Daí o seu peso político e econômico e seu nível de urbanização considerável, se comparado com as outras ilhas. Santiago apresenta a maior população negra do arquipélago, decorrente da longa história de exploração de trabalho escravo.⁴⁷ Sua densidade demográfica, peso agrícola na economia e seu eleitorado são os maiores de Cabo Verde.

A ilha de São Vicente é a segunda mais povoada, com 76.140 mil habitantes, correspondendo a 15,5% da população cabo-verdiana. Na Tabela 1, podemos visualizar a posição ocupada pelos municípios, segundo a sua população. Finalmente, há que se observar o grande contingente populacional que vive fora de Cabo Verde. Se considerados os eleitores, aqueles que vivem fora do país constituem o terceiro maior colégio eleitoral, ficando abaixo apenas das ilhas de Santiago e São Vicente.

⁴⁷ A povoação de Cabo Verde se deu a partir do século XV, voltada para o comércio e o tráfico.

Tabela 1 – População e Eleitores de Cabo Verde

Ilhas	População	%	Eleitores	%
Santiago	274.044	55,71	146.756,00	45,84
São Vicente	76.140	15,48	47.571,00	14,86
Santo Antão	43.915	8,93	28.576,00	8,93
Fogo	37.071	7,54	21.827,00	6,82
Sal	25.779	5,24	14.883,00	4,65
São Nicolau	12.817	2,61	8.717,00	2,72
Boa Vista	9.162	1,86	5.658,00	1,77
Maio	6.952	1,41	4.432,00	1,38
Brava	5.995	1,22	4.065,00	1,27
Total	491.875	100	282.485,00	88,24
Eleitores Fora Do País			37.645,00	11,76
Total De Eleitores			320.129,00	100

Fonte: INE – Cabo Verde, 2010;
Comissão Nacional de Eleições, 2012.

Nesse contexto, Cabo Verde pode ser visto como um arquipélago que apresenta diferenças regionais significativas que são resultantes da ocupação e da longa presença portuguesa. A dinâmica que se processou no interior dessa sociedade se revela nas particularidades em relação à estrutura sociocultural institucional que marcam as relações de poder entre os grupos sociais. Cabo Verde foi literalmente povoado pelos portugueses, constituindo-se num ponto de escala para a navegação voltada para o comércio e o tráfico.

Após a independência, Cabo Verde manteve a divisão territorial e administrativa herdada dos colonizadores. O Estado

atualmente é regulamentado pelos mecanismos formais da divisão de poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário). Fora dessa estrutura formal de organização, existem outros grupos sociais para além do campo institucional. A participação eleitoral, as decisões, assim como a gestão e o exercício do poder político, em nível nacional e local (municípios e autarquias), são exercidos a partir de processos eleitorais periódicos, em que são eleitos representantes dos partidos. Essa configuração política tem, portanto, influência sobre o funcionamento da democracia e das relações emergentes entre organizações urbanas e rurais da sociedade civil e o Estado.



Figura 2: Mapa de Guiné-Bissau e suas regiões
Fonte: Wikipédia, 2012.

Já o território da República da Guiné-Bissau é uma área geograficamente distinta do arquipélago de Cabo Verde. Seu território continental faz fronteira ao norte com o Senegal e ao sudeste com a República da Guiné, também denominada Guiné-Conacri e ao sul e ao oeste com o Oceano Atlântico.

Administrativamente, a República da Guiné-Bissau é subdividida em oito regiões, trinta e seis setores, além do setor autônomo de Bissau e o arquipélago dos Bijagós, este composto por dezenas de ilhas.

Quadro II – Divisão administrativa de Guiné-Bissau

Regiões	Setores
Bafatá	Bafatá
	Bambadinca
	Contuboe
	Golomaro
	Gamamundo
	Xitole
Biombo	Prabis
	Quinhame
	Safim
Bolama/Bijagós	Bolama
	Bubaque
	Caravela
Cacheu	Bigene
	Bula
	Cacheu
	Caió
	Canghung
	S. Domingos
Gabú	Madina do Boé
	Gabu
	Pirada
	Pitche
	Sonaco
Oio	Bissora
	Farim
	Mansaba
	Mansoa
	Nhacra
Quínara	Buba
	Empada
	Fulacunda
	Tite

Regiões	Setores
Tombali	Bedanda
	Cacine
	Catió
	Quebo
Setor Autônomo de Bissau	Bissau

Fonte: INEC (2010).

Segundo o censo de 2009, a Guiné-Bissau tinha 1.520.830 habitantes, dos quais menos de 1% são brancos ou mestiços, sendo 99% de negros, pertencentes a diferentes grupos étnicos [Balantas (30%), Fulas (20%), Manjacos (14%), Mandingas (13%), Papéis (7%) e os outros 16% são de grupos menores, Brames ou Mancanhas, Beafadas, Bijagós], cada qual preservando seu repertório linguístico e afirmando identidades próprias (IPAD, 2010).

O Setor Autônomo de Bissau, cidade político-administrativa, que tem o comércio como atividade econômica principal, tinha 387.909 mil habitantes, em 2010, correspondendo a 25,51% dos habitantes do país. Na Tabela 2 são apresentados os dados relativos à população e eleitores das regiões e do Setor Autônomo de Bissau. Cada região tem suas especificidades, econômicas e culturais. Enquanto em Bissau predomina o comércio, nas demais regiões predominam a produção agrícola, com a presença de alguns centros comerciais.

Tabela 2 – População de Guiné-Bissau por Região Administrativa

Regiões	População	%	Eleitores	%
Bissau	387.909	25,51	161.881	27,26
Oio	224.644	14,77	85.221	14,35

Regiões	População	%	Eleitores	%
Gabu	215.530	14,17	80.083	13,49
Bafatá	210.007	13,81	78.023	13,14
Cacheu	192.508	12,66	75.339	12,69
Biombo	97.120	6,39	39.180	6,59
Tombali	94.939	6,24	35.705	6,01
Quinará	63.610	4,18	22.729	3,83
Bolama	34.563	2,24	15.634	2,63
Total	1.520.830	100	593.765	100

Fonte: INEC (2010);
Missão de Observação Eleitoral
da União Europeia (MOEUE), 2009.

Na Guiné-Bissau, pós-independência, a estrutura dos “aparelhos” de Estado herdada da colonização portuguesa, foi reconfigurada na sociedade. A luta armada de libertação nacional, associada à construção de “zonas libertadas” que conduziram a independência, permitiu a interferência do Partido-Estado na organização da sociedade civil, com a criação de ações e desenvolvendo uma política de massa, centralizando o processo de decisões.

Nesse processo, que se iniciou nos anos 1960, foram excluídos outros grupos sociais e étnicos na formação das estruturas políticas, durante os regimes do PAIGC que conduziram também a “transição para a democracia” na década de 1990. Essa interferência do PAIGC na relação com as organizações da sociedade civil se expressou na representação de políticos e candidatos escolhidos pelo partido que esteja no poder, tanto em nível regional quanto em nível local, dos setores. Com exceção da presidência da República e da Assembleia Nacional, cada região ou setor possui um representante escolhido pelo partido que esteja no poder, que

utiliza sua influência política para atender às demandas para a constituição de alianças nos processos eleitorais.

A questão da representação política se apresenta, portanto, como sendo a articulação entre a ação direta do governo e dos atores das organizações de massa, que remete à questão partidária.

Região Subsaariana Ocidental no Período Pré-Colonial

A imagem que o Ocidente nos legou da África é a de um continente isolado, exótico, inexistente como fato histórico antes da chegada dos europeus. Essa visão eurocêntrica estabeleceu fronteiras rígidas entre “nós” e “outros” e ocultou as dinâmicas internas das sociedades africanas, anteriores a essa chegada. Nesse sentido, tornou-se necessário analisar os aspectos marcantes da história pré-colonial, para evidenciar as configurações sociopolíticas atuais, que confirmam ou desmentem a dinâmica que marcou as mudanças e o desenvolvimento dos impérios africanos. A retrospectiva aqui desenvolvida se limita ao contexto da região onde se situa a atual Guiné-Bissau, haja vista que Cabo Verde era, até a chegada dos portugueses, um arquipélago desabitado (CARREIRA, 1984; GONÇALVES, 1996).

Tomando, aqui, como ponto de referência a região da atual Guiné-Bissau há que se considerar a sua pertença à formação histórica da África Ocidental, considerando que nessa região foi encontrado o Império de Gana, o primeiro império que se tem registro, reconhecido pela historiografia. O Império de Gana surgiu, provavelmente, no Século IV, como uma aristocracia repartida por diversas províncias e estava situado entre o deserto do Saara e os

rios Níger e Senegal. O Império de Gana apesar de ter sido governado por uma família de berberes, ou *Imazighen*, possuía uma população formada pelos *soninkés* da região que corresponde aos atuais territórios do Senegal e Gâmbia. Foi uma das primeiras organizações políticas na África Ocidental a ser conhecida de forma mais detalhada pela historiografia devido a sua importância no comércio transaariano de ouro, marfim, tecidos, sal, entre outros produtos da época. (DAVIDSON, 1977)

Gana era mantido através de um rigoroso sistema de cobrança de impostos no centro comercial de Koumbi e Saleh, localizado no sudoeste da atual Mauritânia. Até 1054, o Império de Gana controlava as principais rotas de comércio com os intermediários transaarianos, que revendiam os produtos adquiridos, por sua vez, aos povos mediterrâneos e, daí, à Europa. O Império de Gana, ainda não islamizado, começou a sentir os primeiros sinais de crise em 1240, a partir de disputas travadas com outros povos para o controle de minas de ouro e tráfico de escravos que sustentavam a sua economia. Esses conflitos ganharam força com a expansão islâmica na região. Na segunda metade do século XI, Gana foi invadido pela dinastia dos Almorávidas, que também se estendeu à Península Ibérica.

O sucessor do Império de Gana, no comércio com os árabes, foi o Império do Mali, subjugando reinos vizinhos sob a liderança de Sundiata Keita, adepto do islamismo, no início do século XIII. Entre o fim do Século XIII e primeira metade do Século XIV, foi dominado pelos marroquinos. Desse modo, foi crescendo o intercâmbio com os árabes, que abasteciam o mercado europeu particularmente com ouro.

Mali demonstrava forte mobilidade sociopolítica, uma espécie de *indirect rule* em que diferentes povos como Tuaregues,

Malinqués, Songais, Fulas e Dialonkés, entre outros, reconheciam o poder único do soberano (KI-ZERBO, 2009). Outro “Estado” que surgiu e manteve o poder hegemônico na região, do início do século XV até o final do século XVI, foi o Império de Songai, com uma eficiente estrutura administrativa e militar. Sua capital, Gao, dominou o comércio do ouro por mais de dois séculos.

Os entrepostos comerciais de Sutuco e Djamma Sura, às margens do atual Gâmbia, substituíram o de Tombuctu e Djenna e passaram a ser controlados pelo Império de Songai. Embora a origem desse império continue desconhecida, atribuída frequentemente a lendas, Joseph Ki-Zerbo (2009) entende que suas populações tenham vindo do Alto Níger, subdividida em dois grandes grupos: os Sorkos, pescadores, e os Gols, caçadores.

O desenvolvimento dos três impérios mais importantes da África Ocidental (Gana, Mali e Songai), islamizados, teve importância em toda a região que corresponde hoje ao Senegal e à República da Gâmbia. Suas culturas e práticas influenciaram povos que formam o atual território da Guiné-Bissau.

A partir do Século XVIII, entre os rios Gâmbia, onde se localizam atualmente o Senegal e a Guiné-Bissau, foi apoderado pelo Estado de Kaabu. Rapidamente se tornou um dos Impérios pré-coloniais africanos mais importantes, a partir da miscigenação de culturas e povos, o que foi denominado por Carlos Lopes (1999) como *malinkização* ou *mandiguização* de etnias, com o objetivo de evidenciar a dinâmica que marcou as relações sociais, econômicas, políticas e culturais estabelecidas nesse período, em Gaabu, entre o Estado e a sociedade civil, incluindo diversos grupos étnicos localizados nessa região.⁴⁸ E, embora sua

48 Os regimes políticos existentes, na história “pré-colonial” africana, decorreram de uma noção de “cidadania” associada à participação. Lopes (1999) apon-

estrutura social fosse estratificada, de homens livres, castas, escravos e aristocracia, Nyantio no topo da hierarquia, o Reino de Gaabu centrava-se na busca de um equilíbrio político que marcou esse período “pré-colonial” africano, cuja estrutura social e política foram distinguidas pela presença de grupos étnicos de reinos muçulmanos.

A partir do Século XIX, com a conquista de Kansala pelos fulas, em 1867, iniciou-se o domínio da dinastia Socoto, sob o comando de Osman Dan Fodio (PÉLISSIER, 1989). Esse período marca a colonização europeia que coincidiu com o desmantelamento das estruturas sociais e políticas “pré-coloniais” da África (LOPES, 1999, p. 75).

Processo de Ocupação Portuguesa

A data de 1460 marca a chegada dos portugueses às ilhas de Cabo Verde, aparentemente sem indícios de que tenha sido habitada anteriormente, que foram “doadas” pela Coroa Portuguesa aos donatários António de Noli e Diogo Afonso. O povoamento de Cabo Verde teve início no século XV, mediante o processo de ocupação do território pela colonização portuguesa na ilha de Santiago que se constituiu num importante entreposto de escravos. (CARREIRA, 1984)

Para facilitar a fixação da população, sem que isso implicasse num investimento oneroso para Lisboa, o rei de Portugal, D. Afonso V, emitiu, em 12 de junho de 1466, uma lei que concedia aos moradores de Santiago e Fogo o monopólio do comércio de

ta a hegemonia do Império de Gaabu, em que a estrutura social apresentou, naquele período, um alto grau de equilíbrio entre o Estado e a sociedade civil.

escravos na costa africana, podendo os *lançados com negros e tangomãos ou tangomas*⁴⁹ comercializarem livremente nos “Rios da Guiné de Cabo Verde”,⁵⁰ a exceção da Baía Arguim, que era monopólio do Rei de Portugal, nessa região. Foi neste contexto colonial que surgiram os primeiros contatos históricos e culturais entre os ocupantes da Ilha de Cabo Verde e a população da costa ocidental do continente africano através de um intenso comércio de escravos, que teve seus efeitos nas relações entre Cabo Verde e Guiné-Bissau e são perceptíveis também na atualidade.

Embora seja difícil precisar o número de pessoas que foram levadas para Cabo Verde como escravos, estima-se que, entre os anos de 1609 e 1612, teriam desembarcado 1.468 escravos em Cabo Verde e 8.110 foram levados para trabalhar nas plantações da Colômbia, do México e da Espanha. Só da região da atual Guiné-Bissau saíram 2.000 escravos Balantas, Pépeis, Mandingas, Manjacos e outros povos vizinhos para as plantações de cana-de-açúcar em Cuba (DAVIDSON, 1988; PÉLISSIER, 1989). Houve forte participação dos comerciantes mestiços cabo-verdianos no tráfico de pessoas, entre eles, Caetano José Nosolini e João

49 Tangomãos ou tangomas, geralmente cristãos, brancos ou mestiços, foram valiosos intermediários entre europeus e africanos no comércio de escravos nos Rios da Guiné (CARREIRA, 1972, p. 127). De diversas origens étnicas, o seu *crioulo* tornou-se uma língua comum nos negócios, na atual Guiné-Bissau. Os tangomãos geralmente eram descendentes de ancestrais cabo-verdianos na linha masculina e guineenses na linha feminina, embora a maioria tivesse ascendência portuguesa, mas foram todos agrupados como “portugueses” ou “moradores”. (HAVIK, 2000)

50 Essa denominação surgiu no século XVI e compreendia a área do comércio entre o rio Senegal e Serra Leoa, concretamente entre a região fronteiriça de Casamance e as ilhas de Los. Foi por essa razão que esta região da costa africana acabou por se tornar conhecida por “Rios de Cabo Verde”. Entretanto, a autorização para fixação de comerciantes cabo-verdianos, de origem europeia e árabe, nos rios da atual Guiné-Bissau só foi possível com autorização dos indígenas de Bissau, *dunnus de tchon* (donos do chão).

Marques de Barros, que controlavam o comércio negreiro para atender às necessidades do governo da Metrópole e das ilhas de Cabo Verde. Europeus de várias origens e nacionalidades ali estabeleceram pequenos entrepostos e feitorias, enquanto os habitantes da atual Guiné-Bissau tornaram-se beneficiários, vítimas ou opositores do comércio negreiro.

Desde o momento em que as caravelas atracaram na atual Guiné-Bissau, em 1446, a população indígena⁵¹ guineense nunca deixou de reagir à presença portuguesa, utilizando-se de diversos meios para neutralizar o desejo dos portugueses de controlar o território. Nuno Tristão, navegador português do século XV, enviado pelo Infante D. Henrique com a missão de explorar a costa africana, não resistiu à morte nos rios da atual Guiné-Bissau.

Nos Boletins Oficiais, fonte da historiografia colonial e editado entre os anos de 1879 e 1974, as resistências locais na Guiné-Bissau eram vistas como ausência de colonização e de evangelização dos indígenas. Realçavam-se, sobretudo, os problemas do clima, da doença tropical e da fome de uma população desprovida de apoio médico e alimentos. O domínio de *lançados* e *tango-mãos*, que dominavam o comércio na Guiné, foi facilitado pela expressiva ausência da administração portuguesa, expressa nas ações coletivas de rebeliões dos indígenas contra os invasores. Essa ausência possibilitou o desenvolvimento de um grupo autóctone. Como afirma Claudio Furtado:

51 Em 1954, o regime colonial emitiu o Decreto nº 39 66, que passou a vigorar nas ex-colônias no qual são considerados como indígenas os indivíduos da raça negra ou seus descendentes, que tenha nascido ou vivido habitualmente na Guiné, Angola e Moçambique, que não possuem ainda os hábitos individuais e sociais pressupostos para integral aplicação do direito público e privado do estatuto dos cidadãos portugueses em África. Em 1961, o Decreto foi revogado, no quadro das estratégias coloniais. O *Boletim Oficial da Guiné*, nº 38, 9/9/1954, p. 421-427 traz o conjunto de diretrizes desde sua institucionalização.

as grandes fontes do desenvolvimento econômico de Cabo Verde vinham do tráfico de escravos com a costa africana [...] Desde muito cedo, aparece, em Cabo Verde, um grupo de autóctone que possuía terra e comercializavam com a Costa da Guiné, alcançando uma ascensão socioeconômica privilegiada muito cedo no arquipélago. (FURTADO, 1993, p. 31)

O comércio de escravos na costa africana era altamente rentável para a economia do arquipélago. O grupo autóctone era baseado no parentesco e na coabitação política e controlava os recursos humanos e materiais, permitindo-lhe monopolizar esse comércio. Como aponta René Pélissier (1989, p. 42), “os cabo-verdianos das diversas origens não estavam ali para se baterem contra a presença europeia, mas sim para enriquecerem no comércio”. Em Cabo Verde, circulavam diversas moedas estrangeiras nas transações comerciais. Por contraste, na região da atual Guiné-Bissau, até 1843, a moeda não fazia parte das transações locais, pagas frequentemente com aguardente, tabaco, tecidos de algodão produzidos no Fogo e Brava.

Em 15 de março de 1518, ficou evidente a inserção dos comerciantes cabo-verdianos no comércio negreiro regional. O rei de Portugal, insatisfeito com a diminuição de receitas, proibiu aos comerciantes das ilhas Santiago e Fogo acumularem riquezas nos rios da atual Guiné-Bissau, área considerada livre para os comerciantes cabo-verdianos, determinando que os escravos resgatados na costa africana fossem levados diretamente para Lisboa.

A Igreja Católica teve um papel de destaque no comércio de escravos,⁵² principalmente com a criação da primeira diocese

52 Segundo Rema (1966, p. 224), o evangelho chegou atual Guiné-Bissau através do comércio, trocando quinquilharias com produtos locais. Mais tarde, as

da África Ocidental, em 1533, na Vila da Ribeira Grande,⁵³ cuja jurisdição administrativa compreendia as ilhas de Cabo Verde os rios da atual Guiné-Bissau. Nesse último caso, foi só em 1584 que alguns missionários carmelitas e capuchinhos (denominados visitantes) conseguiram conversões dos tangomãos. Mas tendo sido acusados pela diocese de adotarem os hábitos e os costumes indígenas, teriam relegado a “civilização” cristã da Igreja. (REMA, 1967)

Em 1588, foi construída a primeira feitoria da Guiné-Bissau, em Cacheu,⁵⁴ principal entreposto “português” do tráfico negreiro, que visava criar uma “unidade” comercial na ocupação do território. Localizada no rio de mesmo nome, Cacheu era um ponto de culturas e civilizações. (LOPES, 1992) O rio Cacheu possibilitava uma grande mobilidade sociocultural e espacial num ambiente de comércio de escravo competitivo. A administração dessa cidade-fortaleza esteve, alternadamente, nas mãos de oficiais portugueses e africanos, geralmente recrutados em Cabo Verde entre as famílias mercantis consideradas “maus elementos” pela Inquisição e/ou pelo Reino.

transações atingem seu pleno desenvolvimento com *crístões homiziados*, aventureiros brancos e comerciantes de escravos oriundos da ilha de Santiago.

53 A vila de Ribeira Grande de Santiago é considerada o berço de povoamento de Cabo Verde. Em 1534, iniciou-se a construção da Catedral de Santiago, obra que só viria a ser concluída um século e meio depois. Já na Guiné, foi criado o Vicariato Geral da Igreja Católica, em 1867. Vale lembrar também que Vicariato da Guiné era dependente de Cabo Verde. Só em 1940, com a criação da Missão Missionária de Guiné, ocorreu a separação da Diocese de Cabo Verde e a criação da Diocese de Guiné Bissau, em 1977. O padre José Ribeiro de Magalhães foi o primeiro responsável pela Diocese de Bissau (GONÇALVES, 1996).

54 Filho de guineense Rosa Carvalho de Alvarenga e cabo-verdiano João Pereira Barreto, Honório Pereira foi nomeado governador interino de Cacheu, em 1837.

Para contrapor a pressão exercida pelos comerciantes cabo-verdianos, lançados ou tangomãos e europeus, cada qual desejando obter maiores lucros no comércio escravagista, o Conselho Ultramarino, em Lisboa, criou a Companhia da Costa da Guiné (1664), tendo resultado mais tarde na criação da Companhia de Cacheu, Rios e Comércio da Guiné (1676), substituída pela Companhia de Cacheu e de Cabo Verde (1690), a qual se atribuiu o monopólio do comércio de pessoas, no âmbito de reformas econômicas de D. Luís de Meneses, sob o reinado de Pedro II. Com essas medidas, a ilha de Santiago perdeu sua hegemonia como entreposto de mão de obra escrava e, com ela, o Reino perdeu parte substancial dos lucros, já que não dispunha de instrumento de fiscalização. (CARREIRA, 1984; HERNANDEZ, 2002)

Portugal saiu, então, em busca de alternativas para regulamentar o comércio e transformar Cabo Verde e a atual Guiné-Bissau em colônias lucrativas da África Ocidental, as quais garantiam altos lucros ao Reino.

Em setembro de 1651, uma lei régia autorizou o comércio, em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, com navios estrangeiros procedentes das Índias Ocidentais, Buenos Aires e Rio da Prata (Uruguai), exceto com os países europeus como Inglaterra, Holanda e França, acusados de trocarem quinquilharias e gêneros pelos escravos na costa africana.

Apesar das manobras para ampliar sua área de influência, o Reino de Portugal não conseguiu diminuir a competição e o contrabando de um comércio altamente lucrativo. Em março de 1700, D. Pedro II concedeu aos navios europeus o direito de comercializarem, livremente, em Cabo Verde e na atual Guiné-Bissau, mediante o pagamento de 10% sobre o valor total das vendas dos escravos no mercado externo com objetivo de

favorecer o aumento sistemático das receitas e estabelecer o controle do comércio negreiro em toda a Costa Ocidental da África. (CARREIRA, 1967)

Em 1755, surgiu a Companhia do Grão-Pará e Maranhão com ambição de explorar o comércio de importação de escravos africanos, particularmente para aquela região do Brasil. A Companhia do Grão-Pará e Maranhão, munida de cartas de concessão para o comércio escravagista, serviu de motivo para muitas acusações dos empresários cabo-verdianos e guineenses pelas precárias condições de vida de sua população. Esse discurso expressou também o nível de concorrência e interesse dos grupos no comércio.

Na análise de Carreira,

a exploração de negócios de escravos, de panos de algodão, da cera, do marfim, dos “dentes de peixe cavala”; a imposição de métodos de permuta de mercadorias por gêneros de produção africana, encarecendo aquelas e embaratecendo estes, e a obstrução sistemática à circulação de moeda; o sistema usado na cobrança de foros, de dízimos e demais impostos, e outras diferentes práticas seguidas durante 25 anos, reduziram a economia de Cabo Verde e da Guiné a um estado único de debilidade e fizeram criar em todas as camadas sociais um espírito em que o rancor e o ódio aos agentes de Companhias, e descrença na possibilidade de melhores dias, se sedimentassem na mente de mais uma geração. (CARREIRA, 1967, p. 312)

Tratava-se de um modelo de acumulação primitiva de capital, razão de ser da própria política colonial, cuja meta era a

colonização barata em que o Reino (Estado) se contentava em proclamar a sua soberania e deixar ao cuidado das companhias privadas a administração e a exploração das “colônias”.⁵⁵ Aliás, tudo que dizia respeito às transações comerciais, cobrança de impostos, direitos alfandegários, dízimos, etc. ficava com as companhias de comércio. Cabo Verde e “Guiné Portuguesa”, verdadeiros reservatórios de mão de obra escrava para as propriedades no Brasil, tiveram descensos de suas atividades econômicas no mercado internacional (HERNANDEZ, 2002).

O novo quadro gerou a busca de alternativas para o tráfico transatlântico de escravos. Os comerciantes privados desenvolveram o contrabando e o comércio ilegal de pessoas, na África Ocidental, nos meados de 1830.

No caso da região de Guiné-Bissau, os comerciantes, impossibilitados de permanecer no comércio, devido ao monopólio da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, fizeram ouvir suas reivindicações junto ao Conselho Ultramarino, reclamando o tratamento desigual dispensado aos comerciantes locais. A revolta dos comerciantes levou o rei de Portugal a conceder a autonomia ao governo da Guiné, em 1897. Nesse ano, a atual Guiné-Bissau separou-se da jurisdição administrativa das ilhas de Cabo Verde e recebeu o nome colonial de “Guiné Portuguesa”, sendo a capital do país sediada na ilha de Bolama,⁵⁶ no arquipélago dos Bijagós.

55 O principal beneficiário das companhias era o Brasil (M'BOKOLO, 2007).

56 Bolama interessava pela sua localização estratégica no comércio de escravos, que atingiu níveis elevados no século XIX, período em os ingleses confrontaram os portugueses e tentam incorporar a Ilha a Serra Leoa. Sob a mediação de Ulysses Grand, Portugal conseguiu assegurar a posse de Bolama. A Inglaterra, por sua vez, passou a administrar toda a África Austral, exceção de Angola e Moçambique.

Nota-se que, até o século XIX, as relações entre Guiné-Bissau e Cabo Verde se apresentaram como “*colônia de uma colônia*”, em decorrência das prioridades de investimento feitas por Portugal no arquipélago de Cabo Verde, que se refletia na formação de quadros administrativos e no fortalecimento de instituições de ensino eclesiástico, gestão pública e burocrática do Estado colonial. (PÉLISSIER, 1989, p. 14) Apesar desse papel dos cabo-verdianos, haviam setores da sociedade que se sentiam também explorados nessas relações com Portugal, a exemplo do pagamento de impostos e trabalho forçado.

Efetivamente, a ocupação da atual Guiné-Bissau foi distinta a de Cabo Verde, que se caracterizou pela presença de feitorias em função do comércio, mas nunca pela ocupação efetiva. Foi no contexto da Conferência de Berlim, realizada entre 19 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, que se iniciaram propriamente a ocupação e novas formas de interiorização. Vale lembrar que a partição do continente africano não respeitou nem a história, nem as relações étnicas e mesmo familiares dos seus povos.

O Ato Geral da Conferência de Berlim procurou reprimir a prática de escravatura, depois que ingleses e franceses abandonam o tráfico e pressionaram para sua extinção no Atlântico, ainda em dezembro de 1836. As resistências dos escravos contra a exploração econômica e a desestruturação de organizações sociais e políticas africanas exerceram impactos importantes na luta pelo fim de escravidão no século XIX.

Convém ressaltar que a escravidão, nas ex-colônias portuguesas em África, vigorou formalmente até meados de 1869, embora ela se mantivesse em outras formas no interior do continente africano. O ano de 1879 marcou a constituição oficial de Cabo Verde e da “Guiné Portuguesa” como Colônia de Portugal,

mas sem “soberania” no interior, que apresentava ainda focos de resistências. Esse período foi decisivo para a redução do espaço político e a degradação sistemática do Estado de Gaabu, como anteriormente mencionado, tendo como objetivo o aniquilamento do poder local (LOPES, 1999).

Apesar de argumentos de “direitos históricos” sobre as “províncias ultramarinas” utilizados como estratégia discursiva para garantir a manutenção de colônias em África, foi evidente a fraqueza de Portugal nessa Conferência. Sem meios militares, humanos e econômicos para controlar suas colônias, Portugal só teria sido impelido a participar da partilha e da colonização moderna da África porque a Inglaterra se sentiu na necessidade de um aliado para estabelecer o seu domínio da África Austral.

Restruturação Econômica no Período Pós-Conferência de Berlim

Em torno da extinção do tráfico de escravos e da redução sistemática de comércio triangular entre a África, a América e a Europa, estabeleceu-se a prática da “escravatura doméstica”, que fez nascer novas formas de produção escravista, incorporadas de maneiras distintas no interior do continente africano, passando a abranger não só a circulação como a própria produção de mercadorias. Emergia, assim, uma nova geografia econômica e organização de espaço, caracterizada pelo crescente peso econômico das regiões especializadas na produção de óleos, quase todas perto da costa.

Em termos sociais, crescia o número de africanos que participavam da nova economia como produtores e/ou como “intermediários”. Enquanto o tráfico negreiro fora, em geral, atividade

das elites e das aristocracias político-militares, as oleoginosas foram, na maioria dos casos, fornecidas por pequenos produtores. (M'BOKOLO, 2007) Isso veio agravar a dominação e evidenciar a participação dos comerciantes luso-descendentes e africanos na exploração da mão-de-obra camponesa, com aumento de trabalho forçado.

Em Cabo Verde, a colheita de urzela,⁵⁷ baseada no trabalho servil, marcou um novo modelo da “colonização barata”, constituindo-se o principal produto de exportação do arquipélago nos finais do século XV. Nesse período, os primeiros proprietários rurais e/ou donatários, formados majoritariamente por brancos e mestiços, incentivavam o plantio e colheita da urzela destinada ao mercado europeu, através dos portos portugueses.

O sistema de apropriação rural da terra implicou na necessidade de um incremento significativo de mão-de-obra escrava, empregada principalmente na plantação da purgueira, do tabaco, da cana-de-açúcar, do café e da criação de gado, e na adoção de instrumentos legais de regulação de contratos de arrendamento.

Claudio Furtado (1993) demonstrou que o comércio de produtos agrícolas, pecuários e industrializados de origem agropastoril era feito por mercadores que conseguiam a autorização formal do monopólio de comércio do Reino de Portugal, via contrato de arrendamento de terras. O primeiro contrato de arrendamento de terra foi efetivado em 1501, válido por três anos, atribuído a Duarte Rodrigues que se comprometeu a pagar a quantia de 400.000 réis em escravos entregues em Lisboa. (GONÇALVES, 1996)

⁵⁷ Urzela é o nome dado ao líquen, comum sobre rochas costeiras das ilhas de Cabo Verde.

Em ofício redigido pelo Desembargador Custônio Correia de Matos, em 13 de novembro de 1752, foram regulamentadas as regras gerais de ocupação das terras e respectivas taxas a serem pagas ao Reino de Portugal para o incremento da colheita de urzela em Cabo Verde. Em 1818, o administrador geral do comércio de urzela, Manuel António Martins,⁵⁸ a quem cabia o monopólio da exploração de terras durante 20 anos, mantinha muitos desses estabelecimentos de comercialização espalhados pelo arquipélago.

Em seus estudos, António Carreira criticou os empresários associados à posse da terra, afirmando que vastas “propriedades rurais que podiam aumentar a produção e extrair abundantes colheitas para a exportação foram arrendadas em pequenas parcelas de terra e/ou mediante a divisão de produtos”. (CARREIRA, 1984, p. 40)

Em termos gerais, foram três as modalidades de arrendamento de terra em Cabo Verde: por contrato fixo, pré-fixo e o regime de administração especial, em que o administrador geral recebia como remuneração uma comissão de 6% sobre a venda de urzela no mercado externo.

As remunerações dos camponeses eram pagas em dinheiro ou em gêneros alimentícios, vestuários e outros bens de consumo por valores muito superiores àqueles praticados no mercado e ainda com a obrigação dos agricultores rurais entregarem a urzela colhida. Acrescenta-se, também, a institucionalização de um modelo de exploração agrícola com base nas seguintes referências de concessão de autorização: (a) o arrendamento de terra mediante a carta régia, restringindo a oportunidade de todos

58 Manuel António Martins foi governador de Cabo Verde e da “Guiné Portuguesa”, entre 1833 e 1835.

cabo-verdianos terem acesso à terra para produção; (b) o controle direto da Fazenda Real, e (c) a promoção do comércio livre, que teve sua relevância na formação de famílias locais atreladas ao sistema fundiário em Cabo Verde.

Por outro lado, a organização administrativa do Estado colonial instituiu os mecanismos necessários para o controle da população e manutenção do território. Como estratégia política para restringir aos camponeses o acesso às terras para produção, bem como ao exercício dos seus direitos políticos e sociais no arquipélago, os morgados e capelas,⁵⁹ que detinham o monopólio da justiça local, não celebravam os contratos por escrito. Ampliam-se, dessa forma, as arbitrariedades contra o campesinato empobrecido.

O rendeiro que melhorar o terreno e nele estabelecer cultura de rendimento duradouro e mais avultado pode ter a certeza de que o proprietário, no fim do ano, só consentirá em renovar o arrendamento mediante subida de renda, que será ele só quem há de colher os benefícios realizados. (CARREIRA, 1984, p. 121)

Além dos obstáculos colocados nas regras de arrendamento de terra nas ilhas, os proprietários rurais de Santiago e Fogo, protagonistas da colonização escravocrata e fundiária, defendiam que todos os bens vinculados à propriedade eram indivisíveis e inalienáveis, instituindo-se, assim, a apropriação privada da terra. (HERNANDEZ, 2002) Nesse sentido, a formação da sociedade

59 Segundo Hernandez (2002, p.36), morgadio é conjunto de propriedade indivisível, que está ligado a uma família, transmitida em linha masculina através do primogênito. Já capela é um conjunto de bens afetos a uma irmandade religiosa, transformando em um morgado vinculado a uma família religiosa.

cabo-verdiana imprimiu um caráter centralizador da propriedade da terra, da formação de mão-de-obra e de grupos sociais.

O desenvolvimento de formação de classes teve influência decisiva o modo como foram distribuídas as terras e se constituíram em Santiago e no Fogo. Nestas duas ilhas de Sotavento as melhores terras tinham sido distribuídas aos reinóis e a estrangeiros feitos morgados por cartas régias. Já em Barlavento se seguiu o sistema de concessões segundo a lei, de por forma a garantir o povoamento e fixação de famílias. Era o próprio condicionalismo resultante da escassez de terras aráveis que gerava a situação. Daí que em Sotavento foi mais difícil aos auto alforriados, aos nascidos livres e libertos por lei, ter acesso à propriedade da terra (CARREIRA, 1984, p. 138).

A dificuldade de acesso à terra era mais evidente no Sotavento por conta da forte presença da população europeia em representação da sociedade colonial. No Sotavento, a interferência das autoridades coloniais nas decisões e gestão de atividades produtivas, especialmente dos camponeses e/ou sem terras, envolvia um sistema de apropriação capitalista segundo a lei de sesmarias de apropriação familiar.⁶⁰ Criou-se, assim, um modelo de colonização distinto no conjunto de ilhas no processo da mercantilização econômica para o mercado. Desse modo, Cabo Verde estruturou-se como um espaço econômico definido por sua relação com

60 A exploração familiar da terra foi instituída pela lei de sesmarias, em Portugal, em 1375.

o mercado internacional, conforme a racionalidade imposta pela lógica de acumulação de capital. (HERNANDEZ, 2002)

O monopólio legal da propriedade privada da terra pelos proprietários rurais, em Cabo Verde, vigorou até 1752, logo após o fracionamento dos morgadios e liberalização de comércio introduzida e dirigida pelo Estado colonial.⁶¹ Apesar de todas as mudanças que se procederam no quadro institucional da escravatura “doméstica”, principalmente com a promoção do comércio livre, em 1864, as mudanças ocorridas não dissolveram completamente o problema da concentração da terra (FURTADO, 1993). Pelo contrário, a combinação entre a fragmentação e a concentração foi estabelecida de forma substantiva no arquipélago⁶² (HERNANDEZ, 2002), transformando-se num mecanismo de empobrecimento de Cabo Verde. O desequilíbrio econômico e a miséria geraram revoltas, como a de Engenho, em 1822, de Achada Falcão em 1841, e de Ribeirão Manuel, em 1910. Todas essas revoltas ocorreram na Ilha de Santiago, sem grandes impactos para a transformação da estrutura fundiária (CARREIRA, 1984; PEREIRA, 2010). O controle das revoltas não se consolidou de imediato e nem se resolveu em pouco tempo, sem reação e novas revoltas contra a dominação colonial.

Na Guiné-Bissau, foi um governador mestiço, nascido em Guiné, de mãe guineense e pai cabo-verdiano, Honório Pereira Barreto, que, entre 1837 a 1859, expandiu as possessões de

61 Hernandez (2002, p. 51) atribui as mudanças no sistema de propriedade privada da terra à erosão do solo e baixo índice pluviométrico, tendo as secas como consequência e a fome como corolário.

62 Isso não significa dizer que a estrutura fundiária manteve-se, tal como era na época da escravatura clássica. Houve oscilações na estrutura agrária com a entrada dos emigrantes na aquisição de terras, mas não alterou o legado de concentração de terras herdado dos “brancos da terra” (CARREIRA, 1984).

Portugal, comprando terras aos chefes locais com a sua fortuna pessoal, supostamente para impedir possíveis represálias do explorador francês Bertrad-Bocandé contra a população da atual região de Casamance (PÉLISSIER, 1989).

Conhecedor profundo dos costumes dos indígenas e de “gentes de cor”, nenhuma decisão das autoridades portuguesas era tomada sem o consentimento do “patriota português”. Sua capacidade de comandar as diretrizes de Portugal, agindo muitas vezes como conciliador para resolver os conflitos e as insatisfações dos “indígenas” nas praças de Cacheu, Farim e Ziguinchor, conferiu-lhe uma posição privilegiada no mercado de comércio na Guiné-Bissau. Como assegura Philip Havik, no período colonial português

[o] Clã Barreto negociava escravos, arroz e cera de abelha, mas também com importantes mercadorias de troca, tais como os panos de algodão, chamados bandas, produzidos em Cabo Verde, além de tabaco e pólvora, que circulavam como moeda de troca. Sua influencia estendia-se para o universo político em razão das posições administrativas ocupadas pelo seu pai, mas também como decorrência de laços que mantinha com as comunidades litorâneas como os Bañun, os Felupe e os Pepeis. (HAVIK, 2000, p. 104)

Honório Pereira Barreto e seu clã estabeleceram uma rede de relações com chefes dos grupos étnicos guineenses (formalizando o clientelismo e o patrimonialismo) e no contexto mais amplo do país. Seu clã controlava a administração e, praticamente, explorava todas as atividades econômicas do comércio de escravos, arroz, cera de abelha, panos de algodão. Suas operações

comerciais iam além da atual Guiné-Bissau e se estendiam para a ilha de Santiago de Cabo Verde, Casamance e Senegal. Seu pai, João Pereira Barreto, sargento-mor cabo-verdiano, e sua mãe, Rosa Carvalho de Alvarenga, comerciante guineense de uma família proeminente do então conselho de Cacheu, Ziguinchor, já ocupavam funções importantes nos assuntos administrativos e comerciais nessa região.

A articulação familiar com o regime colonial português, na Guiné-Bissau, no âmbito político e comercial, permitiu à casa comercial Barreto-Alvarenga⁶³ ser, de longe, a maior proprietária de escravos nos meados de 1850 (HAVIK, 2000). Também permitiu que Honório Pereira Barreto usufrísse de privilégios nos contratos de arrendamentos das alfândegas de Bissau, Bolama e Cacheu, em 1845, facilitando a presença colonial. (PÉLISSIER, 1989)

Se, em Cabo Verde, o arrendamento de terra se apresentou como a forma dos proprietários obterem lucro a partir do trabalho dos camponeses, submetidos à colheita de urzelas e produção agropastoril, na região de Guiné-Bissau as concessões agrícolas, em grande medida, não passavam de estabelecimentos comerciais controlados principalmente por empresários autônomos.

Uma das especificidades da “escravatura doméstica” guineense foi a ausência de colonos proprietários de terra, ao contrário das ilhas de Cabo Verde, onde predominou uma forte presença dos grandes proprietários (morgadios), filhos mestiços e herdeiros dos colonos donatários de terra. Na Guiné-Bissau, a economia colonial era essencialmente camponesa, apesar das tentativas

63 Na ocasião do primeiro censo de escravos, realizado em 1857, a casa comercial Barreto-Alvarenga possuía 147 escravos, sendo 77 mulheres e 70 homens. O clã Alvarenga tinha 290 escravos em Cacheu e Ziguinchor. Honório Pereira Barreto possuía 61 na costa da Guiné, e alguns em Santiago (HAVIK, 2000).

feitas pelo governo de Portugal em criar uma economia de plantação voltada ao mercado externo. Em 1857, um grupo de cinquenta e dois cabo-verdianos tentou criar uma colônia agrícola em Bolama, onde a produção de amendoim assumiu real importância (PÉLISSIER, 1989, p.158). As estratégias de acumulação de capital, pelos empresários cabo-verdianos na região de Guiné-Bissau, ampliaram-se com vastas propriedades de produção agrícola chamadas *pontas*.⁶⁴

Os comerciantes cabo-verdianos fundaram as chamadas pontas destinadas ao comércio de cana-de-açúcar e arroz. As primeiras surgiram na região de Oio, Biombo e Cacheu, dentro ou nas proximidades de território Balanta. Em finais do século XIX, teve início nas planícies costeiras de Quinará um apreciável desenvolvimento das pontas, pelo qual foram responsáveis não só os comerciantes cabo-verdianos, mas também alguns proprietários de terras de etnia Biafada, Pepel e africanos cristãos (DRIFT, 1999, p.290).

Fato semelhante ocorreu, a partir do século XIX, com os proprietários guineenses Balantas, Biafadas, Pepéis e cristãos. Inseridos no fenômeno de monetarização, com a instauração do comércio livre na sociedade colonial, tornaram-se os principais produtores de arroz, enquanto os comerciantes cabo-verdianos passaram a assumir cada vez mais a função de atacadistas ou

64 Carreira (1960) atribuiu o desenvolvimento dos proprietários Balantas as mudanças nos comportamentos dos *ponteiros* no processo de valorização de suas propriedades, à política de atração de mão-de-obra e o desenvolvimento da produção de arroz de pântano. O fator gerador básico foi a liberalização da moeda.

“intermediários” nas transações comerciais, principalmente com a Companhia Francesa do Comércio Africano que monopolizou o comércio de amendoim em toda costa africana. (M'BOKOLO, 2007)

Com a instauração do Estado Novo, em Portugal, em 1933, o regime autoritário de Salazar tentou estabelecer o controle sobre a produção de amendoim. A Companhia União Fabril (CUF), fundada em meados de 1898, para produzir sabão com óleo de amendoim produzido na atual Guiné-Bissau, é um bom exemplo dessa pretensão econômica. Ampliaram-se, assim, as alianças entre o regime salazarista e a CUF na criação de um domínio colonial.

Considerada por Amílcar Cabral como a verdadeira “dona” da Guiné-Bissau, a família Melo, que dirigia a Companhia, possuía o monopólio de transação, de importação e de exportação. As suas propriedades estavam intimamente ligadas a outros interesses privados e monopolistas em Portugal, bem como a grupos internacionais, principais beneficiários de trocas comerciais com a Companhia mediante a imposição de trabalho forçado. Amílcar Cabral retrata bem o quadro geral do trabalho forçado e seus efeitos negativos nas ex-colônias portuguesas.

Na Guiné-Bissau, Moçambique e em Angola existe o trabalho forçado para os trabalhos públicos. Mais de vinte mil angolanos, moçambicanos e cabo-verdianos trabalham doze horas por dia nas roças de São Tomé e Príncipe. Todos os anos, quatrocentos mil moçambicanos são submetidos a trabalho forçado, dos quais cem mil são exportados para as minas da África do Sul e da Rodésia. Mesmo com uma taxa de mortalidade de trinta 30%, nunca tiveram dificuldade em obter novos trabalhadores.

Este comércio de trabalho forçado fornece a Portugal uma das fontes mais estáveis de divisas. (CABRAL, 1974, p. 62)

O trabalho forçado permitia fornecer a mão de obra necessária à construção de edifícios públicos e exploração da terra, mediante os interesses comerciais e políticos da administração colonial. O pagamento de impostos de “palhota”⁶⁵ na Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, e o recrutamento de camponeses nas ilhas de Cabo Verde para as grandes plantações dos colonos em São Tomé e Príncipe, foi a forma que o governo colonial encontrou para garantir o máximo de produção agrícola voltada para a exportação e pagamento das despesas da administração, impactando a produção de alimentos básicos e aprofundando ainda mais miséria e a mortalidade dos camponeses, dos contratados, que viviam em situação de escravatura. (CABRAL, 1978)

Até o final de Segunda Guerra Mundial, as empresas portuguesas já tinham dominado completamente o comércio na Guiné-Bissau, acabando com o monopólio dos comerciantes franceses e alemães.⁶⁶

O domínio comercial e político dos portugueses nas ex-colônias africanas foi conseguido através de métodos coercitivos e

65 Na “Guiné Portuguesa”, o *imposto de palhota*, cobrado de todos os proprietários de palhoças que servissem de habitação, era pago, quer através de dinheiro, quer ainda em produtos de exportação. Instituído em 7 de novembro de 1903, vigorou até 1966. Seguiram-se ao *imposto braçal* de produção agrícola na zona rural, de 1927-1963; o *imposto de extração de vinha de palma*, de 1931-1957. Na área urbana, instituiu-se o *imposto de captação*, de 1936-1960; o *imposto de covato* de 1891, e, finalmente, o *imposto de domicílio*, aplicados aos profissionais liberais, entre 1915 a 1976 (ESPINOSA, 1992).

66 Carlos Lopes (1988) destaca que até os princípios do século XX, a Alemanha controlava o comércio com Guiné, restringindo a influência portuguesa no comércio.

autoritários, a exemplo de trabalho forçado, impostos, exploração socioeconômica e cultural da sociedade civil, impedindo que setores sociais conquistassem espaço político, principalmente os grupos indígenas discordantes da política de dominação colonial. Convém ressaltar que a exploração de camponeses permitiu a contestação social e resistências populares.

A Luta dos Grupos Indígenas

Os impactos sociais e culturais dessa política colonial na Guiné-Bissau fez ampliar focos de resistências locais contra a exploração econômica e a opressão política de Portugal, que iam desde ações de confrontações dos grupos étnicos que se opunham à conquista colonial (passando pela resistência “passiva”, fragmentada, marcada pelas relações de exploração e divisão hierárquica de trabalho), até ações revolucionárias de contestação e conquista do poder em defesa da consolidação de um projeto societário alternativo que articulava diversos grupos sociais. (CABRAL, 1978)

Na Guiné-Bissau, os primeiros sinais de revolta frontal entre autóctones e portugueses que se tem registro manifestaram-se entre 1841 e 1844. No levante, denominado por René Pélissier de *revolta seca*, o governador do distrito-feitoria de Bissau, António José Torres, solicitou ao governador de Cabo Verde, Francisco de Paula Basto, o envio de cem homens para acudir a feitoria de São José, uma das principais fortalezas coloniais. Valendo-se de todas as oportunidades que existiam para se rebelarem, Pepéis e grumetes aliaram-se a um grupo de “soldados” de Bissau para exigir do oficial cabo-verdiano, arrendatário de alfândega, Caetano José

Nosoline e seus colaboradores, a adoção de moedas no pagamento de soldos atrasados. Honório Pereira Barreto, mais uma vez, foi chamado para a intermediação, empreendendo esforços para restabelecer a paz e suprir as fraquezas da presença militar portuguesa na Guiné. (PÉLISSIER, 1989)

Esse período também ficou marcado pela forte reação dos indígenas ao trabalho forçado, principalmente por meio da migração para as regiões fronteiriças, abandonando ou resistindo a trabalhar na produção e na colheita de produtos voltados para a exportação. Outra revolta indígena que merece ser mencionada é a que culminou com o assassinato do governador da Guiné, Álvaro Telles Caldeira, em 24 de janeiro de 1871. Os quatrocentos homens, acionados nas ilhas de Cabo Verde para defender os interesses coloniais e proteger as fortalezas, não foram suficientes para evitar o fracasso.

A revolta de grumetes de Farim, a perturbação de Biafadas na navegação entre rio Bissau e Geba e as sucessivas revoltas dos Bijagós, Balantas, Manjacos e Mandingas contra a presença colonial tornaram-se intensas entre 1845 e 1878. A presença portuguesa ficou confinada, em termos militares e geográficos, a pequenos enclaves, caracterizado pelo que se denominou de *política das pequenas bandeiras* na Guiné, restrita as relações entre as feitorias e os presídios-fortaleza. (PÉLISSIER, 1989)

Se, em Cabo Verde, o regime colonial já não corria mais risco de perder o seu domínio militar em função da característica própria da colonização portuguesa, na “Guiné Portuguesa” o regime precisava provar, com base na violência das armas, à ocupação efetiva de territórios para tentar pôr termo a resistência das populações indígenas. Em junho de 1899, o governador Álvaro Herculano da Cunha (1897) tentou ampliar a presença

portuguesa, instituindo um posto militar e administrativo em São Domingos no intuito de assegurar a defesa da fronteira Sul. No início de 1901, o governador da Guiné Portuguesa, Júdice Biker (1901-1903), tentando ultrapassar os desafios que norteavam a política de “pacificação” do país, organizou uma expedição militar contra os Felupes, na região fronteira com Senegal, onde os portugueses construíram uma alfândega e um posto militar para impedir os franceses de comercializarem.

A forma de colonização, empreendida pelos governadores coloniais com o aval de Portugal, tornou a administração colonial cada vez mais impopular nos territórios da Guiné-Bissau. Na ilha dos Bijagós, por exemplo, a situação não foi diferente de outras regiões do país. Em maio de 1907, o governador João Augusto de Oliveira Muzanty (1906-1909) autorizou uma expedição militar em Formosa, mas os resultados terminaram frustrando o governo colonial português em seu projeto de controle do território.

Para evitar qualquer possibilidade de novas surpresas, o capitão João Teixeira Pinto formulou, em 1913, a sua estratégia de “pacificação” das revoltas indígenas através de um recrutamento seletivo de mercenários africanos para a defesa da “Província da Guiné”. Como apontou Yves Benot (1969, p. 100), além da ostentação do domínio militar, enquadramento administrativo e dominação econômica e cultural, a colonização se assentava também em sistemas de alianças no interior das sociedades colonizadas.

Assim, reproduzindo a velha política colonial de dividir os africanos para dominá-los, o capitão João Teixeira Pinto ganhou notoriedade militar e política na Guiné-Bissau, mobilizando os mercenários Abdul Injai e Mamadu Cissé para participarem na

pacificação das revoltas indígenas. Sem o apoio de Carlos de Almeida Pereira (1920-1913), considerado um governador colonial pacífico, João Teixeira Pinto iniciou a sua campanha de onze anos de “pacificação” no triângulo Farim-Bissorã-Carenque. Em 1915, terminou a pacificação sangrenta do território continental, com a derrota dos Pepéis da Ilha de Bissau, como também dos Manjacos e Balantas. No arquipélago dos Bijagós, também hostis à presença portuguesa, as resistências só foram quebradas depois das três últimas campanhas em Canhabaque, ocorridas a partir do ano de 1936.

Em todas as “campanhas de pacificação”, as autoridades portuguesas, em Lisboa, contaram com o engajamento e o elogio de uma parte da elite crioula cabo-verdiana.⁶⁷ O jornal *Voz de Cabo Verde*, de 1913, por exemplo, prestou homenagem aos conquistadores portugueses e cabo-verdianos que combatiam os indígenas guineenses.⁶⁸ Numa “síntese assimilacionista”, Juvenal Cabral, pai de Amílcar Cabral, elogiou o capitão João Teixeira Pinto como *um firme pacificar dos povos bárbaros* (DAVIDSON, 1988). Esse discurso teve o reforço do “estatuto indígena” como um dos seus pilares centrais, sustentado nas necessidades e estratégias de construção de uma sociedade colonial.

67 A elite crioula cabo-verdiana foi formada, fundamentalmente, por “civilizados”, pertencentes à categoria de mestiços que estudaram em universidades e escolas técnicas europeias. No caso do PAIGC, grande parte da “vanguarda” estudou em Portugal.

68 As formas desse apoio são deslocações à Guiné do governador de Cabo Verde, Lopes dos Santos. Em eventos públicos, dirigiam suas mensagens de elogios via discursos como [...] “regresso a Cabo Verde fortemente impressionado com a obra sem par que vem sendo realizada na Guiné, graça à extraordinária e clarividente ação do senhor governador, General António de Spínola”. *Boletim Cultural da Guiné*, seção Crónica da Província, nº 81, Vol. XXVII, 1972.

Essa hierarquização favoreceu, igualmente, a tomada de consciência para a construção de um projeto comum de “unidade” e de ação política revolucionária organizada que garantisse os interesses dos cabo-verdianos e de guineenses.

Regulamentação Social em Cabo Verde e Guiné-Bissau

Em 1899, no campo da administração das colônias, foi criado o Código de Estatuto Indígena, sendo revogado e substituído, em 1914, pelo Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas, que visava “alargar a estreita margem de manobra política, com maior adequação à ideologia republicana” (HERNANDEZ, 2002, p. 515). Esta legislação foi modificada, posteriormente, em conformidade com disputas políticas e ideológicas que assumindo sua forma mais cruel no período do Estado Novo português, sendo revogada apenas em 1961, após um longo período de intensa pressão surgido no pós-guerra.⁶⁹

Esse “estatuto indígena” sustentou a categorização da população da Guiné-Bissau, como também em Moçambique e Angola, em “civilizados” e “não civilizados”. Assim, os guineenses, considerados “rebeldes” e de difícil convivência com a política de exploração e dominação cultural, eram considerados como povos

69 Sintomas dessas disputas políticas e ideológicas são expressos na maneira que Portugal define suas colônias. Por exemplo, em 1952, Cabo Verde e Guiné-Bissau deixaram de ser colônias e se converteram em “*províncias de ultramar*”, instituídas pela revisão constitucional colonial de 1951 que visava reforçar a “unidade nacional” nos territórios de domínio de Portugal em África (SILVA, 1997, p. 27). Isso veio a intensificar o controle político e militar do regime colonial fascista de Portugal tanto em Cabo Verde como na Guiné-Bissau.

“primitivos” pertencentes, de alguma maneira, à categoria de “não civilizados”, enquanto os cabo-verdianos, que não conheceram o Estatuto de Indigenato,⁷⁰ eram vistos como “civilizados”, partidários do sistema, representando e mantendo intactos os interesses econômicos e administrativos do regime colonial nos países africanos como Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Representação essa mantida através de imposição e coerção ou por consentimento e persuasão do regime colonial.

Na análise de José Luiz Cabaço, o “estatuto do indigenato” impôs uma diferenciação social entre colonos e colonizados. Os primeiros estavam sujeitos à cidadania balizada pela Lei e pelos direitos vigentes na Metrópole e os colonizados ao “Estatuto Indígena” e ao governo local, caracterizado por um poder coercitivo e jurídico consagrado, em geral, aos grupos étnicos regidos pelos direitos consuetudinários. Entre essas duas categorias teria se formado um terceiro grupo composto por nativos de base urbana, mestiços, e uma classe média urbana de funcionários e pequenos comerciantes, entre outros, que não estavam sujeitos nem às leis dos colonos, nem ao poder consuetudinário de grupos locais, cujas lideranças assumiram um papel de supervisão e garantia das obrigações para com o Estado (CABAÇO, 2009, p. 43). Este terceiro grupo de “nativos” urbanos (mestiços ou assimilados) se situava num *limbo jurídico*, pois não estava submetido “nem ao costume nem exaltados como cidadãos com direitos”.

Nesse contexto, Mamdani considera que o alcance jurídico do primeiro grupo e suas vantagens *racializou* a sociedade civil,

70 Cabo Verde, o Estado da Índia Portuguesa e Macau nunca foram submetidos ao regime do indigenato, ao contrário de Guiné, Angola e Moçambique; o indigenato foi introduzido em São Tomé e Príncipe e no Timor após a Segunda Guerra Mundial (THOMAZ, 2001).

enquanto a autoridade dos nativos se *tribalizou*, daí que o Estado e a sociedade civil em África seriam *bifurcados*. É nesse sentido que o conteúdo da democracia emergiria também como resultado da combinação contraditória e complementar entre duas lógicas, na construção de alianças. (MAMDANI, 1996, p. 19)

Considerando a estrutura social colonial de Cabo Verde, as análises tendem a ter como critério a propriedade privada. Nesse sentido, Carreira (1984, p.139) afirmou que, desde os finais do século XVIII e princípios do século XIX, encontravam-se presentes três grandes grupos sociais demarcados muito mais pela propriedade privada e privilégios do que pelo estatuto indígena. O primeiro grupo social estava constituído pelo “*branco da terra*”, do qual também faziam parte, direta ou indiretamente, os padres católicos, sargentos, capitães e mestiços que conseguiram certa ascendência no quadro da mobilidade vertical vigente na época colonial. No contexto geral da população, esse grupo possuía as melhores terras para a agricultura e monopolizava o sistema econômico, político, cultural, privilégios sociais e bens patrimoniais. O segundo grupo foi denominado, por Carreira, de *intermediário*. Esse grupo era constituído por rendeiros de terra, profissionais liberais, pequenos comerciantes e habitantes das ilhas em geral. Já o terceiro e último grupo social era formado pelos *escravos*, cujo número foi diminuindo até a sua completa extinção. Essa caracterização da sociedade colonial cabo-verdiana é perfeitamente sintomática com a vivência escravocrata: um projeto de colonização economicamente desigual, baseada na aliança entre elite e Estado colonial.

Na perspectiva de Amílcar Cabral, tendo como inspiração o marxismo, a estrutura rural nas ilhas de Cabo Verde se estratificava em três grupos: os grandes proprietários, os pequenos

proprietários e os rendeiros. Nas zonas urbanas, por sua vez, encontramos os funcionários portugueses do aparelho colonial, a “pequena burguesia” cabo-verdiana e uma maioria representada pelo povo (CABRAL, 1978, p. 108). Essa caracterização de Cabral pode ser vista como uma série de mudanças que ocorreram na estrutura colonial, como parte do novo contexto e estratégias de dominação portuguesa.

Há uma tendência em considerar que um dos elementos centrais dessa dinâmica societal cabo-verdiana foi a mestiçagem, seja ela consentida ou forçada. Como disse Carreira, “a tendência para branqueamento da população é flagrante” (CARREIRA, 1984, p. 144). Os dados fornecidos por António Carreira (1984) mostram que até o século XX, a população mestiça representava 60%, os negros não menos de 36%, enquanto apenas 3% da população era branca.

A perpetuação do discurso colonial, no seio da população cabo-verdiana, fez com que as posições das classes e dos escravos fossem concebidas como um problema socioeconômico sem referência étnico-racial. Cabo Verde, nesse caso, se caracterizou como uma forma particular do sistema colonial, que assumiu, ao longo do tempo e no âmbito do “indigenato”, diferentes dualidades: branco-preto, civilizado-indígena, oralidade-escrita, tradicional-moderno, cultura-costume tendo como eixo hierarquizador a “raça” e não a classe, a religião ou o gênero (CABAÇO, 2009, p. 36). O mesmo teria acontecido com relação à política indigenista do governo português na Guiné-Bissau no que se refere aos conflitos que emergiam da sociedade colonial, que categorizava os indígenas como carentes de “civilização” bem como a coerção explícita e direta do sistema político-colonial sobre os nativos assimilados em Cabo Verde. Esse modelo interpretativo sugere

que a sociedade civil e o Estado, em África, se resumem a uma conformidade com a estrutura político-administrativa herdada do Estado colonial.

Enquanto para Carreira (1984) e Cabral (1978) os brancos exerciam o seu poder e sua dominação através da estrutura econômica e política do Estado colonial, para Cabaço (2009) e Mamdani (1996) esse exercício de poder estava permeado por uma relação cultural que foi construída pelas dualidades. Aqui, a distinção não era de classes, mas sim de hierarquias raciais. No entanto, a defesa da dualidade sustentada por Mamdani e Cabaço em suas análises dos processos sociopolíticos, em África, não capta de forma adequada as diversas instâncias e suas funções mediadoras das relações entre a sociedade civil e o Estado, na atualidade. A dualidade, portanto, não implicou na ruptura das inter-relações que envolvem e incorporam processos sociais, projetos políticos, demandas e práticas dos grupos sociais ou étnicos envolvidos fortemente nos processos eleitorais na construção de diferentes perspectivas de entendimento sobre a democracia. (TEIXEIRA, 2010)

Para Mendy (1999, p. 172), o estatuto do indigenato distinguia-se de outros mecanismos de controle e coerção na sociedade colonial por ser o instrumento que a administração colonial portuguesa frequentemente recorria como sistema de “justiça administrativa”, pois atribuía pleno poder ao administrador para prender e encarcerar o indígena “rebelde”. As ações administrativas regulamentavam toda a vida da colônia em proteção do colono e em representação do seu privilégio “inato” (CABAÇO, 2009, p. 36). A ação do Estado colonial encontrava-se articulada às suas funções culturais, econômicas e políticas e findou por dar lugar à emergência de manifestações dos movimentos sociais no sentido da sua abolição e construção de relações autônomas do poder

estatal. Tais movimentos de ações coletivas envolvidos na pluralidade de contestações muitas vezes apresentam elementos que escapam à lógica dual da sociedade civil e do Estado.

Em contraste, Guiné-Bissau foi formada por diferentes grupos étnicos, cujas organizações sociais precederam a presença portuguesa. Na sua estrutura interna, esses grupos étnicos apresentavam três formas de organização social bem definida: “vertical”, “horizontal” e “intermediária” (CABRAL, 1988). As sociedades verticais baseiam-se na forma hierárquica da organização política e econômica, com forte estratificação social, em que a coletividade resulta de uma diferenciação de papéis. As sociedades horizontais, por sua vez, possuem uma organização social “menos estratificada”, marcada com suas concepções de estado e das relações políticas específicas.⁷¹ Já a sociedade “intermediária” ou mestiça, foi aliciada ou coagida em Cabo Verde para preservar a presença portuguesa na Guiné-Bissau. Vistos como intermediários entre indígenas e europeus, dispunha de influência junto aos nativos (gentios). O fato de serem comerciantes, e não agricultores, foi outro elemento importante na constituição desse grupo. Ao mesmo tempo em que eram *primus inter pares* da presença comercial europeia e peças indispensáveis nas relações que foram se cristalizando na região (LOPES, 1999, p. 14) pertenciam a um estrato social importante na mobilização de revoltas contra a dominação colonial, lutando lado a lado com “indígenas”.

Foi nesse grupo que emergiu a Liga Guineense (1910-1915) e a Associação Desportiva e Recreativa dos Africanos (1953-1954),

71 A divisão do trabalho, parte integrante de uma realidade cultural específica, teria servido, segundo Cabral, a base sobre a qual se estrutura a organização da sociedade horizontal que prioriza a produção para explicar os mecanismos constitutivos das relações que integram todo o conjunto da esfera societal.

duas organizações sociais que tinham como propósito exigir a criação de escolas e trabalhar para o “progresso” dos cabo-verdianos-guineenses. Essas organizações podem ser caracterizadas como de defesa de ampliação dos direitos de cidadania dos “assimilados”. Isso significa que deixam de ser uma organização de defesa dos “indígenas” ou grupos subalternos da sociedade nativa “vertical” e “horizontal”, regidas pelo princípio de direito consuetudinário.

A formação social e política de Cabo Verde e de Guiné-Bissau foi organizada com base em estatutos jurídicos e administrativos distinto, marcado pelo sistema de propriedade e preservação de famílias locais. A prática religiosa também se revelou como um dos aspectos marcantes na constituição dessas duas sociedades, favorecendo a construção de padrões de socialização. Essa estrutura político-religiosa de intermediação de interesses revela a relação da Igreja com grupos da sociedade civil.

O Papel da Igreja Católica na Educação

Em Cabo Verde, a difusão do ensino formal pela Igreja Católica se deu simultaneamente à constituição dos núcleos de povoamento nos finais do século XV. Já em 1525, colocou-se a necessidade da formação de sacerdotes e, em 1555, foram criadas as cadeiras de latim e teologia em Santiago (CARREIRA, 1984). A formação dos padres locais era mais barata e recomendável, tendo gerado resultados expressivos nos primeiros anos da Igreja no arquipélago.

Com o aumento da população nas ilhas, tornou-se necessário ampliar o sistema de ensino. Em 1642, tentou-se criar, sem sucesso, uma pequena unidade educativa. A diocese, que enfrentava crises de natureza diversa, não conseguiu angariar os vinte

mil escudos previstos no orçamento para a construção de uma escola primária e subsidiar os professores-sacerdotes. (FILHO, 1996)

A partir de 1770, o Estado português assumiu seu papel no desenvolvimento do ensino eclesiástico. Na estatística de 1871, Cabo Verde possuía quarenta e nove professores-clérigos oficiais, distribuídos de forma desigual pelo arquipélago. A ilha de Santiago, majoritariamente negra e mais populosa do arquipélago, possuía dezesseis professores. Nessa ilha, as ações administrativas, em nível do poder local de um município e uma autarquia, concentrada no executivo, no legislativo e no judiciário, fez com que a participação da população branca no sistema de ensino fosse expressiva. A ilha de São Nicolau, de maioria branca, tinha 13 professores. As demais ilhas possuíam vinte professores oficiais. Segundo os censos, entre 1840 e 1841, funcionavam doze escolas oficiais de ensino primário em Cabo Verde: duas em Santiago, duas no Fogo, duas em Santo Antão, duas em São Nicolau, duas em Boa Vista, uma na Brava e uma no Maio. (FILHO, 1996, p. 213)

Entretanto, apesar da existência de algumas escolas nas ilhas, não havia nenhuma regulamentação de ensino primário em Cabo Verde. Um Decreto Lei do Conselho Ultramarino de Portugal, de 14 de agosto de 1845, regulamentava o ensino primário nas então Províncias Ultramarinas. Porém, o que estava em pauta nessa regulamentação de ensino primário nas ilhas era o conteúdo dos livros didáticos a serem adotados e a criação dos conselhos escolares e suas respectivas obrigações para com o regime colonial português, segundo as diretrizes do Conselho Superior de Instrução Primário.

O engajamento da Igreja Católica, mesmo depois da instalação do ensino laico, constituiu-se num fator importante no desenvolvimento de ensino em Cabo Verde. Em fevereiro de 1845, o bispo de Cabo Verde apresentou um relatório sobre instrução, advogando a criação de escolas em todas as ilhas e um seminário liceu, com internato para 24 alunos, sendo doze destinados à vida eclesiástica. Pelo decreto de 23 de novembro de 1847, instalou-se a Escola Principal de Cabo Verde, na menor ilha povoada, a ilha da Brava, que concentrava influentes famílias “brancas” com vínculos especiais com a metrópole.

No entendimento de José Carlos Gomes dos Anjos (2006), a ilha da Brava não dispunha de população e produção suficientemente numerosa que justificasse a instalação do único espaço de consagração escolar em Cabo Verde. Fica evidente, assim, o ressentimento acumulado pela população das ilhas que perderam, ou não obtiveram, o espaço de consagração escolar. A ilha de Santiago, por exemplo, que reúne uma proporção maior de habitantes e era a mais produtiva do arquipélago, tinha uma desproporção acentuada entre a maioria negra e o número de escolas disponíveis.

Por essa e outras razões, em 1850, os habitantes da ilha de Santa Antão, considerada a segunda mais produtiva e a primeira em concentração de famílias brancas, dirigiram ao governador um protesto contra a injustiça do imposto de “subsídio literário” sobre a aguardente que sustentava o ensino nas ilhas. (ANJOS, 2006)

Alguns autores justificam a carência de ensino no arquipélago como resultado da falta de professores qualificados e escolas adequadas para o desenvolvimento de suas ações educacionais, tanto é que Cabo Verde, por ocasião de sua independência,

contava com um pequeno número de escolas e alto índice de analfabetismo, na ordem de 70%. (HERNANDEZ, 2002)

A insuficiência de escolas para suprir as demandas do ensino primário no arquipélago resultou no deslocamento da população do campo para a cidade, provocando um “choque” cultural uma vez que o ensino era restrito a determinados grupos, ampliando, assim, as desigualdades regionais no arquipélago.

Na área urbana tem-se a impressão de que se esboçou um “choque” entre os alunos oriundos das classes média e baixa. Parece que os primeiros, filhos-família, não veem com bons olhos a busca da elevação do nível intelectual daqueles que eles reputam seus inferiores na escala social. O fato deriva dos resquícios ainda subjacentes daquele tipo de discriminação social que perdura nas classes privilegiada, e transmitida aos jovens através de uma educação arcaica, que deveria ter desaparecido. (CARREIRA, 1984, p. 140)

Essa estrutura social, mediada cotidianamente, gerou hierarquizações sutis por muito tempo, às vezes de maneira irremediável, acentuando a exclusão social em que a cidade tinha prevalência sobre o campo, entre filhos-família e outros contingentes na disputa pelo monopólio do espaço educacional. Segundo José dos Carlos dos Anjos,

a referência dessa contradição deve ser encontrada no ponto de encontro de dois grupos sociais em trajetórias inversas: um grupo social que, pelos negócios relacionados com a emigração, está em ascensão social [...] e outro grupo

de brancos ligados ao funcionalismo público. (ANJOS, 2006, p. 51)

A contradição básica refere-se aos interesses das elites em ampliar seu *status quo*, monopolizando o acesso ao ensino que lhes dava suporte na mediação entre o Estado e a sociedade civil, na ampliação dos espaços de socialização e de comunicação, por um lado, e os grupos emergentes, por outro. Assim, os funcionários “brancos” viam na ascensão dos filhos dos emigrantes uma ameaça política, caso não se desenvolvessem novas estratégias de mediação em Cabo Verde.

Na Guiné-Bissau, atentamos na especificidade da sociedade colonial com que se revestiu o aparelho administrativo, onde o critério de educação formal não gerou uma disputa pelo monopólio de espaços burocráticos. Para Hernandez,

A educação formal possibilitou outro deslocamento [...] A formação de cabo-verdianos preparados para preencher postos de segundo escalão do funcionalismo público ultramarino, em particular na Guiné Portuguesa, onde, entre os anos de 1920 e 1940, cerca de 70% dos oficiais da administração pública eram cabo-verdianos ou seus descendentes. Cumpre-se, assim, a velha política do *divide et impera*. Também vale dizer que no próprio arquipélago são poucos os cabo-verdianos que ocupam postos de direção na administração, reservados para os portugueses. (HERNANDEZ, 2002)

Essa política, portanto, teve incidência direta sobre o “Estatuto de Indigenato” sustentado na aliança entre Estado colonial e poder indireto representado pela elite cabo-verdiana,

orientada pelos direitos civis e autoridade legítima.⁷² A ideia era fazer deles os “intermediários” da administração colonial. (CABRAL, 1978)

Essa relação da elite cabo-verdiana com o sistema colonial possibilitou também a tomada de consciência para a formulação de um projeto de “unidade” com Guiné, contrário aos interesses do Estado colonial. Essa ação ideológica e político-cultural foi fundamental na forma como a elite “crioula”, da “Geração de Cabral”, incorporou a possibilidade de uma luta comum de libertação. A emigração revelou-se também como um dos importantes fatores de mobilidade dos cabo-verdianos situados na base ou no meio da pirâmide social. De acordo com a interpretação de Gabriel Fernandes (2002), a emigração constituiu uma resposta à reviravolta socioeconômica que colocava num patamar relativamente próximo grupos sociais anteriormente distantes e inversamente posicionados no campo de interação e de disputas contra o sistema de desigualdade educacional no arquipélago de Cabo Verde.

Outra característica da educação colonial em Cabo Verde foi a língua ensinada. Aos negros e mestiços cabia atingir satisfatoriamente os padrões da língua e de cultura portuguesa para conseguirem, através de um complexo procedimento legal, o estatuto de “assimilado”, isto é, serem considerados cidadãos portugueses. Por isso a língua portuguesa era a única utilizada no ensino oficial, produzindo um “estranhamento” nas crianças cabo-verdianas que logo nos primeiros dias de aula eram obrigadas a escrever,

72 Já nos anos de 1914, a partir de políticas endereçadas às populações indígenas, alguns cabo-verdianos que adquiriram plenamente os padrões da língua, da religião e da cultura portuguesa receberam o direito da cidadania. Daí resultou o reforço da lógica colonial que se pretendia hegemônico no controle do país.

a ler e a contar apenas em português em detrimento do crioulo, que passou a ser proibido nas escolas e instituições públicas a partir do século XIX.

Instituiu-se, portanto, uma “matriz linguística” inacessível à maioria da população cabo-verdiana. Essa matriz - restrita ao entendimento de uma elite letrada - se impôs enquanto valor literário reforçado pelo regionalismo sociolinguístico que colocou a língua portuguesa na condição de cultura dominante em Cabo Verde (ANJOS, 2006). A língua portuguesa passou a ser expressão de poder estatal, do discurso acadêmico e da cultura dominante, atribuindo e definindo uma situação privilegiada aos seus detentores. Sua aprendizagem e domínio retórico constituiu igualmente uma base importante de estabilidade sociocultural e institucional. A elite letrada, que fora beneficiada pelas condições materiais que incluíam a formação literária para o exercício de poder, tornou-se a detentora dos códigos linguísticos de dominação. Ela se apossou historicamente de uma modalidade distinta de identificação cultural, em que a defesa do regionalismo se faz sob o pretexto do nacionalismo. (FERNANDES, 2002) Por outro lado, a cultura popular encontra-se intimamente relacionada a outras subjetividades e valores, congregados nas culturas e tradições das matrizes africanas que unificavam os cabo-verdianos num espaço identitário comum.

Se é verdade que o investimento em escolas nunca foi a preocupação efetiva de Portugal em suas colônias, já que não existia um sistema de ensino propriamente dito em Cabo Verde até meados do século XIX, é pertinente lembrar o apoio da Igreja Católica na promoção do ensino no arquipélago, como um dos principais espaços de realização e de materialização da cultura escolar europeia orientada para a (re)definição da identidade cabo-verdiana.

Em Cabo Verde, quando se deu a criação da Escola Superior da Brava (1846) e do Seminário-Liceu de São Nicolau (1866) criaram-se avanços significativos no sistema educacional em comparação às demais colônias de Portugal em África. É por isso que “todo o cabo-verdiano deve ter a consciência de sua “dívida” com o clero católico” (CARREIRA, 1984, p. 140) que, ministrando formação nos moldes da tradição cultural lusitana e clássica, possibilitou aos “filhos da terra” o acesso aos códigos simbólicos ocidentais necessários à criação do “mínimo cultural compartilhado”. (FERNANDES, 2002)

É a partir da compreensão da necessidade da redefinição da identidade africana no arquipélago que se enquadra a ação missionária⁷³ na sua relação com o Estado colonial. Não foi por acaso que o Padre Nicolau deixou 54 filhos no arquipélago (CARREIRA, 1984, p. 146). O reconhecimento paterno dos clérigos ao acesso à educação formal clássica permitiu aos “filhos da terra” proceder à reinterpretação e à renegociação do seu papel e *status* sociocultural no processo de intermediação do regime colonial tanto em Cabo Verde quanto nas ex-colônias portuguesas em África.

Na Guiné-Bissau, onde a política do “indigenato” teve efeito intenso e duradouro na vida da população, a institucionalização de ensino secundário foi um processo mais demorado e teve o seu momento decisivo com a criação do Liceu Nacional Honório Barreto, só em 1957. Segundo Basil Davidson, no contexto colonial,

apenas 1% de toda população da Guiné Portuguesa podia vangloriar-se de possuir

73 O Ato Colonial de 1930 confiou às missões portuguesas o controle de ensino, evitando que o ensino privado degenerasse em grupos com posições políticas e religiosas diferentes da do regime colonial.

alguma educação elementar e só 0,3% tinham alcançado a situação de assimilado e podiam esperar ir um pouco mais além. Havia apenas uma escola secundária oficial, mas cerca de 60% dos seus alunos eram europeus. Não existia qualquer tipo de educação superior. Até 1960, apenas 11 africanos da Guiné colonial haviam atingido uma licenciatura – e todos eles como “portugueses assimilados” em Portugal. (DAVIDSON, 1968, p. 26)

Embora na retórica o sistema português do ensino repudiasse a segregação, defendendo a assimilação, a realidade era bastante diferente na Guiné-Bissau, onde 99% da população foi excluída do sistema do ensino colonial, destinado quase que exclusivamente aos europeus e apenas a 0,3% de assimilados urbanos, na sua maioria pessoas de origem cabo-verdiana e/ou seus descendentes nascidos em território guineense. Nessa época, havia uma convicção de que os “indígenas” eram incapazes de aprender e de se instruírem. Para o Estado colonial, o mais importante seria orientar os “indígenas” para trabalhos do campo com vista ao aumento da produção agrícola, pecuária e piscicultura. É o trabalho manual que cria riquezas e garante a assimilação.⁷⁴

É através da técnica que tem de ser iniciado o processo de assimilação das populações nativas, da técnica ligada a atividades directas e produtivas. É a adopção de técnicas modernas de exploração do solo e de condições à vida rural que, num primeiro passo, permitirá partir a crosta do hábito dessas sociedades, resultantes

74 Cf. Soares, Amadeu Castelo. Acerca da “educação de base” na Guiné Portuguesa. *Boletim Oficial da Guiné Portuguesa*, vol. XV, nº 59, 1960, p. 457.

do quietismo milenário. Será ainda a técnica que, favorecendo melhores contatos e interações culturais, há de gerar um largo movimento civilizador [...] Quanto à instrução clássica, não interessa a fabricação de *nômadias intelectuais*, voltados, de antemão, a perturbação social, ao desemprego e à inutilidade. (SOARES, 1960, p.464) (*sic*)

Algo, portanto, muito próximo ao que Amílcar Cabral descreveria como o *racismo cristianizado*. Assim, foram criadas estruturas de ocupação e de dominação profundamente diferentes e desiguais que se acrescentam as diferenças socioculturais e econômicas. Os grupos sociais cabo-verdianos foram mais incorporados ao sistema de ensino colonial, enquanto os guineenses foram excluídos ou viam no sistema de educação formal colonial um instrumento cultural de dominação e concentração de poder. (MENDY, 1999)

A herança da estrutura colonial, calcada na educação, aponta para a forma que cada sociedade assumiu na organização de seus estados, sendo que a articulação de demandas, nas relações entre cabo-verdianos e guineenses, teve na defesa de unificação e luta político-armada o ponto central para a redefinição das relações entre os movimentos da sociedade civil e o Estado colonial.

Unificação de Cabo Verde e Guiné-Bissau

Em 19 de setembro de 1956, Amílcar Cabral e mais “cinco colegas” fundaram, em Bissau, o Partido Africano para a Independência da

Guiné e Cabo Verde (PAIGC).⁷⁵ Em seus documentos, o partido defendeu o *binacionalismo* como solução política para a “unidade”, contrapondo-se à *bipolaridade* entre cabo-verdianos e guineenses.

No manifesto, que simbolizou os princípios e as estratégias do PAIGC, Amílcar Cabral defendia o seguinte:

Os princípios básicos do nosso partido é a unidade e luta [...] É a divisa e o lema do nosso partido. Qualquer que sejam as diferenças que existem, é preciso ser um só, um conjunto, para realizar um dado objetivo. Cada um pode conservar a sua personalidade, as suas ideias, a sua religião, os seus problemas pessoais para obedecer todos a uma coisa, agir em conjunto contra qualquer adversário. A unidade é um meio para a luta. Não é preciso unir toda gente para lutar num país, basta realizar um certo grau de unidade. Tomadas em conjunto, unidade e luta significa que para lutar é preciso unidade, mas para ter unidade também é preciso lutar. No

75 A guineense Francisca Pereira, dirigente que iniciou a sua juventude na sede do PAIGC, em Conacri, afirma que antes da fundação do PAIGC, na clandestinidade, Amílcar Cabral criou o Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING), em 1955, tendo sido substituído pelo Partido Africano de Independência (PAI) em 1959, acentuadamente de guineenses, separado dos interesses reais dos cabo-verdianos. No entanto, havia outro PAI, de Majhmout Diop, que servia de fundamento para a reivindicação da independência da região de Casamance, no Senegal. Isso fez com que o presidente senegalês, Leopold Sedar Senghor - que governou Senegal entre 1960 e 1980 - pensasse que o PAI guineense tivesse ligação com seu opositor político, Majhemout Diop. É por isso Amílcar Cabral adotou PAIGC, articulando assim os interesses cabo-verdianos no interior das forças revolucionárias guineenses na luta pela independência. (PAIGC, entrevista). Um estudo recente questiona a fundação do MING por Amílcar Cabral em 1955 e do PAIGC, em 1956. Julião Soares Sousa (2011, p. 177) assegura que a fundação do PAIGC ocorreu no ano de 1960. A disputa, no intuito de legitimação da data de fundação do PAIGC e dos seus grandes expoentes em termos políticos, pelos historiadores, continua em aberto.

nosso princípio, unidade e luta é tomada no sentido de movimento. (CABRAL, 1978, p. 120)

O alcance político dessa iniciativa e sua estratégia em nível interno pode ser interpretado pelo modelo político-administrativo implantado nos dois países: as resistências dos grupos étnicos guineenses contra a língua e a cultura do colonizador impossibilitou a adoção de estrutura política dominante; a reduzida elite letrada guineense, representada majoritariamente pela elite mestiça cabo-verdiana acabava por gerar situações de conflito na sociedade colonial. A elite cabo-verdiana, detentora do repertório da cultura dominante, atuava como “intermediária” nas organizações econômicas e representativas do Estado. Havia certos ranços históricos e culturais entre as duas sociedades que pareciam difíceis de superar com a constituição de um bloco político, entre esses a categoria de assimilado cultural e de indígena proclamado por Portugal nos dois países. Este era uma das principais consequências negativa do processo de segmentação que Amílcar Cabral lutava para extinguir.

Cabo Verde, no período colonial, enfrentava maiores dificuldades em todos os planos – no político, no social, no cultural e econômico - particularmente no que se referia à questão agrária, em razão da dificuldade do acesso à terra arável para atividade produtiva durante várias décadas. A questão “geoeconômica” e as condições próprias da configuração da experiência colonizadora de Portugal, marcada pelas sucessivas secas e mortalidade da população, são fatores inter-relacionados e mutuamente condicionados que mascaravam uma diferença com relação à Guiné-Bissau e às demais ex-colônias em África.⁷⁶ É precisamente na busca de

⁷⁶ Convém destacar que foi a partir do período concorrencial de monopólio do comércio atlântico que as condições socioeconômicas em Cabo Verde se de-

solução para o problema da dominação colonial, da sobrevivência econômica e política, da justiça, da construção de outras relações de autonomia e identidade coletiva que se insere o projeto binacional de unificação.

De acordo com Amílcar Cabral, seria difícil, num contexto de pluralidade de identidades e de povos, de hierarquias raciais que separam assimilados e indígenas, desenvolver a luta de libertação com apenas um determinado grupo social ou étnico devido, primordialmente, à falta de “unidade nacional”. Por isso, para acabar com a fome em Cabo Verde e açoites na Guiné-Bissau, Cabral defendia certo grau de unidade com a inclusão de indivíduos das mais diversas origens e grupos que levassem adiante a construção de um projeto societário alternativo, ligado à ação político-militar, na conjuntura internacional favorável do pós Segunda Guerra Mundial.

As preocupações de Amílcar Cabral com a ruptura entre assimilados e indígenas podem ser explicitadas pela construção da noção de “povo” e de “população”, e nos explicam o porquê do crescente interesse por elas nos anos 60, nesses dois países:

a noção de ‘povo’ depende de momento histórico que vive o país. ‘População’ é todo o mundo, mas o povo deve ser definido em relação com a sua própria história. Assim, pertence ao nosso povo aquele que nasceu na Guiné ou nas ilhas de Cabo Verde e deseja aquilo que corresponde á necessidade fundamental da história do nosso país: acabar com a dominação estrangeira. A maior parte do nosso povo é a diretoria do

gradaram, especialmente em 1940, quando, em decorrência de secas e fomes periódicas, ocorreram, aproximadamente, 20.000 mortes e mais 30.000, em 1948, totalizando 50.000, para uma população de pouco menos de 150.000 habitantes. (CARREIRA, 1984)

nosso partido [PAIGC], que representa o nosso povo [guineense e cabo-verdiano]. Enganase o que pensa que ele é o mais representativo do povo porque nasceu no pico de Antonia e no mais profundo da nossa terra. (CABRAL, 1978, p. 168)

O povo, como *comunidade imaginada de destino* (ANDERSON, 2008) não é dado a *priori* pela população.⁷⁷ A consciência histórica compartilhada da presença colonial e sua expressão na sociedade colonizada é uma condição fundamental para se entender um dos aspectos dominantes da constituição de um “povo”. Como as demandas dos dois países estavam centradas em garantir a autodeterminação frente ao jugo colonial, tornou-se emblemático para o movimento de libertação identificar quem era o “inimigo” ao qual estava se opondo a articulação e a constituição de *cadeias de equivalências* (LACLAU e MOUFFE, 2004), elementos-chaves para garantir a independência e construir a nação e a unidade nacional.

Para Cabral, portanto, os grupos étnicos identificavam-se com o “povo”, desde que compartilhassem o projeto de unificação binacional defendido pelo PAIGC. A questão da etnia ressurgiu com todo vigor, mas, contrapondo-se à ideia dos que subordinavam a etnicidade a construção do Estado-nação que marcaria o

77 Na atualidade, a construção da “unidade” orienta-se por pressupostos que, embora não neguem a dimensão de classe, lhe atribuem um caráter relacional de pluralidade de interesses sociopolíticos e econômico-culturais no processo da luta democrática para além das fronteiras rígidas entre o colonizado e o colonizador, a exemplo das demandas de gênero, ecológica, etnicidade, religião e “raça”.

fundamento da sociedade civil em oposição às sociedades étnicas ou tribais, “sem sociedade civil”.⁷⁸

Nessa concepção, a atuação das organizações dos movimentos sociais populares assume um papel imprescindível na incorporação de grupos minoritários na “nação” (grupos étnicos, por exemplo), na institucionalização da democracia e na ampliação do conceito da cidadania.

A formação da “unidade” entre cabo-verdianos e guineenses, defendido por Amílcar Cabral como o primeiro passo para a luta armada comum de libertação nacional, insere-se num contexto mais amplo das independências africanas, marcado pela sublevação contra os ingleses na Índia, na Birmânia, na Malásia e no Iraque; contra os franceses no Vietnã e na Argélia, contra a dominação norte-americana na China.

Em África, essa mudança de conjuntura no pós-guerra ficou evidenciada pelos crescentes movimentos progressistas que viabilizavam mudanças políticas, econômicas e culturais: a realização do V Congresso Pan-Africano, que teve lugar em Manchester, em 1945; a fundação do Conselho Nacional da Nigéria e Camarões, tendo reunido diversas organizações e deflagrado uma greve geral, entre 1940 e 1945; O VIII Congresso da Federação dos Estudantes da África Negra, em França, realizado em dezembro de 1957.

As mobilizações políticas intensificaram-se com a repressão violenta das greves nos Camarões em 1945 e o massacre de Madagascar, em março de 1947. A realização do Congresso de

78 Contrariamente o discurso totalizante, de Samora Machel, segundo a qual, “para que a nação viva, a tribo deve morrer”, Cabral acredita que a etnicidade foi o motor da luta de libertação para a construção da “classe-nação” (identidade nacional). O desafio maior é garantir que a “eticidade”, que é oposta da instrumentalização do “tribalismo” pelos grupos destribilizados, não iniba a unificação popular-nacional.

Bamako, de 18 a 21 de outubro, e o surgimento de Assembleia Democrática Africana ampliaram o campo de conflitos e disputa política em África sob a dominação inglesa e francesa. A III Internacional e a Revolução Russa de 1917; a Conferência de Bandung, de 1955, e a criação da OUA, em 1963, seguida de guerras prolongadas e das independências da Líbia (1951), Marrocos (1956) e Argélia (1962) foram acontecimentos que contribuíram para o início da luta do PAIGC.

A luta do PAIGC contra o inimigo comum

O movimento de libertação, além de assumir o compromisso político de constituir uma unidade entre cabo-verdianos e guineenses, estabeleceu as estratégias políticas do PAIGC em oito pontos fundamentais:

- a) Extinção do colonialismo e independência imediata de Cabo Verde e Guiné-Bissau, e eliminação total de toda forma de exploração do homem pelo homem. A reforma social só seria possível com nova ordem igualitária;
- b) Reforma de mentalidades através do desenvolvimento da consciência política, cultural, moral, patriótica e do espírito de sacrifício e dedicação à causa da independência nacional, justiça e defesa dos princípios da democracia revolucionária a partir da ampliação dos espaços de participação popular;
- c) Elevação dos sentimentos humanistas, de solidariedade, respeito e dedicação com a pessoa humana. O triunfo da luta de libertação só seria desejável com a promoção da solidariedade

- mundial com povos colonizados e com forças progressistas de todas as nações, inclusive Portugal;
- d) Destruição das influências negativas da cultura colonial, bem como dos males por ela acarretados, colocando em seu lugar uma nova organização que não visasse sobrepor-se às identidades culturais de diferentes grupos sociais;
 - e) Desenvolvimento da cultura popular e dos valores nacionais e construção de um homem novo, com a plena consciência da ideologia do partido contra colonização e alienação cultural;
 - f) Basear o trabalho revolucionário nas massas populares: mobilizá-las, organizá-las e dirigi-las, da melhor forma possível, para o desenvolvimento eficaz da luta para a consolidação da unificação Cabo Verde / Guiné-Bissau;
 - g) Desenvolvimento produtivo e independência econômica; política externa voltada aos interesses nacionais, com plena participação popular em todas as esferas da vida social;
 - h) Criação de uma Força Armada Revolucionária para restituir a liberdade aos cabo-verdianos e guineenses, sob a direção do PAIGC. (CABRAL, 1978)

Com base nessas estratégias delineadas, o PAIGC preparou-se para a luta armada de libertação nacional contra a presença portuguesa. Em 1959, surgiu a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), movimento sindical criado na clandestinidade, formado segundo as diretrizes traçadas pelos movimentos sindicais nacionalistas africanos para tentar resolver os conflitos criados pela colonização inglesa e francesa no Continente. Em agosto de 1959, a administração portuguesa promoveu um massacre de trabalhadores que exigiam melhores condições de trabalho, no Porto (cais) de Bissau. Esse confronto, chamado *Massacre de*

Pindjiguiti,⁷⁹ deixou ainda claro, na visão dos dirigentes cabo-verdianos e guineenses, que a independência nacional não seria conquistada apenas pela via pacífica.⁸⁰

A partir de então, o PAIGC constituiu a sua base de guerrilha na vizinha Guiné-Conacri, país que se tornara independente em 1958, com um Governo de partido único e caráter socialista, sob a liderança de Ahmed Sékou Touré. O PAIGC contava também com o apoio do antigo Bloco Soviético, tanto na formação de quadros do partido quanto no fornecimento de material bélico para a luta armada, cuja estratégia fundamental foi a guerrilha. O comentário, transcrito abaixo, de guineense João Bernardo Vieira (Nino),⁸¹ comandante do PAIGC, descreve os primeiros dias do partido em sua base em Conacri:

Em 1960, nós encontrávamos na República de Guiné Conacri. O PAIGC tinha recursos limitados. Amílcar Cabral vivia na sede do partido. Éramos treze alunos da escola piloto-militar, criada por ele. Amílcar Cabral construiu o partido com a juventude, sem experiência política ou militar. Em pouco tempo, Amílcar Cabral fez de nós porta-vozes seguros de um ideal de

79 Cais de Pindjiguiti é o símbolo da resistência contra o jugo colonial. Foi a partir desse acontecimento que os guineenses e cabo-verdianos começam aprofundar os seus envolvimento para a luta armada de libertação sob a liderança de Amílcar Cabral e Rafael Barbosa, “vanguardas dos movimentos populares”.

80 Antes do início da luta, Cabral defendeu a via negociada. Mesmo depois do Massacre de Pindjiguiti, em 1960, Amílcar Cabral apresentou o documento “*The Facts about Portugal’s African Colonies*” (factos sobre colônias de Portugal em África) com objetivo de sensibilizar a ONU para a causa da independência.

81 II Simpósio Internacional Amílcar Cabral: Amílcar Cabral e a luta de libertação nacional e social em África. In *Jornal Nô Pintcha*, Bissau, 30 de março de 1983, p. 5.

libertação, capazes de mobilizar cada vez mais simpatizantes. Apesar de todas suas qualidades, Cabral não fazia diferenças entre as pessoas. Tratava de igual para igual. Ele fazia questão de ouvir, queria que todos se esprimissem, escutava com toda a atenção. Cabral transformou-nos porque foi capaz de nos ouvir e, em seguida, nos explicar, as suas ideias de uma forma não agressiva. (VIEIRA, 1983, p. 5)

Amílcar Cabral sabia que a luta só podia triunfar se os militantes soubessem exatamente a razão do seu engajamento, daí o objetivo de educação política. As discussões entre Amílcar Cabral e a juventude guineense/cabo-verdiana em Conacri, a respeito da questão colonial e o imperialismo, giravam em torno de perguntas como: qual o significado de expansão colonial? Qual a importância da unidade numa sociedade dividida em brancos, mestiços e negros? Como juntar todos os grupos étnicos para que marchassem juntos como um só homem para a construção do Estado-nação? As respostas a essas perguntas tiveram como referência obrigatória o profundo conhecimento da história colonial e dos países colonizados, tomando como referência o “marxismo”, explicado de forma pedagógica, pragmática, sucinta e clara.

Com essa estratégia de mobilização política de Amílcar Cabral, os primeiros treze jovens guineenses/cabo-verdianos (que receberam formação político-militar na República da Guiné Conacri) ganharam confiança em si e passaram a acreditar na possibilidade de realização plena da unidade e da luta armada pela libertação nacional.

Em agosto de 1961, deu-se início à “ação direta” dos portugueses, com sabotagens, cortes de vias de comunicação e destruição

de instalações. Em 1962, ocorreu um assalto pela PIDE⁸² a um centro sigiloso do PAIGC, em Bissau, seguido de apreensões arbitrárias e torturas. Em 23 de janeiro de 1963, depois de uma ampla mobilização e conscientização política das massas nas zonas rurais, base de apoio do PAIGC, foi desencadeada a luta armada para a libertação no território guineense, concretamente nas regiões Sul e Leste.

Se a luta armada na Guiné-Bissau se mostrava possível e necessária em todo o território nacional do país, a luta armada no arquipélago de Cabo Verde não parecia tão evidente. Era preciso inserir os dirigentes cabo-verdianos na guerra de guerrilha. Segundo o depoimento de Olívio Pires, combatente cabo-verdiano do PAIGC na Guiné-Bissau, coletado por Davidson:

[...] a reapreciação do projeto de uma possível confrontação armada acabou por aprofundar a possibilidade da luta armada em Cabo Verde. Isso porque dos trinta voluntários disponíveis, divididos em dois grupos, estava a maior parte dos futuros dirigentes do governo criado após a independência nacional, a começar pelo próprio primeiro-ministro, Pedro Pires. Mas isso não foi facilmente admitido naquela época. (DAVIDSON, 1988, p. 112)

A luta armada no território cabo-verdiano revelou-se um grande risco. Os dirigentes cabo-verdianos do PAIGC acreditavam que, caso o plano não desse certo, o grupo sofreria baixa e Cabo Verde seria definitivamente marcado pela perda dos “melhores

82 Polícia Internacional de Defesa do Estado Português. Foi fundada pelo Decreto n° 35146, em 1945.

filhos” e, dificilmente, depois disso, se conseguiria a independência. Nessa perspectiva, ao tratar das divergências surgidas no decorrer de luta, Cabral afirmou que:

É normal, na luta armada na Guiné, a maioria das pessoas é da Guiné e, como também é normal, na luta em Cabo Verde, a maioria das pessoas é de Cabo Verde porque Guiné e Cabo Verde estão separados pelo mar e não é fácil transferir forças de um lado para o outro (CABRAL, 1978, p. 157).

Deve-se destacar também o papel diferenciado, representado por uma ala assimilada e outra indígena do PAIGC. Nesse processo de alianças ocorreu uma procura dos argumentos geográficos e históricos.⁸³ No entanto, o projeto da “unidade” não foi facilmente aceito pelos dirigentes cabo-verdianos e guineenses do partido, articulados em torno da independência. A solução encontrada foi, sem dúvida, a sua determinação.

Há alguns ainda no nosso partido [PAIGC] que não concordam muito com essa unidade da Guiné e Cabo Verde, mas que estão a ver. Uns de Cabo Verde, outros da Guiné, que não concordam muito, que ainda estão na dúvida, a ver no que dá. Esses estão enganados, talvez façam outro partido, mas do nosso saem, saem de certeza. (CABRAL, 1978, p. 166)

83 Observa-se que, para Amílcar Cabral, a luta armada é um ato de violência, mas não foi uma invenção do PAIGC. É uma exigência imposta pela história. No entanto, o PAIGC possuía um viés político e outro militar, formados por militantes armados. Ver, *O Militante*, nº 7, março/abril de 1977, p. 57.

As disputas agravaram-se quando o PAIGC decidiu organizar, de junho de 1961 por diante, uma Conferência de Organizações Nacionalistas de Guiné e Cabo Verde, em Dacar, com membros e militantes, para debater as contradições de caráter político, econômico, social e cultural do partido, assim como delinear estratégias e táticas da luta armada. Nessa Conferência foram delineadas as medidas necessárias para minimizar os conflitos e disputas de poder e de protagonismo, o que facilitou a recomposição interna do partido. Como observou o próprio Amílcar Cabral:

O PAIGC chamou todos àqueles que diziam que eram movimentos, para nos unirmos. Fizemos uma Conferência, em Dacar, com o então Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde, que estava em Dacar. Tudo isso foi fundamentalmente uma tática nossa, para vermos até que ponto estavam engajados na luta a sério ou se queriam apenas arranjar lugares. O ponto de vista do nosso partido foi defendido-apoiado pelos movimentos de libertação da Guiné e Cabo Verde de Conacri e Ziguinchor. (CABRAL, 1978, p. 168)

Além da liderança do PAIGC, que exercia influência sobre os Movimentos de Libertação da Guiné e Cabo Verde em Conacri e em Ziguinchor, surgiram outros movimentos guineenses que não tiveram continuidade. Esses movimentos foram acusados pelo PAIGC de “oportunistas” sem legitimidade popular, particularmente aquelas organizações políticas que negaram a injunção da “unidade” dentro de uma única estrutura partidária. Entre eles, a Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING), do guineense François Kankoila Mendy; a União para a Libertação da Guiné (ULG), de Ibrahim Djaló; a União

Nacional da Guiné Portuguesa (UNGP), de Benjamim Pinto Bull; o Partido Socialista da Guiné (PSG), de Rafael Barbosa, que mais tarde filiou-se ao PAIGC por falta de estrutura e de capacidade de mobilização, entre outros motivos.

Entre os fatores que provocaram o divisionismo e a fragmentação destacam-se: a) a divergência quanto a ligação entre a luta anticolonial guineense e cabo-verdiana e b) os caminhos políticos que deveriam ser seguidos entre o nacionalismo e posições pan-africanistas, defendidas em Gana, na Conferência dos Povos Africanos, sob a liderança de Kwame N’Krumah, em 1958, em que foi defendida a criação de um Parlamento africano e de uma moeda única para um sonhado “Estados Unidos da África”.

Amílcar Cabral afirmava que a unidade entre Cabo Verde e Guiné (apoiada pelos movimentos de Conacri e Ziguinchor) foi um exemplo claro de “unidade africana”, cujas lideranças enfrentam o dilema da “falta de ideologia” para dar direção aos anseios das massas populares para a fundação de uma nova sociedade.

O PAIGC, liderado por Amílcar Cabral, que conseguiu mobilizar e conservar amplo apoio popular, também era considerado pelos analistas um dos mais estruturados partidos políticos em África, com uma liderança partidária atuante, politicamente engajada e, às vezes, polêmica na sua maneira de conceber a prática política.⁸⁴

84 Para compreender o desenvolvimento da luta de libertação contra a dominação colonial, é preciso registrar a presença dos movimentos literários e organizações culturais, assinalando a atuação política de intelectuais e artistas que desde a segunda metade do século XIX trazem ao público, numa literatura bastante variada, a afirmação dos valores culturais africanos ao lado de críticas de cunho político-social. Em Cabo Verde, o “Movimento Literário Claridoso” editou, entre 1936 a 1960, uma literatura reformista de cunho político-social. Seu expoente foi Baltazar Lopes da Silva. Ver Hamilton (1984). Na Guiné-Bissau, o guineense Marcelino Marques de Barros publicou, em 1900, a “Literatu-

Grosso modo, preservadas suas especificidades e matizes, creio ser possível agrupar as revoltas havidas ao longo de séculos da colonização portuguesa em Cabo Verde e na Guiné-Bissau em revolta de escravos; movimentos de resistência à conquista por parte de diversas etnias até a pacificação; revoltas contra o trabalho forçado, e, finalmente, os movimentos políticos de luta de libertação nacional.

Independência Nacional e Ruptura Política

Após a definição das diretrizes e estratégias políticas para a independência nacional, o PAIGC libertou, em fevereiro de 1964, a região Sul e organizou o seu 1º Congresso ordinário, em Cassacá, cujo objetivo foi minimizar as disputas partidárias e combater o espírito de “militarismo” no interior do partido e nas suas diferentes relações com a sociedade civil. Depois desse Congresso, a estrutura partidária mostrou-se mais coesa e contou com o apoio de toda sociedade.

O prestígio do partido ficava evidente nas decisões do governador português, António de Spínola, que desenvolvia a sua política de “Guiné Melhor”, a partir de 1968. Tratava-se de uma campanha psicológica “combatendo ideias com ideias”, já que a manutenção da soberania portuguesa em ultramar não seria meramente pela via militar, mas se daria principalmente a partir do fenômeno econômico e promoção cultural dos grupos sociais.

ra dos negros” para afirmação da cultura africana. Sobre a produção literária guineense, ver Moema Parente Augel (2007).

Perante a constatação da impossibilidade de uma vitória no campo militar, estou firmemente convencido que os elementos da população guineense, transviados por influências estranhas ao seu verdadeiro interesse, acabarão finalmente por cooperar conosco, na criação de um clima de ordem e de paz, que permita atingir mais rapidamente o objetivo comum, a saber, o progresso econômico, social e cultural da nossa terra. (SPÍNOLA, 1968, p. 497-498)

A consolidação do Estado colonial só se efetivaria, portanto, na combinação de suas dimensões econômicas, culturais e sociais por meio de estratégias como suborno, corrupção, visitas da população local a Portugal, concessão de bolsas de estudo aos filhos dos régulos,⁸⁵ futuros chefes, emissão radiofônica específica para os indígenas, criação de dissidências e querelas entre os diferentes grupos étnicos, “festa do carneiro”, especificamente para comunidade muçulmana guineense que pudessem possibilitar o avanço da mobilização popular e a tentativa de consolidação colonial através da velha política do *divide et impera* (CABRAL, 1978).

Essa estratégia, que tentava sustentar o seu domínio acentuando o “tribalismo”, contou algumas vezes com o apoio explícito ou implícito de autoridades tradicionais, na perspectiva de restringir o nacionalismo e a capacidade política do PAIGC.⁸⁶ Essa política também permitiu explorar, no interior do PAIGC, suas diferenças internas entre assimilados e indígenas. Suas formas mais

85 Poder local dos grupos étnicos, centrada normalmente na figura do chefe ou régulo.

86 Assinala-se que o regime colonial estabelecia uma relação entre comunismo e o PAIGC, considerado este último “lacaio do comunismo internacional”, numa tentativa deliberada de mobilização popular.

visíveis foram grandes eventos de mobilização popular, denominados “Congressos do Povo”,⁸⁷ um programa diferenciado para os grupos étnicos tanto no âmbito de “Guiné Melhor” como no das estruturas de governo. É nesse quadro que Spínola afirmou:

Entendemos preferível governar os povos como são e não como suas elites pretendem que sejam [...] A Guiné Portuguesa não se saberá dirigir se primeiro não se souber ser dirigido; não se saberá ser um aglutinador de vontades se primeiro não se tiver passado pelo escalão das vontades a aglutinar. (SPÍNOLA, 1968, p. 787)

Com o PAIGC articulado em torno da liderança de Amílcar Cabral, as estratégias militares tornavam-se mais claras, a partir de 1967. Tratava-se, basicamente, de empurrar os colonialistas para as posições fortificadas, dispersas pelo território. Em 1969, o partido já controlava vastas “áreas libertadas”, ampliando sua influência política entre os camponeses. Essas áreas assumiram, como tarefa, a substituição das estruturas do Estado colonial e constituíram espaços de ações participativas dos movimentos populares revolucionários, de funcionamento das organizações

87 Observa-se que os Congressos do Povo são espaços onde se localizavam o processo de criação de normas, identidades, instituições e relações sociais de dominação. Assim, o I Congresso, realizado na década de 1960, definiu como princípios a justiça social, o respeito pelas instituições, o fomento econômico e social, participação nos destinos comuns e, por último, estabelecimento de paz. O II Congresso, por sua vez, definiu como prioridade cooperação e produtividade, recuperação econômica e distribuição de rendimento interno. Já o III Congresso, realizado no Salão de UDIB, na presença de todas as lideranças étnicas, a partir da década de 1970, atribuiu-se importância à regionalização da província e a integração da Guiné na nação portuguesa no âmbito da construção discursiva de uma “Guiné Melhor”.

institucionais do governo regional e local em representação do PAIGC por intermédio dos seus representantes políticos.

Em 20 de janeiro de 1973, Amílcar Cabral foi assassinado em Conacri, nas vésperas do reconhecimento oficial da independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde.⁸⁸ Segundo o cabo-verdiano Valdemar Lopes da Silva, filho de Baltazar Lopes, após o assassinato de Amílcar Cabral os guineenses envolvidos na operação afirmaram “já matamos o Cabral e agora vamos pegar os “burmedjos”, em referência aos mestiços cabo-verdianos. (LOPES, 1996, p. 212)

Na mesma direção, o cabo-verdiano Osvaldo Lopes da Silva, combatente do PAIGC na Guiné-Bissau, asseverou que, do total dos 600 homens registrados por ele sob a recomendação de Amílcar Cabral, em Conacri, 400 guineenses estavam a par do complô e nenhum cabo-verdiano sequer suspeitou. Isso prova que os cabo-verdianos não tinham conseguido penetrar no substrato social guineense. (LOPES, 1996)

Outra explicação sobre o assassinato de Cabral foi dada pelo ex-dirigente, de origem cabo-verdiana, Luís Cabral,⁸⁹ meio irmão de Amílcar Cabral. É a versão de quem iniciou a sua trajetória de militância política no partido que contava com o apoio do irmão, em sua indicação para o Comitê Executivo de Luta, e participava ativamente nas disputas políticas para controle de cargos chaves

88 Para maiores detalhes sobre o assassinato de Amílcar Cabral e seus possíveis atores, cf. Ignatiev (1975), Davidson (1988), Castanheira (1995), Vicente Lopes (1996), Soares (2011) e Amado (2011).

89 Filho de pai cabo-verdiano e mãe portuguesa, Luís de Almeida Cabral foi o primeiro presidente da República da Guiné-Bissau, entre os anos de 1973 e 1980.

de direção no partido⁹⁰: “a morte de Amílcar Cabral é um fato nebuloso na medida em que nunca se fez uma análise para situar as responsabilidades que vão além do indivíduo que deu o tiro. Faltou uma análise profunda para situar as responsabilidades”. (CABRAL, 1991, p. 5)

Da posição recente de primeiro-ministro e dirigente do maior partido político em Cabo Verde (PAICV), José Maria Neves lançou a suspeita de envolvimento dos dirigentes cabo-verdianos do PAIGC no assassinato de Cabral. Em seu discurso, proferido em Vila Nova, Cabo Verde, ele conjectura que o assassinato de Amílcar Cabral encontra-se além dos conflitos de poder entre dirigentes cabo-verdianos e guineenses do PAIGC.

Foram os intriguistas do PAIGC que assassinaram Amílcar Cabral por causa de sede de poder e da falta de respeito pelos valores democráticos. Essa gente que afirma continuadores de Cabral, chefe da sua segurança e dirigente do PAIGC que matou Amílcar Cabral (NEVES, 2011)⁹¹

90 Entrevista conduzida pelo jornalista cabo-verdiano José Vicente Lopes, por ocasião da primeira visita pós-independência de Luís Cabral a Cabo Verde. Nesta mesma entrevista, Luís Cabral foi mais longe e afirmou: “depois da morte do Amílcar Cabral, estou entre os indivíduos que lideraram o processo para que Aristides Pereira assumisse as funções de Secretário do PAIGC. Mesmo em Cabo Verde, fui um indivíduo que defendeu que ele devia ser o presidente de Cabo Verde, para que o partido tivesse a mesma força que tinha na Guiné. Isso foi num momento que eu tinha um determinado conceito de Aristides Pereira. Isto porque a imagem que eu tinha dele, não é a mesma que eu tenho hoje. Portanto, que ele se defenda das acusações que lhes são feitas”. *Voz do Povo*, 13 de junho de 1991, p. 5 e 6.

91 O referido discurso público, que gerou constrangimento na cúpula do PAICV, foi proferido durante a campanha eleitoral de 2011 para a presidência da república em Cabo Verde. Nessa eleição, dois dirigentes do partido saíram candidatos, a saber: Aristides Lima, candidato independente apoiado pela “velha-guarda”, e Inocêncio Sousa, sustentado pelo PAICV com apoio do primeiro-ministro. Sobre o discurso de José Neves, consultar o endereço disponível em:

Há que considerar, ainda, o impacto da ação divisionista de Spínola que, devido a sua cogitação política para o cargo de presidente de república de Portugal, encontrou motivos de sobra para infiltração de agentes da PIDE dentro do PAIGC, reforçando a rivalidade existente entre dirigentes cabo-verdianos e guineenses. Isso acabou provocando um agravamento de conflito nas relações internas do partido. Na visão de Leopoldo Amado

Desde 1956, com a vitória do PAIGC em várias frentes, eram evidentes as tentativas de separar os guineenses dos cabo-verdianos, todas elas da responsabilidade direta da PIDE. Portanto, podemos concluir que Amílcar Cabral teria sido vítima das manipulações da PIDE (AMADO, 2011, p. 331).

As discórdias internas no partido agravaram-se em agosto de 1969, quando o general Spínola resolveu libertar prisioneiros do PAIGC depois de concluir que seria mais importante e viável encontrar um líder “guineense” que pudesse disputar o poder e a sucessão de Amílcar Cabral no PAIGC. Na opinião de Julião Sousa Soares,

A libertação do presidente do Comitê Central do PAIGC, Rafael Barbosa, que esteve preso com Momo Touré e Aristides Barbosa, veio reativar as clivagens entre cabo-verdianos e guineenses e trazer removidas esperanças a ala guineense do partido na possível sucessão de Amílcar Cabral no PAIGC (SOARES, 2011).

<<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/pt/noticias/go/-cuidado-com-os-intriguistas--alerta-jose-maria-neves>>. Acessado em: 12 de junho 2012.

Alguns interpretaram o suposto imobilismo do então presidente da República da Guiné Conacri, Ahmed Sekou Touré (1958-1984), em apurar as responsabilidades, como um desejo de ocultamento dos verdadeiros assassinos, imaginando que uma possível acareação dos envolvidos pudesse torná-lo um suspeito moral do complô (CASTANHEIRA, 1995; LOPES, 1996). Outros autores viam na aproximação de Amílcar Cabral com o bloco soviético algo de extremo perigo, podendo, no futuro, fazer do arquipélago de Cabo Verde um entrave para a segurança dos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), “criando condições para o domínio soviético no Atlântico Sul”. (SOARES, 2011)

Em 1973, após a morte de Cabral, o PAIGC proclamou a independência, de forma unilateral, reclamando uma República e buscando o reconhecimento internacional.⁹² Neste período, floresceu uma grande esperança de mudança com a Revolução dos Cravos, que derrubou o governo português de Marcelo Caetano, em 25 de abril de 1975, em resposta ao descontentamento dos oficiais com a derrota nas ex-colônias portuguesas em África, em especial na Guiné-Bissau.

No contexto do que Huntington (1994) denominou de “terceira onda” de democratização, Portugal reconheceu oficialmente a independência da Guiné-Bissau, separada da de Cabo Verde, em 10 de setembro de 1974. A Guiné-Bissau foi a primeira das ex-colônias portuguesas em África a alcançar a independência nacional.

92 Um ano antes, em 1972, foram realizadas eleições para a nova Assembleia Nacional Popular (ANP) e os Conselhos Superiores em todas as *regiões libertadas* com a presença de observadores da ONU. A nova constituição aprovada pelo ANP, em 1973, instituiu o regime de partido único em que o PAIGC assume, no artigo 4 da Constituição, como sendo a “vontade coletiva” da sociedade e do Estado.

A independência da Guiné significou o fim de uma longa tradição de ditadura e o começo de amplo movimento de contestação e enfrentamento entre diversas forças que o regime salazarista havia reprimido em Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe; e, também, em Portugal. O Brasil⁹³ foi uma das primeiras nações a reconhecer oficialmente a proclamação da independência da Guiné-Bissau no mesmo ano, num momento histórico em que havia lutas sociais contra os ranços de autoritarismo, nos anos de 1970 e 1980.

Pós-independência

Após a independência da Guiné-Bissau, o guineense Francisco Mendes, que exerceria o cargo de comissário do partido, em 1973, assumiu o cargo de Primeiro-Ministro e Luís Cabral foi escolhido presidente pelo PAIGC. O primeiro governo herdou um país devastado pela exploração em massa dos recursos naturais e humanos por parte do Estado colonial e pela guerra de libertação nacional.

Luís Cabral foi deposto em 1980, por golpe de Estado chefiado pelo general guineense João Bernardo Vieira, natural de Bissau, veterano da luta de libertação nacional. A justificativa foi de que o golpe de Estado, chamado de *Movimento Reajustador*, seria uma forma de preservar a memória do passado “tradicional” como contraponto à “modernização” defendida pelo governo de Luís Cabral. (AUGEL, 2007)

93 Nos últimos anos, o Brasil tem procurado exercer a sua influência política e comercial no Continente, especialmente nos países africanos de língua portuguesa.

As contradições e disputas pelo poder entre dirigentes cabo-verdianos e guineenses foram examinadas por Lopes (1987) na perspectiva de luta de classes entre a “pequena burguesia” dentro do PAIGC. Apesar disso, o desafio para superar a fissura entre assimilados e indígenas fazia-se presente nas relações de forças entre diferentes grupos.

Outra justificativa do golpe de Estado foi a de tirar o poder político da mão dos cabo-verdianos, que detinham cargos chave no governo de Luís Cabral, para devolvê-los aos “verdadeiros” combatentes guineenses, que dirigiam as principais frentes de combate para a independência.⁹⁴

Nós éramos somente reconhecidos apenas na frente de combate. Por isso, quando fizemos 14 de novembro fomos condenados e tratados de bandidos e de traidores. Mas como? Marchamos de Kalaboui a Boké combatendo em toda fronteira ao rio Geba. Como podemos ser bandidos? (VIEIRA, 1983, p. 7).

Esse discurso de cunho nacionalista contou com apoio das autoridades tradicionais e tornou-se uma das formas de identificação nacional (FERNANDES, 1993). Essas disputas, por sua vez, são vistas, também, como um confronto ideológico e político dentro do PAIGC entre *trotskistas e maoístas*, formados na sua maioria pela elite cabo-verdiana e vista, pela elite dirigente

94 Além de concentração de poder, a ala guineense alegou tentativa de assassinato de comandante João Bernardo Vieira (Nino), a adoção abusiva de pena de morte apenas na Guiné-Bissau e exclusão dos guineenses na formação do primeiro governo do PAIGC em Cabo Verde. Esse grupo, que controlava maior parte das Forças Armadas Revolucionária do Povo, era dirigido por João Bernardo Vieira (Nino).

guineense, como hegemônica dentro e fora do PAIGC no processo da tentativa da construção da nação.⁹⁵

O golpe de 1980 gerou uma crise profunda no interior do PAIGC e selou a separação política entre Cabo Verde e Guiné-Bissau, acabando com o processo de unificação dos dois países.⁹⁶ Em 19 de dezembro de 1974, foi assinado o Acordo de Lisboa, que instituiu um governo de transição. Em 5 de julho 1975, Cabo Verde foi finalmente reconhecido como estado independente de Portugal. Em 1981, foi aprovada a Constituição que oficializou a República de Cabo Verde. Os “dissidentes” cabo-verdianos do PAIGC mostravam-se preocupados com a permanência de Cabo Verde no Movimento dos Não-Alinhados, com o fim da Guerra Fria. A partir dessa época, Cabo Verde fez-se mover por uma dinâmica de solidariedade com a África e de cooperação com a Europa e outros espaços geopolíticos, de onde obtinha o suporte para a sua sobrevivência como Estado. (FERNANDES, 2002).

João Bernardo Vieira, autor do golpe de 1980 e proclamado primeiro ministro pelo PAIGC, foi indicado Presidente em 1984, para um período de cinco anos.⁹⁷ Os “dissidentes” cabo-verdianos do PAIGC, descontentes com a destituição do governo de Luís

95 Em 1973, a ala cabo-verdiana cria o “Conselho Nacional de Cabo Verde”, sem participação dos guineenses. Membros cabo-verdianos do PAIGC deixaram suas funções partidárias e burocráticas para preparar a proclamação da independência de Cabo Verde, que teve lugar em 5 de julho de 1975. Para Mendy (1993, p. 31) o golpe de 1980 apenas acelerou uma dinâmica de desajustamento já em curso desde a independência, ao longo do qual não foi feito esforços para minimizar as diferenças sociais e culturais.

96 As relações de Cabo Verde e Guiné-Bissau foram retomadas como países independentes, em 1985.

97 Até esse período, a Guiné Bissau e Cabo Verde viviam - do ponto de vista oficial - num sistema de partido único - sob a direção do PAIGC e PAICV - forças dirigentes do Estado e da sociedade civil.

Cabral, fundaram o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), em 1981, sob a liderança de Pedro Pires e Aristides Pereira. Os dissidentes cabo-verdianos consideravam-se progressistas e burocraticamente mais aptos para assumir os cargos chave no governo

Outro aspecto da ruptura política foi o binacionalismo. Não se escolhia o dirigente pelas suas qualidades, mas pela sua nacionalidade. Essa política favorecia nitidamente a ala cabo-verdiana⁹⁸ que, sendo fracos em número, viam-se investidos de uma força que não possuíam na Guiné-Bissau. (LOPES, 1987, p. 185) Ou seja, na sequência de golpe de Estado e do desmoronamento da unidade, ficou claro que o projeto de *reafricanização* ou reconversão das mentalidades defendida por Amílcar Cabral era insuficiente fora do quadro da delimitação de fronteiras entre o colonizador e o colonizado (FERNANDES, 2002), em que a busca da “unidade” para a independência ocultava as diferenças e contradições sociais no partido. A criação do PAIGC e a luta pela independência eclipsaram as diferenças entre assimilados e indígenas. A segmentação de grupos e a disputa pela liderança e cargos chaves no Partido-Estado desdobraram-se no período pós-independência na tentativa de construção do binacionalismo. As relações de Cabo Verde e Guiné-Bissau, interrompidas com o golpe de 1980, foram retomadas posteriormente como países independentes em 1985.

O declínio do colonialismo e o crescimento do PAIGC, particularmente com a proclamação da independência da Guiné-Bissau,

98 A questão do fundo se refere a estrutura partidária, voltada para a execução e controle das decisões dos órgãos de direção supranacionais com a função de legitimação das decisões. Embora numericamente havia mais guineenses do que cabo-verdianos, o Conselho Executivo (CEL) e o Conselho Superior da Luta (CSL) estavam, respectivamente, sob a direção superior dos dirigentes cabo-verdianos do PAIGC.

tornou possível a concretização do desejo da Carta do Atlântico. A “Declaração sobre a Concessão da Independência aos Povos Colonizados”, aprovada pelas Nações Unidas em 14 de dezembro de 1960 concedia, pelo menos em termos formais e retóricos, a independência aos povos da África, pois o domínio estrangeiro no Continente significava a negação dos direitos fundamentais do homem (BOBBIO, 2004, p. 55). Exigia do governo fascista de Portugal o fim da repressão colonial, do trabalho forçado, da apreensão arbitrária acompanhada de matanças e outras formas de ataque a sua liberdade, autonomia e a identidade coletiva dos movimentos sociais.

A Democratização

Nos princípios de 1970, Cabo Verde e Guiné-Bissau, na luta contra o colonialismo português e nas tentativas de construção de Estado-Nação, tinham no “marxismo” argumentos para se sobrepôr às questões de “raça”, de etnia e do legado colonial para a construção de novas estruturas sociais no processo pós-independência.

Uma vez independentes, Cabo Verde e Guiné-Bissau precisavam adotar estratégias específicas para solucionar as diversas carências sociais de seus povos. As ações convergiam para o desenvolvimento econômico, entendido como uma modernização nos moldes ocidentais. Cabo Verde e Guiné-Bissau retomaram o projeto de desenvolvimento econômico do PAIGC, defendido por Amílcar Cabral, em que a independência política – projeto menor – seria apenas um passo para se alcançar o desenvolvimento econômico - projeto maior. (CABRAL, 1978; AMIN,

1989) Nesse sentido, o sistema produtivo assumiu um papel de destaque para a reconstrução da nova estrutura social, haja vista que a estrutura econômica, social, cultural e política herdada pelos dois governos, após a ruptura, encontrava-se devastada pela exploração colonial e pela guerra de libertação. Em seus projetos, buscaram vincular a atividade produtiva às demandas das populações rurais e urbanas.

Em Cabo Verde, as relações de propriedade e de produção, que acentuavam as tensões e a desigualdade econômica, constituíam uma das prioridades do novo governo do PAICV. A Reforma Agrária passou a ser um dos principais desafios assumido pelo governo na pós-independência. Sob o lema “a terra a quem a trabalha”, o governo do PAICV apostou fortemente na nacionalização das grandes propriedades fundiárias e no aumento de imposto sobre a propriedade privada, como forma de satisfazer as necessidades básicas da população e garantir a participação individual e coletiva no novo projeto de desenvolvimento nacional do país. O projeto do PAICV, como força política dirigente da sociedade e do Estado, orientava-se no ataque a estrutura agrária colonial e na adoção de uma política centralizadora em Cabo Verde. (FURTADO, 1993)

Outro desafio do governo foi responder adequadamente ao problema das relações entre camponeses e proprietários, geradas pela monopolização da propriedade privada. Aqui, buscou-se a eliminação de todas as formas de sujeição humana a interesses individuais, grupais ou de classes. Enveredou-se, deste modo, por uma política econômica planejada que estabeleceu etapas para atingir o desenvolvimento desejado pelo Estado pós-colonial.

Nesse contexto, as propostas dos governos tiveram as seguintes metas, relacionada ao desenvolvimento econômico: dos

anos 1974-1985, os objetivos foram a liquidação da herança negativa da colonização, com destaque para a agricultura e desenvolvimento produtivo; Nos anos 1986-2000, buscou-se garantir o equilíbrio nas relações comerciais com o exterior e a geração de emprego e renda, que pudesse provocar o crescimento econômico. (FILHO, 1996)

Apesar das medidas introduzidas pelo governo do PAICV, a estrutura agrária não melhorou muito. A prevalência de seca, a falta de terra arável para agricultura e a ausência de uma tradição de cooperativas, constituiu um tremendo obstáculo ao desenvolvimento do cooperativismo em Cabo Verde. Fatores adicionais como a baixa rentabilidade de produtos agrícolas no mercado; a emigração da maioria da camada jovem da população; o impacto da urbanização e de outros indicadores socioeconômicos ampliou a fragmentação entre a cidade e o campo. (FURTADO, 1993)

Na busca de controlar as relações sociais e políticas emergentes, no período pós-independência, o governo centralizado do PAICV criou organizações de massas dirigidas pelo partido único oficioso.⁹⁹ Surgiram, assim, em todos os espaços sociais, as organizações de massa de jovens, de mulheres e de trabalhadores. O partido tentou, nesse período, instituir o sistema judicial através de tribunais populares locais e comitês de conselhos municipais para cada ilha, como partes de órgãos da administração pública. São fundamentalmente as organizações de atividades partidárias, criadas na década de 1980, portadoras de mensagem da *democracia popular-nacional revolucionária* em representação social do

99 O termo partido único oficioso é utilizado, no âmbito desse trabalho, para caracterizar um período em que não havia outras forças políticas legalmente constituídas em Cabo Verde. Não cabe aqui a análise da estrutura política e ideológica do PAICV, objeto de outra pesquisa.

partido nos diferentes espaços de participação política no arquipélago. Convém destacar que foi pelo mecanismo de concentração de poder e de informações no topo da hierarquia que a direção do partido único oficioso conseguiu impor mais plenamente a sua autoridade. (PEREIRA, 1992)

Foi nesse quadro também que se engendraram as relações entre a sociedade civil e o Estado, no sentido de articular a unidade e o Estado-Nação. As tentativas de ruptura com o modelo de propriedade privada não revelaram um estatismo triunfante em Cabo Verde. Isto porque, apesar do PAICV se considerar a única “força política e dirigente máxima da sociedade e do Estado” com a capacidade de impor diretrizes de ação política, à ação governamental se contrapunham outras forças da sociedade civil, cujos interesses repercutiam no seio do governo, influenciando, de algum modo, as decisões políticas. (FURTADO, 1993)

Além disso, a estrutura administrativa, que se consolidou no Estado Novo em quase todos os municípios e autarquias, constituiu-se como mecanismo de aquisição, de preservação e de exercício de poder político, aglutinando novos funcionários públicos e antigos proprietários de terra, que sustentavam suas atividades econômicas e influências políticas manipulando os recursos distributivos do Estado. Isso conduziria a uma permanente subordinação política da sociedade civil ao controle dos “aparelhos” de Estado colonial no exercício e na preservação do poder político em Cabo Verde. Nesse sentido, o Estado cabo-verdiano pode, assim, ser compreendido e caracterizado como a continuação das estruturas herdadas do sistema administrativo do Estado colonial.

Em Cabo Verde, portanto, o modelo centralizador do sistema político, que oscila entre o “coitadismo” e a “autossuficiência”,

encontrou-se ligado à “tirania da maioria” e à subserviência da opinião pública ao Estado. A subserviência da opinião pública cabo-verdiana se apresenta, por um lado, vinculada à existência de uma reduzida elite literária e científica, de associações cívicas, desportivas e culturais, a falta de tradição democrática, e, por outro, vinculada à crise de partidos políticos, da “anomia cívica” e do desrespeito aos princípios constitucionais de Estado de Direito no arquipélago. (FONSECA, 1998)

A problemática das mediações entre a sociedade civil e o Estado teria de levar em consideração, ainda, o aparato formal enquanto tal, as relações entre a sociedade civil e o sistema político-partidário para a compreensão mais adequada da complexidade do processo de construção democrática além de versões normativas e simplificadas desse processo.

Assim, em Cabo Verde, a disputa pela construção democrática caracterizou-se, no plano político, pela consolidação das estruturas do Estado e da Administração Pública, na perspectiva de dar concretude à criação da Nação. (GRAÇA, 1994) As instituições da Administração Pública contribuíram na estabilização institucional e na separação das funções entre o Estado e o partido único, em que o Estado vem ganhando autonomia em relação ao partido. (MOURÃO, 1992) Não obstante, a separação entre os aparelhos de Estado e a prática do partido único não se fez acompanhar da separação entre Estado e sociedade civil, entre público e privado. (FONSECA, 1998; SILVEIRA, 1998; PINA, 2009)

No campo cultural, a atividade do Estado cabo-verdiano vem-se fazendo sentir pelo alargamento do movimento “transétnico” e transcultural, utilizado como estratégia para justificar a exclusão de segmentos sociais na construção da nação e constituição de um povo. (MOURÃO, 1992) No entendimento de Fernandes,

esse fato teve, como consequência, a perda da sua dupla consciência identitária: lusitana e africana. (FERNANDES, 2002, p. 47)

Assim, a reavaliação da identidade cabo-verdiana passou a ser a preocupação da intelectualidade, que voltou suas reflexões para desmistificar os discursos que valorizavam essa identidade como eixo sociocultural da identidade lusitana. (SILVEIRA, 2005, p. 69)

Na Guiné-Bissau, por sua vez, o modelo de desenvolvimento adotado no período imediatamente pós-independência apresentou certa aproximação com Cabo Verde: a estratégia de desenvolvimento econômico adotado pelo governo do PAIGC enfatizava que a agricultura, sendo um setor chave de economia, deveria ser priorizada pelo governo, já que a industrialização e o desenvolvimento nacional dependiam dela. De acordo com o líder fundador do PAIGC, Amílcar Cabral, a prioridade dada à agricultura significava mais do que um simples cultivo: significava ter presente o que o povo pode fazer, pode realmente executar. É uma questão, sobretudo, de *democracia popular*.

Todas essas medidas exigiam um sistema de economia centralizado com forte presença do Partido-Estado, seja enquanto produtor e distribuidor, seja como regulador e planejador do sistema econômico do país como um todo. O governo de João Bernardo Vieira, que assumiu o poder após o golpe de 1980, retomaria essa política econômica definida desde o III Congresso de 1977.

O PAIGC passou a controlar toda a vida social, política, econômica e cultural do país, instituído no artigo 4º da Constituição de República de 1973, que definia o PAIGC como a única força política e o dirigente máximo da sociedade, do Estado e de toda a nação. Nesse sentido, as relações entre a sociedade civil

e o Estado eram exercidas tanto no nível administrativo quanto na prestação de serviços de abastecimentos e comércio para a satisfação das necessidades básicas das organizações de massa, dependentes do Partido-Estado que sustentava a legitimidade da fundação da nação.

Segundo Mourão, o partido político era o órgão dirigente do Estado e de toda a nação: foi o partido único que fundou a pátria para resgatar a dignidade africana negada pelo regime colonial, sendo, portanto, o órgão de concepção, decisão e controle de políticas públicas. Desse modo, o governo seria apenas um órgão de execução, e a sociedade civil se apresentaria como uma forma desarticulada de participação política. (MOURÃO, 1992)

Na Guiné-Bissau, via de regra, é o partido, pelo seu controle, quem deve zelar pelo rigor da consecução prática dos fins que atribui ao Estado, mas que também são seus. O Estado passou para o controle das cúpulas do partido, mas as atividades deste último não se diluíram no Estado. A concentração dos quadros no aparelho do Estado, acompanhada pela deterioração do debate interno no seio do partido (PAIGC), contribuiu para a consolidação da “racionalidade estatal” (LOPES, 1987, p. 174) e, como consequência, refletiu suas influências e ações nas organizações sociais de massa.

Em nível administrativo, o PAIGC propunha no seu programa de ação política, entre outras coisas, criar uma nova classe política e formar chefes políticos (na sua maioria, velhos combatentes do partido) para o governo. Através de controle social e político, perseguição e vigilância, acompanhada de repressão e eliminação de adversários, o PAIGC desenvolveu uma estratégia de “totalização da sociedade” e controle das esferas que não estavam controladas pelo partido.

A “lógica da força” foi sistematicamente aplicada pelos dirigentes do Partido-Estado para impor a “unanimidade” e sua ideologia política (MENDY, 1996). Desta forma, o seu desempenho se explicava pela sua capacidade de construir o “consenso” a partir do terror e da propaganda, restringindo a expressão e a identidade da sociedade civil. (TEIXEIRA, 2010) Nesse caso, houve uma readequação da estrutura administrativa do Estado colonial, construindo bases de apoio popular que sustentasse o prestígio do PAIGC.

No que se refere ao processo da representação do partido na satisfação das necessidades básicas da população, o centralismo político provocou a erosão de organizações de massas criadas pelo partido para promover a participação popular e a responsabilização do Estado nas suas relações com as organizações da sociedade civil (MENDY, 1993). Ao assumir o controle social, político e econômico, como aconteceu nos regimes de partido único, o PAIGC enfrentou sérias dificuldades na implantação do seu programa maior de governo, relativo ao desenvolvimento econômico e melhorias de condições de vida dos cidadãos, mostrando-se incapaz para enfrentar a nova realidade.

A produção do arroz, o principal produto de consumo no período, não atingiu a quantidade mínima para a população e passou a ser importado. O país produzia poucos gêneros alimentícios e importava quase tudo para abastecer o mercado interno, já que não possuía grandes indústrias, tornando o caminho do desenvolvimento econômico e da democracia revolucionária cada vez mais difícil.

Apesar das afinidades e influências ideológicas de Lênin nos princípios gerais do PAIGC e no pensamento político do seu líder, Amílcar Cabral, o termo “socialismo” nunca foi utilizado nos

discursos e programas políticos do PAIGC. O conceito da democracia revolucionária, na explicação de Mendy (1994), tinha basicamente a ver com a responsabilidade política do PAIGC perante as populações rurais que, como foi mostrado, serviu de base para a luta de libertação. Vale ressaltar que, desde a independência, a União Soviética mantinha o apoio ao PAIGC até o final do bloco soviético. Cessando os recursos vindos da antiga URSS, o partido não conseguiu manter o consumo interno e a infraestrutura básica para a população em todos os setores, devido à falta de projeto nacional.¹⁰⁰ (LOPES, 1986)

No campo da educação, o PAIGC defendia, em Cabo Verde e Guiné-Bissau, um sistema de ensino baseado nos valores nacionalistas e humanistas (para a formação de um *novo homem*) e no desenvolvimento político e integral do indivíduo.

Apesar dos projetos de governo, a degradação da vida da população aumentou, juntamente com a miséria, devido à falta de investimentos na agricultura e na educação. De modo geral, pode-se dizer que durante o governo do PAIGC,

100 Desde 1980, Lopes já colocava a *questão nacional* em África como elemento fundamental para a mudança econômica, social, política e cultural que, por sua vez poderá se traduzir numa *catarse* para a projeção de um modelo alternativo. Segundo ele, a questão da construção da nação em África tem de se traduzir a expressão e demandas do *mercado*, por meio da consolidação do mercado nacional na atual conjuntura da globalização. O incipiente mercado nacional é principal obstáculo para a construção da nação. Tomando o caso cabo-verdiano e guineense, o mercado serviria como mecanismo usado para minimizar tensões interétnicas e regionais por meio da competição pelos recursos disponíveis no mercado de trabalho, de educação, de moradia, como consumidores e produtores de bens e serviços no processo de integração nacional. Nessa competição, não mais pelos recursos culturais equivalentes, a “ação afirmativa” assume-se como mecanismo de pressão sociopolítica em democracia (LOPES, 1997), tal como ocorreu nas raízes do capitalismo na construção da identidade nacional. Nesse sentido, uma ação ideológica”, entendida como projeto, assume um papel central para forjar o *afro otimismo*.

liderado pelo presidente João Bernardo Vieira, a miséria cresceu na Guiné-Bissau.

Na análise do processo de construção de novas estruturas sociais, após a independência, há que levar em conta, por um lado, o ambiente político internacional, no contexto da decadência da polaridade que caracterizou a guerra fria e da crise econômica dos anos 1970, com os problemas internos e, por outro, as pretensões econômicas e políticas das elites governamentais em criar novas estruturas sociais em África. (LOPES, 1986; CARDOSO, 1996; JAUARÁ, 2004)

Desta forma, os processos da construção do Estado e da democracia foram concebidos a partir da relação de ruptura e/ou continuidade com os elementos da velha e da nova ordem, cuja pretensão era construir uma África economicamente independente, enquanto fator de acumulação, de desenvolvimento e de modernidade (BENOT, 1969; LOPES, 1997). Um exemplo disso refere-se à postura da Organização da Unidade Africana (OUA) no processo de elaboração de medidas de manutenção de fronteiras herdadas do colonialismo, para empreender a construção da nação. (RUDEBECK, 1989)

Nos anos 1970 a 1980, vários países começaram a redirecionar o eixo de seu desenvolvimento econômico para os processos de industrialização e tentativas de substituição das importações. Promoveram-se reformas no sentido de dotarem os Estados da capacidade de regulamentar os conflitos e criar estruturas básicas para o plano de desenvolvimento, tendo como uma das causas à frustração das expectativas, criadas em volta das independências africanas na manutenção de autonomia e soberania.

Não obstante os esforços empreendidos, os projetos de desenvolvimento não resultaram de uma ação política capaz de

alterar a estrutura das sociedades africanas. Uma política dessa envergadura exigiria estudo científico, preparação ideológica e unidade na direção de cada país e nas relações com os outros países do continente para elaboração de compromissos. Assim, ao chamar atenção para o papel da “ideologia”, não se estava apenas apontando para a ausência de um dado importante nos debates, mas também fazendo uma leitura do “socialismo científico”. Os efeitos da “ausência da ideologia”, entendido como projeto político, teria gerado o fracasso do Estado e da democracia revolucionária, tanto no âmbito do acesso e garantias dos direitos, quanto no âmbito do reconhecimento das diferenças e da diversidade cultural. (CABRAL, 1978)

O quadro referencial predominante continuava sendo o marxismo, com enfoque nas análises das contradições sociais, destacando-se o estudo de Nkrumah sobre “Luta de classes em África”; o de Fanon sobre a substituição do nacionalismo revolucionário do proletariado pelos “camponeses africanos”; e o de Amílcar Cabral sobre “classe-nação” ou classe-Estado, procurando justificar a existência de um movimento nacionalista “sem nação”. (LOPES, 1997) A construção política (numa vertente socialista) pesou de maneira predominantemente forte, a ponto de se considerar as particularidades étnicas e regionais como problemas secundários que não poderiam ser confundidos com os “problemas gerais” de desenvolvimento e consolidação do Estado. (HOBSBAWM, 1999, p. 32) Era um momento da construção da nação a partir de uma ideologia “transética”, considerada até então positiva para afirmação da África moderna.

A crítica que se faz é que a democracia e a etnicidade foram apresentadas, em África, de forma burocrática, ou seja, de cima para baixo. Isso porque apesar das ambições populares, o modelo

era burguês. Samir Amin (2000) utilizou o conceito de *capitalismo sem capitalista* para caracterizar os desafios do Estado, da democracia e do desenvolvimento em África.

No período pós-independência, a partir de meados de 1990, pode-se ressaltar também a expansão das “receitas” da democracia liberal e da liberalização do mercado ao capital externo, impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial, e de gerenciamento econômico internacional, segundo o Sistema Bretton Woods. Para os organismos internacionais, a abertura do mercado e o multipartidarismo em África despontavam como as condições *sine qua non* para a concessão de novos créditos e renegociação da dívida externa. As consequências dessa imposição se configurou pelas profundas e distintas mudanças políticas ocorridas em Cabo Verde e Guiné-Bissau, nos últimos vinte anos.

Foi a partir da chamada globalização do mercado capitalista que vivenciamos, em África, a concretização das determinações econômicas e financeiras do FMI e do Banco Mundial. O primeiro pacote de reformas neoliberais, no início dos anos de 1970, atingiu uma média de 70 projetos para o “desenvolvimento”.¹⁰¹ Esses projetos ganharam proeminência com o reforço da intervenção dos organismos internacionais na implantação do segundo pacote de reformas na década de 1980. Desse total, apenas 20% foram considerados satisfatórios pelos organismos internacionais em 1997.¹⁰² (MUSTAPHA, 2006)

101 Em África, as políticas de reestruturação produtiva do projeto neoliberal devem ser analisadas no quadro mais amplo da crise do Estado de bem estar social nos países do chamado “socialismo real”.

102 Mesmo em relação aos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o fracasso econômico e financeiro foi visível: a taxa média do desemprego, que se situava em torno de 4% em 1970, subiu para 8% nos finais de 1980 e princípios de 1990 (ANDERSON, 2002, p. 25).

As reformas neoliberais estavam imbricadas com a intensificação de uma tripla campanha ideológica: o aprofundamento da retórica da “desresponsabilidade” do papel de Estado na economia; a mudança no comportamento dos capitalistas (estrangeiros e nacionais), que operam nos mercados nacionais; e a redução sistemática de investimentos nas políticas públicas. Fato esse relacionado à crise do socialismo, com o fim da URSS e, simultaneamente, à mudança geopolítica dos países aliados ao bloco soviético que acabaram por se inserir no processo de globalização do mercado capitalista, no contexto de ascensão do modelo neoliberal.

Com base nessa conjuntura, Cabo Verde foi empurrado no caminho da democratização e realizou suas primeiras eleições em 1991. Em Guiné-Bissau, o processo democrático se deu um pouco mais tarde, com o surgimento de novas forças políticas, e teve o seu marco decisivo com a realização das primeiras eleições multipartidárias, em 1994, num contexto político marcado pela profunda recessão mundial do capital nos princípios dos anos de 1990 em diante. (ANDERSON, 2002)

O processo de democratização política, pautado pelo neoliberalismo, defendia a bandeira da reforma do Estado, redefinindo suas relações com o mercado, restringindo as lutas sociais às esferas das instituições, condenando retoricamente o passado da política de planificação estatal, implantada no período de partido único oficioso em Cabo Verde e Guiné-Bissau, onde o modelo vigente era o *estatismo*.

Convém recordar que uma das contradições dessa política de liberalização do mercado nacional ao capital externo está no fato de que o Estado tende a transferir os recursos públicos para os setores privados da economia. A privatização passa a ser vista como condição necessária para a mudança. (LOPES, 1997)

As pretensões econômicas e políticas das elites governamentais em criar novas estruturas sociais, ressalta-se no enfrentamento das questões de cunho multiétnico e multicultural com os imperativos da construção do Estado-Nação nos moldes ocidentais. Essas elites mostraram-se incapazes de satisfazer as necessidades essenciais da população e articular as demandas dos grupos étnicos de forma que houvesse um compromisso com a superação da herança negativa da colonização portuguesa. O problema central que se coloca é a dificuldade em articular a “unidade” e a identidade nacional frente aos desafios das diversidades étnicas e regionais, especialmente no caso guineense em que tornou-se necessário articular a “unidade” sem asfixiar as diferenças regionais e étnicas, sendo esse um fator explicativo do desenvolvimento democrático diferenciado entre os dois países.

As “receitas” macroeconômicas neoliberais, no entanto, não geraram resultados satisfatórios em África, tornando a busca pela participação política da sociedade civil e dos movimentos sociais populares na consolidação da democracia mais difícil ou tendo efeito apenas retórico. No caso específico de Guiné-Bissau, a incorporação das regras do jogo da democracia mínima, acompanhada dos ajustes estruturais impostos ao Estado pelo FMI e Banco Mundial, não resolveram as crises políticas. Foram vários os golpes de Estado e assassinatos de adversários políticos que disputaram o poder. Nesse caso, há que se considerar, por exemplo, os conflitos institucionais transversalizados por questões étnicas que marcaram a política contemporânea do país.

Os conflitos tiveram por resultado que nenhum governo e/ou presidente, democraticamente eleito, conseguiu terminar o seu mandato constitucionalmente assegurado, gerando o aumento da instabilidade política. Mas, um dos aspectos negativos desse

processo de democratização, pouco difundido, foi a ausência ou passividade de participação e posicionamento da sociedade civil, limitando as disputas a confrontos entre as elites, particularmente militar.

A predominância de golpes de Estado na Guiné-Bissau coloca desafios à convivência democrática. No caso de Cabo Verde, as relações entre a sociedade civil e o Estado foi marcada por práticas discursivas¹⁰³ que articularam uma identidade nacional mestiça cabo-verdiana (ANJOS, 2006), apesar do confronto ideológico entre defensores da matriz africana e europeia (FERNANDES, 2002), bem como a herança da estrutura fundiária concentradora da propriedade da terra (CARREIRA, 1984; FURTADO, 1993; HERNANDEZ, 2002), produzida pela elite política local, que ainda hoje marca a disputa pela terra entre as populações na cidade e no campo.

Na atualidade, há que se levar em consideração as condições sociais distintas de ambos os países. Essa diferenciação pode ser percebida através de dados do Relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, de 2010. Em Cabo Verde, o Índice de Desenvolvimento Humano situa-se em 0,534, quarto melhor colocado no Continente e 118^a posição no ranking mundial. O país possui uma esperança de vida de 71 anos e um produto interno bruto *per capita* na ordem de 3,800 dólares. No setor de educação, o porcentual de população alfabetizada é de 89%. O desemprego foi constatado no mesmo período em torno de 24%. Já na Guiné-Bissau, o Índice de Desenvolvimento Humano

103 O discurso como prática social é aquele composto por ideologias à medida que incorpora significados que estruturam as relações de poder. Nesse sentido, todo o discurso é uma relação de poder atravessado pelas práticas discursivas em constante transitividade inter-relacional a que Fairclough (2001) deu o nome de micro e macro análise de mudança social.

perfila-se em 0,289, índice que coloca o país em 164^a posição no ranking, entre os países do mundo (e entre os países do continente). Guiné-Bissau possui uma esperança de vida na ordem de 49 anos, uma das mais baixas quando comparada com outros países africanos. A taxa de alfabetização é de 44%, e o produto interno bruto é de 180 dólares. (IPAD, 2010) Esses dados parecem apontar a estrita relação entre política e economia no desempenho da democracia que garantam as condições materiais de existência da maioria da população.

Guiné-Bissau, anterior à presença colonial, foi uma sociedade profundamente marcada pela presença de diferentes reinos muçulmanos na formação de sua estrutura social e política, que se conformaram mediante um intenso processo cultural de miscigenação interétnica. Nesse sentido, a área ocupada hoje pela Guiné-Bissau fez parte do território dos diversos impérios subsaarianos, quando os diferentes grupos que ali viviam lidaram com a questão da diversidade cultural e pluralismo sociopolítico.

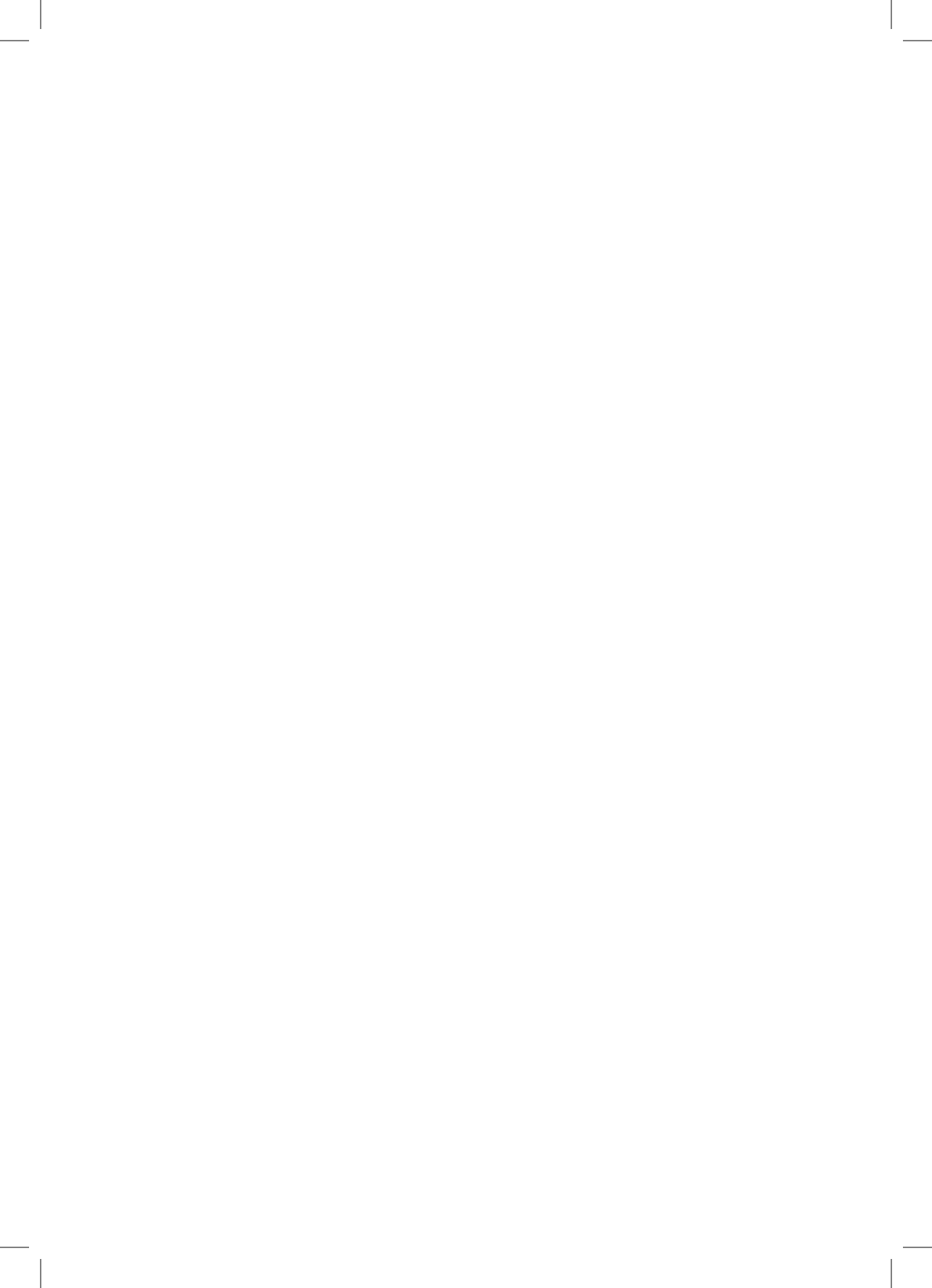
Em contraste, o arquipélago de Cabo Verde, cuja ocupação humana foi promovida pelos portugueses, foi marcado pela experiência escravocrata, devido à sua posição geográfica como ponto articulador de navegação do Atlântico, o que dificultava a fixação de grupos étnicos aparentemente homogêneos; pela forte presença de mestiços, devido à miscigenação entre europeus e escravos; e pelo surgimento de uma camada social “intermediária”, denominada crioulos, com forte tendência cristã (TRAJANO FILHO, 2005), possuindo, ainda, uma estrutura fundiária concentradora da propriedade da terra, herdada da colonização portuguesa e mantida em outras formas no estado pós-colonial (CARREIRA, 1984). E, principalmente, Cabo Verde não teve, na sua história política recente, a experiência de luta armada de libertação no seu

território. No conjunto dessas configurações históricas, incluem-se, na atualidade, o desenvolvimento humano, o quadro social, econômico, cultural e político que tornam evidente um distanciamento entre os dois países.

Entre os aspectos comuns, salientam-se a colonização portuguesa de dois Estados forjada no tráfico negreiro; as resistências indígenas; a experiência de partido único (PAIGC) através do seu projeto político de unificação de dois povos, sob o comando e orientação ideológica de um único líder, Amílcar Cabral; a dependência externa das agências internacionais, e as crises sociais e disputas políticas que marcaram o processo da democratização, via eleições, nos dois países, nos princípios da década de 1990.

A pós-independência e democratização continuam colocando desafios nas relações entre a sociedade civil e o Estado para a consolidação sociopolítica da democracia, em África. Não obstante, resta saber se esses desafios podem ser superados a partir de uma nova configuração do espaço político, representado pelas organizações e grupos da sociedade civil com capacidade de oferecer uma alternativa política viável face aos problemas estruturais vividos nas diferentes situações em África.

No caso concreto de Cabo Verde e Guiné-Bissau, a questão que se coloca é a de investigar como se configuram atualmente as relações entre a sociedade civil e o Estado na construção da democracia e de que forma o processo de democratização cria ou não novas condições de possibilidades nessas relações, em especial da sociedade civil que estão a construir em termos das configurações particulares de democracia como regime político e forma de governo. Que significado adquire, no contexto neoliberal, a ideia de democracia, da sociedade civil e do Estado em Cabo Verde e na Guiné-Bissau?





CAPÍTULO 3

PERCEPÇÕES SOBRE O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL

Considerando o nosso objetivo de pesquisa, a seleção das organizações e grupos da sociedade civil levou em consideração a estrutura organizacional e relevância social, particularmente daqueles não institucionalizados.

Nos cenários cabo-verdianos e guineenses, nas suas formas urbanas e rurais, emergiram organizações sociais que se articulam e se constituem como forças sociais. Foram escolhidas pelo protagonismo político nos processos de democratização, nos últimos anos. Outra característica constatada nesta pesquisa foi a predominância da presença de mulheres nos movimentos sociais populares (maior nos meios urbanos que nos rurais), que implica numa concepção de sociedade mais inclusiva e ampla, pois reivindicam o respeito à diferença. Nesse sentido, a sociedade civil se expressa empiricamente como uma densa rede de movimentos e associações de caráter diversificado. Sua natureza é uma contingência histórica. O que significa dizer que ela foi se forjando historicamente a partir de padrões culturais dominantes dos discursos

legitimadores, dos interesses, dos atores econômicos e políticos, com ou sem marco jurídico regulador, programas, tipos de intermediação e imaginários que possibilitaram o engajamento político desses atores sociais. (COHEN e ARATO, 2000)

Pesquisa de Campo em Cabo Verde

Os procedimentos inicialmente adotados, durante a realização da pesquisa de campo, consistiram em contato com as organizações sociais e políticas que atuam diretamente ou indiretamente com questões de interesse nacional. Foram vinte e sete (27) organizações rurais e urbanas que interagiram no trabalho de campo, conforme identificados no Quadro 3.

Quadro III – Organizações da sociedade civil cabo-verdiana e guineense entrevistadas

Organizações da Sociedade Civil	Cabo Verde		Guiné-Bissau	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano
01. Organização das Mulheres de Cabo Verde		X		
2. Tradição de Terra, Praia.	X			
03. Boa Vontade, Santa Cruz.	X			
04. Liga de Associações juvenis, Praia.		X		
05. Tabanka Achada Grande Frente, Praia	X			
06. Tabanka Ribeira N'gracia, Assomada.	X	X		

Organizações da Sociedade Civil	Cabo Verde		Guiné-Bissau	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano
07. Espaço Safende, Praia		X		
08. Associação de Emigrantes Guineenses, Praia.		X		
09. Associação de ambiente e desenvolvimento, Praia.		X		
10. União Nacional dos Trabalhadores, Praia.		X		
11. Plataforma das ONG's de Cabo Verde, Praia.		X		
12. Crianças Sem Fronteira, Assomada.	X	X		
13. Casa de Direito, Praia.		X		
14. Grupo Nivaquina, Bissau.				X
15. Netos de Bandim, Bissau.				X
16. Velhas Guardas do Barro de Ajuda, Bissau.				X
17. Liga Guineense dos Direitos Humanos, Bissau.				X
18. Movimento Nacional de Sociedade Civil, Bissau.				X
19. União Nacional Democrática das Mulheres, Bissau.				X
20. Igreja Católica, Bissau.				X
21. Rede Nacional de Juventude e População, Bissau.				X
22. Associação Filhos de Bitan, Cacheu.			X	
23. Associação Mon Na Mon, Tombali.			X	
24. Associação Comunitária Indelugan de Indam, Biombo.			X	
25. Fórum Regional de Juventude e População, Gabu.			X	

Organizações da Sociedade Civil	Cabo Verde		Guiné-Bissau	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano
26. Movimento Juvenil Mais, Bafata.			X	
27. Conselho Nacional de Juventude, Bissau.				X
TOTAL	5	10	5	9

Fonte: Elaborado pelo autor em trabalho de campo. 2013.

Assim, participaram, em Cabo Verde, dez (10) organizações urbanas e cinco (5) rurais, incluindo três (3) grupos de *Tabanka*¹⁰⁴ e quatro (4) grupos de *Batuko* contatados em Santiago. Na Guiné-Bissau, nove (9) organizações urbanas e cinco (5) rurais interagiram com a pesquisa de campo, sendo que entre essas configuram cinco (5) organizações de *Mandjuandade*.¹⁰⁵ Foram trinta e nove

104 *Tabanka* é uma organização coletiva de livre associativismo e interagida de caráter cultural e religioso, que surgiu no decurso da sociedade escravocrata a partir de regras locais de funcionamento (GONÇALVES, 2006). Além de atividades festejos - enquanto manifestação imaginária da realidade social - é crescente o envolvimento da comunidade na valorização da “tradição da terra”. Na pesquisa de António Carreira, publicada em 1983, *Panaria Cabo-verdiana-Guineense*, o autor ressalta a semelhança entre os instrumentos musicais de *Batuko* com os de *Mandjuandade*, nome de origem supostamente de etnia manjaca, afirmando que “são utensílios oriundos da “Guiné-Portuguesa” e de regiões limítrofes das áreas sudanesas e da Costa do Marfim”. Na mesma obra, Carreira afirma que as músicas de *Batuko* e da *Tabanka* são similares as de *Mandjuandade*, grupos urbanos guineense de feições de sexo e idade semelhantes da sociedade civil. Mais recentemente, surgem outros estudos que reforçam as conclusões de António Carreira, entre os quais, *Tabanka* (1097), de José Mariano Semedo e Maria R. Turano; e *Kab Verd Band* (2006), de Carlos Filipe Gonçalves, reafirmando a herança compartilhada entre dois grupos.

105 *Mandjuandade* é um movimento em defesa da cultura e formas de solidariedade local, com mais de cem (100) anos de existência. O termo *Mandjuandade* vem da palavra *Mandjua*, que consiste em pessoas da mesma faixa etária, reunidas para a confraternização, danças, cantigas e outras manifestações de

(39) dirigentes cabo-verdianos e guineenses entrevistados, entre junho de 2011 a maio de 2012. Eles se identificam pelos seguintes elementos, de acordo com o Quadro 4, a seguir:

Quadro IV – Dirigentes de organizações cabo-verdianos e guineenses: função e sexo

Funções / Sexo	Organização	Cabo Verde		Guiné-Bissau		Total
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	
Pedagoga	ADAD/CNJ		01	01		02
Dona de casa	TAB, BAT. MAN		04		05	09
Gestor de educação	PLATAFOR/ IPHD	01		01		02
Sociólogo	LAJP/ TINIGUENA	01		01		02
Estudante	ACDTBE/ RENAJ	02		05		07
Funcionário público	AFB/GVGBA	01			02	03
Cientista Social	UNMCMV/ FNJP		01	01		02
Jurista	CD/LGDH	01		02		03
Político	PAICV-GC/ MPD	02		03		05
Sindicalista	UNTCV/ UNTG	01		01		02
Licenciado em Letras	GRUP. LB	-	-		02	02
TOTAL	24	9	6	15	9	39

Fonte: Elaborado pelo autor, em trabalho de campo. 2013.

cultura local com o objetivo de estreitar laços de interajuda coletiva (CARREIRA, 1983 e BULL, 1989).

As organizações da sociedade civil se estruturaram a partir de modelo formal e informal da vida associativa no intuito de resolver problemas sociais, políticos, econômicos e, principalmente, culturais. Expressam, assim, uma densa rede de movimentos sociais e associações de caráter diversificado, surgidos em datas distintas.

Entre as organizações cabo-verdianas, sete (7) se identificam como organização de mulheres que enfrentam e tratam de problemas e questões especificamente de mulheres, a saber: a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV), fundada no regime de partido único oficioso, em março de 1981. Essa organização vem passando por transformações institucionais e organizacionais no processo de empoderamento das mulheres empreendedoras e na formação de sua identidade. Ou seja, há um esforço na criação e expansão de novos espaços para além de sua identidade historicamente articulada pelo regime de partido único oficioso; o Grupo de Batuko Tradição de Terra (GBTT), criado em junho de 2003; o Grupo Boa Vontade, fundado em 2004; Batuko Crianças Sem Fronteiras (BCSF), criado em 2006, com o propósito de contribuir para o reforço da identidade cultural entre as crianças e adolescentes dos municípios de Assomada e de Praia; o Grupo Batucadeira Flôr de Tambarina (GBFT), criado em outubro de 2000; Tabanka Achada Grande Frente (TAGF) e Tabanka Santa Cruz Ribeira N'gracia (TSCRN), cujas datas de surgimento devem ser buscadas nas experiências organizativas da sociedade escravocrata cabo-verdiana, que serviu para configurar seus traços e características reivindicativas contra a presença colonial. Esses grupos, com exceção de OMCV, têm uma característica e lógica peculiar de funcionamento, centrada na preocupação com a cultura popular cabo-verdiana.

No atual contexto, as organizações de Tabanka se articulam de diversas formas para o enfrentamento de problemas sociais e políticos dos moradores que abrangem os municípios e autarquias urbanos e rurais de Santiago, constituindo ações coletivas de reivindicações em defesa da identidade. Suas composições abrangem, representativamente, um falcão, uma Rainha e um Rei de Corte, um Rei e uma Rainha de Campo, um Carabeço, um Santo, uma Noiva, várias Tropas, Polícias e “Cativos”, um Tamboreiro, um Corneteiro e um Padre para batismo e sangramentos ecumênicos dos seus membros e participantes.¹⁰⁶ Constituem, portanto, a noção de sociedade civil no sentido assumido por este trabalho, cuja heterogeneidade não só incluem distintas formas de associações, como também atores que potencialmente podem desenvolver ações coletivas, fazer política, disputar espaços na esfera pública e reivindicar direitos coletivos *consuetudinários* ou novos direitos nos campos da cultura, da política e dos direitos humanos, isto é, de assumir o “direito a ter direito”.

106 Tabaka e Batuke são formas típicas de organização social e de luta que surgiram há décadas em Cabo Verde, ligadas às relações socioreligiosas e culturais de matriz africana. Apesar de algumas diferenças e características peculiares dos grupos, cada membro tem função específica a ser desempenhado a partir da necessidade e funcionamento interno aos grupos. Tabanka abrange o *Falcão*, aquele que luta, decididamente, para encontrar formas de roubar o santo; os *ladrões* são aqueles que roubam; a *Rainha* e *Rei de Corte* são responsáveis pelo funcionamento interno do grupo; o *Rei* e a *Rainha de Campo* ficam encarregados pela mediação externo; o *Carabeço* é tido pelo grupo como pessoa engraçada, aquela que transmite alegria e dificilmente fica chateada; o *Filho de Santo*, na ausência de Santo, assume o lugar; a *Noiva* representa-se a si mesma; *Tropas* e *Polícias*, geralmente, são responsáveis pela obtenção da ordem e segurança; os *Cativos* são todos os membros da Tabanka, têm a função de compor grupo de dança, toque e cântico; o *Tamboreiro* e o *Corneteiro*, na sua totalidade, são responsáveis pela produção de melodias. E, finalmente, o *Padre*, responsável pelo batismo dos membros de Tabanka.

No que se refere às organizações formais da sociedade civil, estas podem estar agrupadas na Plataforma das ONGs¹⁰⁷ de Cabo Verde, fundada em junho de 1996. Suas ações congregam centenas de organizações e lutam pela articulação de atores sociais a partir da demanda urbana e rural das populações junto ao governo e parceiros internacionais, participando da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC), instituída pelo Ministério de Justiça, em 2004. Um dos dirigentes da Plataforma contatado atuou vários anos como técnico no Instituto Nacional das Cooperativas de Cabo Verde, na década de 1980, tendo sido ativo militante da Reforma Agrária.

A partir do levantamento feito das organizações que compõem a Plataforma, recorreremos à *técnica de bola de neve*, na qual foram contatadas associações da sociedade civil, como é o caso da Liga de Associações Juvenis de Praia (LAJP), fundada, em 2005, como um espaço dinâmico de aprendizado e formação da cidadania de jovens na criação e expansão dos espaços públicos da sociedade civil; a Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Terra Branca em Expansão (ACDTBE), entidade fundada, em 2007, para a promoção de ações de mobilização e de cooperação nas questões cotidianas (melhoria de vias de acesso urbano, canalização de água e rede de esgoto, solidariedade e melhoria de condições materiais de existência) como instrumentos de mobilização política; o Espaço Safende (ES), criado em 2005 com intuito de promover a educação infanto-juvenil e oferecer ações de direitos por intermédio da formação técnica ou de outras ações de participação e de engajamento sociopolítico.

107 A Plataforma das ONGs congrega, segundo lista de filiados divulgada em fevereiro de 2013, 227 associações, ONGs, cooperativas e grupos esportivos. Mais informações, ver <http://www.platongs.org.cv>

Seguiram-se outros contatos com líderes de organizações rurais e urbanas da sociedade civil: a Associação de Guineenses Residentes em Cabo Verde (AGRCV), instituída pelos emigrantes, em 1994. Sua preocupação gira em torno da inserção social e profissional no mercado de trabalho, documentação e preservação de tradições e culturas e valorização de suas identidades. Nos depoimentos dos dirigentes pode-se observar o ressurgimento da questão racial; a Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento (ADAD), preocupada com questões ambientais desde 1991. A ADAD tem boa relação com o Estado por intermédio do seu presidente, ex-deputado e dirigente de um partido político em Cabo Verde; outra organização contatada foi a União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde (UNTC-CS), fundada nos idos de 1980, no regime de partido único. À semelhança da OMCV, esse movimento busca, incessantemente, garantir sua autonomia política e de classe, atitude baseada em seus posicionamentos contrários aos interesses partidários ou de governos, lutando pela promoção de mudanças sociais no mundo de trabalho.

Em relação à sociedade política (Estado), é interessante destacar a presença da Casa de Direito (CD), fundada pelo Ministério da Justiça, em 2005. A consulta jurídica, a mediação de conflitos na vida cotidiana e formação e informação dos agentes sociais se fundamentam essencialmente numa interpretação positivista e normativa das leis dentro dos limites do “aparelho” judiciário.

Procedeu-se, ainda, o levantamento de informações junto aos líderes do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) e do Movimento para a Democracia (MpD), ambos de tendência liberal (Anexo II). O critério para a seleção levou em consideração o número dos eleitores, o impacto na vida

política nacional, os diretórios espalhados nos municípios e a experiência de governo.

No processo de contatos e de recolha das informações, que se transformaram em dados para a análise, foi favorável a participação em eventos e reuniões organizados pelo Ministério das Relações Exteriores de Cabo Verde, realizado no dia 4 de maio de 2012, na qual tomaram parte líderes da sociedade civil, estudantes e professores universitários, membros de governo e imprensa nacional e estrangeira. O ponto de convergência foi a crise política na Guiné-Bissau, resultante das tensões entre a sociedade civil e a elite política e militar que se seguiu ao golpe de Estado, em 12 de abril de 2012, e que derrubou o governo de Carlos Gomes Júnior (PAIGC).

Nesse encontro foram debatidas questões como os desafios e as possibilidades da participação popular no processo de transição política, os conflitos nele travados, a articulação e a mobilização da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e das Nações Unidas (ONU). No interior do debate, pôs-se em evidência o crescente interesse da sociedade civil e da sociedade política (Estado) cabo-verdiana em torno dos esforços guineenses para promover a mudança, através da reestruturação e modernização das Forças Armadas e segurança pública, sistema político-eleitoral e representação política.

Pesquisa de Campo na Guiné-Bissau

Na Guiné-Bissau, chama atenção a presença participativa de Grupos de *Mandjuandades* no processo de construção coletiva de

uma nova cidadania através de formas específicas de solidariedade. A partir da década de 1990, esses grupos¹⁰⁸ foram os mais fiéis seguidores da construção de espaço público definido por um conjunto de reivindicações como pressuposto de atuação política e fundamento de legitimação ou não legitimação do poder público, tomando como referência os problemas da vida na cidade e nos bairros periféricos.

É o caso, por exemplo, do Grupo Nivaquina (GN), que surgiu em 1 de setembro de 1989 e está basicamente estruturado ao redor de relações de gênero, como a violência doméstica, e conflitos sociais, como a reforma social, a produção e organização cotidiana; a organização Pabia de Amanhã de Inpantcha (PAI), fundada em 2001, procura na identidade uma forma de resistência e manutenção de autonomia de cultura autóctone ou indígena de grupos sociais e étnicos do bairro Inpantcha. O Grupo Netos de Bandim (GNB), instituída em setembro de 2000, cujas ações expressam as contradições sociais, políticas e econômicas que emergem e se encontram hoje na estrutura sociopolítica guineense, atribuindo grande ênfase ao *fator de cultura e fator político*. Essa ênfase política dos seus membros, claramente vinculada ao pensamento cabraleano, incorpora, no seu interior, uma dimensão educativa na medida em que desencadeiam ações que buscam formas para romper com a subalternidade na relação entre sociedade e Estado.

A participação política e eleitoral faz parte da preocupação e prática do Grupo Velha Guarda do Bairro de Ajuda (GVGBA), criado em 2000, que se propôs a lutar por meios coletivos e

108 Na Guiné-Bissau, colonial, fala-se de engajamento político de grupos de Mandjuandade contra a presença, a exploração econômica e a dominação cultural pelos portugueses, caracterizada pela política de indigenato.

discursivos para a descentralização, sendo fortemente influenciado pela retomada do processo de reforma de Estado, como fator capaz de produzir mudanças substantivas no sistema político, econômico e social, nas instituições sociais e nas práticas do sistema partidário em constante contradição com os interesses coletivos.

Na sua composição representativa interna, o movimento de Mandjuandade, diferentemente das ONGs, associações e partidos políticos, congregam um Rei, uma Rainha, uma Merinha, um Conde, uma Mãe, um Pai, um Conselheiro, um Cordeiro, um Padrinho e uma Madrinha,¹⁰⁹ cujas demandas materiais e simbólicas combinam formas específicas de ações coletivas na luta contra as desigualdades em relação ao gênero, etnia e religião.

Além destes grupos, foi contatado o Grupo de Teatro Língua de Bodi (GTLB), instituído em 2009, cujo propósito é o de promover a dança, o teatro e a literatura através de expressão cultural “contra timidez” dos jovens, favorecendo a promoção de ações de autonomia e autoconfiança na construção da democracia e participação.

109 Nessa composição, cada membro tem uma ação a desempenhar. Por exemplo, a *Rainha* é a cabeça do grupo. É ela que organiza e mantém relações com pais de grupo, informando-os do andamento e das necessidades de Mandjuandade. O *Rei* também participa, mas a responsabilidade de administração de grupo é com a Rainha. A *Merinha*, por sua vez, substitui a Rainha caso esta não esteja presente, isto é, quando a Rainha viajar ou se ausentar ou por outros motivos de força maior. O *Conde* é o responsável pela logística, por exemplo, uniformes e instrumentos de grupo. É ele que sugere o tecido, o modelo de traje ao grupo buscando suprir as dificuldades com a escassez de materiais. Caso o Conde não esteja, a *Meirinha* assume seu lugar. A *Mãe* e o *Pai* são orientadores, eles que ajudam dar orientações em caso de problemas e necessidades de Mandjuandade. O *Cordeiro* é o responsável para a resolução de conflitos motivados no interior ou exterior de grupo, mediado e resolvido por ele para que não haja perturbação. O *Financeiro* do grupo é a pessoa responsável a determinação de valor de cotas, geralmente contribuições dos membros em moeda local. E, finalmente, a *Madrinha* e o *Padrinho*, como no caso de Mãe e Pai, são atribuídos funções de agregação e solidariedade coletiva a partir dos conflitos internos que vão surgindo.

As organizações formais da sociedade civil foram contatadas posteriormente: o Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento (MNSCPDD) e a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), que surgiram no contexto da democratização na década de 1990; a ONG Tiniguena foi criada, em 1991, com o objetivo de preservação ambiental entre as classes populares, defesa de demandas do consumo, valorização de recursos e democratização de instituições locais. A Tiniguena, hoje de âmbito nacional, é uma organização fortemente engajada. Congregava, no momento de levantamento, mais de 4 (quatro) dezenas de organizações de sociedade civil rural e urbana em mais de seis regiões e setores que compõem o território nacional, o que lhe garante o caráter de movimento de maior abrangência; a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG) e a União Nacional Democrática das Mulheres (UDEMU), ambas foram fundadas em 1961 a partir da iniciativa do líder fundador do PAIGC, Amílcar Cabral. No período de partido único, apenas os setores das organizações de massa da sociedade civil eram aceitos, sob a forma de ideologia revolucionária, no sentido de dotar o “Partido de Estado” da capacidade política de regulamentar os conflitos sociais e criar suportes para um plano de unidade e desenvolvimento nacional.

Ressalta-se aqui, ainda, a International Partnership for Human Development (IPHD), uma organização internacional que atua a partir de problemas de acesso e de permanência de crianças nas escolas e melhoria de ensino básico e complementar, instituído em 2009; e a atuação da Ordem dos Franciscanos, ligada à Igreja Católica, que age simultaneamente na área rural e urbana, no campo religioso e na área social.

Todas essas organizações estão articuladas em nível regional e/ou nacional com organizações congêneres de diferentes

regiões ou compondo Redes e Fóruns, como é o caso da Rede Nacional das Associações de Jovens (RENAJ), fundada em 2005, que desempenhou papéis de atores principais em vários momentos da vida nacional e, em outros, foi o canal privilegiado de “publicização” de demandas sociais, por intermédio da *Rádio Jovem*, criada para o reforço da esfera pública; do Conselho Nacional da Juventude (CNJ), uma instituição criada pelo governo, a partir de 2007, e da Comissão Nacional de Eleições (CNE), instituição pública responsável pela sensibilização e organização dos processos eleitorais e disputas político-partidárias.

Em relação às organizações rurais, foram envolvidas na pesquisa, na Guiné-Bissau, cinco (5) organizações, a saber: o Fórum Nacional da Juventude e População (FNJP),¹¹⁰ que ocorreu em São Domingos, na região de Cacheu, entre os dias 23 a 29 de agosto de 2011, com a presença da Associação de Filhos e Amigos de Bitam (AFAB), oriundos da mesma região, fundada em 2004; o Fórum Regional Juventude e População (FNJP), de região de Gabu, criado em 1996; Associação Mon Na Mon (AMNM), criada na região de Tombali, em 2003; o Movimento Ação Juvenil Mais (MAJM), criada em Bafatá, em 2002; a Associação Comunitária Indelugan de Indam (ACII), de região de Biombo, fundada em 2002.

Nesse contexto, ganha importância os eventos e intervenções dos movimentos rurais no desenvolvimento local, gênero e juventude para se pensar os desafios dos processos democráticos nessas diferentes regiões.

110 O Fórum caracteriza-se como uma organização voltada à saúde e sexualidade, bem como o combate à pobreza, tomando como base as demandas oriundas do meio rural e urbano num processo de articulação de ações coletivas, preservação institucional e autonomia dos seus associados (FÓRUM, 1997).

Também foram entrevistados os líderes do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), do Partido da Renovação Social (PRS) e Partido União para Mudança (UM). Este último, embora tenha prosperado, com os demais partidos de oposição, um projeto de reforma constitucional que defendia a adoção de multipartidarismo e realização de primeiras eleições gerais, não conseguiu manter-se na preferência dos eleitores. A decisão para a escolha do PAIGC e do PRS deve-se ao fato de deterem influência e poder político sobre o funcionamento do Estado e da sociedade. Trata-se dos dois maiores partidos que, no momento da pesquisa de campo, tinham a maioria da representação política na casa legislativa e o PAIGC estava no governo. Em termos ideológicos, o PAIGC e o PRS inseriram seus objetivos na ótica da socialdemocracia para resolução dos problemas econômicos e sociais da Guiné-Bissau.

Outros Dados Coletados

Para complementação das informações, foram coletados artigos, notícias e dados eleitorais em quatro (4) periódicos cabo-verdianos (Jornal Voz do Povo, a Semana, o Liberal, o Expresso das Ilhas, bem como na CNE) e três (3) guineenses (Jornal Nô Pintcha, Diário de Bissau e Jornal Kansaré). Outro arquivo que nos auxiliou na definição de elementos, categorias e temas para a análise foi o da Fundação Amílcar Cabral (FAC) e Biblioteca Nacional (BN), em Cabo Verde, e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), em Guiné-Bissau, onde encontramos a produção local sobre a construção de Estado em África, movimentos sociais e políticos e análise de transição e construção democrática cabo-verdiana e guineense. Nesta documentação estão:

Quadro 5 – Documentos consultados

DOCUMENTOS DA PESQUISA	Ano de divulgação
UNMCV – Relatório da Organização das Mulheres de Cabo Verde	s/d.
MILITANTE – Documento criado pelo PAIGC	1977
INEP/UNITAR- Colóquio sobre construção de Estado em África	1989
Boletim Oficial de Eleições Legislativas e Presidenciais em Cabo Verde	91/95/2001/2006/2011
UNTG - 1º Congresso da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau	1991
CONG - Conferência das ONG's na Guiné-Bissau	1992
MAR GB - Movimento Associativo Rural na Guiné-Bissau	1993
FCSCV – Fórum Convergência e Solidariedade de Cabo Verde	1994
EAE – Estudo sobre Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau	1996
CNE - Relatório sobre Eleições Presidenciais e Legislativas de Guiné-Bissau	1999
MpD – Oportunidade para Todos	2006
AFROBAROMETER – A qualidade da Democracia e Governação em Cabo Verde	2008
VOZ de PAZ - Relatório do Resultado de Auscultação Voz de Povo	2008
RENAJ- Relatório da 3ª Edição de Voluntariado na Guiné-Bissau	2010
PNRP - Plano Nacional de Redução da Pobreza em Cabo Verde	2010
DENARP II Estratégia Nacional de Redução da Pobreza na Guiné-Bissau	2010
RSH – Relatório sobre Direitos Humanos na Guiné-Bissau	2010/2011
BM - Relatório sobre Desenvolvimento Mundial	2011

Fonte: Elaborado pelo autor, em pesquisa de campo (2013)

Dos documentos apresentados no Quadro 5, os que estão em negrito foram selecionados como os que poderiam melhor contribuir para o entendimento das principais questões levantadas na pesquisa de campo. O desafio foi aprofundar o conhecimento sobre o tema, rever a história social e política destes países, apreciar diferentes concepções sobre a sociedade civil, o Estado e sobre a democracia e a maneira como o tema vem sendo discutido, a fim de identificar suas especificidades e diferenças no quadro vigente do processo de democratização e as posições políticas assumidas pelos atores sociais.

Análises das Informações de Campo

Nesta parte, foi feita a análise das divergentes perspectivas que marcaram a construção do Estado e da Sociedade Civil e de suas inter-relações no campo institucional e nos espaços não institucionalizados, em Cabo Verde e na Guiné-Bissau. A análise foi elaborada em três momentos: no primeiro, discute-se a percepção de Estado; no segundo, a percepção de sociedade civil, e, no terceiro, as relações entre a sociedade civil e o Estado. O objetivo é compreender as características da democracia, em Cabo Verde e Guiné-Bissau, salientando as suas similitudes e especificidades.

Iniciamos a análise a partir da afirmação de que há uma complexa dialética entre o político e os outros campos da vida social, que colocam em disputa diferentes projetos políticos de democratização. De acordo com Evelina Dagnino,

para que a democracia tenha maiores possibilidades de se consolidar, parece ser necessária a existência de uma forte correspondência entre

um projeto democrático na esfera da sociedade civil e projetos políticos na esfera da sociedade política ou Estado. A emergência de um rico tecido social de instituições e padrões de autoridade democrática (não despóticos e nem autoritários) é reforçada pela vigência de liberdades e garantias típicas da democracia política; por outro lado, a consolidação é grandemente ajudada pela progressiva (mas não necessariamente linear) expansão do tecido social. Na ausência dessa correspondência de uma ação relacional decorre da criação de alianças de caráter instrumental nas relações entre os setores da sociedade civil e do Estado. No entanto, a possibilidade de cooperação entre a sociedade civil e o Estado não está isenta de conflitos, de pressões, de reivindicações e jogos de forças que constitui o terreno de disputa onde se dá o processo de construção democrática. Nesse sentido as formas de relacionamento que se estabelece entre a sociedade civil e o Estado estariam em relação direta com a maior ou menor consciência entre os projetos políticos existentes em ambas as esferas. (DAGNINO, 2006, p. 37)

Percepções do Estado em Cabo Verde

Levando-se em conta a perspectiva relacional proposta por Dagnino, para os entrevistados, o Estado cabo-verdiano, desde o final de 1970 até a primeira metade dos anos de 1980 e, depois desse período, com a democratização, vem passando por uma série de modificações de caráter político, econômico e sociocultural. Foram os tempos da construção do Estado, forjado a partir da luta

de libertação na Guiné-Bissau, mas que foi se firmando “sozinho” na sua adversidade interna e exigências internacionais, fruto de um trabalho coletivo de construção nacional, como informa um dirigente do PAICV:

Se por um lado a luta armada, conduzida pelo PAIGC, projetou Cabo Verde, viabilizou a sua independência muito mais cedo do que se poderia imaginar; se é verdade que pelo jogo das circunstâncias, o fato da luta ter se desenvolvido no terreno da Guiné-Bissau, sob a liderança de Amílcar Cabral. Por outro lado, a projeção de Cabo Verde através da luta armada na Guiné não chegava até ao fim e deixava que Cabo Verde fizesse mais para a sua autopromoção. Nestes conflitos diversos, Cabo Verde conseguiu afirmar-se na sua luta contra as adversidades locais, mas afirmou-se também no plano internacional, construindo uma nova relação com antiga metrópole, estabelecendo linhas de ações diplomáticas próprias e conseguindo, portanto, uma imagem própria de uma identidade nacional organizada e merecedora da confiança de outras identidades nacionais. Eu creio que foi um grande feito da Primeira República, embora saibamos que a República é única. (Dirigente do PAICV, entrevista)

A percepção de Estado é marcada, desde suas origens, por uma aposta fundamental que se delinearía mais claramente ao longo dos anos de 1980. Trata-se da *“aproximação com a antiga metrópole”*, que parecia difícil, mas fundamental, para a sobrevivência econômica e política do Estado cabo-verdiano. Em ruptura com o projeto de “unidade” com a Guiné-Bissau, proposta

por Amílcar Cabral, se apostou na ampliação e na integração da identidade nacional cabo-verdiana, constituindo novos sentidos e pertencas, estabelecendo ações diplomáticas próprias na gestão e na redefinição de uma nova concepção de Estado, desvinculada da opção *revolucionária*.

A percepção de Estado, nesse período, passou a ser imaginada como uma questão econômica e cultural a ser resolvida por intermédio de processos de inclusão identitária da população cabo-verdiana, incluindo os emigrantes e seus descendentes na construção nacional. Isto é expresso, por exemplo, no depoimento de um dirigente da sociedade política quando diz que “a atuação do Estado assenta no princípio segundo o qual as comunidades no exterior [emigrantes e seus descendentes] são parte integrante da Nação cabo-verdiana, independentemente da nacionalidade formal porque tenha adoptado”.¹¹¹ (Documento 1)

A construção do Estado incorporou os emigrantes à população local como estratégia política e econômica na construção do projeto de Estado-nação. A articulação entre Estado-nação e sociedade civil se expressa, nessa primeira percepção, pela subordinação da sociedade civil ao Estado na construção do consenso.

Por outro lado, a extensão da cidadania para além do território nacional cabo-verdiano se revelou de fundamental importância pelo dinamismo que imprimiu ao conjunto das relações sociais, políticas e econômicas, em que o Estado conseguiu captar recursos externos para o enfrentamento de sucessivas crises socioeconômicas e o alto índice de desemprego. A população cabo-verdiana, que vive fora de seu território, tem exercido um papel importante para o desenvolvimento das políticas internas voltadas

111 Discurso de Aristides Pereira, primeiro presidente de Cabo Verde pós-independência.

para o enfrentamento da seca e das poucas alternativas produtivas, levando a uma dissidência de recursos externos diante da seca como fenômeno persistente.

Depois da independência [ou muito antes dela ter ocorrido] e durante muitos anos, o governo vivia diretamente de *trabalhos públicos*. Isso porque temos um país que não dispõe de recursos naturais, onde boa parte de sua população vive de prática de agricultura e da pecuária, mas é um país de *seca* persistente. Então quando a chuva não cai o governo é obrigado a abrir o trabalho público¹¹² para dar emprego às famílias rurais para que possam sobreviver. Só que a partir de um determinado momento o governo entendeu que a melhor forma era de responsabilizar as pessoas, fazendo com que as pessoas participassem na planificação e na execução desses trabalhos, e que esses trabalhos tivessem repercussão positiva no desenvolvimento da própria comunidade. E aí o governo facilitou a criação de associações comunitárias para que pudesse ter um interlocutor em todas as comunidades. A coisa vinha de cima pra baixo. (Dirigente da Plataforma das ONGs, entrevista)

Foi nesse contexto político, ainda marcado pelo regime oficioso de partido único (PAICV), que o Estado procurou desenvolver um conjunto de atividades socioeconômicas, geradoras de emprego e de bens de consumo para a população rural e urbana. Daí, uma predominância de projetos de caráter comunitário,

112 Também conhecido por Frente de Alta Intensidade de Mão de Obra (FAIMO), nos anos de 1980.

incentivados pelo Estado como organizador da sociedade civil. São projetos produtivos para mulheres, jovens, crianças, trabalhadores que buscam no governo do PAICV saídas para as demandas sociais em torno da produção e do abastecimento.

A crítica principal é que os projetos não se desprendem de seu caráter centralizador e autoritário. O governo vê nas organizações sociais de massas apenas um dos polos multiplicadores do Partido-Estado, dos dirigentes, atuando como um canal de difusão ideológica e organizativa do PAICV, dos seus diretórios e “comitês de base”, em nível nacional e municipal. Esta leitura pode ser observada no relato de um dos nossos entrevistados da sociedade civil:

Eram as associações de massas [do PAIGC-CV] que mandavam - entre elas Organizações das Mulheres de Cabo Verde [OM-CV], Juventude Africana Amílcar Cabral [JAAC-CV], Organizações das Crianças [OC], União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde [UNTC-CS] e o Instituto Nacional das Cooperativas [INC]. A intenção era boa, mas era uma coisa que vinha de cima para baixo. As pessoas não tinham a liberdade de escolher as suas próprias associações. Os jovens não tinham a liberdade de escolher suas próprias associações, as mulheres não tinham a liberdade de se organizarem da melhor forma que lhes convinha para participar no processo de desenvolvimento. Daí as dificuldades. (Plataforma das ONGs, entrevista)

O Estado estava ainda muito preso ao modelo assistencialista de emprego público e as demandas da sociedade civil estavam organizadas em torno do Partido-Estado, espaço onde se afirmava

a identidade política das organizações e grupos da sociedade civil, sem liberdade de ação e possibilidade de criação de novas oportunidades políticas ou percepções diferentes fora do aparato político-administrativo do PAICV. O controle do espaço público, na zona rural e urbana, era centralizado pelo governo.

Em nível nacional, atrelado ao processo de agregação de relações socioeconômicas e elaboração de estratégias necessárias para a redução da fome e da seca, proporcionou um Estado de funções maximalistas centrado mais na disponibilidade de um grande exército de reserva de mão-de-obra oriunda do campo – dado o alto processo de desagregação das relações sociais neste setor (Dirigente da Plataforma Nacional das ONGs, entrevista).

Foi no campo da produção e relações de produção que o Estado atuou para que as demandas sociais fossem satisfeitas e reconhecidas e, portanto, passassem a fazer parte da própria percepção de Estado através dos projetos produtivos. Um exemplo disso aconteceu com a criação do Instituto Nacional das Cooperativas e da Investigação Agrária, que teve um papel importante na busca de soluções governamentais para os problemas da desigualdade e da pobreza. (FURTADO, 1993, p. 52)

O esquema de distribuição e gestão de recursos financeiros e emprego público gerou uma percepção positiva do Estado em reduzir as contradições entre a cidade e o campo, num contexto político marcado pela transformação das estruturas sociais em que ganhava destaque o processo de nacionalização da propriedade privada, dos anos 1980. A avaliação positiva das ações do Estado ficou evidenciada no relato de uma dirigente da sociedade

política: “nós conseguimos vencer o desafio, construímos um Estado, um país credível e útil, escutado lá fora, com o nível das ajudas que tem, quando inicialmente ninguém acreditava em Cabo Verde. Davam-lhe seis meses de vida, às vezes nem tanto.”¹¹³ (Documento 2)

Nesse sentido, a percepção positiva de Estado fica entendida como resultado do reconhecimento internacional, ao tempo em que revela uma ambiguidade: não fica claro a quem se refere quando diz “nós”. O depoimento seguinte, de um dirigente da sociedade política, sugere que esse reconhecimento é concebido pelos dirigentes, geralmente como uma conquista do Estado e dos partidos políticos, mas, não, da sociedade civil:

O fato de Cabo Verde ter conseguido progressos consideráveis, quer no plano econômico com as características da nova economia que tem permitido outros crescimentos nas áreas de educação, da saúde e cultura, quer no plano político que é da autoconfiança coletiva, o Estado ou determinado partido tem a tendência de dizer estão a ver, fizemos isso e aquilo. Pode ter tido um papel decisivo, mas não será o autor de tudo que é bom que aconteça no país. Essa é uma área de conflitos verbais. (Dirigente do PAICV, entrevista)

Outra resposta ao problema da construção do Estado foi o argumento do *esgotamento da tradição*, associado a um movimento da “modernização cultural” e incorporação dos grupos não institucionalizados ao Estado. Daí a afirmação de José Maria

113 Discurso de Georgina de Melo, membro do Conselho Nacional do PAICV.

Neves¹¹⁴ que “a estratégia do PAICV, desde início, foi a de não provocar rupturas, mas a de fazer mudanças na continuidade, por intermédio de um processo sociopolítico de esgotamento da tradição” (Documento 3). No depoimento de outro dirigente do PAICV, Aristides Pereira,¹¹⁵ encontramos a mesma percepção de Estado quando afirma:

Em Cabo Verde já avançamos muito na democratização da sociedade, onde persistem ainda valores e padrões do passado. Criamos, em apenas 14 anos, um Estado que se moderniza e se adapta às necessidades do *desenvolvimento*, em que as instituições funcionam democraticamente, de acordo com as leis que procuramos renovar¹¹⁶ [...] no âmbito do Parlamento. (Documento 5)

Nessas interpretações, o Estado emerge em duas configurações: da reestruturação e da estabilização contra possíveis elementos perturbadores da identidade nacional, relativos ao esgotamento da tradição através da modernização sociocultural. Nesse sentido, a modernização do Estado estava, por conseguinte, associada à construção de um discurso de desenvolvimento e de unidade, a qual permitiu integrar diferentes identidades e grupos sociais

114 José Maria Neves é atual chefe de governo e presidente do PAICV.

115 Aristides Pereira foi primeiro presidente de Cabo Verde, nos anos de partido único, entre 1980 e 1990.

116 Como mostrou Ernest Gellner, as nações foram inventadas pelos nacionalismos e pelos Estados modernizadores. Foram construídas pelas mobilizações nacionais criadoras das sociedades modernas, acarretando uma ruptura profunda com o passado, como as comunidades tradicionais (GELLNER, 1981).

dentro da Nação, reforçando a coesão da sociedade civil no interior do “partido do Estado”.

O fortalecimento do modelo de Estado provedor, particularmente nos maiores municípios rurais do país e nos setores da população de baixo poder aquisitivo nas cidades, não só definiu, mas gerou, uma percepção positiva do Estado, em sua relação com os movimentos populares, nesse segundo significado da noção de Estado, e, também, possibilitou a Cabo Verde ser o primeiro país a não aceitar o pacote do projeto político neoliberal em África, no início dos anos de 1970. Daí a afirmação de que “Cabo Verde por ter sabido gerir a sua economia, por não ter a necessidade de um programa de ajustamento estrutural do FMI e do BM, é hoje “vítima” de sua boa gestão”.¹¹⁷ (Documento 6)

Essa disputa ganhou destaque com adoção do segundo pacote neoliberal, a partir da década de 1980.¹¹⁸ Com o fim do Estado provedor e adequação às novas exigências internacionais, o Estado, confrontado com a crise política e econômica da década de 1990,¹¹⁹ foi obrigado a reorientar o seu sistema de governa-

117 Discurso de Aristides Pereira, primeiro presidente de Cabo Verde independente.

118 Em 1988, o PAICV realizou o seu III Congresso para discutir as diretrizes do processo de abertura política e econômica. Em junho de 1990, no seu IV Congresso, o PAICV decidiu “aceitar” a criação de novos espaços que possibilitasse a emergência de organizações sociais e políticas, como resposta à crise do Estado provedor. O IV Congresso estabelece sete fundamentais: construção de “Estado de direito”, liberalização econômica e política e o estabelecimento de limites à revisão da constituição (LIMA, 1992, p. 29). A partir do V Congresso Extraordinário de 1991, o sistema político cabo-verdiano passou a ser visto como um momento de ruptura entre o passado e o presente, entre Estado e Partido (Documento 6).

119 No início de 1991, a economia mundial entrava no novo ciclo de recessão com a crise de petróleo no mercado internacional (HUNTINGTON, 1994, p. 61). A crise global impulsionou a reestruturação do Estado e da sociedade civil em África, do qual são paradigmáticos os casos de Cabo Verde e Guiné-Bissau.

ção, a partir dos programas de ajustes, delineados no Consenso de Washington, e das imposições do FMI e do BM para soluções de problemas sociais, políticos e econômicos. A definição dos programas de governação do Movimento para a Democracia-MpD, no quadro de liberalismo, é reveladora dessa terceira percepção na redefinição do Estado e nas suas diferentes relações com os setores da sociedade civil.

Os princípios que nós defendemos resultam, fundamentalmente, da noção de desenvolvimento e da democracia liberal, que tem como base a *garantia de liberdades e direitos individuais*, fundamento e limite do poder político. Tem como objetivo a consolidação de uma *economia do mercado*, onde os atores econômicos possam exercer plenamente a liberdade de produzir, investir e consumir. Ele defende o exercício da cidadania e participação através de uma sociedade civil responsável, atuante e autônoma em relação ao Estado e governo, que somente se optem através de “checks & balances”, pela valorização do capital humano. Um Estado forte, eficaz e desenvolvimentista, que tem como núcleo central assegurar contratos e arranjos institucionais que garante a confiança entre os agentes econômicos e *proporcionar oportunidades iguais para todos os cabo-verdianos*. (Programa de Governo do Movimento para a Democracia, 2006, p. 7-11)

Simultaneamente ao processo de redefinição estatal, ocorreu a expansão das organizações sociais e abertura de canais de acesso para a representação dos seus interesses, no âmbito do próprio aparelho do Estado. O setor que conheceu uma maior expansão

na luta pela efetivação de direitos da cidadania e descentralização foi o das ONGs (organizações não-governamentais) e associações comunitárias. O depoimento do dirigente da PLATAFORMA ilustra bem essa expansão quando diz:

Em 1991 houve abertura política com a realização das primeiras eleições. As condições políticas já estavam criadas. As condições passaram a ser favoráveis. Havia pluripartidarismo e ninguém já não apontava o dedo ao outro [...] Quem quisesse criar uma associação, criava sem problema, a Lei é clara. E aí houve um *boom* de surgimento de associações. E hoje eu diria que entre as organizações que já surgiram, morreram e entre aquelas que funcionam bem e outras que funcionam de forma seccional, temos mais de 800 associações entre ONGs, associações comunitárias, grupos culturais, recreativos e desportivos. (Dirigente da Plataforma das ONGs, entrevista)

Nesse sentido, os entrevistados destacam o momento de *pluralismo político* e confrontação de forças no Estado e na sociedade civil, onde a diversidade passou a ser à base da constituição e da representação de interesses (ou solidariedade) no interior do Estado. É um momento politicamente novo, marcado pela pressão e rejeição do “partido do Estado”, colocando em cheque sua capacidade de representação e legitimidade política.

Dentro do PAICV [governo] havia uma grande congregação de forças que neste momento [democratização] não vê a necessidade de estarem juntos. Desde aqueles que eram partidos e vieram disputar adversários do próprio PAICV,

como outras forças que entenderam que após a conquista da independência tinham mais que fazer do que continuar nessa espécie de frente. Infelizmente esses conflitos, quer entre o grupo de Lisboa, o grupo da Guiné-Bissau, o grupo dos mais chegados a Igreja Católica, o grupo mais chegado ao marxismo-leninismo, quer ainda entre os grupos de defesa dos interesses de campo e urbanos. Houve essa grande diversidade. Nessa grande diversidade o que é importante é que conseguimos pelos menos duas coisas: criar um Estado de Direito e o lançamento das suas bases de sustentação. (Dirigente do PAICV, entrevista)

Nessa fala, identificamos pelo menos cinco grupos internos e/ou externos ao regime durante a democratização. Entre esses grupos, destacava-se o de Bissau, de projeção nacional, formado pelos “velhos combatentes” ou maoístas voltados para o processo das transformações políticas e econômicas ocorridas na sociedade cabo-verdiana, nos anos 1980 e 1990, aproximando Cabo Verde aos países do Ocidente para fazer face aos desafios da seca e da fome (ver relato na página 142). O segundo, foi o grupo de Lisboa, chamado “quadros de partido” ou trotskistas, propenso a ampliar seu espaço de influência política e prestígio partidário no âmbito do Estado e do Governo.¹²⁰

120 Embora não seja força hegemônica no interior do PAICV, os “trotskistas” dispunham de influência entre jovens, trabalhadores rurais e sindicatos. Contavam, ainda, com a influência na Comissão Nacional de Cabo Verde, indicando três ministros, vários diretores e controlava a Direção Nacional do partido em Santiago, passando a constituir uma autêntica força de oposição dentro do PAICV (QUERIDO, 1989).

O terceiro grupo, que também reproduziu a lógica da contradição no Estado Democrático, foi o da Igreja Católica.¹²¹ Este grupo, depois que o PAICV decidiu avançar com a Lei do Aborto, em 1988, encontrou na democratização e pluralização do campo político, elementos catalisadores ao processo de contestação social ao Estado. Como herdeiro da velha estrutura, que se enraizou na sociedade e no Estado durante o regime colonial, a Igreja, desde o momento em que foi constituída, teve uma influência sobre parte considerável dos dirigentes do PAICV, dentre os quais alguns são filhos e/ou netos de padres católicos, socializados e educados nos Seminários-Liceus.¹²²

O quarto grupo, com perfil mais rural em defesa da propriedade privada, estava constituído por antigos proprietários e rendeiros de terra voltados para “interesses particulares”. Este grupo viu na democratização uma oportunidade de contestação ao projeto de Reforma Agrária, no que se referia às proposições estabelecidas pelo então governo do PAICV. E, finalmente, a presença de marxista-leninistas que são complementares a outros

121 Para Huntington (1994), as mudanças na doutrina da Igreja Católica, vinculada a teologia da libertação e ao marxismo, geraram uma oposição aos regimes autoritários. Para fazer essa oposição ela mobilizou recursos materiais e simbólicos na luta social, dando refúgio e apoio aos opositores do regime. Estação de rádios, periódicos e jornais da Igreja constituíram um repertório de novos significados e ampliação de sua “autoridade divina”. No caso cabo-verdiano, as ações de padre Fidalgo de Barros encontraram na imprensa uma forma de combate, de denúncia, de falar publicamente no Jornal e na *Rádio Terra Nova* contra as tentativas de opressão e ingerência do Estado nos assuntos da vida dos cidadãos (SILVEIRA, 2005).

122 Aristides Pereira e Abílio Duarte foram filhos de clérigos católicos. Amílcar Cabral, que viria a exercer a influência na política de unidade entre guineenses e cabo-verdianos, era neto de um padre católico e fazia parte do mesmo grupo do Liceu Gil Eanes, em Mindelo, criado pelo regime colonial, em 1917. Ver, entre outros, Basil Davidson (1988), José Vicente Lopes (1996) e Ferreira Ondina, (2007).

grupos políticos com divergências de natureza ideológica, particularmente no que se refere à construção do projeto de unidade Guiné/Cabo Verde.

A combinação de problemas políticos e institucionais, sociais e econômicos, divergências e acusações de monopolização do Estado, envolvendo personalidades do regime, tornava o governo do PAICV fortemente impopular em quase todas as camadas da sociedade civil (SILVEIRA, 2005).

A mobilização sociopolítica acabou por causar constrangimentos aos interesses do PAICV em buscar a legitimidade do regime, por via eleitoral, e transformar o partido numa organização efetivamente representativa. Apesar das estratégias para garantir supremacia nos órgãos executivos e legislativos do país, foi inevitável a queda do PAICV na preferência dos eleitores cabo-verdianos nas primeiras eleições legislativas e presidenciais realizadas no mesmo ano de 1991.¹²³

A que fatores pode-se atribuir a derrota eleitoral do PAICV? Em que medida essa derrota teve a ver com o distanciamento do partido dos movimentos sociais populares? Nas percepções dos dirigentes sobre a democratização, captadas no processo investigativo, chamou-nos atenção o distanciamento do partido de suas bases sociais, com consequências políticas significativas para o regime do PAICV, na medida em que

123 O MpD, aproveitando a insatisfação popular, e sua aceitação no cenário político cabo-verdiano por um número significativo de grupos sociais, elege Carlos Veigas para o cargo de primeiro-ministro, com 62% dos votos. Na segunda colocação, ficou o candidato o PAICV, Pedro Pires, com 32% dos votos. Nas eleições municipais, foram eleitos prefeitos pelo MpD com 53,9% contra 36,82% do PAICV. Nas eleições presidenciais de 1995, 72% dos eleitores concentram seus votos no candidato apoiado pelo MpD, António M. Monteiro contra 26% de Aristides Pereira, do PAICV (CNE, 1992).

[...] houve críticas e ainda o fazem a direção do partido PAICV por não se ter feito a discussão a primeira mão a nível das bases. Levar as discussões às bases e voltar a retomá-las seria adiar ainda mais o problema. O país não suportaria situações de instabilidade. Em relação à sociedade, o III Congresso não chumbou a ideia de sociedade civil. No momento foi considerada estranha, que não dizia nada às pessoas, pois nós somos uma sociedade essencialmente de participação, com alto nível de participação. A interrogação que as pessoas fizeram foi: porque mudar a nossa terminologia que tem sido de democracia participativa, de participação popular por uma terminologia importada. Foi a mudança da linguagem, não o conceito que foi chumbado. (Documento 7)

Esse discurso de Georgina de Melo, então membro do Conselho Nacional do governo do PAICV, enfatiza o papel das lideranças na democratização, justificando esse papel como “situações de instabilidade” e possíveis tensões, que as organizações da sociedade civil poderiam gerar aos dirigentes do partido, seguindo uma tendência comum, dos anos 1980, que era a de atrelar a expressão “não-governamental” com “antigovernamental” na luta para o controle de poder em África. (THIAM, 1994)

As “críticas” da sociedade civil em relação à monopolização do debate público vinculam-se à mudança de percepção de representação política pelas reformas propostas pelos dirigentes do PAICV na gestão do Estado, valorizando a reorganização e transformação socioeconômica, sendo a própria noção de sociedade civil e sua característica alvo de redefinições frente à insatisfação popular e exigências das agências internacionais de desenvolvimento

econômico numa visão de democracia e de mercado que colocou Cabo Verde refém dos acordos políticos com o FMI e o BM.

Por outro lado, o regime do PAICV sentia a necessidade do apoio da sociedade civil, frente aproximação do MpD a grupos sociais e políticos, mas entendia que as discussões políticas eram de sua competência, da competência dos dirigentes do partido e não da sociedade civil, que seguia as orientações dos dirigentes e, estes, com ela contava no prosseguimento de sua política para contornar a impopularidade do PAICV. E, nesse momento de diversidade de interesses e atores, as organizações da sociedade civil foram ganhando seu espaço de representação político-eleitoral nos processos oficiais de eleições diretas para os cargos públicos de representação nos aparelhos de Estado.

Percebe-se, nesse segundo momento, uma mudança em suas percepções na medida em que antes, majoritariamente, a sociedade civil não participava livremente da política, restrita às organizações sociais de massa do PAICV. Isso possibilitou condições necessárias para avaliações (negativas e positivas) ao sistema de governo e ao funcionamento da democracia representativa em Cabo Verde. No depoimento de um entrevistado, referindo-se ao processo de democratização, identificamos essa nova percepção da sociedade civil e a necessidade de mudanças nos rumos da democratização para além do campo meramente político-institucional:

Neste momento temos uma *democracia minimalista*. Felizmente, as regras do jogo eleitoral têm funcionado de princípio ao fim, com falhas que não tem posto em causa o resultado final. Temos um “*Estado de direito*” que ninguém em perfeito juízo consegue por em causa. Estamos a caminhar efetivamente para uma sociedade

democrática. E a nossa ambição neste momento é passarmos do minimalismo democrático, que redundava no jogo e no respeito de estado de direito na participação de partidos políticos que são portadores, pelo menos teoricamente, de diversos modelos de sociedade. Mas o nosso sistema democrático precisa atacar mais fortemente a *desigualdade social*. Precisa melhorar o sistema da *liberdade da expressão*. Precisa ter uma relação mais descontraída entre a sociedade civil e o Estado. Precisa fazer escolhas no plano internacional, com mais *participação* dos cidadãos, portanto, com maiores chances de sucessos. (Dirigente do PAICV, entrevista)

Embora faça alguns elogios à constituição do Estado de direito (o respeito às regras mínimas para a operacionalização de uma sociedade democrática), o entrevistado destaca o problema da desigualdade social; a necessidade da melhoria da liberdade de expressão, e o estabelecimento de uma relação mais descontraída com a sociedade civil. Nessa perspectiva, a existência do Estado Democrático pode ser medida pelo reconhecimento de um conjunto de condições sociais e políticas necessárias para sua concretização e maximização. Por exemplo, a participação dos cidadãos e a autonomia da organização política. Essa questão ganha destaque pelo fato de que grande parte dos cidadãos cabo-verdianos depende de recursos do Estado. Nesse sentido, a participação da sociedade dificilmente influenciaria o debate político em função dessa dependência:

O Estado é o maior empregador em Cabo Verde e continuará a ser por um bom tempo. É verdade que o desenvolvimento das empresas e do setor privado tem ganhado espaço, mas dada essa

cumplicidade de o Estado ser maior empregador reflete nessa dinâmica, nessa dualidade que se poderá dizer entre o Estado e o cidadão. É só ver a prestação dos sindicatos, ver a participação nas organizações não governamentais e organizações sociais a participação do cidadão nessas organizações são deficitárias porque o Estado muitas vezes impõe regras. (Dirigente da Casa do Direito, entrevista)

Nesse trecho da entrevista se revela a relação entre Estado e cidadãos, entre representados e representantes. Ou seja, a dificuldade dos representados (cidadãos) tomarem decisões autônomas e desvinculadas da dependência do trabalho público controlado pelo Estado, como, por exemplo, aumentar a participação política e socializar as decisões que são tomadas pelos representantes em nome dos representados, tanto no Estado quanto na sociedade. Essa é uma preocupação comum aos entrevistados, mas não se encontra, nas percepções dos entrevistados, clareza sobre o problema da representação política. Isso pode ser observado na percepção que um dirigente urbano da sociedade civil tem do Estado, enquanto protagonista na luta pela mobilização de financiamento externo e satisfação das demandas sociais:

Mesmo hoje temos muitas associações que vivem graças a contratos e programas que o governo assina com diferentes associações, a nível de diferentes comunidades no quadro da implementação do programa de governo [Estado]. Um outro aspecto é que existem linhas de financiamento que são destinadas aos atores não-governamentais, tanto a nível da UE [União Europeia] como de outros parceiros internacionais de desenvolvimento. Isso é graças a

uma conscientização positiva de sucessivos governos quanto à importância e o espaço que os atores da sociedade civil devem ter no processo de desenvolvimento. (Dirigente Plataforma das ONGs, entrevista)

Mesmo fora do contexto oficioso de partido único, o lugar da sociedade civil e seus interesses coletivos continua ocupado pelo Estado. Esse papel é visto pelo dirigente da Plataforma como positivo, pois responde favoravelmente às necessidades das organizações sociais, especialmente das instituições não-governamentais ou filantrópicas. Aparentemente, essa questão demonstra que não há uma percepção do Estado construída em contraposição a sociedade civil, ou vice-versa. O que parece existir, nessa percepção, é a dependência da sociedade civil do Estado, no campo econômico de desenvolvimento e na esfera política. O depoimento de um dirigente urbano da Plataforma de ONGs, transcrito a seguir, revela essa visão do Estado.

Somos um país que infelizmente depende ainda da ajuda pública para o desenvolvimento. Quer queiramos quer não, quem controla a política de ajuda pública para o desenvolvimento é o Estado e não é a sociedade civil. Se o poder público que controla isso é também beneficiária e dependente de ajuda não é por não querer. Pela própria situação, pela própria realidade, pelo próprio posicionamento da importância que a ajuda pública tem para o desenvolvimento de projetos públicos, isso faz com que o poder público não seja um bom árbitro, por que arbitra e ao mesmo tempo joga. E isso cria algumas dificuldades [...] De modo que *a sociedade civil exige mais financiamentos, mais participação nos projetos e programas públicos.* (Dirigente

da Plataforma das ONGs de Cabo Verde, entrevista – grifo nosso)

Para o entrevistado, a dependência externa do Estado é um entrave à autonomia da sociedade civil. Este entrave pressupõe formas de participação e disputa de grupos de interesse em que o Estado é visto como parte desse processo, isto é, como um grupo dependente dos recursos de desenvolvimento a ele atribuído pelos parceiros externos. A Plataforma, enquanto rede de articulação das ONGs e associações urbanas e rurais da sociedade civil cabo-verdiana não definem políticas públicas de desenvolvimento, mas coloca-se no campo de disputa pelo financiamento público das organizações não-governamentais.

Coloca-se o problema da democracia cabo-verdiana, que é uma democracia de “regras do jogo”, do funcionamento das instituições parlamentares e das garantias do “Estado de direito”. É com essa percepção político-institucional, marcada pela ausência da sociedade civil na definição de políticas públicas, que um dirigente urbano revela sua preocupação com a democracia, ao afirmar que:

Nós não podemos negar que a nossa democracia hoje é tida como exemplar. Do meu ponto de vista, ela é *legalista demais, morfina*. É preciso ver-se também como as classes sociais participam na vida política. Ela reflete só no Parlamento, nas discussões agora mensais das grandes questões políticas, nas reuniões que surgem no Parlamento com as reformas que agora se avizinham [...] Por isso o termo de morfina e ser legalista estão um pouco ligados também a toda essa estrutura [do Estado]. Mas é certo que *nós avançamos muito*. E o olhar nosso

sobre o percurso é que avançamos muito, e há do meu ponto de vista sinais encorajadores que nós poderemos avançar muito mais. (Dirigente da Casa do Direito, entrevista)

Nesse trecho da entrevista se evidencia um discurso contraditório e ambíguo que combina um otimismo do “Estado de Direito” e uma insatisfação com ações da sociedade civil no processo de participação política. O Estado Democrático, entendido como articulação entre a dimensão política e social, não parece ser levado em consideração, embora se reconheça os avanços da democracia cabo-verdiana. Isso por causa do caráter “legalista e morfina” do *Estado como produto do Parlamento*, controlado pelos partidos, dentro da nova ordem institucional para atendimento de demandas emergenciais. Isto reflete também na restrição ou formalização do político, sob a forma de “discussões mensais das grandes questões políticas” no Parlamento (Casa dos Direitos). A lógica parlamentarista revela uma percepção distinta do Estado assistencialista de trabalho público, extinto pelo modelo de Estado liberal, como já foi mencionado.

Na avaliação do Estado pelos dirigentes da sociedade civil se evidencia o caráter heterogêneo e contraditório da composição dessa mesma sociedade. Esse caráter destaca três percepções, tomando por base os problemas específicos enfrentados na relação entre a sociedade civil e o Estado. A primeira está vinculada às organizações não-governamentais, que afirma o papel do Estado Central como sendo o de desempenhar funções no sentido de possibilitar, através de mudanças, uma avaliação positiva da sociedade, em contraposição ao imobilismo do governo municipal em nível das autarquias:

Cabo Verde é um país de desafio. Há uma luta muito forte no sentido de transformar o país. E se formos ver a história de Cabo Verde, nos últimos vinte anos, o país mudou consideravelmente. Creio que a sociedade cabo-verdiana avalia *positivamente ações do governo* [Estado]. Há algumas *insatisfações relativamente aos órgãos de poder local*, que não gerou muitas mudanças positivas. (Dirigente Plataforma Nacional das ONGs, entrevista – grifo nosso)

A segunda é do grupo mais próximo às Associações Comunitárias e enfatiza uma percepção do Estado intrínseca ao problema da exclusão e da pobreza. As observações de um dirigente urbano revelam, em termos de demandas, a ineficácia do Estado em construir um modelo de sociedade capaz de resolver os problemas coletivos e garantir a melhoria das condições sociais das comunidades urbanas e rurais, como se verifica nesse relato, que revela o sentimento coletivo de um grupo de jovens cabo-verdianos sobre ação do governo local, concretamente a gestão da Câmara Municipal de Praia:

Nossa organização fez uma parceria com a Câmara Municipal da Praia no apoio a permanência de crianças no jardim por nós criado. Também conseguimos instalar um chafariz para abastecimento de água. Não temos água canalizada, estrada asfaltada, não existe rede de esgoto numa capital que se diz fazer parte do Grupo de PRM [Países de Rendimento Médio]. (Dirigente da Associação Terra Branca em Expansão, entrevista)

Nessa percepção, colocam-se os problemas administrativos do Estado que, apesar de fazer parte do Grupo de Países de Rendimento Médio, não consegue garantir sequer o abastecimento de água, acesso a rede de esgoto e estrada asfaltada. Observa-se daí o dilema de uma sociedade que transita entre um “Estado minimalista” que não garante o “mínimo” e uma sociedade civil dependente de recursos públicos cedidos pelo Estado, através das Câmaras Municipais.

A terceira emergiu dos grupos não formalizados e enfatiza a percepção do Estado atrelada à representação política das lideranças. Nessa visão personificada, se revela a persistência de certas formas tradicionais ou *paternalistas* de conceber a política, como foi observado durante o trabalho de campo e na análise do depoimento de uma entrevistada do Grupo de Batuko Tradição de Terra.

Inicialmente quando formamos o grupo pedimos a farda ao presidente da república, ele mandou nos dar a farda. Quando os membros de governo nos viram, eles ficaram contentes conosco. O primeiro-ministro, José Maria Neves, mandou nos dar sapatos, lenços e panos completos. O ministro de cultura ficou contente conosco. Deu-nos diploma, ganhamos já três diplomas. Havia uma mulher no governo que sempre nos apoiou. Infelizmente quando ficou doente, o governo não assumiu o compromisso de continuar nos apoiar. (Dirigente do Grupo Batuko Tradição de Terra, entrevista)

No relato de outra dirigente de grupo não formalizado, encontramos atitudes similares no âmbito da sociedade civil. Encontramos também uma percepção de luta e de protagonismo

das ações realizadas pelas organizações e grupos. São conquistas da própria comunidade na resolução de problemas coletivos e conquista de uma vida melhor contra a desigualdade socioeconômica. A satisfação dessas necessidades é compreendida como sendo resultado do processo de democratização que possibilitou maior atuação dos movimentos sociais:

Antigamente não tínhamos nenhum apoio [do Estado]. Criávamos animais para consumir no dia de São João, festa de Tabanka.¹²⁴ Contávamos apenas com ajuda da população do interior no fornecimento de milho, feijão e arroz. Depois da independência e mais precisamente com a abertura para o multipartidarismo, começamos receber apoio do governo e da

124 Como já foi dito, a Tabanka é uma organização coletiva de livre associativismo e interajuda de caráter cultural e religioso, que surgiu no decurso da sociedade escravocrata a partir de regras locais de funcionamento (GONÇALVES, 2006). Além de atividades festejos (enquanto manifestação imaginária da realidade social) é crescente o envolvimento da comunidade na valorização da “tradição da terra”. O depoimento de uma Rainha da Tabanka Santo Cruz de Ribeira N’gracia, de 82 anos, da ilha de Santiago, em Assomada, afirma que “ouvimos dizer que esse Santo veio de Guiné”. Na mesma perspectiva, a Rainha da Tabanka Achda Grande Frente chama a atenção para a presença remota da cultura africana na sociedade civil cabo-verdiana, expressa na afirmação de que “Tabanka é uma coisa muito importante, todo ano brincamos, em São Filipe, na casa de **Luís Balanta**” (Tabanka Achada Grande –entrevista) que teve um papel na estruturação de Tabanka de Cabo Verde. Essas falas aproximam-se da pesquisa desenvolvida por António Carreira, publicado em 1983, *Panaria Cabo-verdiana-Guineense*, na qual ressalta a semelhança entre os instrumentos musicais de *Batu* com os instrumentos de *Mandjuandade*, nome de origem supostamente manjaca, afirmando que “são utensilagem oriunda da Guiné-Portuguesa e de regiões limítrofes das áreas sudanesas e da Costa do Marfim”. Na mesma obra, António Carreira afirma que as músicas de *Batuko* e da *Tabanka* são similares as de *Mandjuandade*, grupos urbanos guineense de feições de sexo e idade semelhantes da sociedade civil. Mais recentemente, surgiram outros estudos que reforçam relatos dos entrevistados, entre os quais, *Tabanka* (1997), de José Mariano Semedo e Maria R. Turano; e *Kab Verd Band* (2006), de Carlos Filipe Gonçalves, reafirmando a herança compartilhada entre dois grupos.

câmara municipal. Hoje temos 40 mil escudos que a Câmara Municipal [Estado] disponibiliza todo ano. Com esse dinheiro compramos tecidos para costurar o vestuário do grupo. Os emigrantes nos apoiam com caixa de óleo, arroz, milho, feijão. (Dirigente Tabanka Achada Grande Frente, entrevista)

Porém, para um entrevistado da sociedade política, o Estado cabo-verdiano possui várias facetas interligadas e contraditórias (instabilidade, dependência, cooptação e indefinição quanto ao futuro) frente à fragilidade da sociedade civil.

É importante considerar a relativa *fragilidade* dessas organizações da sociedade civil. Essa fragilidade se manifesta em dois planos: a forte *dependência* do Estado e o aumento de organizações da sociedade civil de fins não lucrativos, de fins filantrópicos, mas depois procuram encostar ao Estado que é uma coisa mais confiável em Cabo Verde. Temos uma tradição de uma dependência muito grande do Estado, principalmente nos meios urbanos. Trata-se de uma relação que é difícil de gerir, no sentido de que quem paga normalmente manda e a natureza da organização é ser da sociedade civil, defender interesses diferenciados do Estado. Enquanto há essa dependência, há o risco de interferência e de domínio. É no cruzamento dessas duas curvas [crescimento e autonomização] é que vai resultar numa análise mais clara da situação concreta da sociedade civil e do Estado para poder saber pra onde é que vamos. (Dirigente do PAICV, entrevista)

Esse discurso coloca em debate a questão de autonomia *versus* financiamento; ou seja, as relações de forças, posições e heterogeneidade de interesses no Estado. Neste ponto traz-se à tona o problema da fragilidade econômica da sociedade civil, o controle de recurso e de emprego público pelo Estado, a dificuldade de mobilização de recursos internos, bem como a redução da intervenção de pressões externas ao Estado e à sociedade civil na definição de seus interesses e na tomada de decisões coletivas.

Nesse aspecto, há muita aproximação com a formulação de um dirigente da PLATAFORMA que sintetiza a preocupação de dirigentes cabo-verdianos da sociedade civil e da sociedade política (Estado e partido) sobre a disputa pelo financiamento público das ONGs para garantir a sobrevivência, especialmente de ONGs sem fins lucrativos, com dignidade e diálogo horizontal, e trabalhadores desempregados.

Em 2009 a Plataforma das ONGs realizou uma mesa redonda. Havia um painel que se discutia a questão de financiamento das ONGs. E lançou-se a ideia de que o Estado deveria contribuir um valor no Orçamento Público para o financiamento das atividades das organizações não-governamentais. Todos os políticos e governantes que se fizeram presente na mesa redonda foram unânimes em reconhecer que de fato é uma necessidade. O primeiro-ministro foi mais longe. Ele disse aquilo que vocês estão a propor não deve ser visto como uma *dádiva*, mas sim um *direito* que vocês conquistaram. E neste momento há todo um processo de diálogo para que isso venha a ser concretizado. (Dirigente da Plataforma das ONGs, entrevista)

As observações acima levam a algumas indagações quando analisamos os depoimentos: como garantir o financiamento das ONGs se o próprio Estado é beneficiário e dependente das agências internacionais da ONU? E do ponto de vista das relações entre essas duas esferas, como ficaria a questão de autonomia no contexto da crise internacional? No entendimento de um entrevistado da sociedade civil, a questão de financiamento público deve ser concebida como uma questão de *direitos objetivos*, isto é, direito de participar na tomada de decisões coletivas e afirmação de formas alternativas de participação política, respeitando a esfera do Estado, do partido e da sociedade civil:

A ideia de financiamento público de ONGs não é que seja uma *dádiva* de 1 ou 2% do Orçamento Público do Estado canalizado aos atores não-governamentais por um determinado governo suportado por determinado partido político. Amanhã vem o outro que pode mudar as coisas. Queremos que seja aprovado por Parlamento e seja executado na base do regulamento claro, e com uma estrutura independente dos partidos políticos, quer dizer, com toda transparência. (Dirigente da Plataforma das ONGs, entrevista)

Essa fala vincula-se a certa percepção do Estado como espaço de construção de interesses comuns, de consensos e de conflitos no vasto campo da sociedade civil. A resposta do entrevistado ao discurso da “dádiva” revela uma tensão sobre a questão de financiamento público articulado em torno da noção de “direito”. No entanto, a ideia de construir um Estado voltado para a sociedade civil, através de participação nas políticas públicas, não tem sido nada fácil em função de “promessas não cumpridas”, de

tentativas de despolitização e alienação das organizações e grupos da sociedade civil, conforme assegurou uma entrevistada ao afirmar que:

temos um grande problema que é o nosso financiamento. Imaginas, trabalhamos com associados, recebemos fundos para promover ações sociais. Num contexto de *crise* [internacional], cortam-se ações sociais. Há um reconhecimento por parte do governo [Estado], mas não existe uma contrapartida financeira que nos apoia no nosso funcionamento. Há uma promessa, mas em termos concretos não temos ainda qualquer contrapartida [...] Por aquilo que nós fazemos em termos de criação de emprego, combate a pobreza, formação e apoio a camadas sociais, acho que merecemos alguma contrapartida do governo. (Dirigente da Organização de Mulheres, entrevista)

Esse depoimento coloca a questão da “crise internacional” na discussão do problema de financiamento *versus* autonomia e suas implicações nas percepções de Estado. Isso porque, como a própria entrevistada aponta, o corte de financiamento afeta as estruturas da sociedade civil na articulação de ações coletivas e na manutenção de ações sociais. O mesmo argumento se aplicaria no caso de autonomia: o corte de financiamento externo aumentaria a dependência do Estado, fortaleceria a política de concentração de recursos e provocaria a desmobilização da sociedade civil nas suas relações com Estado. Este dilema/vulnerabilidade poderia levar a quatro situações relacionadas: a) o retorno do assistencialismo; b) o reforço do controle social; c) o aprofundamento da disputa pelo financiamento externo entre o Estado e a sociedade civil e d) entre

próprias organizações da sociedade civil. Esses quatro limites e possibilidades vão depender da composição de forças, internas e externas, e dos projetos políticos em disputa no âmbito de Estado para fixação do seu sentido.

Do exposto, podemos resumir em alguns pontos-chaves as percepções que se tem do Estado em Cabo Verde. A sociedade política (partidos) enfatiza uma percepção positiva e ambígua do Estado como expressão do Parlamento, da defesa da democracia enquanto “regras de jogo” e formação de consensos de “diretos subjetivos”¹²⁵ na sociedade civil. Para responder suas necessidades e legitimar-se “politicamente”, o Estado busca no financiamento externo os recursos para desenvolver as suas políticas públicas, como sugere, por exemplo, a afirmação do Dirigente da Plataforma das ONGs de que “quer queiramos quer não, quem controla a política de ajuda pública para o desenvolvimento é o Estado e não a sociedade civil” (entrevista).

Uma avaliação do Estado, feita a partir dos parâmetros técnicos de desenvolvimento das agências internacionais, está expressa na afirmação do Dirigente do PAICV de que

o que me parece muito importante nos dias que correm é que nós caminhamos relativamente bem para a realização dos *objetivos do milénio*¹²⁶, que é uma forma de sintetizar os

125 Como foi mencionado anteriormente (p. 50), entendemos por “direitos subjetivos” os mecanismos constitucionais do “Estado de direito” e da democracia liberal enquanto “regras de jogo”.

126 Criado pelas Nações Unidas, em 2000, os Objetivos do Milênio tem como metas: universalização do ensino básico, redução da pobreza e da mortalidade infantil, igualdade de gênero e melhoria da saúde da mulher, combate a Aids/HIV, malária e outras doenças e preservação do ambiente (Relatório do PNUD, 2013).

progressos durante um determinado período. Paralelamente a isso, nós estamos assistindo o aprofundamento da *desigualdade social*. A consciência dessa situação tem efeito cumulativo, e tende a ser o principal elemento de conflito entre os diversos segmentos da sociedade civil e o Estado. Isto é, como associar ao crescimento bruto do país em diversos setores com mais justiça social, com mais segurança individual e coletiva, são hoje problemas que estão a tomar mais espaço. (Dirigente do PAICV, entrevista)

Observamos, aqui, um discurso que combina a “autossuficiência nacional”, no cumprimento dos objetivos do milênio pelo Estado, e o “coitadismo” da sociedade civil em sua dependência da “ajuda pública ao desenvolvimento”, como defendida por Jorge Carlos Fonseca e presente com bastante vigor nas percepções dos dirigentes da sociedade política entrevistados, em que se destaca expressões como: “caminhamos, como país, relativamente bem para a realização dos objetivos do milênio, mas estamos assistindo o aprofundamento da desigualdade social”, sobre o que entrava o sucesso real da democracia em Cabo Verde.

A sociedade civil, por sua vez, reproduz a percepção ambígua do Estado que combina as afirmações de que “a sociedade cabo-verdiana avalia positivamente ações do governo” (Plataforma Nacional das ONGs), com o discurso de que “não temos água canalizada, estrada asfaltada, rede de esgoto numa capital que se diz fazer parte do Grupo de Países de Rendimento Médio [GPRM]” (Associação Terra Branca em Expansão), não ficando claro a influência da sociedade civil, do Estado e do partido, enquanto condição central da construção do Estado democrático, no sentido dado por Cohen e Arato (2000). O Estado democrático só existe se as

lógicas da ação do Estado e da sociedade civil (ainda que inter-relacionadas) tiverem para administrá-las um sistema intermediário que vai além dessas duas instituições.

No caso cabo-verdiano, a dificuldade dessa mediação pode ser encontrada no contexto sócio histórico de formação do Estado como maior “empregador em Cabo Verde” (Casa do Direito, entrevista). Daí que a carreira na Administração Pública constitui, direta ou indiretamente, espaço de disputa política (por meio do discurso de títulos escolares e de competência técnica) pelos “quadros” administrativos, explicitado no posicionamento de Aristides Lima, do PAICV:

A nossa geração está perfeitamente à vontade porque tem capacidade, competência e disponibilidade para aproveitar todo o contributo e toda a potencialidade das gerações anteriores para assumir as responsabilidades perante o país, quer na área de governação, quer na área de oposição. (Documento 8)

Desta forma procurou-se romper com a antiga política de sucessão estabelecida no PAICV na forma de “corpo diretivo” para uma política de eleição direta para cargos de representação dentro do PAICV. Essa postura de ruptura geracional contrapõe-se frontalmente aquela assumida pelo então Presidente de Cabo Verde, Pedro Pires, identificada na afirmação de que “um partido não nasce de geração espontânea” (Documento 9). O controle do emprego público e o surgimento de novas forças oposicionistas no interior do PAICV se evidenciam na disputa que vai se definindo no campo das relações de forças entre as organizações da sociedade civil e do Estado: a disputa pelo financiamento público

e o aumento da desigualdade socioeconômica, apontadas nos depoimentos dos entrevistados, ilustram claramente a manifestação dessa tensão nas ilhas de Cabo Verde.

Percepções do Estado na Guiné-Bissau

Nas percepções dos dirigentes sobre o Estado na Guiné-Bissau, toma-se como exemplar a luta armada de libertação nacional contra o jugo colonial, a partir de 1963, o processo de construção de Estado-nação, e a relação entre o Estado e a sociedade civil conduzida, quase sempre, de forma oportunista na gestão de recursos públicos, entre os anos de 1980 e 1990. Essa percepção de Estado fica clara quando uma dirigente afirma que

protagonizamos um Estado. Hoje estamos num Estado democrático. Nosso Parlamento é eleito na base de escolha do povo [...] Apostamos muito na defesa de interesse da população, porque o Estado não foi adquirido de bandeja. Foi adquirido com grandes sacrifícios e custou muita vida. Por isso temos que mudar o nosso comportamento. Não devemos basear a política na defesa de interesses pessoais que não beneficie os ideais do povo. Temos que fazer com que Guiné-Bissau seja tratada de forma diferente de tudo aquilo que o país vem passando de negativo ultimamente. (Dirigente do PAIGC, entrevista)

Essa entrevistada foi combatente na luta armada de libertação nacional e assumiu vários cargos públicos após a independência. Seu relato revela um *desencantamento*, a fragilidade do

Estado, a emergência de uma política de interesses que “não beneficia os ideais do povo”. Apesar de sua participação nos sucessivos governos do PAIGC, a entrevistada não se sente incluída no grupo de políticos oportunistas que utilizam o Estado como espaço de acumulação e de defesa dos interesses do grupo. É por esse motivo que pede “mudança de comportamento” nas relações entre o Estado e a sociedade civil, isto é, mudar a imagem negativa do Estado nessas mesmas relações.

Outro dirigente do PAIGC concorda com o depoimento anterior de que o uso abusivo do poder constituiu a prática mais frequente do partido. Segundo ele, alguns grupos sociais e políticos não têm conseguido combinar a liberdade com os desafios do desenvolvimento, da inclusão, da autonomia política e da participação da sociedade.

Não podemos negar que houve muitos abusos de poder da parte do PAIGC ou de alguns elementos do PAIGC. Por ser um partido único, muitos fizeram uso e *abuso do poder* exageradamente que o povo lhe outorgou. Houve excesso de zelo que mancha qualquer organização. Com o surgimento de outros partidos vem a equilibrar o comportamento do próprio PAIGC diante da sociedade. Mas também eu posso dizer que o multipartidarismo trouxe certa *anarquia*. Todos pensam que podem mandar e discutir, muitas vezes contra o interesse do próprio país. (Dirigente do PAIGC, entrevista – grifo nosso)

O processo de transição de autoritarismo para a democracia levou a necessidade de uma *autocrítica* na redefinição do

comportamento dos dirigentes do PAIGC, ao mesmo tempo em que o pluralismo gerou *anarquismo político* porque “todo mundo passou discutindo e querendo assumir as atribuições ou funções reservadas ao Estado”, mesmo contra os interesses nacionais. Nessa perspectiva, evidencia-se a percepção elitista do Estado entre os que “podem” e àqueles que “não podem” governar.

Essa percepção de Estado na Guiné-Bissau se aproximaria da percepção “morfina e legalista” de Estado em Cabo Verde. No entanto, a semelhança é apenas aparente. Isso porque a percepção de Estado vista no sentido de separação de poderes é irrelevante na percepção dos dirigentes guineenses da sociedade política que se revela num sentimento de “incerteza” e perda de “controle social”; isto é, no acirramento de conflitos e no desencantamento com a democracia de “regras de jogo”.

O depoimento de um dirigente urbano da sociedade política ilustra bem esse distanciamento, voltado para uma percepção crítica, que repousa sobre o antagonismo entre esfera política e militar do Estado, cujo entendimento sobre esse dilema é de que:

nós temos um sistema de divisão de poderes. No entanto, o *poder real* está em mão dos militares. Se não dissermos isso estamos a tentar escamotear a verdade. Todos nós temos presente isso. Hoje estamos aqui, neste momento, mas amanhã pode acontecer alguma coisa. Este *medo* está ainda enraizado em todas as instituições do Estado [...]. Certas instituições não conseguem funcionar porque o próprio poder militar não deixa. Mas ninguém tem coragem de dizer que os problemas nesse país são os militares. E os militares podem afirmar, como disseram no setor de Quebo, “nós temos que submeter ao

poder político” porque sentem que o poder real está em mão deles. Isso é um grande *handicap* de Guiné-Bissau. (Dirigente do PAIGC, entrevista – grifo nosso)

Assim, identificamos uma tensão entre o poder *subjetivo-formal* e o poder *objetivo-real*, ou seja, a tensão entre as regras institucionais do Estado e a incorporação dessas regras na estrutura social. Essa tensão se expressa pelo sentimento de medo no interior do Estado, do partido (PAIGC) e da sociedade civil em razão de sucessivos golpes de Estado. Portanto, a presença militar é o maior *handicap*¹²⁷ do Estado, na percepção do entrevistado.

Segundo essa percepção, a crise se deve à experiência negativa da luta de libertação conduzida pelo PAIGC, posição oposta àquela de que, na luta, “protagonizamos um Estado”, assumida por uma dirigente do mesmo partido (p. 265). Isso revela, também, a diversidade de percepções na sociedade política (Estado e partido), como foi explicitado pelo mesmo dirigente anteriormente referenciado.

Um das consequências *negativas* de uma luta armada de libertação nacional, feita por uma maioria da *população analfabeta*, trouxe todo esse problema que estamos a viver hoje [na Guiné-Bissau]. Entrega-se a arma a pessoas que só tem como objetivo *pressionar o partido* [PAIGC]. Não têm *noção da governação*, a não ser quando estão lá em cima, começam a ver que isso não é brincadeira. Daí começa a mudarem de ideia. Quando isso começa acontecer, os outros que não mudaram matam-no, imediatamente. Portanto, há coisas que acontece

127 N.A. desvantagem, em tradução livre.

na esfera militar que nem primeiro-ministro e presidente da república sabem. O governo vai dizer o que, numa situação em que o primeiro-ministro foi tirado do seu gabinete e espancado fisicamente. (Dirigente do PAIGC, entrevista – grifo nosso)

Identificamos três discursos vinculados à experiência negativa da luta: presença do analfabetismo, pressão violenta sobre o partido, controlado pelos militares, e falta de noção de Estado (governo). Ou seja, manifesta-se uma tensão interna no PAIGC entre a elite governamental, que defende uma percepção distinta de Estado como instrumento organizacional, com base na experiência governativa, e a elite militar, que vê o Estado como extensão do partido e dos militares, que conduziram a luta armada de libertação nacional, hegemonzando o Estado e o partido.

A crescente pressão dos “combatentes”, considerados responsáveis por criar de forma esporádica focos de violência em diferentes momentos da vida política do país, contrapõe-se ao Estado cabo-verdiano onde a elite burocrática desempenha papel decisivo no sistema político. Na Guiné-Bissau, a legitimidade da ação armada parece ser mais essencial para os velhos combatentes do que a representação do sistema político e da sociedade civil.

Essa questão é colocada de outra forma na literatura pelos pesquisadores do INEP/BISSAU ao afirmarem o desengajamento e a fraca base de sustentação econômica e institucional do Estado na sociedade civil (CARDOSO, 2000; BARROS e RIVERA 2011); a presença de uma elite autóctone reprodutora do modelo de Estado colonial (LOPES, 1988; SEMEDO, 2010), que exclui grupos sociais e minorias, desvalorizando suas organizações; e a experiência do discurso de unidade histórico-partidário e “bina-cionalismo” Guiné-Cabo Verde do PAIGC (CARDOSO, 2000;

SEMEDO, 2010), que gerou a “indefinição” de uma concepção “hegemônica” de Estado (LOPES CONSTANTINO, 2010).

Não obstante as diferenças que distanciam culturalmente os dois países, essas análises reforçam as visões dos dirigentes sobre os valores que atuaram na construção do Estado guineense, demarcando seu distanciamento com a atuação da elite cabo-verdiana no plano político e militar. A corrupção e a insatisfação da sociedade civil são dois aspectos que atuam como fatores explicativos para a compreensão da percepção de Estado guineense na atualidade, conforme o depoimento, abaixo transcrito, de um Dirigente da ONG Tiniguena:

Antigamente as pessoas queriam ser bombeiro, militar, professor etc. Mas hoje se perguntar a uma criança o que deseja ser quando crescer vai dizer que deseja ser *ministro*. Eu mesmo já escutei isso. Isso acontece porque estamos perante uma *inversão de lógicas* porque as prioridades também inverteram. As pessoas ficaram mais dependentes porque ficaram mais pobres para satisfazer suas necessidades básicas. *Isso acaba por em causa o próprio engajamento que o Estado* deveria ter com a sociedade civil do ponto de vista da construção de uma sociedade transformadora, o que passa necessariamente pela *escola*. Se olharmos as escolas que temos hoje, vê-se que nós não estamos a produzir conhecimentos que levam a ruptura e criação de competências mediadas pela escola, mas sim oportunidades que são mediadas pelas relações ocultas que nem sempre são benéficas para própria pessoa e o próprio país, pois são projetadas dentro de um sistema de bajulação, sem compromisso com a verdade e aquilo que

a sociedade espera de todos nós. (Dirigente da Tiniguena, entrevista – grifo nosso)

Nesse extrato da entrevista, se observa que, para além da constatação da inversão de lógicas e prioridades, de dependência, de clientelismo e promiscuidade política como critério para acesso a cargos administrativos no Estado, há uma diversidade de interesses e de perspectivas em disputa, mediados por outros valores na definição do Estado. As disputas entre percepções distintas de Estado ocupam cada vez mais as preocupações dos dirigentes da sociedade civil quanto à necessidade da “inversão de lógicas” que se tem do Estado, com atuação na busca de soluções coletivas para transformação das relações sociais e resolução dos problemas enfrentados no cotidiano.

Paralelamente, os dirigentes da sociedade civil entrevistados mostram-se conscientes dos desafios que terão pela frente para mobilização desse sentimento coletivo de solidariedade, num quadro conflituoso e contraditório, não muito favorável que marcou a formação do Estado guineense. Uma dirigente urbana do grupo de mandjuandade Nivaquina mostrou-se bastante preocupada e reticente com a representação política dos partidos e funcionamento do Estado na Guiné-Bissau, que ela avalia como negativa para a atuação da sociedade civil na articulação de novas formas de relações com a sociedade política, que são também relações institucionais e partidárias:

As classes políticas [partidos políticos] têm um papel muito importante, mas não cumprem na sua totalidade [com esse papel]. Por que ser político não é só esperar nos momentos das eleições. Mas um bom político é aquele que lida

dia-a-dia com os problemas da população, que passa nas comunidades, nas regiões, etc. Saber em cada sociedade qual é a dificuldade, qual é o ponto forte e qual é o ponto fraco. Conhecendo todas essas dificuldades poderá se orientar melhor no trabalho do seu partido. Ser político não é esperar assumir o poder. É dar exemplo no próprio partido. Só assim convencer as pessoas a votarem no seu partido. (Rainha do Grupo Nivaquina, entrevista)

A classe política teria, portanto, que alterar sua forma de conceber o político, incorporando ou abrindo novos espaços às forças sociais que pressione, de forma contestatária, sua atuação no Estado. O desejo da ampliação das dimensões e conteúdo do Estado vem acompanhado da recuperação da importância da *prestação de conta* e práticas políticas capazes de minimizar os problemas rurais e urbanos não resolvidos pelo Estado. Nesse sentido, coloca-se a importância de uma redefinição da concepção do Estado.

Hoje as pessoas reclamam de algumas figuras políticas nomeadas sem nenhuma *competência*. Há muitas pessoas competentes nos ministérios que não são promovidas porque não são *parentes*. De certa forma não sei até aonde tudo isso vai parar. (Dirigente do CNJ, entrevista – grifo nosso)

As relações de parentesco são apontadas, pelos entrevistados, como uma das razões da ineficiência do Estado. Essa visão nepotista pode ser interpretada como a impossibilidade da garantia da liberdade da livre concorrência, mérito e competição, tal

como defendido pelo modelo de “Estado de direito” e da “democracia liberal”.

O Estado guineense funciona numa ampla política de nepotismo, formando alianças de famílias, de grupos sociais e políticos fortemente vinculados aos governos regional, setorial e nacional. Seus responsáveis são, na maioria dos casos, homens e mulheres ligados ao partido que, pela sua posição de liderança na Tabanka/comunidade rural e urbana, exercem a influência política entre as populações locais na prestação de serviços ou promessas eleitorais.

Essa visão encontra-se em outras pesquisas. Carlos Lopes (1982) constatou a presença de interesses e percepções distintas de Estado, em que relacionam as disputas de atores locais às demandas globais do mercado capitalista, afirmando que sua formulação falhou porque

após a independência [e durante a democratização] o Estado deveria integrar os grupos sociais. Este objetivo implicaria múltiplas tarefas no plano social, econômico e político que não foram levadas em consideração. Para continuar o processo de integração era necessário lutar contra o êxodo rural, manter as bases democráticas do poder em todo território nacional e por a tônica na produção de bens de uso em detrimento dos bens de troca mantendo a população rural em suas áreas. O Estado preferiu instalar-se numa *economia de mercado* que transforma tudo em bens de troca para exportação [...] A política externa de não alinhamento, transformou-se num não alinhamento cúmplice. Isso porque com aumento da *dependência externa*, instalou-se a *corrupção* e desleixo administrativo do aparelho estatal. (LOPES, 1982, p. 86)

O Estado, enquanto agente do desenvolvimento, foi substituído pelo mercado internacional, com adoção da política de neoliberalismo na Guiné-Bissau, dos anos 1980 em diante, criando novos sentidos e interesses. Em oposição à percepção de Estado, como expressão de capital internacional, as organizações da sociedade civil se caracterizaram como de defesa das condições de cidadania em geral. O que implicou mais desenvolvimento econômico e menos desigualdades socioeconômicas como condição da democratização do espaço público. O depoimento seguinte de dirigente guineense, que trabalha no meio rural e urbano, confirma essa noção de Estado relacionada à questão nacional:

A nossa democracia continua frágil. Para consolidar a democracia é preciso consolidar a ideia de Estado guineense soberano *economicamente* [com menos desigualdade social]. Tem todo recurso potencial para ser. A questão de conseguir amplo *consenso nacional* sobre as principais questões da Guiné-Bissau, na atualidade e no futuro, mobilizando todas as forças vivas da sociedade, é pra nós crucial para permitir de fato que o Estado seja capaz de satisfazer as necessidades básicas da população e assumir a governação. (Dirigente da Tiniguena, entrevista – grifo nosso)

Na perspectiva comum dos entrevistados, o processo de democratização do Estado não foi entendido ou incorporado como uma rearticulação e uma reconfiguração relacional/consensual entre o Estado e a sociedade civil, e isso constitui uma das suas fragilidades por não possuir uma base interna de sustentação. Alguns entrevistados entendem que o problema de desenvolvimento

econômico e das desigualdades socioeconômicas representa o dilema central do Estado e da democracia:

Muita das vezes o Estado não consegue cumprir o seu dever. Há setores e zonas [bairros e regiões] de Guiné-Bissau onde não se sentem a presença e utilidade de Estado. Falta de fato esse papel de órgãos públicos para com os cidadãos e a sociedade em geral. (Dirigente do MNSCPDD, entrevista)

A função do Estado em atender as demandas da sociedade civil constitui outro elemento importante para análise do processo democrático. Na Guiné-Bissau, falar de Estado impõe a necessidade de ampliação de sua *práxis* em todas as esferas da vida social. As percepções, apresentadas pelos vários entrevistados, nos levam a considerar que a noção de Estado é colocada em relação aos problemas práticos, do ponto de vista socioeconômico.

A situação de Guiné-Bissau é uma situação particular porque, infelizmente, há uma desestruturação de tudo aqui nesse país. Temos que trabalhar muito para que efetivamente o Estado consiga responder os seus verdadeiros papéis junto à população [...] O problema da Guiné-Bissau é a *pobreza*. Há falta de meios e de oportunidade para exigir efetivamente os cumprimentos desses deveres políticos. Tudo é prioridade. (Dirigente do MNSCPDD, entrevista – grifo nosso)

Para dirigentes e intelectuais entrevistados, a pobreza é um dos fatores responsáveis pela crise do Estado. Observa-se daí que

“tudo é prioridade”: desde as condições que possibilitem uma vida digna para a maioria da população, até as questões de percepção da atuação política do Estado e da representação dos partidos.

Por outro lado, o comportamento dos partidos políticos, mesmo os identificados como “libertadores” ou “progressistas”, não tem ajudado muito na mudança da ação política do Estado e nem na construção de uma nova percepção da representação política. Essa questão foi reiterada na fala de um líder da sociedade civil:

Acho que o país está pobre em termos de *liderança*. Aparecem rapidamente e desaparecem. A nossa classe política é fraca. O povo não tem a *confiança* na classe política. Isso acontece não só na Guiné-Bissau. O continente africano como um todo tem problema de liderança. (Dirigente da CNE, entrevista – grifo nosso)

Nesse trecho de entrevista se revela a relação entre a legitimidade e a representação, isto é, entre a confiança política da sociedade civil e a prática política dos partidos e do governo (Estado). A dificuldade de articulação entre essas instâncias coloca o problema da legitimidade do Estado em relação aos atores da sociedade civil, em que sobressai o desencantamento generalizado com lideranças do sistema político.

Outra reflexão sobre as percepções de Estado foi encontrada entre as organizações de grupos não formalizados da sociedade civil. Na busca do reconhecimento de sua atuação, essas organizações manifestam a sensação de desprezo, de vergonha, que os representantes do governo manifestam em relação à cultura popular. A fala do “Grupo Língua de Bodi”, transcrito a seguir, ilustra essa conclusão e revela uma percepção elitista do Estado.

O que acontece é a falta de reconhecimento por parte do nosso governo [Estado] no sentido de que esses grupos podem fazer algo. Colocar meios a essas pessoas que muitas das vezes nos faltam [...] Imagina se governo decidir que este ano vamos tirar x para formação de artistas, de músicos, de grupos de mandjuandade, etc. Quando falamos com os membros do governo a agente escuta sempre mesma coisa: “esse trabalho que vocês estão fazendo é importante e vamos ver a maneira de vos apoiar”. Essa é a resposta que frequentemente recebemos. Ouço isso. (Grupo Língua de Bodi, entrevista)

A sociedade civil exige reconhecimento como condição intrínseca para construção do Estado Democrático na sociedade contemporânea. Essa construção passa pela inclusão social, em função da ameaça constante de mecanismos de exclusão gerado pelo sistema de desigualdade. Assim, deseja superação das tradições autoritárias historicamente construídas, a exemplo do “Estatuto de Indigenato”, e buscam construir uma nova percepção de Estado, entendido como expressão das organizações e grupos da sociedade civil em defesa da autonomia e preservação dos princípios de Estado Democrático. No entanto, o que está em disputa é a sociedade civil como instância de organização e de representação e, também, a sua legitimidade enquanto ator sociopolítico. Ao ser indagado sobre a percepção que se tem do governo, um entrevistado afirma que

nós que gostamos de fazer teatro somos vistos na Guiné-Bissau como *pessoas doidas, que não têm o que fazer*. Esqueceram de que uma pessoa que faz teatro – quando falo de teatro falo também de mandjuandade – são pessoas

intelectuais que trabalham com a massa cinzenta para produzir o que a sociedade precisa no dia-a-dia. São essas pessoas que são intelectuais na Guiné-Bissau. Atrelar essa cultura a “palhacaria”, não é verdade. Por exemplo, uma pessoa sai do trabalho e chega em casa estressada. Vai precisar escutar uma música para se distrair. Quem faz essas músicas? Quem é na verdade intelectual? Aquele que produz ou aquele que consome? Os intelectuais são artistas ou pessoas que trabalham em função do dia-a-dia das pessoas. (Dirigente do Grupo Língua de Bodi, entrevista – grifo nosso)

No interior da luta pelo reconhecimento de grupos não formalizados, destacamos, nessa fala, duas questões. Por um lado, o perigo de um *neocolonialismo* e, por outro, a disputa em relação à noção de *intelectual*. Nas percepções dos grupos de mandjuandades entrevistados, o intelectual não é apenas aquele que detém o domínio de código ocidental, restrito às atividades tradicionais. Os movimentos populares de grupos de mandjuandades e teatro são intelectuais produtores de cultura, na medida em que lutam coletivamente para que o Estado contemple, em suas políticas públicas, o reconhecimento da origem e diversidade cultural do povo guineense: dos fula, balanta, mandinga, manjaco, mulatos; e, nesse sentido, rever criticamente a ideologia cultural do Estado neocolonial que atribui superioridade civilizatória a grupos assimilados, fechando-se, frequentemente, às manifestações culturais dos grupos étnicos ou indígenas, consideradas inferiores, conforme observou uma entrevistada.

O governo [Estado] não apoia a nossa cultura, o que é muito ruim. Temos uma cultura rica. Se nós não valorizamos a nossa cultura, não vai ser

nenhum estrangeiro a valorizá-la. Muitas vezes somos vistos como *grupo de tchamiduris* [alcoólatras]. Mas aqui muitas pessoas são formadas. Eu mesmo sou técnica em tecnologia de telecomunicações na empresa Guiné-Telecom. Não se trata de um grupo de alcoólatras. Mandamos uma mensagem a essas pessoas que diz: chegou a hora de mostramos à cultura da Guiné (Rainha do Grupo Velha Guarda de Barro de Ajuda, entrevista).

Depoimentos de vários membros de movimentos populares identificam a importância de suas participações nos grupos de mandjuandades, valorizando suas culturas e tradições. Eles identificam, como causa da dificuldade de suas atividades, a falta de clareza do Estado sobre a importância da valorização da cultura popular na construção da identidade guineense. Aqui, ressalta-se que os grupos de mandjuandades são formados por profissionais com formação técnica e/ou superior que optam pela defesa da identidade imaginada dos grupos étnicos.

Amílcar Cabral (1974) elaborou uma análise bastante sugestiva sobre a construção da identidade na Guiné-Bissau como fenômeno dinâmico que se articula em interação social. Ele afirmava que a cultura dependia de certa conjuntura histórica e representava a consciência crítica e moral do povo em função das exigências da luta cotidiana, a luta pela inclusão e pluralismo. O que permite situá-la sem complexos de superioridade e inferioridade, na história e na civilização universal, como parcela integrante na dinâmica do mundo contemporâneo pós-colonial. (CABRAL, 1984, p. 65)

Elísio Macamo (s/d, p. 5) compartilha com Mohamadou Kane (1995) a percepção das identidades das sociedades africanas

como reflexos de uma relação ambígua com a modernidade ocidental, tal como formulado acima pelos dirigentes dos movimentos de mandjuandades. Isso coloca em questão as redefinições dos grupos em suas relações com o Estado, preservando suas especificidades e visões do mundo na luta pela emancipação do grupo como atual e não apenas como uma tradição herdada do passado.

Em outras palavras, existe, nos grupos de mandjuandades, uma consciência coletiva da necessidade de aprofundamento do processo de democratização, de reconhecimento, de organização e participação na esfera pública, de participação nos espaços institucionalizados e criação de espaços alternativos para a afirmação e encaminhamento de políticas sociais e culturais, pressionando o Estado onde este não cumpre sua função de garantir os direitos sociais:

O Estado da Guiné Bissau deveria criar um incentivo para os grupos de mandjuandades, sobretudo no que diz respeito a uma instalação para os ensaios. Também em termos de documentação, de isenção das várias necessidades dos grupos. Por exemplo, nessa altura nosso grupo está a reunir vinte passaportes e estamos a precisar mais de vinte. Pra mim acho que o Estado deveria entrar como contrapartida, tendo em conta aquilo que o grupo está a fazer pelo país. (Grupo Netos de Bandim, entrevista)

Levando em consideração esse depoimento, observa-se que as organizações e grupos da sociedade civil lutam em defesa de novas configurações de Estado, particularmente no que se refere ao seu formato, modo de funcionamento e deliberações de políticas públicas; fazem sugestões de políticas sociais e públicas; insistem que necessitam do reconhecimento do Estado e de um

espaço próprio voltado para ações coletivas, pois trabalham há vários anos pela valorização do país e nunca receberam nenhum apoio por parte do governo; lutam para construir um Estado que leve em conta os grupos da sociedade civil – em contraposição ao Estado minimalista e elitista, que serve à dominação e à exclusão. O Estado não apenas como força coerciva em defesa dos interesses conservadores, mas como agente social, uma força de transformação geradora da legitimidade e sustentabilidade.

Como identifica Marco Aurélio Nogueira (2005), os movimentos sociais estão em luta por uma nova ordem política, questionadora da ordem centrada no Estado, que seja baseada na democracia direta e participativa, a partir de ações coletivas mais diversificadas, que venham contribuir para o engajamento político dos movimentos populares.

Tais atos são processos conflituos para fazer do Estado não só um instrumento eficiente de racionalização, de intervenção e de promoção de desenvolvimento e regulação econômica, mas também um ambiente político-institucional no qual se concretize a mediação dos conflitos e das diferenças em que se estabelecem as bases do novo contrato social, de novas relações de reciprocidade e complementaridade entre a sociedade civil e o Estado. Somente um Estado para a sociedade civil socialmente estabelecido e vinculado tem condições de se apresentar ativamente perante o mercado e a economia. O Estado vale pela sua capacidade social. (NOGUEIRA, 2005, p. 66)

Na Guiné-Bissau, portanto, a percepção de Estado, tal como foi configurada, exige uma renovação desse mesmo Estado, pelo questionamento das diversas forças sociais – entre elas, os

movimentos que desejam a superação das tradições autoritárias e excludentes e a construção de uma nova representação estatal, que combine e respeite os valores da democracia, aqui entendida como a expressão da ação direta das vontades e identidades do povo, que possa responder melhor aos anseios dos movimentos urbanos e rurais. Essa exigência é percebida como algo urgente e necessário, na medida em que

o Estado não consegue responder o seu papel, com maior incidência na questão juvenil. Como reclamamos sempre, a juventude mereceria uma política de oportunidades, o que não tem acontecido. O Estado está a ser construído, mas não se construiu ainda. No meu entendimento a democracia é algo ainda a fazer. Se pensarmos na democracia, tem que se pensar também no Estado. Se olharmos para as ONGs, algumas organizações da sociedade civil tentam complementar a ausência do Estado, fazer alguma coisa, mais a fundamental ação está no Estado. (Dirigente do FNJP, entrevista)

Essa análise reforça o problema da ausência do Estado como consequência da sua ineficiência socioeconômica na sociedade civil, especialmente na definição de políticas sociais. É nesse contexto que se colocam também os dilemas da democracia, expressando sua fragilidade na luta para expansão de demandas formuladas pelos movimentos dos jovens, a qual se refere o relato acima.

Outro aspecto da percepção dos movimentos juvenis da sociedade civil é a responsabilidade do Estado em criar oportunidades para todos. Os jovens reconhecem o papel das ONGs que trabalham no campo social, econômico, cultural e político na luta pela redução das desigualdades e da pobreza, pelo acesso aos bens

e redução de desequilíbrios regionais, bem como, pela ampliação da participação política na busca de alternativas para solução de problemas comunitários não resolvidos pelo Estado, mas consideram que essas ações são insuficientes para a satisfação das necessidades concretas dos movimentos sociais populares, fundamentalmente, porque não substituem de fato a responsabilidade do Estado no que tange as múltiplas estruturas de poder e forças sociais: grupos e associações envolvidas noutros espaços que não estão regulamentados ou estabelecidos em procedimentos institucionalizados pelas organizações não-governamentais.

Esses grupos não propõem a tomada do poder, mas entendem que a elaboração de políticas públicas é um processo de conflito e negociação constante, em que nenhum interesse, por si só, domina toda esfera pública. Nesse sentido, Estado, grupos sociais e ONGs devem desenvolver conjuntamente programas orientados para os interesses mais amplos da sociedade. O diálogo, a reconciliação, a legalidade e o respeito às diferenças são alguns dos pontos mais destacados pelos entrevistados dos grupos da sociedade civil:

Os problemas existem, em qualquer sociedade, mas devem ser vistos numa visão de diálogo como a forma de resolução de qualquer conflito. O nosso grande desafio hoje é a questão da reconciliação dos guineenses. Na Guiné-Bissau, os problemas não são dialogados. Tem que haver diálogo para podermos discutir no fundo os problemas do país. Muitas das vezes a sociedade civil e o governo estão de costas viradas porque não há diálogo. É importante continuarmos a dialogar, respeitar o princípio da legalidade e da diferença. Criar um espaço de diálogo para diagnosticar e resolver os conflitos e apontar as soluções. Há países, como África

do Sul, que conseguiram encontrar soluções para os seus problemas internos. (Dirigente do MNSCPDD, entrevista)

Em termos gerais, o entrevistado atribui dois problemas ao Estado: o conflito e a falta de reconciliação nacional, seja em virtude dos golpes de Estado, seja devido à falta de diálogo com a sociedade civil quando da constatação de aspectos considerados negativos. Partindo da percepção de Estado como um dos lugares decisivos da luta das organizações da sociedade civil e do processo de democratização, a defesa de um ensino público de qualidade aparece de forma mais acentuada. Para que isso ocorra, com garantia de direitos da cidadania plena, as organizações da sociedade civil reconhecem que está em curso um processo de emancipação, de conquista de direitos e novos formatos participativos, como apontado na fala de um franciscano da Igreja Católica em Bissau:

Depois da independência da Guiné [e durante o processo de democratização], houve uma corrida a escolas. Mas não basta ter as escolas. Em que condições as escolas funcionam? As pessoas também querem a qualidade de ensino. E não as greves e mais greves e no final do ano passar de classe. Como? As pessoas exigem vida mais digna, exigem participação no ensino de maneira digna, exigem que as estruturas de Estado funcionem. Hoje as pessoas são capazes de colocar a nu como é a situação nos hospitais. Isso não quer dizer que o Estado cumpra, mas falam publicamente. (Igreja Católica, entrevista)

A democracia não pode sobreviver sem melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, questão colocada anteriormente pelos jovens como base da democracia. E, pelo entendimento do que foi dito anteriormente, essa qualidade de vida advém pela educação. A sociedade civil, que foi tão duramente afetada pelo colonialismo, pela luta armada de libertação, e pelos conflitos internos, vem se constituindo o setor mais afetado pelas sucessivas greves que acompanham a expansão e a precarização do sistema do ensino público. Os direitos conquistados pela sociedade civil com a democratização enfrentam limites frente à manutenção da velha cultura política autoritária, com base nas frequentes crises e conflitos apontados pelos entrevistados.

Para outro entrevistado, o setor de ensino ficou marcado pelas sucessivas paralisações devido à greve dos professores (na área urbana e rural), na luta pela melhoria de condições de trabalho e melhores salários no exercício de suas funções (MNSCPDD).

No caso da educação, o grande problema do Estado é garantir o interesse da sociedade. Na Guiné-Bissau, nunca se consolidou um sistema de ensino público de qualidade por um longo período. O sistema montado na pós-independência, nos inícios dos anos 1970, foi desfeito, nos finais da década de 1980, pelo regime militar sob o comando do partido único (PAIGC). Nos anos 1990, com a democratização, um novo sistema começou a ser montado. Esse sistema encontra-se em fase de consolidação, sendo acompanhado pela privatização e liberalização do setor educativo. Foi justamente com o projeto neoliberal que ocorreu essa expansão do sistema privado, com a redefinição do Estado no campo das políticas educacionais. Houve forte descrédito do Estado, inclusive para manter o sistema de ensino funcionando minimamente. Como

afirma o Inspetor Nacional do Programa International Partnership for Human Development (IPHD) voltado à educação popular,

Aqui, na Guiné-Bissau, nos últimos anos, o aparelho de Estado estava quase parado. Não funcionava, havia guerra e conflitos. Imagina num país onde os funcionários não recebem seus salários há nove meses [...] Havia muita greve no setor de ensino. Chegou um ano em que teve a greve dos professores, o então presidente da república disse que todos os alunos passaram de ano letivo, não houve prova não houve nada. (Dirigente IPHD, entrevista)

Por outro lado, observa-se que a antiga referência a guerra e conflitos, mencionados pelo entrevistado, criticados e contestados pela sociedade civil, mesmo com algumas possibilidades de mudanças, continuam presentes com bastante vigor no interior do Estado, em que se destacam as indefinições de anos letivos e as sucessivas greves dos funcionários públicos, sobretudo com o processo da democratização, quando foram iniciadas várias mobilizações das organizações e grupos da sociedade civil, clamando pela superação do regime autoritário, pela criação de melhores condições de trabalho e de existência para os trabalhadores, pela mudança no funcionalismo público.

O Estado começou a alterar suas políticas de clientelismo, incorporando as demandas das forças sociais que o pressionam (de forma contestatória ou não) e repudiam o *status quo* dos militares. A citação abaixo é reveladora desse problema do papel de diferentes atores e suas práticas:

O Estado gastava muito com os funcionários fantasmas. Hoje já não gasta. Consegue

arrecadar muito dinheiro no tesouro, no final de cada mês. Antes havia despesas extras elevadas, não tituladas. Agora não é bem dessa forma. Antigamente a classe castrense ia ao Ministério das Finanças e levantavam o dinheiro. (Dirigente IPHD, entrevista)

Essa fala coincide com a observação do Fórum Nacional da Juventude e População e da Igreja Católica (p. 282-284), acerca de um modelo alternativo de Estado, ainda em construção, que teve como impulso a emergência de mobilizações de movimentos contestatórios de jovens, de professores, de trabalhadores e ONGs que lutam para uma melhor consciência dos representantes do governo e da cúpula militar para com os interesses da sociedade civil, tentando minimizar a corrupção.

Essa luta ainda não está consolidada no sentido de um maior desenvolvimento de ações sociopolíticas do Estado na esfera da sociedade civil na Guiné-Bissau. A construção de um quadro de referência coletivo para a conformação de *consensos participativos* no exercício efetivo do poder, no nível local e nacional, ainda não se concretizou. Na visão de um dos entrevistados, essa construção coletiva, inspirada na democracia participativa, ocorreria por meio de envolvimento e engajamento direto de todos os cidadãos, o que tornaria possível o estabelecimento de compromissos entre o Estado e a sociedade civil.

A questão de fundo é a de saber qual é o nosso quadro referencial. Qual é o modelo que nós projetamos e como é que nós revemos nesse modelo para depois partimos para a negociação. Não estando claro em quê que nós revemos, em quê que nós projetamos, dificilmente podemos construir alianças [...] O exemplo mais caricato

agora são as manifestações. Para além desse objetivo a curto prazo, o quê que nós projetamos? Qual é a nossa bandeira? Em quê que nós identificamos que possa ser uma ação transformadora? Mas qual é a aliança que existe em longo prazo? Nós não encontramos. Muito dificilmente podemos encontrar uma dinâmica social projetada por grupos sociais que durou cinco anos com a nossa entrada na democracia. Nunca existiu. Podemos olhar a todos os níveis, não só ao nível da sociedade civil e do Estado. O contingencial leva as pessoas por agora. Isso é algo que deveríamos pensar seriamente. (ONG Tiniguena, entrevista)

Subjacente a essa percepção de Estado ampliado, que demanda enquadramento suficientemente amplo de grupos diferentes, encontra-se a defesa de um *novo projeto de nação* socialmente justa e politicamente democrática, que facilitaria a “prática articulatória” e construção de “pontos nodais equivalentes” com uma relativa hegemonia das organizações e grupos da sociedade civil.

Ao contrário da concepção de *Estado mínimo*, as organizações da sociedade civil defendem o *Estado ampliado*, que deve ser percebido como a própria forma da existência social. Falar em Estado ampliado significa falar de uma ampliação do seu campo de atuação e de seu significado simbólico e político nas relações com a sociedade civil. Esta percepção, próxima a de Gramsci, significa sair da noção restrita de um mero espaço de poder a serviço da classe dominante; significa ainda admitir que a mudança social é um processo gradual, contingente e inacabado de conquista de espaços dentro do Estado.

Como defende Marilena Chauí, a emergência e desenvolvimento de “novos” movimentos sociais têm suas determinações nas

descobertas do *cotidiano* enquanto palco de luta contra a dominação ideológica e política do Estado. Tais movimentos priorizariam a organização autônoma da população ao redor de reivindicações que são dirigidas ao Estado, sem intermediação de partidos políticos e representantes eleitos (CHAUÍ, 1990).

Na Guiné-Bissau, os movimentos sociais, confrontados com autoritarismos e golpes de Estado, centralizam suas reivindicações no âmbito do Estado e lutam para garantir autonomia de espaços e práticas sociopolíticas de contestação nos seus cotidianos, articulando a cultura de grupos de mandjuandade à democratização de espaços institucionalizados do Estado para que este venha a ser expressão da cultura popular dos grupos sociais.

A *reforma do Estado*, do ponto de vista das estruturas formais que o sustentam, é outro destaque para o entendimento de como as percepções de Estado estão sendo produzidas, elaboradas, concebidas e difundidas.¹²⁸ A sociedade política privilegia o discurso da identidade nacional, afirmando que o Estado deve centrar sua preocupação nas ações que vinculem e articulem os diversos grupos étnicos, discordando com posições políticas assumidas por outros partidos políticos, das alianças que estabelecem ou buscam estabelecer com seus grupos para controlar ou tentar manter supremacia dentro do Estado. O relato abaixo, de um dirigente do PAIGC, confirma essa percepção:

Vamos levar avante essa reforma de Estado, mesmo quando alguns líderes de partidos políticos na oposição utilizam isso politicamente que as reformas são contra os Balantas. Queremos

128 Essa preocupação parece enquadrar no campo mais amplo do modelo neoliberal. Sua especificidade e características locais se expressam pela superação de conflitos internos e construção de Estado de Direito.

uma Força Armada onde estarão integrados todos os grupos étnicos, que seja uma força equilibrada. Se não, vamos ter problemas. Eles estão sentindo que nas Forças Armadas tem mais Balantas. Eu disse na Assembleia não vão fazer os meus estarem em perigos porque saíram da barriga de Balanta. Todos os meus filhos saíram da barriga de Balanta. São 30% do total da população. É uma percentagem respeitável. Mas se sair 70% contra 30% é um perigo. Isso não se pode admitir. Porque nós depois que vamos sentar e chorar. (Dirigente do PAIGC, entrevista)

Atualmente, o problema da reforma do Estado é o mais preocupante nas percepções da sociedade civil. Foram vários golpes militares, justificando a necessidade da reforma. Entretanto, o principal desafio é sua eficiência e o resultado na resolução do desequilíbrio social e étnico e promoção da mudança político-institucional.

Aqui, dois discursos se entrecruzam: um que enfatiza a tensão e supremacia étnica, mediada pelos partidos que contestam a reforma de Estado e, outro, que ressalta a miscigenação de grupos e de culturas, expressa na afirmação de que “os meus filhos saíram da barriga de Balanta”, grupo majoritário. Se acontecer o conflito, “nós depois vamos sentar e chorar”. O importante a destacar é a busca da articulação de consenso numa sociedade civil em que o discurso da *unidade e luta* do movimento nacional popular aparece disperso e indefinido e cuja constituição vai depender da articulação das particularidades de diferentes grupos sociais e étnicos para estabelecer, entre si, uma relação de equivalência (LACLAU e MOUFFE, 2004).

Mais do que nunca, a defesa de um “nós”, da necessidade de inclusão política e integração de minorias aparece como solução,

ao tempo em que releva o antagonismo no interior da sociedade civil. Trata-se, portanto, da constituição do político, que faz emergir focos de assimetria e espaços de resistências, de demandas por reparação de desigualdade, preconceitos e discriminações (MUTZENBERG, 2006). Deste modo, a perspectiva da sociedade civil já não pode ser reduzida às instâncias estruturais, ou seja, como produto do Parlamento, no caso cabo-verdiano, ou restrita no âmbito do Estado e dos partidos sob o domínio da elite militar, como acontece na Guiné-Bissau, produzindo uma visão fundamentalmente normativa e idealista do social e da prática política.

Também o Estado, nessa acepção, deixa de ser uma fonte de significado autônomo, para tornar-se a afirmação de diferentes significados do mesmo enunciado, como observado por Michel Foucault nas *formações discursivas*, em que todas as diferenças convergiam numa heterogeneidade de sistema relacional e distinta de valores na sociedade civil e no Estado (FOUCAULT, 1996 p. 43). Na abordagem do social e do político como um processo dinâmico e descontínuo de relações de forças em disputa, o Estado guineense, pautado exclusivamente na racionalidade do tipo instrumental, ainda não conseguiu articular-se com grupos sociais ou étnicos, atores principais de disputa política, porque são agentes dotados de força própria. Seu poder real, como assinala um dos dirigentes entrevistados, está mantendo o Estado sob o controle. É um poder mais étnico-militar do que político-nacional. Na interpretação de Cardoso (1989, p. 95), essa falta de articulação, revela os limites do Estado pós-colonial em África e reafirma uma relação de *indiferença* com as formas de organização dos grupos étnicos e sociais que poderiam garantir uma *relação de equivalência* no campo das demandas, mas que acabou por ampliar as disputas políticas:

Ao pretender modernizar-se e construir uma identidade nacional, o Estado pós-colonial em África, em particular na Guiné-Bissau, agiu no sentido de dissolução das “barreiras étnicas” por via de destruição de suas identidades. A pequena burguesia que herdou o aparelho de Estado colonial para gestão pós-colonial foi incapaz de integrar os valores definidores das identidades étnicas nas suas políticas. Os modelos de vida, as aspirações individuais dos seus membros têm os olhos fixados no Ocidente [...] A política do desenvolvimento adotada esteve (ainda está) voltada para a “recuperação” do atraso acumulado em relação aos países europeus. (CARDOSO, 1998, p. 95)

Retoma-se aqui, a questão já apontada na construção do Estado guineense, vinculada ao modelo do Estado colonial, revelada nos relatos e análise de Carlos Cardoso. Deve-se considerar, ainda, a esse respeito, a insuficiência das ações do Estado e seus agentes no solapamento das estruturais sociais. A questão central é saber o lugar das minorias sociais e étnicas na (re)construção do Estado.

Outro aspecto que emergiu no processo constitutivo da reforma de Estado foi o ressentimento pela *exclusão* ou *não compensação* de grupos sociais, em função de demandas heterogêneas: questão apontada por uma dirigente urbano da Rede Nacional da Juventude (RENAJ). Essa dirigente entende que o problema é que as organizações da sociedade civil não sabem e nem entendem o que é reforma de Estado, sua função e importância no sentido de dotar o Estado com capacidade de melhorar o funcionalismo público. Daí a dificuldade de sua incorporação e criação de consenso por meio de participação na definição da reforma:

Nós não conhecemos a funcionalidade e as normas da reforma de Estado. Não fazemos parte da organização, mas do meu ponto de vista acho que a reforma deve ser feita mais de uma forma clara sem parcialidade [...] Porque se vemos bem, muitas pessoas não sabem o que é a reforma. Em primeiro lugar, eu não sei o que é a reforma? Qual é a importância da reforma? É necessário sensibilizar ainda essas pessoas, mostrar a importância da reforma, o que pode trazer, o que pode mudar no país [...] O risco é excluir um e deixar o outro, excluir de forma intencional [...] Outra coisa tem a ver com a recompensa, reformar a pessoa sem recompensar? Ela pode pensar que já não tem a capacidade de dar a sua contribuição. (Dirigente da Renaj, entrevista)

Ao afirmar o desconhecimento do processo de reforma do Estado, as organizações da sociedade civil reafirmam seu caráter técnico-instrumental restrito à normalização institucional. Defendem que é preciso que a reforma seja efetuada de forma participativa, com base na legitimidade das ações coletivas e compensatórias. Condenam as deliberações políticas que são tomadas pelo Estado sem que as organizações da sociedade civil sejam consultadas sobre as escolhas feitas pelo governo em seu nome.

Desta forma, em contraposição a uma ordem social controlada pelo Estado, tem-se a defesa de uma ordem social pluralista, fundada na pressão das organizações da sociedade civil que reage à incorporação de suas demandas no âmbito do Estado. Essa defesa do pluralismo do social, entendido pelos entrevistados como espaço que possibilitaria o estabelecimento de uma relação mais equilibrada entre o Estado e a sociedade civil, coincide com

a posição de Touraine (1996) e Dagnino (2006) de que a representação constitui as pessoas públicas, as identidades, vontades e interesses representados. É um espaço para ampliação radical da política democrática, pois permite o abandono do essencialismo (de grupos étnicos e sociais, por exemplo), em que se alimentam as tradições autoritárias que buscam controlar a sociedade civil.

Na Guiné-Bissau, portanto, a percepção de Estado ficou marcada pela presença da elite militar e do partido, mais forte do que em Cabo Verde. Questões como autoritarismo, corrupção e nepotismo, ausência de uma liderança forte geraram sentimentos negativos em relação ao Estado e aos partidos políticos, entre dirigentes e intelectuais entrevistados. Nesse sentido, defendem a renovação do Estado e a construção de um novo projeto de nação capaz de articular diferentes interesses e grupos sociais e étnicos na reconstrução nacional.

Outro elemento que sobressai, nas percepções sobre o Estado, é o envolvimento dos membros de grupos de mandjuandade dos movimentos populares, intervindo e construindo o espaço público na luta pelo reconhecimento. Em Cabo Verde, os grupos de batuko e tabanka intervêm de forma limitada nos assuntos de gestão pública. Suas percepções de Estado estão muito atreladas às lideranças do sistema político, a exemplo de presidente e primeiro-ministro. Talvez, por isso, não ficam claros seus envolvimento ou pressão política ao Estado. Observou-se, no entanto, algumas semelhanças entre Guiné-Bissau e Cabo Verde. Em ambos os países, a sociedade civil luta para a construção de novos espaços e a redução das desigualdades sociais, impedindo o aumento da pobreza. Essa disputa pela construção do Estado pode ser percebida nas diferentes percepções que os dirigentes têm da sociedade civil.

Percepções de Sociedade Civil em Cabo Verde

Tendo em vista períodos distintos e características específicas da sociedade civil, faremos uma reconstrução em termos de sua configuração social e histórica, cultural e organizacional, destacando três momentos: colonial, pós-colonial e democratização. Esses momentos não são estanques nem lineares. São momentos identificados nos depoimentos e na formação das organizações da sociedade civil, que, por vezes, aparecem de forma simultânea e relacional às percepções sobre o Estado. A partir dessas considerações, citamos, aqui, um depoimento importante sobre a configuração da sociedade civil em Cabo Verde, cuja presença teve início com os grupos pré-existentes, anteriores à independência, como é o caso de grupos de Tabanka, do Funana e do Batuko – grupos socioculturais que tecem formas específicas de sociabilidade.

Nós já tínhamos a sociedade civil na época colonial. As pessoas manifestavam-se através da Tabanka, do Funana e do Batuko,¹²⁹ de atividades religiosas e socioculturais. Mas do ponto de vista de organização era muito incipiente [ou reprimida pelo poder colonial]. Havia associações religiosas da Igreja Católica, entre outras, que desempenhava toda uma ação de solidariedade a nível das comunidades. De modo que nós aqui em Cabo Verde falamos de uma sociedade civil antes da independência, depois da independência até digamos anos 1980, e desse período até dias de hoje [com a democratização e pluripar-

129 Para Gonçalves (2006), Batuko e Funana são musicais e danças ordinários das ilhas, designação que os grupos dão a suas manifestações que constituem o panorama do repertório da música moderna cabo-verdiana.

tidarismo]. São etapas diferenciadas. (Dirigente da Plataforma de ONGs, entrevista)

Os embates ocorridos na sociedade colonial cabo-verdiana levaram ao surgimento, a partir dos anos 30 do século passado,¹³⁰ de grupos não formalizados da sociedade civil. Suas práticas e identidades foram inicialmente rejeitadas, tratadas pelo Estado colonial e pela Igreja Católica como “cultura de pretos” (GONÇALVES, 2006). Configura-se, nessa percepção, uma visão etnocêntrica, na qual a sociedade civil se basearia na hierarquização da ordem social entre “assimilados” e “indígenas ou badios”,¹³¹ mesmo que formalmente, como já afirmado anteriormente, o “Estatuto de Indigenato” não tenha sido aplicado na sociedade cabo-verdiana para regulamentação dos indivíduos e grupos sociais, como no caso guineense. Essa hierarquização torna-se mais evidente quando confrontada com a mobilização política e os conflitos no Estado colonial, reforçando o depoimento anterior que aponta a fragilidade da ação não coordenada dos grupos pré-existentes da sociedade civil em contexto colonial. Para uma entrevistada do grupo de tabanka,

130 Encontramos essa periodização em Semedo e Turano (1997) e Gonçalves (2006).

131 A relação do Estado colonial com grupos sociais sempre variou em função de objetivos e estratégias e das articulações internas e externas mais amplas em Cabo Verde. Enquanto em São Nicolau, de maioria branca, teve um forte envolvimento da Igreja Católica na criação do Seminário-Liceu em 1866, em Santiago, de maioria negra, só passou a contar com um estabelecimento de ensino secundário em 1969 (FERNANDES, 2002). Em *Democracia em Cabo Verde* (2005), Silveira afirma tratar-se de formas de hierarquização colonial envolvendo dois grupos e povos: o grupo de *colonização de trabalho*, pertencentes às ilhas de Sotavento, e o de *colonização de comércio*, originários das ilhas de Barlavento.

no tempo de *colonialismo* pegávamos o Santo¹³² e vendíamos. Nessa época, não subíamos no platô [Palácio de Governo]. Quando íamos buscar o Santo o governo português e a polícia não nos deixavam passar. Andávamos em baixo da ponte, um caminho onde nós cantamos “oiam, oiam, oiam lá baixo de ponta iaiam”. Fazíamos isso a pé, com pés descalços [...] As pessoas que moravam ali [no Palácio do Governo] saíam e nos viam dançando e cantando Tabanka. (Tabanka de Achada Grande Frente, entrevista – grifo nosso)

Nessa época, esses grupos, rurais e urbanos, resistiam à regulação social do Estado colonial em defesa das manifestações culturais da Tabanka, do Batuko e do Funana, gêneros musicais da ilha de Santiago, tidos por pagãos e impróprios pelo Estado colonial. Nessa “luta de pés descalços”, ridicularizada pela ordem sociopolítica vigente, a cultura popular de grupos não formalizados vem sendo usada como recurso e suporte na mobilização social e estruturação política da sociedade civil, que ligam os membros entre si e com os seus antepassados na luta pelo reconhecimento em defesa do espaço público-plural, não restrito a participantes ou portadores da cultura colonial.

Nascemos, crescemos e vamos morrer a Tabanka. Não vai desaparecer. Faz parte da cultura cabo-verdiana. Por isso que nós, enquanto membros de Tabanka, lutamos para

132 O “santo” é simbolizado através de uma bandeira branca com uma cruz enfiada numa vara com uma fita vermelha na ponta, nosso São João (Achada Grande Frente, entrevista). O substantivo “nosso” distancia-se de santo católico na luta pelo reconhecimento de uma organização oposta a ordem colonial.

não deixar que as nossas tradições desapareçam [...] Tabanka é uma coisa importante. (Tabanka Ribeira Ngracia, entrevista)

Foi em torno dessa disputa, como experiências vividas pelos atores a partir do mundo interior e exterior dos grupos, do conteúdo político de suas crenças, valores etc., que se estruturou o papel social da Tabanka como espaço público autônomo, onde vigorava a ordem e os processos de criação de normas, identidades, ajuda mútua, instituições da sociedade civil, relações de solidariedade e de resistência contra a dominação e a exclusão. Essa percepção de sociedade civil está relacionada com sua organização interna e se distancia de outras formas de organização/instituições da sociedade pela maneira como se estrutura:

Na Tabanka, temos um falcão, vários ladrões, uma Rainha e um Rei de Corte, um Rei e uma Rainha de Campo. Temos um Carabeço, Filhos de Santo, uma Noiva, Tropas, Polícias e um Juiz. Temos Cativos, um Tamboreiro, um Corneteiro e um Padre. Nessa composição, cada membro tem sua função específica. Assim, o *Falcão*, por exemplo, é aquele que luta, decididamente, para encontrar formas de roubar o Santo, na qual se prioriza a ação dos ladrões nos espaços da Tabanka. A *Rainha* e o *Rei de Corte* são responsáveis pelo funcionamento interno através da cotização (contribuição coletiva) de seus membros no processo participativo. O *Rei e a Rainha de Campo* são responsáveis pela mediação externa. O *Carabeço* é considerado pelo grupo como pessoa engraçada, aquela que transmite alegria e dificilmente fica chateada. O *Filho de Santo*, na ausência de Santo,

assume seu lugar. A *Noiva* representa a si mesma no ato de casamento. As *Tropas* e *Polícias*, geralmente, são responsáveis pela obtenção da ordem e segurança. Em caso de problemas, o *Juiz* procede na resolução de conflito dentro da Tabanka, [entendida como espaço público deliberativo]. Os *Cativos* são todos os membros da Tabanka que têm a função de auxiliar o grupo de dança, toque e cântico. O *Tamboreiro* e o *Corneteiro*, na sua totalidade, são responsáveis pela produção de melodias. E, por fim, o *Padre*, responsável pelo batismo de crianças da Tabanka. (Tabanka de Achada Grande Frente, entrevista – grifo nosso)

Entre membros da Tabanka, a figura do padre é, sem dúvida alguma, aquela que melhor representa a luta dos grupos não formalizados no contexto do Estado colonial, pois constitui um reflexo da proibição de casamentos e de batismos dos membros da Tabanka pela Igreja Católica (GONÇALVES, 2006). Portanto, as preocupações de manutenção autônoma de ordem funcional através da presença da *polícia* e prática de *cotização*; do funcionamento da justiça na pessoa do *juiz* contra a desestruturação interna provocada na realidade social pelos *ladrões*; do exercício da autoridade, confiada a *Rainha* e ao *Rei*; do trabalho coletivo e do entretenimento dos membros pelo *Carabeço* e *Cativos*, entre outros, constituía uma complexa rede social por meio do qual os grupos se autoafirmavam e exigiam reconhecimento pelo que eram ou desejavam ser enquanto membros e atores da sociedade civil.

Assim, a Tabanka orientava-se por um sistema social e econômico, jurídico e político que, embora não estivesse organizado nos moldes das corporações e sistemas sociais modernos,

cristalizados em estruturas formais de representação, apresentava outras formas de organização e práticas da sociedade civil nas quais a Tabanka vai construindo a si e as suas relações sociais com outros. A organização, estruturada informalmente, distancia o que tradicionalmente era tido como sociedade civil, em que as relações são analisadas no âmbito do mercado, do Estado, da economia e corporações.

Como afirma Maria da Gloria Gohn (1997), movimento social é uma noção presente em diferentes espaços sociais e envolve o coletivo de pessoas demandando um bem material ou simbólico, quer na arena política (das políticas e dos políticos), quer no interior dos movimentos populares. Isso porque seus agentes e práticas atentam para uma das dimensões dos movimentos, a do conteúdo das demandas projetadas na sociedade civil. Essa característica, presente nos Grupos de Tabanka e examinada anteriormente, gerou conflitos com o Estado.

Nessa perspectiva, como afirma Carlos Filipe Gonçalves (2006), a luta da Tabanka em defesa da sua identidade, de rebeldia e protestos à ordem dominante, que procurava deslegitimar a cultura popular e criar condições para impor a cultura colonial, foi uma das razões principais de sua proibição pelo Estado colonial. No plano da realidade social e engajamento político, é relevante questionar o lugar e a intensidade da participação popular de Grupos de Tabanka, no período pós-colonial, que ocorreu paralelamente à reestruturação organizacional dos movimentos populares.

A partir da primeira metade da década de 1980, retomando a periodização apontada acima, caracteriza-se pela redefinição das organizações e grupos sociais, na qual as práticas da sociedade civil se limitavam às atividades políticas no interior do “partido

de Estado”. Como mencionamos anteriormente, as organizações de massas estavam predominantemente determinadas pelo partido através de um conjunto de programas destinados às associações de mulheres, de jovens, de crianças, de trabalhadores de cooperativas, representadas pelo PAICV em nível dos municípios. Tomando como base seu programa, dirigido às organizações de massa, o PAICV defendeu uma visão homogeneizadora de organizações e grupos da sociedade civil, completamente oposta àquela defendida pelos grupos de Tabanka,¹³³

entendida como consagração de várias centenas de ativistas na *tomada de consciência, responsabilidade e afirmação* das organizações sociais de massa das mulheres nas estruturas do partido, na participação e afirmação das organizações de massa como *parceira e interlocutora* privilegiada do Estado na busca de melhores vias para resolução de problemas das mulheres cabo-verdianas, com ênfase na *transformação* da sociedade através de *projetos de desenvolvimento* que garante a *emancipação* feminina em Cabo Verde. Significa lutar para contribuir no processo da *construção nacional* através de promoção de programas culturais, conferências regionais e nacionais como as que tiveram lugar entre 1981 e 1986 no âmbito da OMCV [Organização das Mulheres de Cabo Verde]. O resultado das campanhas de emulação constitui um marco importante de adesão das massas

133 Embora as manifestações de grupos de Tabanka, de Batuko e de Funaná tenham sido revitalizadas pelo PAICV, afirmando a herança cultural africana, essa política não incluía espaços públicos autônomos que representassem novas formas de poder distintas das ações do partido único oficioso. A penetração do PAICV como única força dirigente máxima da sociedade e do Estado insere-se nessa homogeneização.

femininas à OMCV e sua *aceitação* pela nossa sociedade. (Documento 10)

Nessa perspectiva, o programa do PAICV partiu do princípio de que o partido é que organiza, compõe e dá sentido à sociedade civil, até então “sem” consciência política, responsabilidade e afirmação na luta pela emancipação e pela sua auto aceitação como parte da sociedade civil e do partido, que só foi possível por intermédio de um trabalho político de *promoção cultural, conferências e incentivo a emulação coletiva* para o desenvolvimento, deslocando a participação política para o campo econômico.

Assim, o projeto unitário do “partido de Estado” centrou-se na despolitização das relações sociais, na seletividade de direitos, que anulou o princípio de autonomia e suprimiu os direitos políticos da sociedade civil de se organizar por si mesma. Essa seletividade de direitos funda-se em critérios meramente partidários, basicamente na manutenção de clientelas políticas e estabelecimento de uma ordem social não suscetível à contestação e competição de forças sociais e políticas externas ao partido.

Não obstante, observa-se que, com exceção de partidos de oposição, nenhum dos dirigentes políticos entrevistados considerou o PAICV um “partido de Estado”. Entre os dirigentes, um atentou que havia uma “autonomia ambivalente” da sociedade civil, proveniente das organizações de massa do partido. Ou seja, havia complementaridade e oposição interna. É como se houvesse várias sociedades civis e políticas no partido único na construção democrática, diferentemente do papel que se atribuiu ao PAICV.

Em Cabo Verde, podemos encontrar dois elementos caracterizadores da sociedade civil. Por um lado, a Igreja Católica e todos os segmentos

da Igreja Cristã que, ao longo da história, teve um papel duplo e ambivalente. Aliado do sistema de dominação colonial e promotor de educação e atitudes que haveria de conduzir a libertação individual e social da população. Por outro lado, haveríamos de encontrar no PAIGC-CV elementos pró-libertação, não por razões político-ideológicas, mas numa perspectiva mais ampla da libertação humana. São movimentos da sociedade civil difusos no PAIGC que não têm tido a projeção para se impor. Como é que vamos conseguir essa decomposição? É uma decomposição imperfeita, *a posteriori*, no entanto as primeiras manifestações tiveram lugar nas organizações de massas. Por exemplo, a Organização das Mulheres de Cabo Verde [OMCV], que era teoricamente autônoma do PAICV, a partir de 1981, desempenhou papéis ora de complementaridade com o partido, ora de autonomização em relação ao partido. E antes da temática do gênero transformar-se numa espécie de moda ou num tema incontornável no plano internacional, já era um tema muito discutido no interior das forças sociais e políticas em Cabo Verde. Nós encontramos na Juventude Africana Amílcar Cabral [JAAC] essa mesma ambivalência. E mais tarde, com a abertura do regime a outros participantes e atores, foi se formando várias organizações da sociedade civil, com novas dimensões. (Dirigente do PAICV, entrevista)

Nesse trecho, chamam atenção a ausência de grupos pré-existentes de organizações de Tabanka, exceto a Igreja, e o surgimento de novas formas de organizações sociais de massa que emergiram e predominaram após a independência, reconfiguradas

e retomadas em outras formas nos anos subsequentes, enquanto parte da sociedade civil (a exemplo da Organização de Mulheres de Cabo Verde e Organização da Juventude Africana Amílcar Cabral), incorporadas no partido e voltadas para agregação de grupos pré-existentes de Tabanka no PAICV.

Esses últimos, embora não tenham visibilidade na luta em defesa das demandas dos seus membros, subordinadas ao partido, continuam presentes na sociedade civil e na democracia cabo-verdiana com suas associações, seus princípios, culturas, valores e normas, mas são frequentemente “ignorados” nos depoimentos dos dirigentes da sociedade civil e da sociedade política. Daí a predominância e ênfase que se atribui as duas características intrínsecas na configuração da sociedade civil cabo-verdiana: (i) sua influência colonial, dada pela presença da Igreja Católica na formação cristã da sociedade civil; e (ii) sua natureza político-partidária, dada pela necessidade do partido em articular uma “vontade coletiva” congregando os interesses particulares para a constituição de um “povo” em nome do interesse geral da sociedade civil. Não obstante a presença da Igreja Católica, que coexistiu historicamente com Estado, e a presença de diversas organizações no interior do PAICV, a participação da sociedade civil somente podia ser entendida como aclamação e apoio político ao regime.

Apesar de reivindicações de outros direitos por amplos setores da população, a exemplo do direito à emancipação feminina e luta pela igualdade de gênero no interior do partido, havia limites claros ao pluralismo e à tolerância no exercício da liberdade e direitos individuais e coletivos. Qualquer manifestação de protestos fora dos espaços definidos pelo partido podia ser considerada uma violação do princípio da autoridade e um ataque à “legitimidade histórica” do “partido de Estado”.

Naquele contexto, o sentido da democracia mais presente, no discurso de dirigentes do PAICV, era o da democracia revolucionária a partir de movimentos de massa que definiam a participação social, como indicado nesse relato de Aristides Pereira, compartilhado por muitos dirigentes nos finais da década de 1980:

Entendendo a democracia como a possibilidade e a necessidade dos cidadãos participarem na “*res pública*”, de forma livre, responsável e patrioticamente [...] Nós criamos múltiplos canais de participação popular através do partido e das organizações de massas, das associações profissionais, dos organismos de poder de participação popular, das cooperativas etc. [...] A justiça social é um dos objetivos maiores do sistema democrático cabo-verdiano, instituído pelo partido. Na realização da justiça social, a democracia ganha a sua verdadeira dimensão. Por isso dizemos que a nossa democracia é revolucionária. (Documento 11)

Pode-se dizer, então, que prevaleceu em Cabo Verde, na época de partido único, o controle conservador, a centralização do poder, exclusivamente no PAICV, que funcionava como “quartel general” da democracia, da justiça social e da participação dos movimentos sociais populares. Como afirma Jorge Carlos Fonseca (1998), apesar de grande expectativa que norteou o regime de partido único com a criação de espaços de participação popular para a sociedade, os resultados não foram os esperados pela sociedade civil na construção de sua autonomia e identidade fora do controle partidário.

Nos princípios da década de 1990, com o processo de democratização, foi constatada a coexistência dessa estrutura que

articula Partido-Estado e Sociedade Civil. Isso provoca certos transtornos, como aparece no relato de um dirigente do partido:

quando falamos de participação política, o que vem à mente normalmente são os grandes atores políticos no sentido dos líderes de partidos políticos, de um Estado de Direito, que é um conceito que está consolidado em Cabo Verde. E creio que só depois pensamos no cidadão e nas suas diversas formas de intervenção enquanto membros da sociedade. Portanto, creio que ainda há uma clivagem muito profunda entre aquilo que se considera político em Cabo Verde, político no sentido dos pilares do Estado, por um lado, e o resto da sociedade, por outro lado. Este eixo cidadão, sociedade civil versus Estado, creio que é algo que está a compor em Cabo Verde, mas que ainda não tem uma intervenção muito eficaz. (Dirigente do PAICV, entrevista)

Os grupos sociais pré-existentes, suas lutas, não aparecem, como aconteceu no regime de partido único nos anos 1980. Suas organizações não teriam desempenhado papel importante nas mobilizações para a democracia dos anos 1990, já que a maioria de ações de mobilização dominava o discurso e as ideologias de origem partidária, que excluía ou incorporavam diversos grupos como elementos importantes nas estratégias eleitorais dos partidos que lutavam pelo poder e controle do Estado. Atualmente, esses grupos têm presença, se organizando a partir de ações locais e na participação eleitoral de partidos, em que os candidatos disputam, por formas diversas de conquista, a manutenção do poder.

A avaliação de uma entrevistada evidencia a maneira como a Tabanka estabeleceu relações sociais, políticas e econômicas para garantir sua sobrevivência:

A Tradição de Terra começou com casamentos. Depois, fomos convidados por um aniversário de outro grupo de canto para animarmos sua festa. Depois, fomos convidados para uma festa no jardim. Em seguida, participamos nas campanhas para eleições presidenciais. Finalizada a campanha, fomos contratados por um restaurante aqui da cidade, onde atuamos duas vezes por semana. Hotel Trópico, Vila Hotel, Praia Mar, Cacheiro e Tabanka, Palácio de Cultura Mar nos chamaram, muitas instituições já nos convidam para atuar. (Rainha do Grupo Tradição de Terra)

Essa fala revela as relações iniciais do grupo no processo de democratização. Mostra o reconhecimento de grupos pré-existent no contexto da disputa partidária que não foi aceito no período anterior. Isso se evidencia na apropriação do grupo nos comícios, festas, instituições públicas, prestação de serviços e participação nas campanhas no tempo da eleição. Não funciona, organicamente, como oposição aos partidos porque “todos os partidos são nossos (dinós), MpD e PAICV, não queremos guerra, não queremos pucha-pucha” (Tradição de Terra). A unidade almejada, atualmente, só pode ser consolidada evitando conflito. Por trás, subsiste a ideia de que “o político gosta de magoar seu adversário, enquanto a nossa música não tem magoa” (Tradição de Terra). Por outro lado, isso também mostra a preocupação de não ser apropriado pelos partidos. No entanto, percebe-se que há limite nessas relações onde a questão da liderança tem um peso fundamental.

Nesse sentido, as reivindicações coletivas e as demandas são vistas como resultados de relações de poder institucionalizadas nas lideranças políticas que definem as “regras de jogo político” nas relações entre indivíduos, Estado e sociedade civil. Desse

modo, não fica explícito o limite entre o campo da ação direta da sociedade civil na esfera pública com as esferas institucionais de exercício da representação política, considerado espaço privilegiado das relações sociais e “só depois se pensa no cidadão e nas suas diversas formas de intervenção enquanto membro da sociedade civil”, que, como diz o Dirigente do PAICV, é algo ainda em construção, sem articulação e expressão. Assim, para esse entrevistado, a sociedade civil, nas ilhas, só adquire relevância política na medida em que

haja cidadãos que assumam autonomamente os seus direitos, as suas liberdades e os seus deveres. Em Cabo Verde, o Estado é muito cioso por seus poderes, aquela máxima de quem pode que encontramos noutras sociedades. Mas, de qualquer maneira, nós temos uma tradição através da literatura, do jornalismo polêmico, dos escritos nos jornais e na imprensa, da intervenção direta em debates públicos. Há uma tradição de debate que está a transformar, quer em termos de abordagens, quer em termos de suportes utilizados. Utilizam-se cada vez mais as redes sociais na defesa de interesses e confrontações públicas defendidas pelo governo [Estado] A Associação de Direito do Consumidor [ADECO], por exemplo, vai interpelar tudo aquilo que não é normalmente considerado sociedade civil. Isto é, interpela diretamente o Estado, o mercado e o próprio cidadão. (Dirigente do PAICV, entrevista)

Evidencia-se, aqui, uma retomada e renovação da matriz discursiva sobre sociedade civil que implica, por um lado, a forte presença do Estado ao mesmo tempo em que se revela a

centralidade da elite letrada na mediação entre representantes e representados através da participação nas redes sociais e uso intensivo da imprensa, nas quais se articulam aberturas para novas e velhas demandas, e, por outro, na percepção de uma sociedade civil articulada e separada de toda forma de comunicação estatal ou da sociedade civil moderna. Nessa busca, ocorre um desejo de autonomia e integração da sociedade civil nas redes sociais, não apenas por meio do surgimento da ADECO (Associação de Direito do Consumidor), que teria como característica central a interatividade e livre associativismo, mas também por tentativas de instrumentalização dos atores das organizações da sociedade civil.

Apesar de demandas por uma maior participação e institucionalização dos movimentos da sociedade civil nas redes e sua diferença em relação ao passado, assinalado acima pelo dirigente do PAIGC, há problemas ainda não resolvidos nos espaços tradicionais de participação e da representação política em Cabo Verde. Isso porque o acesso à internet para se comunicar ainda não atingiu seu nível de popularização aceitável para a mobilização e difusão de demandas junto ao Estado. É mais uma atuação dos intelectuais e políticos que se envolvem nas “questões nacionais” nas redes sociais, pelas razões mais diversas e antagônicas, por exemplo, para posicionar-se a favor ou contra o Estado através da literatura, jornalismo, intervenções e debates na comunicação social.

Observando a realidade atual de várias organizações da sociedade civil, um entrevistado ilustra bem a dificuldade de sair das formas tradicionais de representação, tanto no campo sindical como nas suas diferentes relações com o partido. Coloca-se o embaraço de desvinculação de sua identidade histórica e a demarcação de sua diferença organizacional em relação a um passado

de obstáculos dispostos pelas estruturas de representação política, como evidencia o relato seguinte:

A UNTC-CS [União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde] começou por estar ligado muito ao partido único [PAICV], e foi também fazendo o seu percurso de autonomia de forma gradual, não obstante a *conotações* pela história. Não vai ser possível apagar isso porque as pessoas independentemente da prática do UNTC faz sempre essa ligação. Mas o que eu posso dizer é que de fato hoje a UNTC é um central sindical respeitada, autônoma. Exerce sua autonomia ao Estado, as forças políticas, as confecções religiosas e outras organizações de natureza não sindical. Está implantada em todas as ilhas, tem vários sindicatos filiados, algumas federações e uniões regionais. Tem mais de trinta mil associados inscritos (dirigente da UNTC-CS, entrevista) (*sic*).

A “autonomia gradual”, a qual se refere esse dirigente, de alguma maneira sintetiza as percepções dos membros da sociedade civil que foram entrevistados e identifica-se com uma postura “crítica” que pode potencializar o início de uma nova sociedade civil em que o discurso de “conotações” com o partido comece a ser superado pelo discurso de “autonomia”. Isso porque a UNTC-CS vem multiplicando, pouco a pouco, suas práticas coletivas e não apenas submetendo-se passivamente ao Partido, ao Governo e ao Estado.

Para muitos entrevistados, a relação entre organizações da sociedade civil e partidos começou a mudar, como resultado do processo da democratização, que ampliou espaços de participação

direta e de representação política para além do PAICV, conforme apontado no relato acima. A fala seguinte sintetiza a percepção dos dirigentes da sociedade civil no que diz respeito a defasadas possibilidades de alargamento da democracia pela expansão de novas demandas sociais.

A OMCV [Organização das Mulheres de Cabo Verde] nasceu num contexto de Partido-Estado. Nós éramos uma organização de massa. Nós tínhamos um orçamento próprio para nossas atividades, disponibilizado pelos parceiros internacionais através do governo. Em 1991, com a implementação da Lei de organizações não-governamentais, deixamos de ser uma organização do Estado. Aquilo que era a nossa base de trabalho, a questão de emancipação, deixamos de lado porque não havia mais necessidade de continuar a trabalhar essa temática. Hoje estamos mais voltados para trabalhar o empoderamento econômico das mulheres para responder às necessidades concretas [...] com ênfase maior ao programa de microcrédito, que já existia desde o ano de 2000. (Dirigente da OMCV, entrevista)

Nesse processo de democratização, há uma aspiração por maior autonomia em relação ao partido. Colocam-se dois desafios no campo da sociedade civil: por um lado, a busca da diminuição da influência do Estado, e, por outro, a herança de estruturas anteriores com a presença de lideranças, nessas relações, que marcam a tensão da própria ideia de Estado nacional. Essa tensão, por exemplo, é percebida na problemática do gênero, quando o debate da emancipação feminina, presente no regime antigo, é deslocado

para a questão de empoderamento na luta pela redução das desigualdades e acesso aos bens materiais.

Nessa luta pela afirmação das organizações da sociedade civil, fora da esfera partidária, um dirigente urbano da organização dos trabalhadores aponta a necessidade de superar a antiga estrutura política da UNTC-CS, atrelada ao partido, e articular novos sentidos, através da participação dos trabalhadores. Não obstante, reconhece os desafios na medida em que continuam a prevalecer práticas antidemocráticas, pelo fato de que para ele a cultura democrática nunca foi incorporada pelos trabalhadores, ou pelo fato de sua organização viver um conflito geracional no atual contexto social e político democrático.

Nós [UNTC-CS], internamente, temos um problema [pausa], eu diria que há um problema de idade. Um dos desafios que nós temos internamente aconteceu muito recentemente com último Congresso. Nós durante todo esse tempo e percurso nunca houve disputas internas, nunca houve mais de um candidato. Mas aconteceu no último congresso em 2010. Houve, de fato, concorrências, mais de um candidato, mais uma lista para diferentes órgãos sindicais [...] Talvez pelo nosso percurso nunca houve essa cultura de defesa de pluralidade de candidatos e de listas. Isso acabou originando algum problema do ponto de vista da união. É um problema que nós temos em Cabo Verde, problema geral dos movimentos sindicais. Os adversários muitas das vezes são tidos como inimigos. Procuram denegrir e atingir personalidades. Isto num país pequeno, com organizações pequenas, onde conhecemos as pessoas e vivemos juntos etc., acaba por deixar marcas. Então, eu acho que o

último Congresso deixou marcas. (Dirigente da UNTC, entrevista)

Nesse sentido, ao afirmar os desafios da organização dos trabalhadores, o entrevistado aponta que “disputas internas” possibilitaram a explicitação da diversidade de interesses políticos, coletivos e individuais, presentes na sociedade civil no período da democratização, como também revela percepções distintas em torno da manutenção ou de transgressão da ordem centralizadora imposta historicamente aos trabalhadores pelo único partido oficioso.

Observa-se, por um lado, o esforço da UNTC-CS em manter a credibilidade do movimento no quadro de democratização, distanciando-se da sociedade política e, por outro, o desafio de não perder o apoio do Estado, seja através de restrição de acesso a emprego público, seja pela perda de patrimônio herdado do regime. A seguinte passagem, do dirigente da UNTC-CS, explicita essa preocupação. “Nós temos estruturas sindicais em todas as ilhas, com mais de trinta mil associados inscritos” (UNTC-CS, entrevista). Essa estrutura acaba por revelar uma complexidade na relação sociedade civil e Estado.

A dificuldade em aceitar o pluralismo e a expansão do espaço de participação sociopolítico autônomo da sociedade civil é destacada na literatura como decorrente da centralidade do Estado e dos partidos que obstaculizam os canais de representação direta.

Os obstáculos para o funcionamento democrático aconteceram em decorrência da falta de tradição democrática. A crescente dependência ao Estado, a ausência de referências e práticas sociais e políticas autônomas, a hegemonia de

um partido resultaram na obediência messiânica ao líder. Isso tem facilitado o conformismo e a falta de competição entre personalidades ou lideranças devido a predominância de interesses particulares e controle de meios de comunicação. Essa lógica tem hipertrofiado a capacidade da sociedade civil como uma instância de controle e mediação de poder. (FONSECA, 1998, p. 8)

É também em prol da “democracia de partido” que se insere a percepção da sociedade civil sobre o problema da participação política direta. Nesse processo, os protagonistas são normalmente os partidos, cujas lideranças dirigem a condução do processo político das organizações sociais, reforçando sua dependência ao Estado, nos municípios e nas autarquias. Acrescente-se que a participação da sociedade civil na prática política nas questões que lhes concernem, como, por exemplo, discutir e negociar diretamente com o Estado sem intermediação de partidos ou por delegação não aparece nos depoimentos. Na formulação de um dirigente cabo-verdiano da “União Nacional dos Trabalhadores”,

em Cabo Verde, as pessoas normalmente se galvanizam só na ocasião de eleições. Agora vamos ter eleições autárquicas, se estiver cá nessa altura vais ver que há toda uma movimentação etc. E as pessoas elegem nessa altura. Depois eles aguardam cinco anos para fazer a mesma coisa. Há uma massa muito grande que só participa de cinco em cinco anos. Estou a referir-me à participação política ativa. Sinceramente já foram feitos vários estudos e ainda estamos por entender o porquê disso. (Dirigente UNTC-CS, entrevista)

Isso significa que a participação política, enquanto luta pela afirmação da sociedade civil na conquista das diversas dimensões da vida humana, se restringe ao ato do voto para escolha dos representantes no Parlamento, de acordo com os depoimentos até aqui analisados.

O forte envolvimento nos processos eleitorais não tem conseguido mobilizar as energias das organizações e grupos da sociedade civil na luta organizada e livre contra condições desiguais, isto é, o direito de lutar livremente sem retaliação do governo na redefinição e construção coletiva de uma nova cidadania, entendida como um conjunto de ações para a construção de uma democracia substantiva. Essa luta cria oportunidades para o movimento, mas também ambiguidades nas práticas políticas dos indivíduos e dos grupos na medida em que

há muita vontade do povo em participar politicamente, mas, ao mesmo tempo, há uma certa distância em reivindicar os próprios direitos. Nas campanhas eleitorais você não vê as pessoas a questionar a administração do governo, mas você vê uma grande participação na hora de votar. Não há uma cidadania ativa. (Dirigente do Safende, entrevista)

É justamente a percepção da democracia como ato do voto, no interior do partido, que mais preocupa os dirigentes da sociedade civil entrevistados. Essa forma de participação não facilita a consciência política e a cidadania ativa. Isso porque há uma grande dependência do Estado. As lideranças políticas realizam um esforço enorme para articular os interesses específicos de partidos e do conjunto da sociedade civil. A problemática da sobrevivência,

especialmente das desigualdades socioeconômicas, representa o dilema central da democratização, em Cabo Verde. A centralidade do Estado, em conexão direta com as elites partidárias, tem dificultado a extensão da cidadania e igualdade política no âmbito da esfera pública democrática e da sociedade civil. Essa visão aproxima-se da conclusão que José Leitão da Graça chegou, para quem

em Cabo Verde existe a luta diária pela sobrevivência num Estado de longe o maior empregador. Ele pode manietar os cidadãos pela simples ameaça de perda de emprego ou de uma transferência. Temos uma população analfabeta, preocupada ainda apenas com as coisas que se passam em nível do estomago e eternamente à espera de messias que a virá libertar da servidão da miséria. Nesse quadro, que lugar poderá ocupar a democracia nas formas e modelos em que a importamos? Se admitirmos que ela não se esgote no simples direito ao voto secreto e entrega do poder ao que mais e melhor soube prometer, que sociedade civil e mecanismos já temos para controlar o uso que se faz do poder que delegamos? Se a democracia é o governo do povo e para povo não será em si contraditória a dicotomia sociedade civil e sociedade política? A existência de uma classe de políticos profissionais não será antagônica à democracia, em qualquer das suas formas? (GRAÇA, 1994, p. 67)

Essas questões definem limites estruturais para a emergência de uma sociedade civil pluralista e intermediária, que se articularia com o Estado e o mercado, bem como com outros mecanismos que vão além das formas institucionalizadas e ampliaria a

própria percepção de sociedade civil e da esfera pública (COHEN e ARATO, 2000). Essa interpretação, embora relevante para a participação política e “ação coletiva” de um modo geral, não se aplica a Cabo Verde. Como um entrevistado da UNTC-CS colocou: “(ainda) há uma massa que só participa de cinco em cinco anos” devido às poucas oportunidades políticas, reservadas aos partidos políticos que dominam a esfera pública, fragmentando demandas e alternativas aos diversos setores da sociedade civil. As observações de um dirigente reproduzem bem a influência negativa dos partidos e o efeito desmobilizador de suas práticas políticas na sociedade civil, afirmando que

em Cabo Verde, a *bipolarização* contribui muito para os problemas que nós temos. Aqui há dois partidos, MpD e PAICV, que dominam 50% e 50% de eleitorado. Então, chega aqui dentro ou é verde ou é amarelo. Isso tem constituído um problema terrível aqui no país, até dentro dos movimentos sindicais também. Nós não somos imunes a isso. Eu acho que essa questão tem prejudicado a nossa democracia, a participação e o funcionamento normal das instituições a todos os níveis. (Dirigente da UNTC-CS, entrevista – grifo nosso)

Em oposição ao discurso de que “a UNTC-SC exerce sua autonomia ao Estado e partido” (ver relato na página 188), defendido anteriormente pelo mesmo entrevistado, aqui se percebe um posicionamento diferente de convivência com a *bipolarização* que afeta diretamente a participação ativa dos trabalhadores na tomada de decisão na construção democrática. A tradição política bipolar entre PAICV e MpD, com reais chances de poder, não

só polarizou a sociedade civil, como também gerou uma disputa de protagonismo em torno de seu sentido. O relato abaixo, de um dirigente do MpD, confirma essa disputa baseada numa percepção de sociedade civil como resultado da ação do partido no Parlamento.

Quando o MpD entrou no poder, havia um sindicato único de um partido único. Não havia direito à greve, manifestações eram proibidas. O MpD teve um papel importante na elaboração da Constituição de 1992, que se desenvolveu em concomitância com expansão da sociedade civil [...] Eu me lembro no dia da promulgação da Constituição, o PAICV abandonou a sala e se absteve na votação. Significa que foi o MpD que aprovou a Constituição. É esse novo quadro legal que permitiu a formação de um poder judiciário independente, um poder local democraticamente eleito, e estipulou aquilo que nós chamamos de participação social. (Dirigente do MpD, entrevista)

As organizações e grupos da sociedade civil são vistos, na visão do dirigente do MpD, como fenômenos simultaneamente partidários e constitucionais, localizados na fronteira entre o MpD e o Parlamento. Como se pode deduzir dessa percepção, o MpD afirma que, a partir de 1992, “novas” organizações e grupos foram criados, rejeitando qualquer percepção de sociedade civil emergente no regime anterior. Seguem-se, daí, duas visões de sociedade civil: uma criada pelo partido único, entendida como conjunto de organizações de massa vinculadas ao PAICV, e outra criada pelo MpD no contexto de democratização e representação político-parlamentar, com eleição do MpD e crise e monopolização do

sistema político e socioeconômico pelo regime anterior.¹³⁴ Como exemplo dessa relação, afirma o líder fundador e dirigente do partido, Carlos Veiga, que

o Movimento para a Democracia, MpD, absorveu boa parte das reivindicações da Igreja Católica, entre as quais a adoção da palavra Deus como supremo legislador na futura constituição, como também a adoção de um referendo popular para decidir a questão do aborto. (Documento 12)¹³⁵

O Movimento para a Democracia-MpD procurou incorporar as demandas da sociedade civil por intermédio da Igreja Católica. Isso se torna mais evidente se considerada a constelação de interesses entre a Igreja e o Estado salazarista, com forte presença na sociedade civil, especialmente no setor educativo, que existiu ao longo da história de Cabo Verde. A Igreja Católica, como ator social, revela a preocupação de se adaptar as mudanças políticas significativas e na busca de novos espaços públicos, voltados para a revitalização da vida religiosa, tanto na sociedade civil como na vida política, atreladas ao projeto político de mudança para a democracia proposto pelo MpD.

134 A articulação entre a Igreja Católica e o MpD revela um elemento importante. No entanto, ainda não mereceu observação no quadro geral do processo de transição para a democracia em Cabo Verde.

135 A aproximação da Igreja ao MpD não foi uma articulação fácil na defesa de valores cristãos. Houve ameaças de represálias da Igreja, expressas, por exemplo, na afirmação de que “um ponto no qual a Igreja não abrirá as mãos e que custará caro ao governo a sua manutenção é a questão de aborto. O governo do PAICV despenalizou-o, a revelia da Igreja Católica. A teimosia custou-lhe caro” (Documento 12). Não obstante as articulações entre Igreja Católica e MpD, o posição do PAICV em relação ao aborto não alterou, nem tão pouco a Lei foi modificada. O PAICV voltou ao poder e está no seu terceiro mandato.

Há uma relocação de grupos tensionados que estavam no interior do PAICV que vão tendo uma margem de negociação e de articulação no jogo partidário que inclui o MpD e o PAICV no processo de disputa política pelo poder.

No contexto da democratização, poderia se questionar se a intervenção partidária modificou a forma de expressão da sociedade civil.

Setores da sociedade civil acreditam que a construção da democracia, fortemente vivenciada em Cabo Verde, com a crescente liberdade de expressão dos indivíduos, não foi invenção de nenhum grupo específico, nem mesmo de partidos que utilizam os recursos públicos para atender às necessidades das clientelas. Esse posicionamento de protagonismo de partidos políticos em tomarem decisões e o lugar da sociedade civil, começou a ser questionado pelo Movimento Juvenil, que não aceita, de forma passiva, a intermediação de partidos. A Liga da Associação Juvenil de Praia, que congrega quarenta e nove associações, não quer ser representada nem agir por delegação. Busca-se a ação direta nos processos políticos, expressa na percepção de que

em Cabo Verde a democracia é vivenciada de uma forma muito positiva. A sociedade civil sempre teve a liberdade desde abertura política em 1991, apesar das anomalias de partidos políticos. A liberdade de expressão é muito importante, nós a temos aqui. A grande questão é que os partidos acham que são donos da democracia ou seus fundadores. Isso não é verdade. A democracia foi um processo que não dependeu de ninguém. (Dirigente da LAJP, entrevista)

Mais adiante, o mesmo entrevistado coloca o problema da participação política e as condições para que ela se realize no

relacionamento com partido e o Estado. Essas condições possibilitariam a autonomia da participação juvenil. O movimento deixaria de ser um instrumento político e passaria a ser uma organização coletiva, cujas necessidades e prioridades seriam traçadas pelos próprios jovens, que vivem experiências distintas no mundo contemporâneo em constante mutação, com opiniões e projetos políticos que se opõem às opiniões e demandas dos partidos, na medida em que

em Cabo Verde a participação política não tem tido o sucesso que esperamos. Os jovens que estão a entrar na política não estão a discernir quais funções possam ter. Tem sido usado como instrumentos para fazer campanhas e promessas eleitorais, e depois não conseguem dar respostas necessárias [...] No nível da tomada de decisões os jovens não aparecem. Aparecem os líderes partidários a traçar políticas pela juventude e pela própria sociedade. Quem fica por detrás na retaguarda a mandar não está também a responsabilizar pelos jovens. Pessoalmente, conheço jovens que entraram na política, no entanto mancharam sua imagem e não conseguiram ter certa credibilidade. Porque aqui tudo é politizado, então, a partir do momento que estás na política, faz parte de uma cor partidária automaticamente e está a fechar a porta para outro lado. Tens que ter a garantia suficiente que vais continuar ali e que terás uma progressão [...] A estratégia política para juventude deveria ser traçada pelos próprios jovens por que nós é que conhecemos as nossas necessidades e prioridades. Não são os políticos que tem 50, 60 anos que devem traçar política para jovens, tendo em conta que vão esboçar a experiência de vida dos seus tempos. A nossa geração vive

hoje uma situação completamente diferente da deles. Devia ser nós a traçar as nossas próprias políticas (Dirigente da LAJP, entrevista).

A questão da participação ativa e qualitativa da sociedade civil na vida pública torna-se difícil de ser desenvolvida dentro dos termos dessa relação entre juventude e partidos, colocando, assim, a necessidade da superação do clientelismo por intermédio de um processo de socialização política com base na sociedade civil. Nesse processo, há um esforço das organizações juvenis no sentido de desenvolver uma percepção política alternativa, capaz de potenciar a autonomia e participação direta da sociedade civil, bem como das organizações específicas (como associações de mulheres, trabalhadores, jovens, Tabanka, ONGs), que lhes possibilite maior abrangência e inserção política nas diversas lutas sociais. Isso porque, em Cabo Verde,

temos associações que hoje são identificados com partido político porque envolveram em atividades em campanhas políticas. Essas associações estão a sofrer, pois quando fazem um projeto para uma organização de cor partidária diferente, este diz que não. Nós estamos a tentar trabalhar com as associações no sentido de não aproximar dos partidos políticos em momentos eleitorais. Mesmos que tiveram algum tipo de apoio, é importante não permitir que os partidos intervenham diretamente nas suas atividades. (Dirigente da LAJP, entrevista) (*sic*)

Vislumbra-se uma perspectiva que poderá mudar o esvaziamento das associações populares pela sua identificação com os

partidos políticos, a partir da separação das esferas sociedade civil e partido. No entanto, alguns dirigentes entrevistados, que fizeram lideranças juvenis fora de partido, realizam um esforço enorme para não serem cooptados. Nessa luta, vista à luz de outras pesquisas, tem papel complicador pelo fato de

que em Cabo Verde cinco condicionalismos marcaram a formação do campo político. Primeiro, a democratização trouxe crispações graves, sendo do domínio estrito para adentrar as relações sociais e familiares. Segundo, esse processo não foi acompanhado pela diferenciação entre a esfera privada e a esfera pública, mas sim à “publicização” da esfera privada e privatização da esfera pública. Terceiro, a bipolarização do jogo político criou uma dualidade e acentuou conflitos, até então latentes, constituindo um momento de catarse social nem sempre adequado com processo de aprendizagem e de constituição de um *habitus* político. Quarto, a democratização não foi acompanhada do surgimento da sociedade civil capaz de questionar e se contrapor à tendência homogeneizante e redutora do poder, particularmente de partidos majoritários. Quinto, o último, não temos uma imprensa distanciada do poder político, como instrumento de educação e canal de expressão de segmentos da sociedade civil. (FURTADO, 1994, p. 97-98)

Mais uma vez o modelo bipartidário aparece como guardião dos interesses sociais. As noções de público e privado são concebidas, assim, como esferas interligadas. A sociedade civil, manipulada pelos instrumentos de comunicação de massa, tem

desenvolvido o conformismo e apatia política, hipertrofiando a dinâmica social na esfera pública. Apesar desse dilema da participação política, os entrevistados da sociedade civil constataam os avanços da democracia cabo-verdiana como forma de governo e de organização social, com todas suas deficiências estruturais.

Eu acho que vamos seguir para via da *consolidação* da democracia. Há, ainda, a questão da participação que as pessoas participam de cinco em cinco anos. Mas, comparativamente, eu acho que de fato foram dados passos importantes em Cabo Verde [...] O país já se dá ao “luxo” de ter um presidente externo [ao partido no poder], coisa que era impensável. E hoje convive com essa coabitação natural. Apesar de algumas querelas de vez em quando, convivem naturalmente com isso e não há nenhum problema. Eu acho um país que chega esse patamar é porque de fato já avançou um bocadinho. (Dirigente do UNTC-CS, entrevista)

Nesse relato, o entrevistado entende a consolidação como a convivência pacífica na relação entre presidência e governo. No entanto, não se pode tratar a questão da consolidação democrática sem considerar os problemas estruturais, os limites da participação e o aumento das desigualdades sociais. Como disse Guillermo O'Donnell (1998), a consolidação da democracia só se efetiva na combinação, mesmo precária e contraditória, de suas dimensões políticas e sociais. A efetivação de certos direitos (liberdade de opinião, de competição partidária, de eleições periódicas, liberdade de associação e meios de comunicação de massa) que protegem tanto indivíduos quanto grupos em face ao exercício arbitrário do poder, diz respeito apenas ao processo de liberalização do regime,

faltando a participação nas decisões e exercício efetivo da cidadania tanto em seus direitos quanto em seus deveres.

A consolidação é vista, assim, como articulação entre a sociedade civil e o Estado, entre a liberalização, a transição e a democratização enquanto expansão progressiva, não linear, da lógica da democracia nos espaços sociais. Como afirmou Tocqueville, há cento e cinquenta anos, a revolução democrática desencadeia um processo pelo qual o princípio da igualdade de condições não pode se deter nos procedimentos formalizados de uma pequena parcela da população ou de uma elite. Igualdade de condições abre caminho em todas as direções, possibilitam processos de mudança e emancipação, negociação e articulação para radicalização democrática na sociedade contemporânea (TOCQUEVILLE, 1977).

Em Cabo Verde, apesar dos avanços registrados com a “transição pacífica” do regime autoritário para a democracia, “ainda há uma clivagem profunda entre aquilo que se considera político, por um lado, e o resto da sociedade”, por outro, conforme já mencionamos (ver relato na página 185). Essa situação é considerada pelos entrevistados (dirigentes e intelectuais) como decorrente do problema da sobrevivência econômica, do clientelismo e da dependência. O relato de um deputado da nação retrata bem a percepção dos dirigentes do Movimento para a Democracia (MpD) e os efeitos dessa política no interior da sociedade civil:

O MpD julga que a sociedade civil deve ter autonomia financeira e não depender do poder político. Apesar de Estado e Governo terem a capacidade de financiar os projetos e atividades de ONGs, essa capacidade de financiamento não deve condicionar a sociedade civil em

relação à participação política direta, sobretudo nas eleições [...] Essa prática política gera a corrupção eleitoral, isto é, utiliza fundo de Estado para tirar proveito ao eleitorado [...] Esse é um dos problemas que nós temos por parte de alguns partidos, sobretudo PAICV, de parasitar as organizações da sociedade civil em proveito eleitoral próprio. Essa é a maior dificuldade. Ultrapassada essa dificuldade, a sociedade civil poderá ter um papel muito mais positivo e proveitoso no processo político cabo-verdiano. (Dirigente do MpD, entrevista)

O condicionalismo político de sociedade civil pelo Estado pode ser confirmado pela análise do ex-presidente do Parlamento, Aristides Lima, dirigente do PAICV, que salienta os postulados políticos constitucionais da democracia conservadora cabo-verdiana, construída “pelo alto”, “sem conflitos sociais”. Sua conclusão parte do pressuposto de que

em Cabo Verde o processo de transição democrática foi tendencialmente desencadeado de cima, num clima internacional muito favorável. A decisão de mudança foi tomada pelo PAICV, sem pressão de baixo e nem se deveu a conflitos sociais. Em Cabo Verde, esse processo não esteve na origem daquilo que se convencionou chamar de “revoluções da cidadania”. A democratização foi devidamente regulamentada dentro do quadro institucional dos órgãos constitucionalmente estabelecidos. Essa estrutura político-institucional revela uma específica característica da transição cabo-verdiana, diferentemente que aconteceu no Benim, Gabão e Congo, antecidos de Conferências Nacionais. Distintamente

do que se afirma correntemente, o processo de democratização cabo-verdiano não chegou seu fim. Há uma transição local incompleta. É preciso uma transição “pelo baixo”, a nível municipal, uma transição cultural ou renovação cultural democrática. (LIMA, 1992, p. 24-37)

O argumento da transição incompleta articula com as percepções que a sociedade política tem da democracia em Cabo Verde, criticada pelos setores da sociedade civil. A luta pela definição de uma agenda da sociedade civil, permitindo uma inserção independente no campo da disputa política no interior do Estado, pode ser encontrada no depoimento de uma entrevistada, que recorda sua trajetória e envolvimento político nas organizações sociais de massa do partido, da dificuldade de articular a autonomia organizacional e identidade política da sociedade civil em relação ao partido e ao Estado:

Somos uma organização com 31 anos de existência, que viveu dois momentos bem diferentes. Ainda, nós temos um pouco de choque entre a nova e a velha geração. É uma questão que temos que trabalhar no sentido de tentar separar. Digamos também que há alguns interesses pessoais, e nós temos que combater isso. Temos que trabalhar no sentido de filtrar uns grupinhos que criam crispações. Hoje temos que trabalhar com as pessoas que estão em nível do corpo diretivo e que sejam confiáveis, com capacidade de negociar e resolver problemas. Vamos instituir processos seletivos constituídos pelos membros da organização que vão avaliar os candidatos. As pessoas resistem às mudanças, mas não podemos continuar com uma estrutura que não

pode ser sustentada. (Dirigente da OMCV, entrevista)

A Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) foi constituída no final dos anos 1980, no regime do PAICV, cuja percepção deslocou-se da emancipação feminina para empoderamento econômico na busca de soluções para o enfrentamento de problemas de sobrevivência das mulheres, no início da década de 1990. Parte do discurso de conflito geracional é perceptível em outras organizações que emergiram no contexto da democratização em contraposição àquelas surgidas no período anterior. O choque entre a nova e a velha geração revela também a sobrevivência desse conflito, na medida que a “velha geração” não aceita as mudanças que se fazem necessárias por “interesse pessoal”. Daí a tentativa de se contrapor a essa mentalidade e afirmar a necessidade de sua superação através de ajustes no corpo diretivo. A contraposição interna também evidencia a priorização da formação técnica dos seus quadros podendo significar um distanciamento de sua base.

Assim, longe de aperfeiçoar seu vínculo orgânico com os movimentos populares, a atuação da OMCV traduz a disputa política de sua equipe diretiva, entendida simplesmente como falta de ajustes no processo de seleção de candidatos aptos a cumprirem o estatuto burocrático e rotina técnico-administrativa para o controle de funções especializadas nas esferas da decisão. É na busca desse aparato, no interior da sociedade civil, que se coloca a disputa entre a nova e a velha geração, entre equipe especializada de “ação inovadora” e presença de “grupinhos” que revela a heterogeneidade da sociedade civil cabo-verdiana.

O redirecionamento para a preocupação de formação técnica propõe novas referenciais para a leitura da sociedade civil voltada a uma perspectiva empreendedora e desenvolvimentista:

A sociedade civil cabo-verdiana é muito forte. É ver aquilo que nós contribuímos em termos de receitas para o financiamento das nossas atividades [...] Entre 2007 a 2011, tivemos um total de receitas de vinte dois bilhões, oitenta milhões e duzentos e vinte sete mil escudos cabo-verdiano [22.080.227.000,00\$]. Sem contar com programas de microcrédito em torno de oitenta mil milhões [80.000.000,00\$]. Grosso desse dinheiro vem de fora. O nosso papel na criação de uma classe empreendedora é muito forte, financiando várias atividades geradoras de rendimentos [...] As organizações de base comunitária têm uma força muito grande. Duas maiores organizações em Cabo Verde são das mulheres. (Dirigente da OMCV, entrevista)

A Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) é uma das principais ONGs a se beneficiar da antiga política de “ajuda ao desenvolvimento”, a partir da sua experiência acumulada de colaboração com o poder político durante décadas, como entidades coletivas interdependentes. Experiência essa que lhe possibilitou expandir suas ações, num contexto mais abrangente de relações com atores externos, ampliando a lógica de captação de fundos internacionais. A sua liderança empreendedora está por trás de sua filosofia e engajamento local, e pode ser interpretada a partir da relação com o Estado e os parceiros externos.

A sociedade civil, entendida como ONG, se expressaria como uma organização de caráter essencialmente desenvolvimentista, que avalia positivamente sua relação com agências internacionais e ao mesmo tempo em que revela a imposição de uma lógica instrumental concorrencial que expressa a difusão do modelo global e responde às exigências dos ajustes estruturais por

elas determinadas. As relações de dependência das ONGs com agências internacionais são identificadas na fala de uma dirigente entrevistada:

Para nós, é um apoio importante. Não temos apoios maiores que esses. Agora nós temos que lidar com a linha concorrencial. Há projetos específicos para Cabo Verde, mas às vezes concorremos a nível internacional. Aí é nossa capacidade de responder ao que nos foi solicitado. Isto é, enviar um projeto que satisfaz as orientações traçadas pelos financiadores. Outro desafio que nós temos é a questão da língua. É preciso saber falar francês, italiano, inglês, português, etc. Não é fácil. (Dirigente da OMCV, entrevista)

As organizações da sociedade civil seriam responsáveis perante as agências internacionais que as financiam e o Estado que as contrata como prestadoras de serviços, mas não perante a sociedade civil, da qual se intitulam representantes. Na luta para garantir a sobrevivência e satisfazer suas necessidades, os atores buscam a competência técnica e eficiência organizativa para serem vistos como parceiros pelo Estado e os organismos internacionais. Dessa forma, propõem a difusão de ações de governança interna através de instrumentos de comunicação de massa e do uso intensivo da propaganda, como defende o líder da PLATAFORMA:

Nós, as ONGs, que temos de nos organizar, mobilizar competências, capacidade de diálogo para podermos avançar. Existem vários desafios, e temos que lutar e trabalhar para ultrapassá-los [...] nós estamos a trabalhar a partir de governança [...] ao melhoramos substancialmente a

governança no seio dos atores não governamentais, estamos a reforçar a nossa credibilidade, o respeito. E aí as nossas capacidades de diálogo serão automaticamente reconhecidas. Quer dizer, temos desafios que são internos, mas que vão ter repercussões no plano externo no nosso diálogo com órgãos públicos [Estado]. Porque queremos ser cada vez mais eficientes para que cabo-verdianos menos favorecidos tenham vez e voz [...] nós estamos a trabalhar a visibilidade, dar a visibilidade aos autores não governamentais através da divulgação de boas práticas porque fazemos tanta coisa que a sociedade não tem o conhecimento. (Dirigente da Plataforma de ONGs, entrevista)

É a partir dessa percepção, influenciada pela política da mobilização de recursos externos para o desenvolvimento, que os líderes das ONGs da sociedade civil estabelecem relações com agências internacionais, abandonando seu vínculo popular onde a sociedade civil é entendida como um campo da formação profissionalizante, posta à disposição do mercado e voltada para moldar o comportamento dos indivíduos. Essa percepção aparece no relato de um dos dirigentes entrevistados ao afirmar que:

Temos que continuar a investir na formação profissional, o equilíbrio entre a formação universitária, técnica e profissional na perspectiva de combater o desemprego. No plano externo, temos que ser capazes de mobilizar os investimentos externos porque só a formação profissional não é suficiente, temos que ter investimento. E esses investimentos têm que vir, digamos assim, do exterior. Temos que continuar a

vender Cabo Verde lá fora para que possamos mobilizar novas parcerias e mais investimentos para poder driblar a questão do desemprego que ataca, sobretudo, a camada juvenil. Porque veja, você pode ter tudo certinho, a democracia pode ter todos os requisitos, mas com condições sociais difíceis você pode por tudo a perder. E as condições sociais às vezes surgem das desigualdades sociais, que tem por detrás o desemprego. Essa é uma vertente que temos que trabalhar... O desenvolvimento do nosso turismo passa por aquilo que eu disse: vender o nosso país lá fora. (Dirigente da Plataforma, entrevista)

Na atual conjuntura da democracia liberal, se percebe um discurso de promoção de imagem do país no exterior e garantia de condições de trabalho, isto é, diminuição de desigualdades sociais através de captação de investimentos para aumento de atividades produtivas, geração de trabalho e renda, diversificando o turismo e novas fontes de investimento e de financiamento, de parcerias com atores internacionais de “desenvolvimento” e promoção do ensino universitário e profissional, como resposta ao desemprego.

Diferentemente dessa percepção, um dirigente afirma que sociedade civil enfrenta a perda de autoconfiança e de credibilidade, ressaltando a importância de atividades autogestionárias que garantiriam a autonomia e redução da dependência econômica na sua relação com o Estado e parceiros internacionais, propondo uma nova relação política.

As organizações da sociedade civil enfrentam o problema da autonomia e autoconfiança. A sociedade civil precisa obter apoios de todos

os cidadãos cabo-verdianos, por intermédio do Estado, da tesouraria pública, de organizações nacionais e internacionais para se lançarem e ganharem autonomia. Mas esses apoios têm que ser condicionados ao princípio da autonomia. Se explorarmos os nossos recursos individuais e coletivos da forma mais eficiente, nós vamos conseguir. As organizações da sociedade civil capazes de aumentar a sua credibilidade, ampliação dos seus campos de ação e a sua eficácia e credibilidade, tendem a conseguir. Aquelas organizações que se formam para obterem apoios do Estado, dos municípios ou do estrangeiro para depois se limitarem a gerir esses fundos, não tem pernas pra andar e que vão definhar até morrer. (Dirigente do PAIGC, entrevista)

O que esse depoimento revela vai além da questão da autonomia ou não autonomia da sociedade civil na relação com Estado e agências internacionais. Trata-se também de uma disputa entre distintas percepções no campo de definições de ações e fixação de sentido para a sociedade civil. Essa disputa pode ser identificada na atribuição de caráter puramente produtivo da sociedade civil, onde a luta política é deslocada para o campo econômico de desenvolvimento pela valorização do seu papel pelo Estado, na implantação de programas de luta contra a pobreza e melhoria de condições de vida.

Isso significa que a sociedade civil, enquanto espaço de participação política, se enfraquece e se converte em interesses do mercado, perdendo o interesse pela política em função de sua secundarização ou sobreposição pela representação partidária. Essa é a perspectiva predominante entre os dirigentes e intelectuais

cabo-verdianos entrevistados, como explicitados no depoimento de uma dirigente da sociedade civil:

Nós [OMCV] somos uma *organização apolítica* porque somos uma organização não governamental [...] a sociedade civil cabo-verdiana é parceira do governo. Estamos em parte apoiando na materialização do programa do governo, que se expressa no combate de luta contra a pobreza em Cabo Verde. De modo que essa nossa ação acaba por cruzar com discursos digamos políticos que é trabalhar para as camadas mais desfavorecidas do país, que é o nosso público alvo. (Dirigente do OMCV, entrevista – grifo nosso)

Por apolítico entende-se o caráter desenvolvimentista para sobrevivência, gestão quantitativa de recursos e de projetos produtivos vinculados ao Estado (governo). Nesse sentido, a interpretação de sociedade civil da OMCV se aproxima da percepção instrumental da UNTC-CS, que lembra de alguma maneira a missão atribuída às organizações de sociedade civil pelo Estado liberal: a de ser a garantia da satisfação das necessidades típicas das sociedades capitalistas, da criação de outras formas de relações sociais entre a vida cotidiana, trabalho e economia. Os fundamentos dessa visão da sociedade civil foram destacados no depoimento de um dirigente sindical entrevistado:

Nós temos um grande desafio chamado *setor informal* da economia, que está descoberto do ponto de vista sindical. Nós temos estado a procurar alianças com outras organizações que já tem uma experiência nessa área que trabalham

com o setor informal para ver se organizamos melhor essas pessoas, sensibilizá-las para virem para os sindicatos onde poderão, através da organização, melhor defenderem seus interesses. Temos tido contatos com organizações da sociedade civil, sobretudo de mulheres, de empresários, como forma de trazermos essa gente para os sindicatos. (Dirigente da UNTCCS, entrevista)

Nesse contexto, a noção de grupos não formalizados é restrita a economia informal. Esses grupos não integram ou tem pouca inserção na política pública e no sindicalismo. Daí, a existência de uma política de formação dos seus espaços, segundo falas anteriores. Percebe-se uma compreensão subjacente de sociedade civil que a vincula na formalização do mundo de trabalho. Outro ponto é que o sentido atribuído à sociedade civil está muito atrelado às condições de produção, pois aí podemos encontrar elementos de tensões na luta pela transformação desses grupos em organizações pré-definidas, em estruturas formalizadas e institucionalizadas pelo sistema capitalista de grupos econômicos que o próprio Estado elegeu como agentes fundamentais de desenvolvimento e partes integrantes da sociedade civil no processo da reestruturação econômica das relações de trabalho, defendido pelo liberalismo.

Não foi por acaso que Claudio Furtado (1994) atribuiu a dificuldade de formação do campo político cabo-verdiano à emergência do liberalismo, na década de 1980, da contradição entre a esfera da sociedade civil e do Estado, da incompatibilidade entre a democracia formal (direito de livre associação e eleição, garantidos na Constituição) e democracia real (direitos sociais), cuja contradição não pode ser resolvida no capitalismo. É essa impossibilidade

que caracteriza o limite da democracia na atualidade, particularmente nos países dependentes, como Cabo Verde, cujas elites se apropriam do modelo liberal da organização socioeconômica, tanto no Estado quanto no mercado competitivo do voto. Afirma ele que

em Cabo Verde o *liberalismo* transformou-se na corrente de pensamento hegemônica diluindo as fronteiras entre partidos políticos e outras organizações sociais e políticas. O perigo dessa hegemonia reside na excessiva privatização do bem público, fazendo que os tentáculos de grupos privados atinjam o Estado, aumentando laços comestíveis com setor público. Isso é mais problemático quando se tem uma sociedade com problemas estruturais de desemprego e de dependência, em que os jovens enfrentam barreiras para inserção sócio-profissional ao mesmo tempo em que são chamados para o consumo de produtos, bens e serviços. Acresce-se o fato de que ainda estamos no início de um processo de aprendizagem e de interiorização da cultura democrática, com avanços e recuos. (FURTADO, 1994, p. 100)

O perigo da hegemonia liberal é tentar fundar a democracia, a sociedade civil e o Estado num “pensamento único”. Por outro lado a formulação de Furtado também evidencia como a percepção de sociedade civil é permeada de tensões e interpretações distintas no campo da disputa política. Onésimo Silveira (1998) introduz o conceito de *governamentalização* da sociedade civil, próprio do pensamento liberal, que remete à concepção da “democracia formal” e nas tentativas de despolarização de organizações

da sociedade civil ou *filantropização* de políticas públicas. Esse aspecto é afirmado particularmente em relação às ONGs, como salienta Silveira:

Os indícios de criação de ONGs vinculadas ao partido no poder e consequente financiamento de programas geridos pelas mesmas ONGs deixaram de constituir novidade ou motivo de contestação. A *governamentalização* das ONGs minou os alicerces morais do sistema democrático cabo-verdiano, constituindo fator de alienação da sociedade civil. (SILVEIRA, 1998, p. 19)

Com base nessa questão, Silveira percebeu que por detrás do discurso público da solidariedade de algumas ONGs, aparentemente neutras, esconde-se uma heterogeneidade de interesses e relações dúbias de aproximações que se revelam nas práticas dos sujeitos sociais. A implicação dessa abordagem teórica, na contemporaneidade, radicaliza-se com a concepção de sociedade civil como *cenário de cenários interativos* que vem desafiando a persistência das fronteiras tradicionais da política a partir de novas relações entre o Estado, os indivíduos e o mercado (BURITY, 1999). Trata-se de processos sociais interligados à globalização e da flexibilidade da vida cotidiana no interior dos cenários nos quais se estabelecem relações entre diversas identidades.

Jorge Carlos Fonseca (1998) relaciona a legitimidade da sociedade civil cabo-verdiana às condições de possibilidade em defesa da estruturação de um sistema que imputa ao indivíduo a capacidade crítica, de disseminação de valores democráticos, conflitos e consensos, contra a política de descrédito e apatia em curso em

Cabo Verde, em contestação à visão de sociedade civil como expressão de partidos no Parlamento:

Para que a nossa sociedade civil se firme e cheguemos à existência de uma opinião pública que funcione também como uma instância informal de controle social, é preciso que os cidadãos se organizem, criem as suas associações cívicas, políticas e profissionais, se habituem a cultivar a crítica construtiva, a favorecer debates de ideias; que criem e façam afirmar os seus meios de comunicação, exijam uma comunicação do Estado reduzida ou estritamente necessário, se batam pela generalização da educação e da cultura e divulguem e promovem os valores da tolerância, do diálogo, do consenso e da institucionalização dos conflitos, através de regras consensualmente aceites, do respeito pela diferença e pelas minorias na edificação e generalização de uma cultura democrática. Só assim, persistindo o caminho de combate, conseguiremos que a sociedade civil ganhe a dimensão pluralista capaz de se projetar no Estado, tornando-o menos “estranho” à própria sociedade donde proveio, mas da qual tende afastar-se. (FONSECA, 1994, p. 65)

Curiosamente, o discurso de ausência de uma opinião pública autônoma aproxima-se dos desafios apontados pelos nossos entrevistados, explicitados anteriormente: o *status* que os partidos e as elites governamentais desempenham na sociedade civil. Esse é o principal fator que levou Claudio Furtado (1997) a encontrar nos “quadros dirigentes burocráticos” atores principais do campo político cabo-verdiano, decorrente da observação de que

as contestações ao regime político que se instaura após a independência e que culmina com a mudança de regime, do sistema político e das relações de poder no campo político cabo-verdiano, constituem o sentido do processo que leva à hegemonia e supremacia dos *quadros* no campo político. Esse processo inicia-se pela carreira técnica em nível das estruturas do Estado, da grande demanda no mercado de trabalho por esse tipo de mão de obra, da conquista e prestígio político e capital econômico na luta por posições-chaves na estrutura de poder e do Estado cabo-verdiano. (FURTADO, 1997, 177)

Essas observações reforçam a percepção da sociedade civil como expressão no Parlamento, no âmbito de partidos e do Estado, resultante da importação de modelos (SILVEIRA, 1998, p. 20), que são adaptados e reproduzidos pelas lideranças no Estado ou que participam das organizações e grupos da sociedade civil. O depoimento de um entrevistado reforça essa visão ao sintetizar as diferentes interpretações levantadas nos relatos e na literatura, no que se refere a sociedade civil na herança histórica de Cabo Verde.

A participação política tem sido discutida nos últimos tempos. Há dias eu vi pela televisão a discussão dos deputados sobre a sensibilidade da participação da mulher em todos os escalões da vida social, inclusive na vida política [pausa] Mas eu diria que em termos da sociedade civil há déficit de fato de organização. Há uma fraca, digamos, consciência social para grandes questões que passam da participação da sociedade civil nas questões do dia a dia cabo-verdiano [...] Esse déficit deveu-se a nossa própria

colonização, a forma como nós somos educados, chamamos assim. Amílcar Cabral já dizia que a sociedade civil, nós cabo-verdianos, somos um pouco educados a não revelar-se perante as questões que nos colocam, desde o tempo colonial. (Dirigente da Casa do Direito, entrevista)

Em síntese, nas percepções de sociedade civil em Cabo Verde, do período colonial, pós-colonial e democratização, o ponto fundamental que os relatos explicitam é a questão da importância da autonomia da sociedade civil no relacionamento com o Estado e o entendimento de que a democracia não é uma questão meramente institucional ou econômica, mas, primordialmente, social e política. Nessa perspectiva, as percepções dos entrevistados decorreram daquilo que é dito como o não existente pela crescente centralidade do Estado e de partidos na sociedade civil.

A sociedade civil cabo-verdiana ficou profundamente marcada pela política de mobilização de recursos para o enfrentamento da problemática de sobrevivência e desigualdades socioeconômicas, e a sua luta pela democratização, que se deu num quadro marcado pelo desemprego.

A ausência de movimentos autônomos de caráter político e da cidadania em defesa da problemática da democracia e engajamento participativo na base, assumido historicamente pelos partidos, revela a dimensão desenvolvimentista e atrelada da sociedade civil. A relação entre organizações sociais e líderes políticos foi afetada pela política de “unidade”, de construção de Estado e de desenvolvimento. Isto levou a que as questões substantivas da vida política, da mediação entre a sociedade civil e o Estado fossem relegadas às lideranças políticas, deslocando o debate para o campo da disputa político-parlamentar.

Observou-se, ainda, a influência das agências multilaterais de desenvolvimento da ONU e algumas fundações internacionais como fator impeditivo do fortalecimento da autonomia da sociedade civil, particularmente das ONGs e associações de base incentivadas por políticas estatais, dirigidas para atender seletivamente demandas específicas, em lugar de promover e garantir o acesso a direitos gerais.

A articulação de uma opinião pública que funcione como uma instância informal de controle político fora do Estado e dos partidos, definida para incluir todos os atores e não apenas as organizações formalizadas da sociedade civil, constitui, igualmente, outro desafio. Por outro lado, percebe-se que no período recente esse debate não está ausente e passa a integrar as falas de organizações da sociedade civil, a exemplo de grupos de jovens, pondo em evidência a possibilidade de visibilidade e heterogeneidade dos atores sociais.

É nesse contexto que se coloca o desenvolvimento crescente desses atores, demandas, perspectivas, conflitos e negociações que ampliam enormemente a participação política da sociedade civil no terreno da política, que vai sendo progressivamente conquistada, impondo-se ao Estado a incorporação de outros interesses. Isso expressa a possibilidade da articulação de políticas da sociedade civil, ainda sob a hegemonia do Estado e dos partidos.

Percepções de Sociedade Civil na Guiné-Bissau

Na construção desse item, não encontramos, na análise das informações recolhidas, entrevistas e documentos, os três momentos

articulados da sociedade civil cabo-verdiana: colonial, pós-colonial e democratização. No caso guineense, os depoimentos emergem a partir do processo de democratização e, embora se tratando de sociedade civil, as percepções decorrentes retomam temas sobre o Estado.

Nessa perspectiva, as análises foram conduzidas próximas às observações feitas para o caso cabo-verdiano e das visões que se têm das duas esferas. No entanto, procuraremos, a partir das percepções destacadas pelos entrevistados, algumas especificidades que apontassem interpretações e momentos constitutivos distintos na construção da noção de sociedade civil em Guiné-Bissau.

A percepção da sociedade civil, para os guineenses entrevistados, vincula-se à instabilidade político-institucional e as disputas de interesses diferenciados que caracterizam o processo da construção da democracia. Os dirigentes das organizações sociais destacaram alguns elementos constitutivos da noção de sociedade civil, a saber: a cultura autoritária resultante de longos anos de violência que impossibilita a construção de uma “vontade coletiva” capaz de garantir o protagonismo político da sociedade civil na luta pela redução das desigualdades e respeito à diversidade cultural; as carências socioeconômicas das populações rurais e urbanas que reforçam o papel das organizações internacionais na definição de políticas públicas, baseadas na lógica “desenvolvimentista” apoiada pelo Estado; o reconhecimento de que a “capacitação” é imprescindível e de que a sociedade civil precisa de “formação técnica” para participar nas decisões e nas alternativas de solução de problemas pertencentes à sociedade, constituindo isso em estratégia de mobilização para obtenção de apoio popular em troca de garantia de direitos sociais elementares, sob a forma

do suporte financeiro ou doação das ONGs, para um projeto embrionário de desenvolvimento.

Essa percepção expressa a contradição e os limites da sociedade civil. Se, por um lado, os grupos se envolvem, diante das carências ou da pressão externa nas ações das ONGs, por outro lado os apoios passam a se constituir como um dos principais obstáculos à afirmação de identidades e práticas dos grupos não formalizados da sociedade civil, que representa a maioria da população de Guiné-Bissau, assim como sua não legitimação pelas regras dos “discursos competentes” do Estado e dos dirigentes das ONGs.

Não obstante a forte presença das ONGs, a problemática do reconhecimento e de integração social, bastante enfatizada pelos entrevistados, é um elemento importante de luta pela inclusão e pela participação política, particularmente entre organizações e grupos sociais em suas diferentes características, como sexo, idade, contexto rural ou urbano, nos quais os atores sociais estão envolvidos no processo de democratização, tal como apontado pelos dirigentes em seus relatos e interpretações.

Ao comentar sobre a organização da sociedade civil, sua estrutura e participação política, uma dirigente elabora o que lhe parece o mais significativo dessa percepção:

A UDEMU [União Democrática das Mulheres da Guiné] passou etapas de tormento do PAIGC. É uma organização de massa e todas as relações e intervenções de mulheres acontecem no âmbito da UDEMU. Em 1990, com a abertura democrática, a UDEMU deixou de ser a única organização de mulheres. Nesse sentido, tentamos criar a Federação de Mulheres de Atividades Econômicas, em Bissau e nos Setores, mas essa organização não teve continuidade. Depois do

conflito político de 1998, a UDEMU começou a perder a sua importância e desempenho, inclusive sua estrutura política em nível de base. (Dirigente do PAIGC, entrevista)

Assim, ela apresenta como organizações de massa pré-democratização funcionavam como canal de representação política do PAIGC. Foi um momento de atrelamento entre movimentos, partido, Estado e governo que revelava o problema da representação política das organizações da sociedade civil nas estruturas de base. Independentemente da natureza social ou institucional dessas organizações sociais de massa ou instituições ligadas ao regime, o acesso a determinados recursos era feito através do partido ou por intermédio de estruturas associativas controladas por ele: o que inibia a prática articulatória e a participação política autônoma da sociedade civil frente ao projeto homogeneizador do regime de partido único (PAIGC). Esse relacionamento fiel e ambíguo de organizações sociais de massa com o PAIGC, durante no processo de liberalização política e econômica, presente no primeiro momento, contrapõe-se à configuração da sociedade civil no processo de democratização, a partir dos anos de 1990.

Nesse segundo momento, marcado pelo pluralismo, os diversos setores da sociedade civil começaram a questionar as estratégias que garantiam a base social do regime, lutando contra qualquer tentativa de inviabilizar e/ou destruir as ações adversas aos seus interesses.

A estratégia de criação de uma Federação de Mulheres de Atividade Econômica (FMAE), para coordenar e controlar ações das mulheres predispostas a participar na construção de uma *classe* empreendedora, controlada pelo PAIGC, não gerou os resultados

almejados frente à proliferação de organizações da sociedade civil, com características distintas das estruturas tradicionais de representação político-partidária.

As primeiras organizações não governamentais da sociedade civil, na década de 1990, sugeriram em prol de defesa e conservação do ambiente (Tiniguena), de ação para o desenvolvimento (AD), de estudos e alternativas em educação (Alternag) e, por último, a Liga dos Direitos Humanos (DH), entre outras áreas de atuação reconhecidas pelo governo. A fala seguinte ilustra o surgimento das ONGs na Guiné-Bissau:

Tiniguena faz parte das três primeiras organizações nacionais [Alternag e AD] que surgiram logo na abertura política, apresentando um modelo alternativo de credibilização à volta daquilo que era aposta de fortalecimento de instituições nacionais numa lógica que confrontava o próprio modelo de Banco Mundial sobre a questão de Reforma de Estado na Guiné-Bissau [...] Havia um nicho muito forte. Um nicho de estudo e orientação de educação sob a orientação de Alternag. A AD sobre agricultura e serviço de base e a Tiniguena na área de ambiente. Depois veio a Liga dos Direitos Humanos que tem o componente da justiça. Foi a primeira geração das ONGs. Depois veio uma segunda geração, que nasceu na segunda metade dos anos 1990, que abarca um conjunto de ONGs cujos quadros tinham trabalhado nas organizações internacionais e avançaram com essa proposta. Foi uma geração pós-conflito político e militar que deu num *boom* com a própria reconfiguração dos espaços das ONGs. (Dirigente da Tiniguena, entrevista)

A democratização trouxe uma nova dinâmica à sociedade civil a partir de projetos distintos de organização e transformação do cotidiano através de ações econômicas, sociais, jurídicas, ambientais e políticas indicadas nas filosofias presentes no relato exposto acima. Configurava-se, assim, uma disputa entre projetos políticos que, usando os mesmos conceitos e apelando para discursos parecidos que, aparentemente, estariam do mesmo lado, são distintos às orientações neoliberais de privatização de amplas áreas das políticas públicas, através da reforma do Estado, defendida pelo Banco Mundial.

Essas políticas neoliberais são acompanhadas, paradoxalmente, de um discurso participativo de valorização de caráter econômico e simbólico das organizações não governamentais na prestação de serviços públicos a população. O relato do mesmo dirigente da ONG Tiniguena, citado acima, ilustra essa tensão e disputa de sentidos:

A visão da Tiniguena é um desenvolvimento participativo durável para que a base influencie a escala nacional. Não trabalhamos com as comunidades enquanto meros beneficiários dos projetos. Elas são atores sociais. E para isso os jovens são extremamente importantes para a dinamização e estruturação do espaço que se quer ser público e político. É dentro dessa perspectiva que entendemos a questão da participação política. (Dirigente de Tiniguena, entrevista)

Esse depoimento expõe o caráter político de desenvolvimento, na gestão endógena de projetos comunitários, concebidos internamente pela comunidade com apoio da ONG Tiniguena. Nesse aspecto, coloca-se a necessidade de copiar modelos de fora através

da apropriação da cultura para o desenvolvimento enquanto elemento identitário de diferentes movimentos sociais populares, da harmonia entre os gêneros, de autoeducação democrática e tomada de iniciativas, desenvolvendo o diálogo com a comunidade, conforme encontrado em outras organizações da sociedade civil em África¹³⁶. Isso no intuito de desenvolver a relação da Tiniguena com o Estado e com as agências internacionais, financiadores dos projetos alocados “para” a sociedade civil:

A Tiniguena assume-se como uma organização que visa favorecer espaços para surgimento de um movimento de cidadãos capaz de assumir e reivindicar os seus direitos e deveres na sociedade. Isso é baseado numa grande apropriação da *cultura* enquanto elemento identitário de diferentes movimentos e ao mesmo tempo da conservação de espaço e recursos [...] A nossa questão é como garantir, em diferentes espaços e recursos, a harmonia entre mulheres e homens a partir da nossa identidade cultural. (Dirigente de Tiniguena, entrevista – grifo nosso)

Segue-se do exposto que, para esse entrevistado, a identidade cultural dos grupos étnicos representa valores na definição de estratégias de desenvolvimento, prioritários para as ONGs que incentivavam o autoconhecimento de um grupo como parte de luta econômica e política para a construção da democracia.

No entanto, essa percepção de sociedade civil revela-se um processo de relações complicadas com atores internos e externos

136 Sobre apropriação da cultura para o desenvolvimento em África, ver Yenshu Vubo (2008) e Forge (2008).

por vários motivos, a saber: pelas dificuldades institucionais geradas pelo conflito de interesses e projetos sociais entre movimentos, que portam diferentes tendências e filosofias de atuação, entre os movimentos e o Estado e os partidos políticos de tendências igualmente diversas e particulares que se embatem pela supremacia de suas ideias e interesses; entre a sociedade civil e as agências de financiamento que impõe cumprimento de “regras de jogo” como condição para a concessão de recursos financeiros, como no caso de Tiniguena que luta pela definição de suas agendas, mas “tem vivido e funcionado com financiamentos externos que representam 90% dos nossos recursos” (Dirigente da Tiniguena, entrevistada). Portanto, é com base nos interesses e prioridades das agências internacionais de cooperação para o desenvolvimento que se evidencia o paradoxo em que as ONGs são solicitadas a atuarem na política pública na Guiné-Bissau.

Um dirigente entrevistado questiona esse paradoxo e propõe uma redefinição da política de cooperação internacional baseada nos interesses reais da sociedade civil, em contraposição às intervenções formuladas pelos atores externos que

financiam de acordo com seus interesses. Aliás, são eles que convidam a organização a elaborar um projeto num determinado setor. São apoios direcionados para área de intervenção dessas agências, áreas que eles têm algum interesse [...] Quando lhes convidam para elaborar um projeto, no termo de referência, já vem todo bem definido [...] Não há uma autonomia da organização em avançar com seu próprio projeto. Quando a organização assume um projeto e avança com ele, não consegue obter o financiamento. (Dirigente da LGDH, entrevista)

Observa-se, por outro lado, que essas imposições se colocam internamente por meio de repasse de responsabilidades públicas do Estado para setores da sociedade civil, que articula organizações de setores produtivos de desenvolvimento, grupos defensores de percepções construtivas, organizações de bem-estar coletivo, grupos de apoio técnico e financeiro, organização de proteção do meio ambiente e recursos naturais. Esses aspectos foram assinalados no Documento da II Conferência das ONGs sobre Desenvolvimento Participativo e Democracia (1994, p. 34-36), em que o governo traçou as diretrizes para atuação das organizações da sociedade civil na democratização,¹³⁷ como formulado por um dirigente do então governo do PAIGC no discurso de abertura do evento:

É significativa a realização dessa Conferência no período de transição política e econômica. Essa particularidade interpela a todos nós no sentido de adotarem uma *filosofia construtiva* nos debates na forma que facilita o governo na escolha de vias e meios que garantam melhor inserção das ONGs na estratégia global do desenvolvimento. A participação das populações nas estratégias globais de desenvolvimento pode imprimir uma nova dinâmica na procura de *bem comum*. Deve-se *capacitar* as populações, reduzir a intervenção do Estado na economia, a fim de permitir as pessoas ou coletividade oportunidade de contribuir para a riqueza da vida econômica, política e sociocultural. Urge combater a pobreza. A Conferência está sendo realizada numa altura em que se verifica

137 Temngah Nyambo (2008) apontou várias medidas legais colocadas em prática pelo Estado para regulamentar a autonomia das organizações da sociedade civil, em África, em especial no Camarons.

a saída maciça de quadros de setor público para as ONGs. Deveriam existir concertações regulares, diálogo, o que permitiria evitar que as ONGs se transformassem em instrumentos políticos e concorrentes desleais do poder público. Nesta perspectiva, o governo, através da organização SOLIDAMI,¹³⁸ não se furtará à sua responsabilidade para responder às inspirações e interesses da população, ou seja, desenvolvimento da população, pela população e para a população.¹³⁹ (ANAIS, II Conferência das ONGs, 1994, p. 34-36) (grifo nosso)

Nesta perspectiva, na construção do Instituto de Coordenação de Ajuda Não-Governamental (Solidame), ganham centralidade três setores: ambiente, educação e desenvolvimento. A valorização da dimensão econômica e apolítica da sociedade civil na construção democrática esteve muito presente no discurso do governo durante a abertura política. A dimensão da cidadania, de gênero, de direitos, do respeito às diferenças e diversidades étnicas e culturais na luta contra a submissão e a opressão, aparece com menor evidência no depoimento das lideranças do governo.

Na percepção dos governantes, apenas se poderia alcançar a democracia através do desenvolvimento, no interior ou paralela ao SOLIDAMI, instituição pública para promoção e coordenação de participação dos movimentos e organizações populares, a partir da década de 1980. O Solidame foi criado para contribuir com a mudança de rumo de intervenção do Estado na economia,

138 Instituto de Coordenação da Ajuda Não-Governamental, fundado em 1984.

139 Dirigente do PAIGC, Bernardino Cardoso, ANAIS, II Conferência das ONGs, 1994.

na promoção do “bem comum” na sociedade civil que oriente os indivíduos ao entendimento da importância de contribuírem com a economia do país. Compreende, ainda, o agir dentro do quadro legal delimitado das ONGs no meio rural, com a “coerência” e distância das organizações políticas ou dos “quadros” que não conseguem espaço no Estado e que procuram se atrelar às organizações não-governamentais da sociedade civil, reivindicando espaços de poder, perdendo, assim, a “filosofia construtiva” e caindo em disputas fisiológicas e de poder.

A perspectiva acerca da defesa dos aparelhos de Estado, enquanto promotores da ação econômica e da participação coletiva da sociedade civil, teve como consequência a “profissionalização” das ONGs pelos dirigentes e intelectuais que encontram, nesses espaços, melhores oportunidades de salário, bem-estar profissional e condições para a reprodução de sua condição sociocultural fora do Estado. O caráter profissionalizante da defesa da participação e da democracia, rompeu com qualquer perspectiva *revolucionária* de sociedade civil – como esfera de organização dos interesses coletivos de caráter *classista* das organizações de massa, reinante no Estado autoritário do regime de partido único, sob o comando do PAIGC.

Nesse sentido, pode-se dizer que a realização da II Conferência inaugurou uma nova percepção de sociedade civil com a reestruturação do padrão de desenvolvimento econômico e de reforma do Estado que vinha ocorrendo, distanciando-se das organizações populares de *massa* criadas pelo PAIGC.

A crise da representatividade das organizações sociais de massa expôs a necessidade de suas reestruturações, permitindo a correlação de forças internas e externas ao movimento. As mudanças políticas e econômicas exigiram a adoção de novos

comportamentos e a necessidade de redefinição da política dos movimentos verticais de massa – em relação ao governo do PAIGC –, adequando-os ao processo de democratização. Como ilustra a fala seguinte, de um dirigente sindical da UNTG:

A UNTG passou muitos anos sem realizar Congresso. Isso porque o anterior Secretário Geral, Desejado Lima da Costa, foi chamado para assumir funções de deputado na Assembleia Nacional Popular. Tivemos que criar uma gestão provisória. Daí que temos de reestruturar tudo de novo porque as estruturas antigas não são adaptáveis às novas realidades. Em 2010 tivemos Congresso, depois de ter passado oito anos, onde fui eleito Secretário Geral. Este Congresso foi muito democrático, teve cinco candidatos. Esses candidatos muitos tiveram apoio de certos dirigentes do PAIGC, inclusive do então presidente da república [João Bernardo Vieira]. Mas esse apoio não influenciou muito aos sindicalistas de forma geral. (Dirigente do UNTG, entrevista)

Atualmente, no movimento sindical popular guineense, a luta pela efetivação da autonomia se dá de duas formas. Por um lado, a luta pela extensão dos direitos sociais de cidadania às diversas camadas da classe trabalhadora, sobretudo da melhoria de condições de trabalho, priorizando novas práticas, aumentando o protagonismo e autonomia sindical contra a falta de poder e desigualdade política nas relações com os órgãos públicos (Estado). Por outro lado, essa luta enfrentou limites que, historicamente, permitiram interferências do PAIGC, detentor do poder político que atua na União Nacional dos Trabalhadores Guineenses e que tem por finalidade a escolha de dirigentes vitalícios.

A necessidade constante de influenciar a tomada de decisões e ações de natureza político-partidária, ainda que em graus distintos, de acordo com as circunstâncias e interesses políticos do PAIGC dentro do movimento sindical, foi constada pelo mesmo dirigente, atual secretário-geral da UNTG. Segundo sua entrevista,

a UNTG [União Nacional dos Trabalhadores da Guiné] é uma organização que permite sensibilidades. Existem sensibilidades aqui de militantes e sindicalistas do PAIGC [Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde]. Por exemplo, a Comissão Nacional de Mulheres Sindicalistas [CNMS], assim como a Comissão de Veteranos de Mártires de Pindjiguiti [CNMP] com suas direções de atuação. (Dirigente do UNTG, entrevista)

Evidencia-se, aqui, uma similitude com Cabo Verde.¹⁴⁰ Em ambos os países, os movimentos sindicais vincularam-se politicamente ao partido, ao mesmo tempo em que lutavam pela construção de identidades, em suas relações com os partidos (PAIGC e PAICV), e com os trabalhadores, para o aprofundamento do pluralismo interno, que permitisse maior interferência dos trabalhadores na transformação dos partidos e do Estado.

Na Guiné-Bissau, a monopolização do campo político pelo PAIGC e as preocupações com analfabetismo e conflitos surgiram como os desafios mais evidentes e recorrentes nos depoimentos.

140 Convém recordar, no caso cabo-verdiano, a crescente pluralidade de grupos de interesses se apresenta de forma mais acentuada, travando lutas sociais e políticas organizadas por meio da disputa de representação entre MpD e PAICV articulados com a sociedade civil. A presença da Igreja Católica, com forte prestígio político, assumiu papel importante nas articulações da vida sociopolítica, inclusive no domínio familiar e partidário no âmbito estatal.

Para alguns guineenses, os movimentos populares só conseguirão “falar”, na medida em que adquiriram direito de cidadania através da *educação*, transformando a ação política. Nesse sentido, a luta pela afirmação política está sendo a luta contra o analfabetismo, em defesa dos interesses gerais da sociedade civil, da consolidação da democracia e do pluralismo. Essa visão encontra-se expressa na afirmação do dirigente da UNTG:

Posso dizer que estamos na fase de construção dessa sociedade civil. Estão a dar no mínimo as suas contribuições. Vários conflitos que tiveram lugar na Guiné-Bissau não permitiram que a nossa democracia avançasse para um patamar mais desenvolvido [...] O maior problema de Guiné-Bissau é *analfabetismo*. Existe um índice de percentagem maior de analfabetos. Um país com uma percentagem tão alta de analfabetismo dificulta a democracia [...] Esse é um problema que precisamos resolver. (Dirigente da UNTG) (grifo nosso)

Na Guiné-Bissau, consolidar e ampliar o processo de renovação democrática, a partir das organizações populares, impõe o acesso à educação pública como base para os avanços no seio da sociedade civil. De acordo com o entrevistado, ainda, o analfabetismo restringe o fortalecimento da sociedade civil e da democracia.

No entanto, o discurso de analfabetismo reforça o *fatalismo*, ou seja, a visão estereotipada da impossibilidade de ação política e mudança social, o que revela a pluralidade de percepções existentes na sociedade civil e no Estado que podem servir, também, como argumento de discriminação ou de legitimação de quem tem

ou não o domínio do poder burocrático de regulação, de difusão ou obtenção de posições em defesa dos interesses particulares e imediatos de um determinado grupo.

Se, por um lado, os assessores técnicos das ONGs dominam certo conhecimento especializado, que o movimento popular ainda não possui, por outro lado, coloca-se o problema de disputa de poder entre visões diferentes de socialização e ressocialização de que são portadores. Essa ambiguidade, na relação entre a “assessoria técnica” e as organizações populares, decorre da origem social essencialmente *urbana* dos dirigentes e intelectuais das ONGs, com pouca articulação ou intervenção nas regiões como “portadores” de conhecimento especializado. Nesse caso específico, constituem-se em obstáculos e não em facilitadores de crescimento e autonomia dos movimentos populares.

A principal crítica dos movimentos sociais populares às organizações não governamentais é a dificuldade de articulação de uma relação mais próxima dos dirigentes com a comunidade como constitutivo do papel das ONGs, desenvolvendo ações de capacitação de atores sociais na resolução dos seus problemas e gerando mudanças concretas nas zonas rurais. Sobre essa questão, um dirigente da Associação Mon Na Mon, de região de Tombali afirma:

A ação da sociedade civil em Bissau pode ser sentida, mas na nossa região essa ação não é percebida. Pode até existir, mas não é sentida. É bom que cada órgão de sociedade civil assuma sua responsabilidade porque o que tem acontecido nos últimos tempos não é normal que aconteça [...] Gostaria de pedir aos nossos governantes que ouçam os jovens. Se for verdade que a

juventude é a força do desenvolvimento, então, que os nossos governantes escutam os jovens. Não há formação, jovens na tabanka [aldeia] não têm nada a fazer. É preciso que o governo faça da juventude o seu parceiro de desenvolvimento e de combate à pobreza. (Mon Na Mon, entrevista)

De acordo com esse relato, discutir hoje o problema da democracia não é discutir apenas o desemprego e a pobreza: é dar oportunidade aos jovens, discutir as relações de força e democratização do Estado e da sociedade civil como questões político-econômicas significativas, ouvindo os anseios da juventude; é discutir amplamente que tipo de desenvolvimento o Estado defende para o campo. Isso porque o modelo de desenvolvimento atual não responde aos anseios da juventude, das mulheres e dos trabalhadores e nem serve para o Estado democrático, pois suas ações, além de não serem percebidas, limitam a liderança da juventude na definição de políticas públicas pela falta de oportunidades.

A perspectiva participativa que a juventude deseja imprimir na ação econômica e na participação política, por exemplo, explicita a diversidade de objetivos e de direções possíveis à ação democrática, capaz de mobilizar os grupos sociais. Essa perspectiva enfrenta conflitos de interesse e as oposições entre os próprios movimentos populares nas suas relações com Estado e partidos:

Na Guiné-Bissau, durante muito tempo, até o conflito de 1998, quando as pessoas diziam partido referiam-se ao PAIGC. Eu acho que neste momento os dois partidos que continuam a ter alguma base social forte são PAIGC e PRS. Os outros têm bases mais voláteis, sobretudo

nos espaços rurais. Acho que uma das grandes fraquezas do sistema político e/ou partidário é o fato de não serem capazes de ter um discurso e uma prática de proximidade com suas bases. Não há um projeto de sociedade potenciado pelos partidos políticos para que algumas estruturas mais sólidas consigam abraçar. Essa defasagem entre a proposta do partido e a expectativa da sociedade na projeção de um modelo de sociedade constitui um dos grandes problemas que temos enfrentado no processo de democratização. Mesmo em relação às organizações da sociedade civil também não se conseguiu até agora encontrar um elemento que mobilize e consolide uma visão mais consertada a volta daquilo que são os grandes temas do país. Um elemento que mobilize as pessoas independentemente do espaço no qual se encontram. (Dirigente da Tiniguena, entrevista)

Nessa entrevista, estão presentes três obstáculos à democratização: a desconfiança excessiva entre representados e representantes, a falta de envolvimento e clareza político-ideológica de partidos políticos, e a dispersão dos movimentos sociais populares, entre outros fatores responsáveis para a manutenção do *status quo*, concretamente dos militares e dos políticos, com situações de desigualdades socioeconômicas e de participação política.

No entanto, a crise da democracia não se coloca apenas internamente, em âmbito nacional. Em tempos da mundialização, a construção democrática se coloca no campo da correlação de força que determina o modelo político, sobretudo da política econômica liberal que afeta o mundo. Seus interesses negam a democratização do poder, da educação, do acesso à democracia pelos

movimentos sociais populares, que lutam pela democratização mais justa e humana em favor dos interesses plurais da organização da sociedade civil.

Na Guiné-Bissau, independentemente dos governos que já estiveram no poder (PAIGC e PRS), o que dominou historicamente foi o sistema de “capitalismo de Estado”, ora com máscara de ditadura do partido único ou da “democracia liberal”, ora combinando duas formas de conceber a ação política sob uma quase infinita prática de nepotismo, de clientelismo e golpes de Estado. Assim, o PAIGC defende uma visão de participação (jovens, inclusive) semelhante ao período de partido único, reforçando seu vínculo com organizações de massa da sociedade civil.

No relato dos dirigentes políticos, identificamos essa contradição entre a busca de novos espaços democráticos pela organização da sociedade civil e os obstáculos colocados pelas estruturas partidárias:

Nem todos os jovens fazem parte das organizações de massa do PAIGC [...] Nós criamos um Departamento de Organizações Sociopolíticas, que abrange as organizações de massa de partido [JAAC e UDEMU], como também englobam outros movimentos que não estão nem na JAAC e nem na UDEMU, chamado movimento para boa governação do partido. Neste mês de setembro [2012], que nós chamamos setembro vitorioso, a juventude está preparando um Conselho Nacional, em Bafatá, com representantes de jovens de diferentes regiões do país. Tudo é uma forma de trazer essa massa juvenil junto ao partido. Há todo um esforço da parte do partido no sentido de fortalecer o cordão umbilical com as organizações de massas, assim como outras organizações sociais que

aparecem, vamos ao encontro. (Dirigente do PAIGC, entrevista)

Busca-se o protagonismo em favor de redefinição da antiga cultura política de controle partidário da sociedade civil enraizada em estruturas político-ideológicas do PAIGC, ampliando seu raio de ação e de articulações através dos Conselhos Nacionais organizados pelo partido, em especial nas zonas rurais.

No contexto da democratização, da segunda metade da década de 1990, o que se deu foi uma ressignificação do papel das “organizações de massa”, substituindo o antigo modo de ação e de representação do Instituto de Coordenação da Ajuda Não-Governamental – SOLIDAMI pelo Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e pelo Instituto Nacional das Mulheres e das Crianças (INMC) na articulação e organização da sociedade civil. Isso ocorreu por conta do pluralismo político e do surgimento de novas organizações sociais fora da alçada do partido, em todos os setores da sociedade como a Rede Nacional da Juventude (RENAJ) e Organizações Autônomas de Mulheres, contrapondo-se às organizações das mulheres que ainda representam as estruturas políticas do PAIGC:

As organizações de jovens e das mulheres estão bem organizadas. Tem uma expressão ao nível do país, independentemente do CNJ [Conselho Nacional da Juventude], criado pelo governo para coordenar as ações juvenis no país. Mas também existe outra rede, RENAJ, que é rede de associações juvenis. Portanto, são as duas organizações que juntam esforços e tem uma reivindicação coordenada. Quanto às mulheres tem um movimento de mulheres trabalhadoras e mulheres afetos a partidos políticos. O Instituto

das Mulheres e das Crianças é que coordena as ações das mulheres. (Dirigente do CNJ)

Na atualidade, na Guiné-Bissau, os maiores movimentos populares da sociedade civil são os das mulheres e da juventude, que trabalham na área urbana e rural para aprofundamento da democracia. Enquanto nas organizações de massa as ações da sociedade civil enquadram-se nas estruturas do PAIGC, criadas no regime anterior, com a democratização os movimentos juvenis e de mulheres aparecem como agentes sociais¹⁴¹ e sensíveis aos processos de participação política fora das estruturas da JAAC e da UDEMU.¹⁴²

Na minha visão, os grupos com maior presença na sociedade e nas questões de interesse nacional são os jovens e as mulheres. São grupos mais representativos. São esses jovens que estão inseridos na política e em outros movimentos sociais da Guiné-Bissau. Mulheres também têm uma representatividade forte e são mais

141 A idealização da Rádio Jovem pelos jovens é um exemplo dessa autonomia, por mais relativa que seja.

142 Para colmatar o problema de formação, investimento na educação primária, secundária e superior, a Rede Nacional de Juventude tem promovido ações chamadas “escolas de voluntariado” em várias regiões e setores do país. A primeira formação de voluntariado foi em Gabu, a segunda em Canchungo, a terceira em Gabu, a quarta em Mansoa, a quinta em Bafata, e a sexta em Buba. A RENAJ procura por evidência ações de voluntariado para dar formação aos jovens, assumindo suas responsabilidades em defesa dos seus interesses. “Não é só exigir, mas também dar soluções” (Dirigente da RENAJ, entrevista), que o Estado não está mais apto a assegurar. E como este não desempenha mais sua função, no quadro do modelo neoliberal, o movimento juvenil da sociedade civil organiza-se para pressioná-lo ou mesmo substituí-lo em algumas tarefas, como educação e formação de jovens, trabalhando em diferentes regiões.

participativas em relação aos homens. (Dirigente do CNJ, entrevista)

Embora a participação política das mulheres seja relativamente nova, quando comparado com outras realidades, seu engajamento remonta ao início da luta armada de libertação a partir dos anos 1960, quando se deu o processo da independência nacional de Guiné-Bissau. Essa experiência teve seus momentos emblemáticos na manifestação contra golpes de Estado, no enfrentamento organizado na luta pelo acesso à educação e melhores saídas econômicas para os problemas da sobrevivência, bem como para a superação da cultura machista e a conscientização político-educacional, discutindo o tema de gênero e da escolarização das mulheres dentro da sociedade. Como sustenta um dos entrevistados:

Do meu ponto de vista, a questão é a consciência. A população aqui tem falta de informação. A escola não chega para toda gente. Há comunidades ainda sem escola. Há escolas que a criança anda sete quilômetros até chegar. É muito complicado. Às vezes os colegas ficam cansados. As localidades são distantes. Temos que andar no mato. Para uma ilha às vezes andamos sete ou oito quilômetros a pé para chegar até a tabanka [aldeia]. Agora tem muita camada feminina na escola. Em comparação entre os sexos, já está a encorajar. Estamos apoiar mais de cento e duas mil crianças no projeto de cantina escolar em diferentes regiões. *Há escolas onde as meninas são mais numerosas. Isso mostra que daqui para frente vamos ter muitas mulheres na tomada de decisões na sociedade*

como um todo (Dirigente da IPHD, entrevista – grifo nosso).

Apesar dos desafios que ainda se colocam na construção de autonomia, de relações de complementaridade e equidade política de poder entre mulheres e homens para o conjunto das instituições do Estado, que tendem a exclusão e ao não reconhecimento da sua capacidade para assumir cargos-chaves na administração pública, começa a emergir uma tomada de consciência crítica das organizações sociais das mulheres. Essas enfatizam as preocupações femininas com a democracia, cidadania e reivindicações democráticas, ainda que, na maioria das vezes, suas reivindicações tenham sido incorporadas pelo Estado e partidos em condições de desigualdades no exercício efetivo do poder e de representação política.

Por isso, as organizações de mulheres afirmam que a democracia guineense é a democracia do interesse, propondo uma renovação na ação sociopolítica dos dirigentes na prática, mostrando que as mulheres entendem de política. Uma dirigente urbana da organização “Movimento Pabia de Amanhã de Inpantcha”¹⁴³ reafirma essa luta das mulheres e insiste na necessidade de uma aproximação maior e consensual entre partidos políticos e sociedade civil, contra a política de “soma zero”:

Na Guiné-Bissau, a democracia é só interesse.
Se até hoje estamos nessa situação, é por causa

143 “Movimento Pabia de Amanhã de Inpantcha” é um grupo cultural do bairro de Inpantcha, subúrbio de Bissau. O termo Pabia de Amanhã (por causa do amanhã) pode ser interpretado como um prenúncio de advertência relacionada à preservação do nome do bairro, preservação da cultura de solidariedade entre moradores.

dessa democracia de interesse de cada um, interesses particulares. Se a democracia fosse única, se houvesse união, seria bom. O partido que ganhasse eleições e formasse o governo com todos os filhos da Guiné-Bissau, seria melhor. Isso não acontece na Guiné-Bissau. Aqui, o partido político que ganha eleições governa sozinho. E tem mais, colocam seus familiares, seus amigos, sobrinhos, cunhados, assim por diante. A democracia deve ser a união de todos para trabalho e desenvolvimento da Guiné-Bissau. (Grupo Pabia de Amanhã de Inpantcha, entrevista)

Esse depoimento recoloca uma questão complexa, tanto na literatura quanto na prática política dos partidos e da sociedade civil: a disputa entre *democracia representativa*, caracterizada pelo elitismo, burocracia e racionalidade de voto entre grupos políticos organizados em concorrência entre si – onde prevalecem as “regras de jogo” da maioria absoluta –, e a *democracia participativa*, pela solidariedade, prática e mudança social – na qual prevalece uma ordem social e política legítima baseada na distribuição equitativa de poder, isto é, da reconstrução social capaz de orientar-se pelos interesses comuns, na interdependência entre a sociedade civil e o Estado. Nesse sentido e em conformidade com os entrevistados, a Guiné-Bissau precisaria superar a dimensão formal e constitucional da democracia para um patamar mais substantivo consensual, baseado na legitimidade e participação das organizações e grupos da sociedade civil:

Julgo que na Guiné-Bissau há já uma democracia formal. Isto é, há um governo legitimamente aceito nas urnas e internacionalmente. Há pluripartidarismo e liberdade de expressão,

embora com alguns problemas. Mas, a democracia é mais do que a participação nas eleições. A democracia pressupõe a participação real das populações na resolução dos problemas do país. É preciso que as pessoas vejam que o pluripartidarismo é bom para defenderem o bem comum. Para atingir isso, há um longo caminho até que a maior parte da população possa recolher os frutos de uma vida democrática. Há, ainda, muita miséria. (Franciscano da Igreja Católica, entrevista)

Esse entrevistado, de origem europeia e católica, foi evangelizador e professor no Liceu Nacional Kwame N'krumah, nos finais da década de 1970. Seu discurso parte do entendimento de que a satisfação das necessidades básicas e direitos da sociedade civil não se resolve apenas com a extensão das liberdades individuais e formais do processo democrático para escolha de candidatos no Parlamento, instituído nas leis constitucionais do “Estado de Direito”. A busca de novos espaços democráticos pressupõe representação direta na esfera pública institucional para a construção da democracia substantiva. Essa dificuldade ou limite em conceber a dimensão substantiva e participativa da democracia, enquanto valor coletivo compartilhado por indivíduos, constitui o principal desafio da sociedade civil em sua relação com o Estado.

Apesar do avanço da democracia formal e seu reconhecimento internacional, da liberdade de expressão e multipartidarismo, por maior que seja sua conquista e legitimidade, jamais um governo democraticamente eleito, via eleição direta, conseguiu terminar seu mandato constitucional devido a golpes de Estado. Razão pela qual a Igreja Católica reconhece o papel da educação como condição da democracia, condição que propicia a “auto

realização” social, individual e espiritual, não só em momentos de conflitos políticos advindos de golpes de Estado que tiveram lugar ao longo dos anos, como também na resolução de problemas de sobrevivência presente na sociedade civil de Guiné-Bissau:

As pessoas têm tendência em observar a ação social da Igreja Católica no tempo da guerra onde tentou fazer com que as armas se calassem. Mas não foi só isso. O papel da Igreja Católica para paz e desenvolvimento na Guiné-Bissau tem sido muito mais silencioso e discreto através de vários pequenos centros de saúde, inúmeros jardins infantis e escolas primárias e Liceu João XXIII que tentamos fazer funcionar, nem sempre de maneira ótima [...] Nós temos atividades indiretamente de caráter social. Porque nós não podemos separar o que é espiritual das necessidades físicas, materiais e psicológicas das pessoas. Nós temos o nosso campo específico de ação que é a religiosidade, mas vendo as pessoas com quem vai anunciar o evangelho têm fome, às vezes, têm doenças e educação insuficientes. Por motivo de fé, a Igreja também quer ser subsidiária de Estado. Se o Estado não fizer suas funções, a Igreja tenta *ajudar*. (Franciscano da Igreja Católica, entrevista)

A Igreja Católica encontrou, na democratização, novo espaço para reconstrução de sua identidade, através de construção de novos estabelecimentos de ensino e postos de saúde que expressam seu compromisso social e religioso no meio popular. A emergência da democratização implicou considerar a possibilidade de enfrentamento de problemas não resolvidos pelo Estado e formação de um “consenso” no interior de diferentes setores da sociedade civil,

marcados historicamente pela tradição de resistência política dos reinos animistas e muçulmanos, contra a presença do Estado colonial e a influência de assimilação mediada pela Igreja Católica, como mostramos no Capítulo 2.¹⁴⁴ A articulação conjunta entre a Igreja Católica e as comunidades religiosas muçulmanas e indígenas tem sido positiva na unificação das lutas para o enfrentamento dos problemas que contribuem para o avanço da democracia. Isso significa considerar o reforço da colaboração, da solidariedade entre as religiões e povos, como afirma o mesmo responsável da Igreja Católica:

Há cerca de dois anos, temos tentado essa articulação. Até se propôs uma voz única para diferentes religiões para atingir objetivos comuns. Mas depois se pensou que não deveríamos falar só quando há perigo de guerra. Era bom que houvesse uma espécie de conselho permanente, que ainda não foi criado. Para quando se justificasse, ou por bem ou por mal, a voz da Igreja Católica e de outras Igrejas parceiras pudessem ser transmitidas. Isso é um desejo nosso também. E para alguns efeitos como a luta contra doenças incuráveis, informações sobre efeitos negativos da droga e outras coisas que pudéssemos falar ao mesmo tempo [...] Hoje em dia, a Igreja passou a ter uma *Rádio Sol Mansi* [rádio sol amanhece] onde comunidade evangélica e muçulmana desenvolvem seus programas. A

144 As diversas resistências dos camponeses mostrou vitalidade de grupos pré-existentes, onde o colonialismo praticamente não obteve penetração até finais do século XIX, conservando em grande medida seus territórios e culturas. É nesses grupos que os dirigentes do PAIGC vão encontrar refúgio e “força física”, obtendo grande adesão e crescimento considerável em todas as regiões na luta armada.

rádio é uma das maneiras excelentes da Igreja Católica para transmitir notícias, para desafiar outras pessoas em determinados ideais em que nós acreditamos. (Franciscano da Igreja Católica, entrevista)

Para alcançar este objetivo, a Igreja Católica organizou sua agenda a partir de quatro temas básicos: o diálogo pela paz, o desenvolvimento, a religiosidade e a caridade. Esse último, se expressa na afirmação de que “nós temos o nosso campo específico que é a religiosidade, mas vendo as pessoas com quem vai anunciar o evangelho têm fome às vezes, têm doenças e educação insuficiente, a Igreja tenta ajudar” através de mobilização de recursos externos para “ajudar” a população mais pobre no enfrentamento de problemas de sobrevivência e tornar mais efetiva a aproximação dos grupos com as iniciativas da Igreja, no chamado processo de reconciliação e de diálogo social e político. (Ver entrevista na página 218)

Outro ponto importante foi a nomeação do primeiro bispo guineense, natural de Mansoa, Dom José Câmnate na Bissign, nomeado para este cargo em Outubro de 2009. Como foi mencionado anteriormente, até 1940, a população da Guiné-Bissau dependia da Diocese de Santiago de Cabo Verde (instituído no séc. XVI). Isso porque não havia presença de sacerdotes nacionais ou europeus residentes que assumissem a tarefa de evangelização dos “indígenas rebeldes” e conferissem legitimidade social à Igreja. De igual modo, o processo de povoamento do arquipélago e a operacionalização da estrutura político-administrativa de intermediação do Estado contavam, desde a colonização até a independência, com a presença político-institucional de funcionários e dirigentes de origem cabo-verdiana/guineense.

Nesse sentido, tanto a religião como a estrutura político-administrativa e econômica contavam com a intermediação dos nativos assimilados, majoritariamente crioulos ou “novos cristãos”, detentores da “língua de civilização” que fundamentava a ordem política do Estado. Reside aí a contribuição mais significativa do papel da Igreja Católica na organização e formação sociocultural da sociedade civil guineense: só a partir da democratização, na década de 1990, e de outros acontecimentos recentes que tiveram lugar no país, é que a Igreja Católica assumiu, politicamente, o papel relevante de conciliadora nas disputas políticas diante dos sucessivos golpes de Estado, a partir de articulações de demandas com as religiões indígenas, ampliando seu discurso de “caridade” e redefinindo sua ação política, colocando-a contra violência, doenças, drogas e *outras coisas*, para fortalecimento da democracia na Guiné-Bissau.

Esse novo contexto, marcado pela intervenção político-militar na sociedade civil, resultou no rompimento das relações Igreja/Estado e na institucionalização da democracia, com a Igreja se voltando para a satisfação das necessidades essenciais da população desprovida de bens econômicos, e para a sensibilização de setores da sociedade civil: “transmitindo um pouco que eu sei, seja a grupos de jovens paroquiais, seja a grupos de jovens em palestras em determinadas temáticas” (Franciscano da Igreja Católica). E, desse modo, superando as fronteiras impostas pelo passado colonial e pela tradição autoritária, historicamente construída pelo partido único (PAIGC), articulando segmentos da sociedade civil face as situações irregulares de abuso de poder, violência indiscriminada e prisões arbitrárias de adversários políticos. É através de comunicação social, rádio *Sol Mansi*, que são atualmente convocados os repertórios de ação coletiva de

mobilização social dos chamados “indígenas”. Isso se deu graças à presença sócio religiosa da Igreja Católica

no domínio da sociedade civil guineense, no exercício de magistério intelectual, moral e político, no alargamento do campo social a partir nos finais de 1980 e princípios de 1990, períodos caracterizados por uma crise social em função do solapamento do Estado de Bem-Estar e incapacidade crescente do Estado de fazer frente às suas responsabilidades públicas perante à sociedade civil, como acontecia nas estruturas do regime do PAIGC. Os problemas gerados pelos ajustes neoliberais herdados do FMI e BM que marcou a readequação na relação entre Estado e sociedade civil; o êxodo da cidade para o campo ampliado pela liberalização e pela globalização gerou o impacto nas redes tradicionais de solidariedade e empurraram para obras sociais da Igreja um número significativo de jovens. (KOUAWO, 2001, p. 54)

O processo de liberalização da economia, que começou com a implementação de programas macroeconômicos e ajustes fiscais de 1980 e 1990, somado às sucessivas crises econômicas e perda da legitimidade do governo do PAIGC em resolver os problemas básicos da sociedade civil, reforçou, de alguma maneira, a expansão da ação da Igreja Católica na luta pela massificação do ensino, justiça social e aprofundamento da democracia.

Na Guiné-Bissau, o pluralismo político imprimiu novas demandas democráticas, atores sociais, grupos e redefinições internas, impulsionadas pela condição fragmentada e plural do campo político em que as fronteiras “tradicionais” da sociedade civil

passaram a se constituir de forma heterogênea. Essa mobilização não se reduziu aos movimentos ligados à Igreja Católica, como único espaço crítico com meios de sustentação próprio e independente do Estado. Os movimentos de Mandjuandades cresceram de forma organizada e tiveram um papel muito importante no fortalecimento das novas condições de democratização pós-autoritarismo, como destacado por um dos nossos entrevistados:

Eu descobri no Grupo de Mandjuandade uma classe organizada. Uma das coisas muito interessantes desse grupo é quando uma pessoa insultar a outra, cometer um erro e uma injustiça, e essa pessoa tem que pagar a multa, quer em dinheiro, quer em atividade. Todo grupo se beneficia dessa multa. Vão conviver, vão comprar um pouco de comida e bebida também [...] Fazer parte desse grupo a pessoa ganha, a meu ver, a maturidade para entrar no mercado de trabalho e inserir-se na sociedade. As pessoas aprendem também a cultivar a cultura de paz. E lá também tem cantigas, como as cantigas medievais de maldizer. Os Mandjuandades também têm essas cantigas, que são cantigas de dito, referindo, às vezes, ao namorado ou namorada, falar mal um pouco a pessoa que entrou no teu marido ou que entrou na tua mulher, falar da desgovernação e dos conflitos sociais e políticos. Essas cantigas ajudam a travar certas práticas dentro da sociedade. (Membro do Grupo Língua de Bodi) (*sic*)

Tomando como base esse relato do Grupo Língua de Bodi, os principais pontos revelados na formação de mandjuandades são solidariedade e organização interna, socialização pedagógica

e relações interpessoais, resolução de conflitos e governação. Isso revela a diversidade existente, articulações, demandas e práticas sociais, visibilidade, relações com o poder público, entre outros temas e problemas enfrentados pela sociedade civil, nas suas diversas acepções e práticas.

Nessa perspectiva, põe-se em evidência que a diferenciação entre mandjuandades e outras organizações da sociedade civil se dá na forma de estruturação e organização da ação política coletiva, porque as mediações sempre existiram (nas organizações “formais”, nos movimentos “pré-existentes”). Mediações de grupos sociais presentes na sensibilização dos militares e ONGs nacionais e estrangeiras na luta pela consolidação da paz, para defesa dos direitos das crianças, crítica da cultura política marcada pelas relações de autoritarismo e machismo através da arte e da cultura a partir de suas próprias estruturas sociais localizadas tanto nas regiões como nas cidades:

Na Guiné-Bissau, Mandjuandade é um associativismo feminino, maior parte das decisões se encarregue as mulheres. Só que no nosso grupo é muito diferente porque envolvem diferentes modalidades culturais da Guiné-Bissau e Mandjuandade também não escapou a regra. O *Rei* e a *Rainha* são crianças. Eles têm que ser ouvidos em termos de opiniões, das eventuais necessidades que elas têm [...] O Rei e a Rainha crianças têm sentido para Netos de Bandim. Nós fizemos isso justamente para mostrar que um dos nossos objetivos é promover as crianças [...] Tentamos desenvolver um trabalho para mudar a mentalidade da classe castrense aqui do país, em parceria com AMIC [Associação Internacional de Amigos das Crianças]. É uma

campanha de sensibilização em todas as unidades militares sobre a importância de consolidação de paz na Guiné-Bissau. Entendemos que somos jovens da Guiné-Bissau e devemos dar um pouco de nós para que haja a paz nesse país. A única ferramenta que entendemos que podemos utilizar é a cultura, a arte, aquilo que nós sabemos fazer um pouco, considerando que a classe castrense tem um número elevado de analfabetos, de maneira que a comunicação oral é extremamente importante para a mudança da mentalidade. Aliás, como tem sido na luta de libertação nacional, a música jogou um papel muito importante para os nossos antigos combatentes. (Grupo de Mandjuandade Netos de Bandim, entrevista)

Esse relato revela o engajamento e reconhecimento de Mandjuandade e das mulheres em todos os campos da ação política. Revela, também, novos espaços e campos de ação dos grupos não formalizados da sociedade civil baseados na cultura e nas experiências coletivas que tiveram grande importância e visibilidade na esfera política em âmbito nacional, em especial, nas “zonas libertadas” dirigidas pelo então movimento de libertação nacional e que permanece ainda hoje na sociedade civil, mas com outro sentido político e ações coletivas (pelo menos para os dirigentes entrevistados). Observa-se em todas as percepções a busca pela aproximação, direta ou indiretamente, de atores internos (partido e Estado) e de atores externos (organizações internacionais e ONGs) com o modo de organização e difusão de grupos pré-existentes em diferentes setores:

Trabalhamos mais com os organismos internacionais e ONGs, sobretudo quando tem

uma atividade que eles pretendem desenvolver. Também nas campanhas eleitorais e nos casamentos [...] O que ganhamos depositamos na nossa conta em Banco [...] Quando tivemos uma viagem ou um intercâmbio nas regiões e ilhas, esse dinheiro é utilizado para esse fim, bem como para comprar materiais necessários para as nossas atividades. Quando morrer um parente de um dos membros do grupo, fazemos a cotização, chamada dinheiro de vela, para ajudar nas despesas de funeral. (Grupo de Mandjuandade Velhas Guardas, entrevista)

Mandjuandades mantém relações com atores internos e externos no campo cultural, articulando demandas e solidariedade por meio de uma ação coletiva (cotização), que satisfaçam às necessidades, carências ou demandas internas dos grupos. No entanto, a preocupação em estabelecer parcerias com agências internacionais e ONGs sugere a dependência de Mandjuandades, tanto na perspectiva institucional e econômica, quanto nas estratégias de desenvolvimento traçadas para incluir esses grupos, subvertendo ou redirecionando suas dinâmicas, inserindo-as na lógica do mercado. Podemos mencionar, como exemplo ilustrativo, o trabalho desenvolvido pelas ONGs utilizando as experiências comunitárias dos grupos étnicos, baseadas nas experiências de participação política das antigas “zonas libertadas”, no final da década de 1960, e retomadas no processo de democratização para atender às exigências do mercado, a partir da década de 1990.

A nossa estratégia passa muito pela criação de *comitês*. Criamos comitês de gestão de cantinas escolares. A comunidade tem muito mais força na gestão de cantinas escolares do que a direção da escola. Aí a comunidade começa a

participar das coisas que se quer fazer e poder fazer. Depois, mostrar-lhes que isso veio pra ficar. Vocês que deviam estar a fazer isso, mas infelizmente não fizeram porque não tinham possibilidade. Agora nós fizemos isso aqui para que vocês aprendam a assumir daqui para frente. (Dirigente IPHD, entrevista)

A partir de projetos comunitários, constroem-se novas formas de como se vão estabelecendo as relações entre “técnicos” e movimentos populares. Nessa formulação, elas adquirem três aspectos: *diagnóstico, negociação, decisões ou financiamento*, entre as ações normativas institucionais e as ações coletivas extra institucionais da vida social, articulando o cotidiano e outras dimensões sociais, políticas e educacionais. Esses três momentos são parte do que as ONGs denominam de planejamento estratégico, modelo empreendedor imposto pelos financiadores que, na prática, as ONGs tendem a classificar como “menos interventor”.

É a partir desse modelo empreendedor, definido pelas ONGs, que os grupos de Mandjuandades trabalham com agências internacionais da ONU (ver p. 204). O caso do Projeto International Partnerhip for Human Development (IPHD) é ilustrativo, sobretudo porque “capacita” a população “sem capacidade” para a gestão, tomada de iniciativa “autônoma”, superação de fronteira entre aqueles que tomam decisões e aqueles que executam políticas educacionais, pois como afirma um dos seus dirigentes:

Nós o que fazemos é discutir com as comunidades. Começamos com um diagnóstico de base para saber a constituição da comunidade. Depois, passa-se a fase seguinte, de negociação de propostas. Eles fazem propostas, o que é que eles querem de

concreto. Nós, como pessoal técnico, promovemos, orientamos as discussões e apoiamos e passa-se a fase de decisões. E, finalmente, construímos as propostas e passamos para a fase de financiamento. Daí a comunidade começa a tomar consciência da importância de trabalhar com conjunto para poder atingir os resultados que a gente espera atingir [...] Com os nossos colegas, temos discussões em conjunto. Depois, temos discussões parciais com responsáveis de cada programa. Em seguida, vamos ao terreno. A comunidade tem muita confiança em nós, sabe o que nós podemos fazer pra ela. (Dirigente da IPHD, entrevista)

O enfrentamento organizado dos problemas propicia, nessa percepção do IPHD, a superação do individualismo com valores democráticos – com a participação, a decisão coletiva, a cooperação, a solidariedade, o respeito ao outro – resultando na construção da autoconfiança com a descoberta de valores pessoais e coletivos e a força do engajamento e mobilização nas formas diversificadas de educação e de melhoria de qualidade de vida das crianças e dos adolescentes da comunidade, especialmente rural.

No entanto, essa prática assumida pelas ONGs enfrenta limites profundos em termos de sua capacidade de transformação rural e urbana, na qual as dinâmicas locais desses grupos, que parecem fundamentais para uma gestão democrática comunitária, acabam entrando numa “camisa de força” com os interesses corporativo-dominantes das ONGs em contradição com os interesses da comunidade. No cruzamento dessas lógicas de sociedade civil, que revela as especificidades e os conflitos na relação entre atores externos e movimentos populares, na contemporaneidade, um dirigente da Geração Nova da ONG TINIGUENA percebe as influências indesejáveis nessas relações, entendendo que

o problema da Guiné-Bissau tem a ver muito com a forma como os grupos e as dinâmicas sociais são recuperados para sua institucionalização precoce. Devido a algumas carências que existem no país, muitas instituições internacionais, que acabam por encontrar ancoras nas nacionais, levam com que algumas dinâmicas sociais sejam transformadas em algo formal para poder beneficiar-se de algum tipo de apoio. Isso muitas das vezes tem criado não só um paradoxo naquilo que é a própria essência dessas organizações, mas também submeter essas organizações a uma certa camisa de força que depois não conseguem sair e a própria dinâmica acaba por esmorecer. (Dirigente de Tiniguena, entrevista) (*sic*)

Na percepção do entrevistado, a opção pelos momentos de intervenção citados pelo dirigente de IPHD – diagnóstico, negociação, decisão e financiamento – engendram outras contradições nas relações entre ONGs e movimentos populares: a forte presença das ONGs na definição de políticas, devido aos problemas da luta pela satisfação das necessidades básicas de sobrevivência dos movimentos sociais populares (educação, alimentação, saúde, habitação, formação, conscientização). Tais limitações muitas vezes servem como instrumento de mobilização que nem sempre expressa a visão do movimento.

Isso leva a uma generalização paradoxal entre a perspectiva institucional e organizacional das ONGs na definição de prioridades de financiamento e as percepções dos movimentos sociais pré-existentes que passam a ser concebidas como instâncias “formalizadas” da sociedade civil, reforçando a lógica assistencialista

e paternalista de instituições internacionais, sem contextualização sociocultural. (ONG TINIGUENA)

Dois discursos se cruzam aqui, o discurso da “formalização” no âmbito institucional das ONGs e o de reconhecimento dos grupos pré-existentes no campo heterogêneo e contraditório do processo da democratização e pluralização da sociedade civil em que as músicas de protesto ocupam um lugar de destaque.

A música é vista, pelos entrevistados, como um instrumento de luta e de mudança social, para a disseminação de demandas e construção da democracia dos Grupos de Mandjuandade. Essa luta vem ganhando visibilidade, novos cenários e ações de articulação de mensagens contestatórias e reivindicatórias através de canais de comunicação social, especialmente rádios comunitários nas zonas rurais e periferias urbanas destacadas no depoimento de uma dirigente do Grupo Cultural Velhas Guardas:

Antigamente, Mandjuandades frequentemente eram discriminados aqui na Guiné-Bissau. Mas, as *rádios* agora passam as nossas músicas através no Programa Sexta-Feira de Tina¹⁴⁵, que é o nome de um instrumento de mandjuandade. Muitas pessoas não sabem que a *mensagem* de Tina chega mais longe do que a da música moderna. A mensagem de Tina canta a realidade sobre o que acontece na nossa sociedade e no mundo, o que deve e o que não deve ser feito. São nessas mensagens que aproveitamos para lançar os nossos apelos aos governantes

145 *Tina* é um instrumento musical introduzido pelas mulheres, nas sociedades de Mandjuandades nas grandes e pequenas cidades de Bissau e das regiões do país. Tem servido de canal de transmissão de diferentes formas de ações coletivas através de mensagens, de um lado, e da ação crítica, de outro.

deste país. (Grupo Velhas Guardas, entrevista – grifo nosso)

Esse marco de grupos não formalizados como portadores de mensagem de luta constitui fundamento de outra cultura, de outra solidariedade específica entre as organizações populares, o que implica dizer, em outras palavras, uma percepção de sociedade civil entendida como capacidade de pessoas envolvidas nas relações de fazer sentido ao que estão realizando, “o que acontece na realidade nacional e os problemas internacionais”.

Em suma, debatendo, coletivamente, “o que deve ser feito e o que não deve ser feito” pelos governantes e exigindo o reconhecimento como partes integrantes da sociedade civil, aproximando Mandjuandades guineenses a grupos não formalizados de Tabanka e Batuko cabo-verdiano que remete à formulação da noção de movimento social em Alberto Melucci, no qual as ações de atores se colocam num campo heterogêneo na contemporaneidade, pulverizando as instâncias fixas de ordenamento de controle político e relações de poder tradicionalmente representadas apenas pelo Estado:

Na sociedade contemporânea, os movimentos sociais não se identificam necessariamente com a lógica instrumental na busca dos seus objetivos. Isto porque como ação coletiva está inserida nos códigos culturais, a forma do movimento é um desafio simbólico aos padrões dominantes. Ou seja, o movimento social é uma *mensagem*. (MELUCCI, 2001, p. 55)

Nessa perspectiva, a sociedade civil não se esgota nas estruturas do Estado. Uma das características das organizações sociais

de Mandjuandade é a de conceber a cultura como prática social ao mesmo tempo em que busca conceber a ação coletiva tal como ela ocorre na sociedade civil guineense e sua inserção no contexto dos problemas globais. Contrariamente às percepções “clássicas” de sociedade civil, que enfatizavam e analisavam a “ação coletiva” apenas no nível das determinações estruturais e das lutas de classe, os Mandjuandades de Guiné-Bissau não rejeitam esses aspectos, destacados na literatura, mas se articulam no campo simbólico da luta cotidiana pela sobrevivência cultural, social, política e econômica e contra qualquer forma de dominação e exclusão:

Mandjuandade na Guiné-Bissau ajuda no desenvolvimento da estrutura de identidade do país através da cultura popular. Ao invés de estar a investir em prédios, vamos investir no homem guineense para transformação da sociedade. É preciso partir da cultura não só como manifestação cultural, mas também como prática. É isso que falta às vezes na Guiné-Bissau que é um país rico em mosaico étnico. (Membro do Grupo Língua de Bodi, entrevista)

Outro aspecto que se evidencia na percepção das organizações e grupos da sociedade civil é o do sentido da participação política, cuja referência revela a tensão entre polos duais inter-relacionados e conflitantes entre o campo e a cidade,¹⁴⁶ que ilustra

146 Isso se deve à exclusão do campo no processo de desenvolvimento, onde o Estado tem pouca penetração na resolução de problemas regionais, “por causa dessa bipolarização de atitudes contraditórios dos chamados *tecnocratas inovadores* (M’BALI, 1989) que reproduz seu estilo de vida e privilégios no âmbito dos aparelhos de Estado para legitimar a sua posição sociocultural na sociedade civil. Padovani (1991) formula o conceito de *privatização do campo* para evidenciar a contradição entre o campo e a cidade no processo da liberalização

um discurso competente do poder, das experiências anteriores de governação de dirigentes burocráticos “mais capazes”. Essa tensão está muito mais presente entre intelectuais urbanos de procedência universitária do que popular. Essas percepções distintas são vistas como obstáculos para a democratização do Estado e da sociedade civil guineense.

A participação política na Guiné-Bissau, sinceramente, é uma dor de cabeça. O país quando entrou na democracia na década de 1990, não estava preparado intelectualmente. Quando digo isso me refiro a homens com conhecimento prático para levar a cabo essa democracia. E essa democracia na Guiné-Bissau não criou base política. A pessoa é agricultora e entra na política sem estudar a ciência política. O que acontece? A pessoa fica simplesmente a dizer “sim, senhor, estou de acordo”, sem projetar o futuro político do país. A política é como quando a pessoa está a escrever uma peça de teatro, por exemplo. Tem que se perguntar o que o povo espera dessa minha participação e quais os resultados que eu pretendo atingir. É isso que acontece quando escrevemos uma peça de teatro. Eu preciso ter um resultado, não fazer política por fazer. (Membro de Grupo Língua de Bodi, entrevista)

Apesar de considerar o teatro e a cultura como eixos interessantes de mobilização para a construção de uma “base política” para a democracia, o entrevistado encontra essa base nas elites

econômica na Guiné-Bissau dos finais de 1980. Foi o afastamento dos dirigentes da sociedade civil que levou Amílcar Cabral a defender o “retorno às origens”.

e não nos movimentos e organizações da sociedade civil, vistos por ele como sujeitos “sem conhecimento” e “sem capacidade” de assumir o governo, nem modificar o ambiente social e material no qual estão inseridos.

Essa visão de democracia e de poder, baseada na “política de elite”, reproduz o argumento schumpeteriano, de que a sociedade civil se guia pelos interesses das lideranças, aptas a assumirem o governo, com pouca possibilidade da sociedade civil agir de forma independente. No entanto, as conquistas democráticas formais não podem ser a meta das lutas da sociedade civil, mas estas devem ser impulsionadas pelos movimentos a partir da visão

de que a participação não tem que ser algo extremamente formal. A participação não tem que ser algo só entre alguns. A participação deve acontecer em todos os espaços públicos [...] Nós não podemos almejar a participação nacional, se a nível local não conseguimos ter um desempenho do ponto de vista da participação que satisfaça às necessidades de atores locais. (Dirigente da Tiniguena, entrevista)

Por essas e outras razões, o tema da participação e da democracia adquire, para os entrevistados, uma centralidade ímpar, pois não só estão em jogo os processos de democratização da vida política e garantia de direitos civis e jurídicos fundamentais, mas também a questão de equilíbrio e complementaridade na relação entre sociedade civil e o Estado. É nessa perspectiva que identificamos os limites da democracia no âmbito da sociedade civil.

Como afirma Touraine (1996, p. 92), a democracia só sobreviverá quando os atores políticos e sociais (Estado e sociedade civil) estiverem articulados, quando a representatividade dos cidadãos estiver garantida, com a condição de que essa representatividade seja associada à limitação do poder, à cidadania, à luta pela melhoria das condições de vida dos indivíduos, mas também quando essa representatividade aceita os conflitos, as contestações e as percepções contrárias que tornam a sociedade cada vez mais consciente de suas orientações.

Isso significa que a política, como espaço de constituição do Estado e produtora de ordem, se enfraquece e se converte em um subsistema cada vez mais autorreferente, incapaz de reconhecer e expressar em seu seio a enorme diversidade do social, da cultura e das posições políticas emergentes, dada a fluidez e multiplicidade dos grupos. Nesta perspectiva, a política também assume uma dimensão informal, que transcorre fora do âmbito institucional e totalizante e se funda cada vez mais em relações com redes informais com atores variados, como vem acontecendo em diversos contextos e níveis e nos processos de negociações e construção de identidades. Nessa ótica, Melucci atribui

à identidade coletiva uma perspectiva interativa compartilhada. Interativa e compartilhada significa construída e negociada através de um processo de ativação das relações que ligam os atores sociais. A construção da identidade coletiva implica investimentos contínuos e ocorre como um processo que deve ser ativado para tornar possível a ação dos indivíduos. (MELUCCI, 2001, p. 42)

As identidades dos Grupos de Mandjuandades assumem o caráter mobilizador no envolvimento dos atores sociais e na

intermediação entre o Estado e a sociedade civil, entre a cultura local e a “cosmopolita”. Resistem a toda forma ao formalismo societário, defendido internamente pelas ONGs. Negam o caráter meramente “indigenista” e demonstram capacidade de expressão de suas estruturas associativas de representação político e cultural, na medida em que exigem o reconhecimento e legitimação na vida política, conforme revela a posição assumida pela líder da Associação Comunitária Indelugan, com ampla experiência organizativa, social e política na relação com as autoridades regionais.

A forma como vemos Biombo hoje é lamentável. Um dos grandes problemas é a estrada [...] Administração não vive em “Indam” por causa da condição péssima de estrada. Ele fica entre Quinhamel e Bissau, vai e volta, e deixou-nos apenas uma placa em Andam. Isso não faz sentido. Não queremos nada com essa placa. Como é que ele pode saber da nossa situação de vida se ele não vive conosco aqui? Como ele pode saber das nossas preocupações? Fizemos uma marcha, em 2010, onde exigimos o seu retorno à comunidade ou que seja substituído por outro representante. (Participante de Grupo Indelugan, entrevista)

Biombo é uma região próxima do setor administrativo autônomo de Bissau, povoada majoritariamente pela etnia Pepel. Conforme apresentado no Capítulo 2, inclui os setores de Prabis, Quinhamel e Safim. A entrevistada destacou a tensão e a reivindicação junto ao governo central pelo isolamento crescente da região de Biombo e pela falta de resposta favorável às reivindicações das organizações e dos grupos da sociedade civil. Nessa região,

nota-se crescente pressão de jovens por maior espaço de representação e participação no desenvolvimento.

É precisamente a busca pelo reconhecimento que deu lugar, nos anos recentes de democratização, a luta pela renovação da sociedade civil e da democracia. Na Guiné-Bissau, essa luta vem se caracterizando pelas exigências dos movimentos contra a política de exclusão, justiça social e luta contra a pobreza, através de manifestações massivas (as Marchas), buscando pressionar o Estado e influenciar a opinião pública. Por outro lado, as organizações da sociedade civil, em geral, são marcadas por um passado autoritário, na cidade e no campo, em que os “indivíduos têm medo”, mas se expressam e, conseqüentemente, enfrentam as ações repressivas do Estado no âmbito político-militar.

E, ainda que não tenham conseguido predominar e se firmar, suas ações apontam para uma mudança na política democrática guineense, expressando momentos de *latência* e momentos de *visibilidade* (MELUCCI, 1989) da identidade relacional dos movimentos sociais como *ato de cultura* e fator dinâmico de luta política (CABRAL, 1974) em defesa da liberdade, da igualdade, da cidadania, da inclusão e direitos humanos contra o aparato dominante do Estado, das Igrejas, dos militares e dos políticos e partidos para extensão desses mesmos direitos. Como afirma um dirigente entrevistado da Igreja Católica,

de fato, hoje as pessoas são mais exigentes. Querem ter um mínimo para ter uma vida digna. Além disso, hoje as pessoas fazem exigências da sua situação de aflição. Quer dizer, há liberdade de expressão. Pessoas podem escrever e podem falar, assumindo as conseqüências. Querem uma vida melhor e querem lutar por isso. Os empregados não querem ser despedidos

de qualquer maneira. Vamos assinar um contrato, tu tens o seu direito e eu tenho os meios. Os nossos empregados querem justiça também. Depois também têm medo, mas podem falar. Uma parte da população da Guiné-Bissau não é pobre, mas sim miserável. Vida pobre é quando a pessoa tem o suficiente para uma vida modesta com a saúde e a educação básica dos filhos garantidos com dificuldade. (Franciscano da Igreja Católica, entrevista)

Os sucessivos golpes de Estado e a violência militar na Guiné-Bissau se tornaram uma fonte de potencialização e mobilização da sociedade civil na luta por seus direitos. Caberia perguntar se essas mobilizações estariam relacionadas à insuficiência ou não funcionamento dos canais formais que, por consequência, revela mais um desejo do que participações efetivas, atribuídas aos indivíduos e à população em geral.

Observando a realidade atual de vários setores da sociedade civil presentes nos relatos, percebe-se que o direito de lutar sem repressões para mudar o Estado, para criar as condições que possibilitem uma vida digna para a maioria das populações guineenses é mais uma tentativa na busca de participação como condição para a democratização. Tal busca é percebida num contexto marcado pela crise dos regimes autoritários em decorrência da perda da legitimidade popular e pela luta das organizações autônomas representativas na gestão de novas formas de se praticar e conceber a política. Essa percepção também se coloca no interior da própria representatividade de setores da sociedade civil, na medida em que as organizações sociais juvenis defendem que é preciso lutar para impor respeito e funcionamento autônomo:

Os jovens participam nos eventos políticos só nos momentos de eleições. Depois das eleições, os políticos não voltam ao encontro da juventude para ver suas preocupações. Por exemplo, nesse momento, o primeiro ministro fala de um projeto e quer um encontro com a juventude sobre a cooperativa agrícola. Isso é muito importante e não devia ser só agora pra fazer isso. Esse encontro devia acontecer antes. Já é muito tarde. A preocupação do governo deve recair na juventude, mas não há uma política de juventude. (Dirigente da Rede Nacional da Juventude, entrevista)

Na Guiné-Bissau, o problema de participação eleitoral é preocupante. Nenhum dos entrevistados se mostra indiferente a esse problema. Defendem, no entanto, o envolvimento na gestão e fiscalização de políticas públicas, inclusive, como forma de organização da sociedade e do Estado. Os entrevistados entendem que a democracia oferece oportunidades para os indivíduos e grupos, mas advogam avanços concretos e significativos para resolução dos problemas dos movimentos, descentralização e desconcentração de poder. Essas dimensões da democracia foram apontadas por um dirigente juvenil da organização da sociedade civil Indelugan em relação à construção democrática na região de Biombo:

A democracia é boa porque hoje há liberdade de expressão. Mas as nossas expressões não são tomadas em consideração. Nós da região de Biombo, na nossa associação debatemos com os problemas da nossa comunidade em todos os seus sentidos, um bloco de problemas. Não sabemos se essas questões são arquivadas. Não sabemos o que acontece com os problemas que

nós colocamos. A região de Biombo tem uma participação nos processos eleitorais, mas não tem merecido prioridade de vários governos deste país. (Membro de Indelugan, entrevista)

As conquistas da liberdade de expressão e participação eleitoral pela sociedade civil, obtidas com a democratização, são controladas pelo governo. As organizações da sociedade civil guineense precisam sair desse marasmo e romper com esse esquema de privatização do campo político que contribui para marginalização da sociedade civil.

Na mesma perspectiva, outro depoimento que mostra a preocupação das organizações populares com o processo de democratização e suas implicações para a mudança social, foi formulado por um dirigente rural do “Fórum Regional da Juventude e População”. Em sua percepção, a democracia se qualifica e se fundamenta no cotidiano, o que implica o questionamento do caráter abstrato dos princípios da igualdade político-jurídico, idealizada pelos liberais, à qual se opunham pensadores críticos como Marx e Gramsci:

A democracia na Guiné-Bissau está dispersa. Tomamos a democracia como nós próprios que a criamos. Mas é uma coisa que veio de fora, mas não estamos a aplicar a democracia na prática. Enquanto não aplicarmos a democracia na prática, não podemos alcançar um desenvolvimento eficaz [...] Ouço pessoas falarem na rádio, criticarem o governo. Cada um é livre para falar, livre para opinar, o que já é muito bom. Mas acho que não é o rádio que pode resolver problema da Guiné-Bissau. (Dirigente do Fórum Regional da Juventude e População, entrevista)

Para o entrevistado, o problema não está na liberdade de expressão em si, como fundamento da vida democrática, mas, sim, na falta de responsabilização moral e social de setores que desvirtuam a formação das práticas democráticas. Essa deformação teria a ver com a incorporação de uma ideia abstrata e normativa da democracia, tanto no interior das organizações e grupos sociais populares, quanto nas suas diferentes relações com o Estado. Nessa perspectiva, são exigidas a corresponsabilidade e a democratização das instituições, através de trabalho coletivo das organizações e grupos da sociedade civil, pois apenas a propaganda político-partidária na rádio não é suficiente para resolução dos problemas sociais enfrentados. Somente com a incorporação dessa percepção a democracia pode sobreviver.

Vale ainda salientar, nas diversas percepções de sociedade civil, a relação entre a Comissão Nacional de Eleições (CNE), movimentos e atores externos. Uma das principais questões levantadas pelos entrevistados diz respeito à autonomia da sociedade civil em relação aos partidos, ao Estado e à preocupação dos observadores internacionais por uma participação mais abrangente da sociedade civil que possibilitaria a expansão de suas ações e inserção na vida política democrática.

É nesse contexto que vem aumentando o envolvimento da sociedade civil na campanha de educação cívica nos processos eleitorais, sobretudo após o ano de 2009, alterando aos poucos a configuração da representação de interesses na correlação de força entre os partidos, o Estado, a sociedade civil e os observadores internacionais:

Inicialmente, a sociedade civil não tem tido grandes participações. Agora estão a ter. A CNE aos poucos está abrindo para a sociedade

civil. Mas a CNE não abriu muito porque a nossa sociedade civil não é uma sociedade como nos outros lugares onde a sociedade civil não tem nada a ver com os partidos políticos. É uma inserção total. Não temos isso aqui. A Guiné-Bissau é um país pequeno, conhecemos uns aos outros. Se a pessoa venha a dizer que eu sou da sociedade civil, isso não corresponde à verdade. Muitas vezes dizem que querem integrar a educação cívica, mas o que acontece vão difundir a propaganda de seus candidatos e partidos e não a campanha de educação cívica, aquilo que nós queremos [...] Os observadores internacionais têm chamado sempre atenção da CNE para abrir-se à sociedade civil. Já estamos a abrir desde a última eleição de 2009. Hoje há muitas organizações a fazer a campanha de educação cívica, integrando o pessoal da CNE. Mesmo assim, percebemos que alguns estavam a fazer campanhas para seus candidatos. Não é que nós não tivemos vontade de alargar isso para sociedade civil. Acontece que não há imparcialidade. (Dirigente da CNE, entrevista)

O Estado, através da CNE, tenta incluir a sociedade civil na campanha de educação cívica não apenas por necessidade de sua democratização interna, mas pela exigência externa dos observadores internacionais que estabelecem o modelo de sociedade civil a ser implantado pelo Estado, minando a autonomia interna da sociedade civil e do Estado através de condicionalismos. Isso provoca certos transtornos no processo de autonomização e amadurecimento da sociedade civil, afetando sua legitimidade perante o Estado, sobretudo pela falta de imparcialidade que envolve interesses, percepções e projetos políticos distintos.

Nas visões dos entrevistados, a sociedade civil precisa construir sua própria autonomia e experiência de democratização, de forma consciente e preparada, mostrando capacidade própria de direção, de criação de possibilidades, de negociações diretas com os partidos e o Estado, sem mediação dos observadores externos. O empecilho na construção independente de autonomia ocorre pela dificuldade de organização interna do movimento, assim como pelo envolvimento contraditório de interesses do Estado e de partidos em termos da representatividade política. Isso porque,

muitas vezes os jovens entram na política sem mínima formação, sem ter a base de associativismo, sem base cultural, sem nunca pertencer a grupos culturais para poder discutir dentro daquela sociedade. O que acontece? Ao invés da coisa ser discutida no *Djenberém* vai para *Bamtabá*, como se diz em kriol [...] O *Djenberém* é um espaço onde as pessoas vão discutir e o assunto fica lá, enquanto o *Bamtabá* cada um faz o que quer, fala o que quer. Muitas vezes a nossa política funciona nesse espaço de *Bamtabá*. As coisas não são discutidas dentro da organização política e acaba espalhando pelo mundo afora. São ameaças que são ditas e muita das vezes a população entra sem poder apurar a veracidade das coisas que são ditas (Dirigente do Grupo Língua de Bodi, entrevista).

Nesse cenário de disputas, as principais lutas e conflitos sociais e políticos se desenrolariam ao redor da relação entre *Djemberém* (espaço de interesse público) e *Bamtabá* (espaço de interesses particulares) mediados pelas lutas no sistema partidário que atingem as relações na sociedade civil. O atrelamento com as esferas de interesses particulares de poder constitui uma

das maiores dificuldades de luta da sociedade civil em criar seus espaços de autonomia política, que representam novas formas de relações de poderes interdependentes, e se firmar como verdadeiros movimentos sociais na Guiné-Bissau. Outro entrevistado conclui revelando omissões no interior da sociedade civil no processo da construção da mudança, fora do quadro imposto pela sociedade política:

Nós somos parte da sociedade civil, mas será que fazemos bem o nosso papel? Existem questões de omissão. Pessoas procuram omitir-se de algo, deixar de fazer o seu trabalho. Isso faz com que o papel da sociedade civil seja muito restrito. Não tem muito sucesso. Reconhecemos as nossas limitações. (Fórum Nacional da Juventude e População, entrevista)

Parece haver uma percepção clara de que o caráter democrático da sociedade política depende de suas relações com a sociedade civil e com o Estado. Relações de dupla dependência, de corresponsabilidade e de autonomia dão às instituições públicas representativas um papel que supera a visão da passividade e omissão da sociedade civil como produto de Estado, ideia sustentada pelos teóricos da democracia liberal.

A ideia da corresponsabilidade, da inter-relação, pressupõe a intervenção organizada dos diferentes setores sociais ao acesso à justiça, à riqueza e ao poder político contra a violência do Estado. Porém, para que todo este processo seja institucionalizado, torna-se necessário criar condições favoráveis contra a impunidade, como aplicação da justiça, oportunidades econômicas e afirmação social para todos, sendo esse o aspecto destacado por um entrevistado como o de maior importância, uma vez que

na Guiné-Bissau, a democracia criou vários abusos. As pessoas às vezes fazem coisas que elas mesmas sabem que não é normal, mas fazem-no por que há democracia. Sentem-se livres para fazer o que lhes bem apetecer. As pessoas precisam colocar na cabeça que a Guiné-Bissau é nosso. Se o tratarmos mal, nós que vamos sentir isso, nossos filhos vão pagar por isso. Devemos tomar isso em consideração. Devemos dar a Guiné-Bissau um bom trato. (Dirigente do Grupo Mon Na Mon, entrevista)

Outra observação que merece ser feita na análise das percepções dos dirigentes entrevistados da sociedade civil tem a ver com o problema de reducionismo e do utilitarismo presentes na maioria de interpretações em relação aos grupos não formalizados. Ao se conceber a sociedade civil a partir dos modelos de organizações ocidentais, os dirigentes entrevistados demonstraram dificuldade em reconhecer os *Grupos de Bancada*¹⁴⁷ como atores sociais, decorrente do pluralismo e das diferenças. Um dirigente entrevistado, por exemplo, quando questionado sobre estruturas organizativas da sociedade civil e os desafios que se colocam, afirmou:

apenas somos do Conselho Nacional da Juventude, nós não trabalhamos somente para as organizações organizadas, como também aquelas que não estão organizadas. Porque,

147 *Bancada* é formada por grupos de jovens urbanos organizados na esfera pública que debatem os problemas do país, defendem interesses públicos e particulares e lutam pelo reconhecimento de suas demandas na esfera pública, questionando a ausência do Estado em desenvolver políticas de juventude. Não se trata de grupos de vândalos ou alcoólatras. Grande parte dos seus participantes são estudantes.

afinal de contas, estamos a trabalhar para a juventude e a sociedade em geral. As *bancadas*, por exemplo, são grupos de jovens de uma determinada zona ou bairro. Funciona também como uma organização, mas de uma maneira informal. Tem apenas uma pessoa que é responsável e outra que é adjunto, mas sem uma personalidade jurídica, sem uma estrutura legalizada [...] Os jovens saem e encontram de manhã, encontram à tarde e à noite sentadas em bancadas. Eles se encontram lá só pra divertir e dizer certas coisas de que eles mesmos nem tem prova. Se calhar só na hora do almoço e de dormir que se separam. Ali, se encontram a divertir e a beber *uarga* (café natural), sem nada de fazer. Alegam que terminaram os dozes anos de escolaridade e não têm trabalho e nem estudo. As bancadas são umas das grandes preocupações nossas. Temos um projeto sobre autossuficiência alimentar em que estamos a pensar sinceramente envolver. É um projeto que estamos a pensar sinceramente para reduzir, desencorajar essa tendência de sentar em bancadas. (Dirigente do CNJ, entrevista)

No entanto, apesar do seu pouco reconhecimento pelos dirigentes juvenis de origem universitária, as organizações sociais de bancada têm uma presença forte na articulação de novas formas de sociabilidade e reflexão, para dar conta da tímida representatividade das organizações formalizadas, no que tange ao desenvolvimento de uma vida social e política menos regulamentada pelos dispositivos jurídico-administrativos, o que explica os esforços na busca pela sua regulamentação, no interior do sistema produtivo.

Um dos seus objetivos parece ser o de ocupar o *tempo ocioso* dos participantes, desenvolvendo novas formas de ações coletivas. Sua presença aponta a possibilidade da emergência de uma nova esfera pública com a prática da democracia, da representação estatal ou das organizações formalizadas de sociedade civil regimentadas. Ou seja, surge como possível alternativa para articulação entre Estado, mercado e sociedade civil capaz de preservar seu espaço de disseminação de debate público cotidiano acerca dos problemas e das decisões, tomadas pela autoridade estatal, no que diz respeito à vida social. As disputas pelo reconhecimento da identidade dos grupos não formalizados, como parte constitutiva da formação heterogênea da sociedade civil, podem ser observadas no depoimento abaixo, de uma dirigente do movimento popular de Grupo Mandjuandade:

Se ficarmos apenas esperando apoio dos nossos governantes, *djintons*, os grupos de Mandjuandades não vão continuar, vão desaparecer. As pessoas não valorizam mandjuandades. Algumas pessoas acham até que são superiores a nós. Acham que somos *gentios*, sobretudo quando vestimos as nossas roupas de atuação. (Mandjuandade Pabia de Amanhã de Inpantcha, entrevista)

Ganha relevo, entre os entrevistados de Grupos de Mandjuandades, a construção de uma cultura democrática no interior de suas organizações e nas relações com a elite governamental, em que se destaca o processo cultural e social de criação de novas e antigas solidariedades, sem interesses de ordem pré-definidos, seja de caráter reivindicatório ou político. A identidade

de Mandjuandade é entendida como um instrumento de luta que vai sendo construído no decurso das exigências da sociedade civil. É uma forma de construção social e meio de conformação das pessoas e grupos, considerados “gentios” pelo autoritarismo cultural, sob a forma de discriminação racial de grupos populares indígenas.

Mandjuandades entrevistados, em geral, com diferença de formulação e composição heterogênea dos grupos relativos às estruturas organizativas, exigem respeito e começam a se perceber como cidadãos participantes da mesma luta política, formulando perspectivas históricas semelhantes na diversidade e solidariedade. Nessas dinâmicas e percepções diferentes, exercem papel importante no processo da socialização e ressocialização por seus próprios atores, composições e práticas sociais segundo as regras que norteiam o processo de integração coletiva e individual, definida pelos próprios movimentos populares de mandjuandades. Como diz uma entrevistada:

O nosso Grupo funciona da seguinte maneira: se alguém desejar entrar no grupo é bem-vindo, não há problema nenhum. Mas nós aqui temos *Leis*, temos *regras* a serem cumpridas pelos membros. Muitos, às vezes, não continuam no grupo porque acham que há muitas regras, muitas coisas a cumprir. (Rainha de Pabia de Amanhã de Inpantcha, entrevista)

As regras de integração no grupo ajudam a entender os mecanismos nos quais os grupos constroem relações cristalizadas em estruturas sociais. Eles constroem também práticas sociais que não podem ser reduzidas a cálculos de custo e benefícios.

Mobilizam sentimentos e emoções, tais como amor, honestidade, amizade. Cantam as lutas, as decepções políticas, a violência no dia a dia do movimento, num contexto em que tem aumentado as diferenças entre grupos, entre indivíduos e regiões. Ao considerar as regras do “mundo da vida” como fundamental para a integração social, saindo dos guetos da periferia para a esfera pública, uma dirigente revela o processo de formação de mandjuandades, vistos como tradicionais e primitivos pelo Estado e setores da sociedade:

O Grupo Nivaquina começou assim: quando éramos crianças, um grupo de amigas, colegas de escola, do bairro ou vizinhos da nossa casa. Depois das aulas, cada um servia a sua comida e juntavam-se para o almoço. Quando terminávamos o almoço, preparava-se suco [chamado lope em kriol], e tomávamos todos. Depois, pegávamos no garrafão e começávamos a tocar. Nando, homem do grupo, tinha um amigo. Quando nos viu a tocar e a dançar, ficou a rir. Perguntou-nos se queríamos ser um Grupo de Mandjuandade? Respondemos “sim, queremos”. Ele respondeu que vai nos ensinar a tocar e a cantar. A partir de então, passou a nos ajudar. Um dia disse-nos que vai arranjar-nos um *nome* para o nosso Grupo de Mandjuandade que passará a se chamar Nivaquina, um remédio pequeno que vai curar toda gente. A partir de então, quando acontecia um *choro*, cada um contribuía [*abota*] para ajudar a pessoa que morria alguém na família. Quando chegou a minha vez de ir ao *casamento*, falei ao grupo que atuou e apoio uma realização do meu casamento. Começamos a participar de *festivais*,

alguns ganhamos e outros perdemos. Este ano [2011] Nivaquina foi considerado o grupo do ano no festival descoberta, que se realiza frequentemente. (Rainha de Nivaquina, entrevista – grifo nosso)

Mandjuandades nos oferecem novas referências teórico-analíticas capazes de mostrar que a presença colonial e violência militar do Estado pós-colonial na Guiné-Bissau não dissolveram as estruturas de solidariedade e de autoridade dos grupos sociais pré-existentes. As teorias contemporâneas dos movimentos sociais em África, sustentadas por Mamdani (1996) e Cabaço (2009), usaram o clássico binômio tradicional-moderno, sem considerar processos que se configuram os movimentos como tais em contextos particulares. Da política se realçou a administração do Estado colonial *bifurcada*, tomada como conjunto de representações que configuram a visão do mundo da sociedade civil africana.

No entanto, o caráter intermediário e relacional dessas duas concepções de sociedade civil não foi tratado no estudo já referenciado. Ou seja, são análises generalistas de contextos específicos em que há aspectos da realidade e práticas sociais, que não têm a correspondência com formas empíricas dos movimentos sociais na democratização, cuja característica fundamental é o forte envolvimento eleitoral dos mandjuandades guineenses, exigindo inclusão e acesso à cidadania ativa e mostrando que não são movimentos apenas tradicionais. Segundo afirma um dirigente,

Grupo Netos de Bandim é um grupo que tem um conselho diretivo, uma assembleia geral e um conselho fiscal. Dentro do conselho diretivo nós temos subcomissões de balé, danças

tradicionais, músicas e danças de tina, teatro, poesia e escultura. Quando temos um tema para tratar, cada subcomissão encarregue-se de fazer os trabalhos direcionados ao tema. Da parte de comissão de músicas e danças de tina, o grupo tem um Rei, uma Rainha, uma Meirinha, a Conde, conselheiros, quatro vocais encarregues de ajudar a organizar o lugar onde o Rei e a Rei deve se sentar (Membro de Grupo de Mandjuandade Netos de Bandim, entrevista).

São, portanto, movimentos que atuam em vários planos: artístico, político, cultural, econômico e social. Suas práticas não se enquadram, necessariamente, nas formas de manifestações de protesto dos movimentos sociais na luta pela democratização e novas formas de representação, tais como marchas, rebelião ou revoltas de rua, greves, petições, abaixo-assinados, assembleias, congressos, panfletagem, entre outras práticas. Nesse processo, há um esforço das organizações populares no sentido de manter as estruturas organizativas, sem desconsiderar a possibilidade de criar sua própria modernidade, e de confrontar e adquirir as diversas vertentes da modernidade a partir da memória histórica de seus sujeitos sociais.

Nessa busca, há um esforço no sentido de consolidar uma percepção alternativa da sociedade civil, capaz de potencializar a democracia dos grupos de mandjuandades, entendida como afirmação dos movimentos populares, mantendo as especificidades das organizações desses grupos sociais. A citação abaixo sintetiza a estrutura organizativa de funcionamento de grupos de mandjuandades, revelando sua importância atual para os movimentos da sociedade civil:

No nosso Grupo temos o Rei, a Rainha, a Merinha, a Conde, a Mãe, o Pai, o Conselheiro, o Cordeiro, a Madrinha e o Padrinho. Nessa composição, cada membro tem uma ação a desempenhar. Por exemplo, a *Rainha* é a cabeça do grupo. Ela que organiza e mantém informado aos pais do grupo. O *Rei* também participa, mas a responsabilidade de administração é da Rainha. A *Merinha*, por sua vez, substitui a Rainha caso esta não esteja presente, por exemplo, quando a Rainha viajar, estiver doente ou por outros motivos de força maior. O *Conde* é o responsável pelo uniforme e instrumentos do grupo. É ele que sugere o tecido, o modelo e sugere roupa ao grupo buscando suprir as dificuldades com os materiais. Caso o Conde não estiver, a Merinha assume o seu lugar. A *Mãe* e o *Pai* do Grupo são aqueles que colaboram e ajudam nas orientações em casos de problemas ou necessidade de Grupo Nivaquina. O *Conselheiro* é o responsável para resolução de conflitos e outras questões provenientes do movimento, como negociações e mediações com atores externos. *Financeiro* do Grupo é a pessoa responsável para a determinação e recolha de cotas, geralmente contribuições dos membros. O *Cordeiro* faz o papel de polícia. Quando tivemos uma atividade é ele que organiza os membros para que não haja perturbação ou desorganização interna. Já a *Madrinha* e o *Padrinho*, a exemplo de Mãe e do Pai, são atribuídos funções de agregação do Grupo a partir das necessidades ou problemas-conflitos que vão surgindo. (Rainha de Mandjuandade Nivaquina, entrevista – grifo nosso)

Em resumo, a presença de mandjuandade na sociedade civil em geral mostra-nos a existência de movimentos populares pré-existentes ao colonialismo, buscando conquistas ou resistindo à subordinação que solapam suas identidades. Historicamente, foram os grupos pré-existentes explorados que mais desenvolveram tradições de resistências em busca de construção de suas historicidades.

Muitas dessas lutas se desenvolveram, mais tarde, no interior do PAIGC, por meio da luta armada de libertação nacional. Na democratização, essas lutas populares vêm sendo redefinidas a nível das estruturas partidárias e estatais e também na sociedade civil, a partir de uma base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelos grupos, quer nos espaços coletivos institucionalizados da organização e reivindicação social, quer nos espaços democráticos não-institucionalizados de legitimação, como nos mandjuandades e bancadas.

Em Cabo Verde, a centralidade da identidade da sociedade civil se constituiu num âmbito em que ganha destaque a questão econômica e jurídico-política do Estado e dos partidos. A presença de Grupos de Batuko e Tabanka, provenientes de organizações pré-existentes a democratização, demonstram uma aparição simbólica na sociedade civil, procurando expressar os problemas sociais, mas não se colocam no campo de disputa de sentidos de sociedade civil, mais presente na Guiné-Bissau.

Partindo da ideia de que a sociedade civil é o espaço da correlação de forças e de conflitos, nas concepções dos entrevistados guineenses sobressaíram cinco percepções e aspectos que marcaram a formação e o desenvolvimento ordenado das organizações e grupos da sociedade civil no processo da democratização. O primeiro revela a forte presença dos militares no aparelho de Estado,

como elemento desestabilizador da sociedade civil. Paralelamente, nesse quadro, a sociedade civil vem assumindo papel importante na luta pela mudança de mentalidade e diminuição de contradições político-militares por meio de processos de sensibilizações e negociações que objetivam colaborar na democratização da classe castrense, democratização da herança autoritária da violência do Estado, de partidos e seus impactos negativos no interior das organizações da sociedade civil.

O segundo é a presença do Estado e do partido na sociedade civil, na tentativa de instalação de lideranças vitalícias, assim como presença de atores externos de programas de cooperação para o desenvolvimento, assumindo papel de protagonismo na definição de políticas públicas mediado pelo Estado e pelas assessorias técnicas das ONGs que atuam na “capacitação” da população demandante e beneficiária de projetos de desenvolvimento (TINIGUENA). Este ponto foi bastante criticado pelos dirigentes entrevistados; visto como fenômeno de formalização dos grupos pré-existentes para a transformação social, muito presente hoje na Guiné-Bissau, como no caso de Grupos de Mandjuandade e Bancada, e, em Cabo Verde, nos grupos não formalizados da sociedade civil, para o interior do sindicalismo, supostamente na melhor defesa dos seus direitos econômicos e dos interesses políticos de classe (UNTC-CS).

Por outro lado, dirigentes guineenses acreditam que o processo de formação técnica também é um processo educativo na gestão do movimento porque não se pode pensar a democracia sem conscientização “das coisas que se quer fazer e poder fazer” (IPHD), segundo depoimento citado anteriormente (na página 223). Requer, portanto, competência e habilidade para avaliar diferentes tipos de saberes pré-existentes e colaborar com os

movimentos populares a se apropriarem dos mecanismos capazes de torná-los construtores do seu conhecimento ou novos saberes, como sujeitos coletivos e individuais distintos e, ao mesmo tempo, semelhantes.

O terceiro elemento que sobressai, nas percepções dos dirigentes, relaciona-se com a dificuldade de reconhecimento de grupos pré-existentes pela cultura dominante, que tende a abafar a presença desses grupos organizados etnicamente ou regidos historicamente, como atores da sociedade civil presentes na cena política guineense. No entanto, os dirigentes dos movimentos populares afirmam que a defesa da identidade relacional é um processo necessário de luta para a construção de autonomia, igualdade e solidariedade coletiva, “pois se ficarmos apenas esperando apoio dos nossos governantes, nossos **djintons**, os grupos de Mandjuandades não vão continuar, vão desaparecer” (Grupo de Mandjuandade Pabia de Amanhã de Inpantcha).

Nessa perspectiva, o principal campo de embate com o Estado no processo da democratização é o da preservação da identidade, que ficou conhecido nos escritos de Amílcar Cabral, de *resistência cultural* de grupos de mandjuandade para a formação de nova cultura nacional. (CABRAL, 1979, p. 9)

Na quarta visão, observou-se a forte presença de movimentos juvenis e protagonismo das mulheres, nos processos político-eleitorais, que lutam pela “despartidarização” da política e potencialização de mudanças significativas, na busca por novas formas de reivindicações de direitos como condição de afirmação de cidadania, em contraposição aos interesses dominantes institucionalizados na esfera estatal e no sistema partidário guineense. Essa percepção implica rejeição de qualquer tentativa de exclusão social, de gênero, de etnia, da religião ou homogeneização da noção de sociedade civil na construção democrática.

Nesse sentido, as distinções e diferenciações dos grupos da sociedade civil deixam bem patentes os limites do “artifício humano” que, como afirma Hannah Arendt (1990, p. 335), lembra aquelas esferas do social onde o homem não pode atuar e nem modificar e na qual tem uma tendência de reduzir as pessoas a um processo de *petrificação da cultura*.

Por fim, coloca-se a questão da heterogeneidade e disputas para fixação de sentido da sociedade civil e do Estado, em âmbitos mais amplos dos espaços de participação democrática, e as possibilidades de reconhecimento culturalmente plural dos organismos, particularmente nas relações com os órgãos governamentais do Estado, do mercado e da economia como espaços inter-relacionados de mediação de interesses contraditórios e de disputas localizadas na sociedade civil.

Explicitaremos a seguir os aspectos comparativos do entendimento que os dirigentes têm do processo de democratização do espaço público a partir das relações entre os movimentos da sociedade civil e o Estado, destacando aspectos como relações com o poder público, conflitos, demandas, articulações, opositores, ações do Estado (poderes), que constituem categorias básicas para compreensão das configurações distintas e semelhantes da democracia e suas implicações para a prática dos movimentos da sociedade civil em Cabo Verde e na Guiné-Bissau. Privilegiaremos o momento de cooperação, de conflito e de negociação nas relações entre atores sociais e dirigentes políticos em processos democráticos e ações coletivas.





CAPÍTULO 4

AS RELAÇÕES ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO

Para analisar as relações da sociedade civil com o Estado no processo de democratização, iniciamos com a análise sociopolítica das organizações e grupos da sociedade civil de Cabo Verde. Apontaremos, num segundo momento, os traços que norteiam o tipo de relação que o Estado estabelece com as organizações e grupos da sociedade civil da Guiné-Bissau, tendo como eixo o estudo comparativo para construção de similitudes e diferenças que aproximam e distanciam os dois países – demandas, articulações, composições e níveis de institucionalização dos grupos para a elaboração de um quadro do repertório das ações coletivas. No decorrer da análise, serão retomadas algumas questões que já foram discutidas e que permitirão evidenciar possíveis contradições apontadas nos depoimentos das lideranças e grupos das organizações da sociedade civil e da sociedade política em Cabo Verde e Guiné-Bissau.

Tensões e Anseios nas Relações entre Sociedade Civil e Estado em Cabo Verde

As transformações políticas ocorridas na sociedade cabo-verdiana, nos anos 1990, levaram à atualização e ao surgimento de novas relações entre a sociedade civil e o Estado. Em função da incipiência das organizações sociais, da carência de recursos e dificuldades de acesso aos bens públicos para a maioria dos trabalhadores, por conta de secas, dos espaços restritos de participação em decorrência do regime de partido único, o Estado ocupou um papel central e definidor em sua relação à sociedade civil, no pós-independência.

Por outro lado, os grupos e organizações existentes na prática não tiveram espaço no contexto do governo de partido único (PAICV), que foi o ordenador das novas estruturas de associações e organizações de massa, segundo suas orientações e necessidades. Para entender as mudanças ocorridas, foi importante examinar a democratização a partir das relações que se estabeleceram entre as organizações da sociedade civil e o Estado, cuja configuração teve repercussão na construção da democracia e no conjunto das organizações e grupos da sociedade civil.

O processo de democratização trouxe, para as organizações da sociedade civil cabo-verdianas, o desejo de romper com os mecanismos de poder estabelecidos no regime anterior de partido único (PAICV). Não obstante o desejo de autonomia e da responsabilidade interna, essas organizações se confrontaram com dificuldades de intervenção, quer em termos de sua relação com Estado, quer no cumprimento de agendas e metas. A fala de um dirigente da Plataforma sobre a relação com Estado, transcrito a seguir, ilustra esse desafio e mostra um sentimento ambíguo,

comum a outras organizações e grupos da sociedade civil de Cabo Verde.

Nós antigamente trabalhávamos na base de projetos, de recursos que vinham do governo. Hoje, nós temos a nossa própria agenda. Evidentemente que vamos ter dificuldade em concretizar a nossa agenda, nossos caminhos já estão definidos. E pouco a pouco vamos reunir condições para que a nossa agenda seja efetivada. Provavelmente, quando vamos avaliar agenda atual, podemos constatar que ficamos um pouco longe da meta. Mas na próxima agenda podemos [nos] desviar menos, e pouco a pouco vamos superar os desafios. (Dirigente da Plataforma das ONGs, entrevista)

Apesar da adoção de nova agenda, da ampliação de novas fontes de financiamento, da sensação da diminuição do vínculo com os projetos do governo anterior e o sentimento de superação interna, não fica claro, na fala, a desvinculação entre o projeto do regime anterior e o projeto de democratização das relações entre a sociedade civil e o Estado baseado em parcerias, persistindo dificuldades para ações efetivas.

O desejo de parceria, a partir da complementaridade de ideias, ainda não encontrou espaço ou mecanismos capazes de transformar as organizações em construtores e executores de seus próprios projetos, enquanto atores autônomos e complementares do Estado. Um dirigente da sociedade civil afirmou a importância desse tipo de complementaridade, não apenas no discurso de que há espaços para todos, mas, primordialmente, na necessidade de pertencimento, de participação, de ampliação do conteúdo

democrático e de cidadania, desde que garantidos através de projetos articulados com os interesses dos atores sociais. Essa mudança na relação com Estado, ainda não aconteceu, conforme afirmou um dirigente da Plataforma das ONGs de Cabo Verde.

Quanto à relação entre a sociedade civil e o Estado fizemos uma campanha grande e a avaliação é boa. Não quer dizer que não temos ainda o caminho a trilhar. Agora vendo o ponto de partida, fizemos progressos. Hoje, pelo menos todos os atores já reconheceram e entendem que há espaço para todos, e que esta sociedade nos pertence a todos e que todos temos um papel a desempenhar. Isso já deixou de ser confusão. É um dado adquirido. De modo que os nossos discursos hoje são de uma perspectiva de parceria, de complementaridade, de *djunta mon* [parceria ou cooperativismo]. Mas o que falta é levar esse discurso à prática. Porque a prática ainda está um pouco atrasada. Na prática, vemos que há ciúmes, cada um procura fechar no seu próprio território, que as parcerias às vezes não são efetivas. Quer dizer, o meu projeto é o meu projeto. Os outros participam, mas [pausa] é uma participação que não é objetivada. E as nossas relações com órgãos públicos tem a ver com isso. (Dirigente da Plataforma das ONGs, entrevista).

Mesmo que a avaliação do caminho percorrido mostre resultados positivos, o problema não é a falta de relações ou de parcerias formais, mas de ações concretas em direção às relações, para dar visibilidade e legitimidade, meios e valorizar as organizações da sociedade civil, onde o desejo da *democracia dedjuntamon*, ou

pareceria, poderia se tornar mais efetivo para construção de outras formas de relação e mesmo de autonomia e corresponsabilidade.

Um dirigente da sociedade política (Partido) avaliou de forma semelhante os limites ou ausência dessa relação com Estado. Isso porque grande parte dos trabalhos se sentem comprometidos por razões de rivalidade entre atores sociais e políticos, medo de enfraquecer o poder do Estado, medo de fiscalização da sociedade civil, do controle público. O que significaria disputar fundamentalmente a posse do poder político:

O principal calcanhar de Aquiles na relação entre a sociedade civil e o Estado é a luta pelo poder, numa linha universal de conflito. Poder de convencer, agregar e desempenhar determinadas funções dentro da sociedade. O Estado normalmente não quer que haja uma divisão de influência que lhe fosse negativa. Portanto, vai resistir e manipular, persuadir e jogar com todos os recursos do Estado para que mantenha a proeminência no sistema político. (Dirigente do PAICV, entrevista)

Vemos, na posição citada do dirigente do PAICV, que surgem impedimentos e restrições, ampliam-se as estratégias de retórica, de persuasão, de segregação e de manipulação estatal como resultado do processo discursivo que evidenciam limites na correlação de forças em jogo, articulando ou incorporando discursos de continuidade ou ruptura, com os quais as posições de sujeitos convivem na relação entre a sociedade civil e o Estado.

Fica evidente, que o Estado cabo-verdiano adquiriu uma centralidade ímpar, pois as organizações e grupos da sociedade civil não conseguiram estabelecer uma ruptura com os mecanismos

discursivos de exercício do poder de Estado. Essa correlação de forças na construção de democracia pode ser entendida, na ótica das relações políticas, como resultado da atuação das lideranças de organizações e setores da sociedade civil provenientes de experiência de partidos e de governo, em amplos setores do Estado.

Isso contribuiu decisivamente para inviabilizar a autonomia na relação, expresso, por exemplo, pela entrevista de uma dirigente da ADAD, quando afirmou:

A nossa relação com os órgãos públicos é boa. O presidente da ADAD foi deputado do PAICV. Durante o tempo em que ele esteve lá não tivemos problema. Sempre preserva as relações. Hoje preciso de si, amanhã vais precisar de mim. Mantivemos sempre as boas relações para que não tenhamos problemas. (Dirigente da ADAD, entrevista)

Ou seja, a ADAD manteve os compromissos assumidos “para que não houvesse problemas” ou possíveis disputas com o Estado. Neste caso, prevalece um forte atrelamento entre PAICV e ADAD, enquanto instâncias interdependentes estabelecidas nas relações de troca de favores, pois “uma mão lava outra” no que tange ao predomínio de interesses do Estado nas esferas e decisões das organizações e setores da sociedade civil de Cabo Verde.

Essa *confluência perversa* faz com que a relação com o Estado e a participação política da sociedade civil fique restrita ao partido. Além disso, as organizações civis não conseguem contribuir, através de suas relações com o Estado, para a democratização do poder sobre as decisões de políticas públicas de interesse dos jovens, por exemplo, em consequência das relações

de proximidade, do conhecimento interpessoal entre lideranças e governantes.

No caso da “Liga da Associação Juvenil de Praia”, esse tipo de relacionamento, além de minar a autonomia e coesão interna, não atinge a finalidade desejada para o enfrentamento das dificuldades sociais:

Nas relações com Estado também não temos tido conflito. Pessoalmente, tenho boas relações com os membros de governo. Mas é aquela situação, colocamos um projeto, mas normalmente não temos tido respostas das instituições de Estado. (Dirigente da LAJP, entrevista)

Na fala anterior, se evidencia um discurso de vitimização, em que a responsabilização do líder da LAJP está ausente ao tempo em que a relação pessoal com as lideranças de governo é assumida e exaltada, estando presente a ambiguidade entre o que foi prometido e o que foi realizado, entre o atrelamento e o desejo da autonomia, entre os desafios da vida social e a necessidade de soluções a partir da tecnologia de comunicação e de informação nas redes sociais na internet:

Em Cabo Verde, há uma pressão da sociedade a quem foi prometida coisas e coisas, e há uma comunicação permanente do partido que suporta o governo sobre o que está feito, o que vai ser feito, as promessas e as renovações de promessas, a explicação por que de atraso disso, do atraso daquilo, enfim. Há uma comunicação permanente porque o partido que ganhou as eleições, seja a nível local ou nacional, sabe que está sendo avaliado permanentemente. E hoje

há avaliação em vários aspectos. Vamos ver, por exemplo, as eleições autárquicas saber quem perdeu eleições. Há uma comunicação permanente. Eu diria até intensa por um país como Cabo Verde. E, sobretudo, agora com as novas tecnologias, redes sociais. O primeiro-ministro diz uma coisa no dia seguinte, se não cair bem, todo mundo tá comentando, independentemente do seu lugar acadêmico. Isso é muito giro. (Dirigente da Plataforma, entrevista)

Tudo parece “muito giro”, do ponto de vista do desejo de algo ausente nas mobilizações efetivas para formas alternativas de representação e de ampliação do Estado para a sociedade civil, o que possibilitaria a expansão da democracia através de alargamento da relação e responsabilização. Na realidade, quando se analisa essas mobilizações, do ponto de vista dos jovens, usuários da comunicação digital, o que se verifica é efetivamente a ausência desses canais de visibilidade e da interatividade com o Estado.

Faltam encontros e debates, fóruns ou setores parlamentares juvenis onde todas as associações, inclusive partidos políticos, poderiam discutir os problemas de desenvolvimento [...] O que os partidos pensam é diferente da nossa percepção. Seria bom se tivéssemos um espaço onde a sociedade civil poderia colocar questões aos partidos políticos sobre determinados assuntos. Essa seria uma das prioridades que devemos levar em frente de uma forma mais articulada. As organizações não-governamentais fazem suas políticas, o governo faz as suas. Não há espaço de articulação de planos e de diretrizes entre a sociedade civil e o Estado. (Dirigente da LAJP, entrevista)

Jovens identificam a falta de clareza dos papéis específicos de sociedade civil e de Estado, como causa da dificuldade em suas relações. Não há uma relação efetiva entre entidades representativas, integrando a sociedade civil na definição de pautas aprovadas no Parlamento cabo-verdiano. Essa questão constata o problema de autonomia evidenciada nos depoimentos precedentes. A articulação de um espaço público entre entidades representativas (Estado, sociedade civil e partidos), construído na vivência dos grupos e a partir das necessidades de debate público, de participação e composições internas e externas, inclusive com a presença de partidos e das ONGs aparece como uma falta.

Nesse sentido, salienta-se esta falta como a ausência de espaços comuns de debate sobre problemas de desenvolvimento e, por consequência, questões sobre a democratização e políticas de juventude definidas pelos partidos. Fica assim o desejo em participar nessa definição, esboçando nela as percepções da juventude.

Por outro lado, essa correlação de forças pressupõe, diferentemente do simples desejo de reivindicação, a autonomia de ação política na relação de complementaridade entre a sociedade civil e o Estado, enquanto dimensões constitutivas da democracia. Há relatos recorrentes sobre atrelamento político partidário, relações de falta de autonomia e complementaridade na tomada de decisões e na formação de uma opinião pública crítica, não partidária, que assume como prioridade o princípio de que

devemos sempre ter o cuidado com as interferências dos partidos políticos no sentido de evitar as mesmas conexões, sobretudo nos momentos eleitorais. É nesses momentos que os partidos aparecem querendo ajudar, querendo dar algo. Em outras épocas, quando pedimos

financiamento, dizem que estão em época de balanço, não podem colaborar ou não há financiamento. Quando aproxima a eleição, o financiamento aparece, começam investir [...] E mesmo que tiveram financiamentos de partidos não devem permitir que os partidos interviessem diretamente nas suas atividades. Porque normalmente quando isso é feito é o momento de aproveitarem para fazer uma campanha. Isso pode deitar abaixo a credibilidade da associação. (Dirigente da LAJP, entrevista)

Essa fala retoma a persistência dos partidos em controlar a sociedade civil, sobretudo nos períodos eleitorais que criam mecanismos de bloqueios em que a sociedade civil não consegue gerar uma base social, política e identitária para a sua própria sobrevivência nas relações com a sociedade política. Os partidos não têm interesse na autonomia dos jovens. Há muita desconfiança no sistema político-partidário cabo-verdiano que estabelece relações não com autonomia e complementaridade, e, sim, com indiferença pelos atores da sociedade civil. Tais ações são identificadas no estudo de Afrobarometer, ao afirmar que

em Cabo Verde, a qualidade da democracia e da governação está em crise em decorrência do descredito, da desresponsabilização e do baixo nível de participação e mobilização das organizações da sociedade civil devido a desconfiança manifestada pelos cidadãos em relação aos seus representantes na resolução dos problemas socioeconômicas, tanto a nível do governo quanto no âmbito dos partidos políticos. (AFROBAROMETER, 2008, p. 51)

A situação de desconfiança a que o Afrobarometer se refere leva a um bloqueio na relação entre as organizações da sociedade civil e os representantes parlamentares. Percebe-se também, por outro lado, ações de orientações e recomendações da “Liga da Associação Juvenil de Praia”, que recomenda aos seus membros evitar atrelamento com candidatos ou partidos nos momentos eleitorais, sob o risco de serem influenciados pelos interesses difusos e contraditórios, alterando suas demandas e formas de organização na relação com a sociedade política. Essa política de atrelamento e da desconfiança da sociedade civil tem implicação na desarticulação das relações com Estado e partidos políticos.

Esse limite é reforçado por outra contradição que merece ser levada em consideração: a estrutura político-administrativa, ainda que pregue a descentralização de mecanismos de bloqueio em nível do poder local, acaba ofuscada no jogo de interesses partidários, que, de uma maneira ou de outra, se constitui uma armadilha na partilha de responsabilidade e afeta as relações com o Estado. Esse atrelamento pode ser constatado na observação de um dirigente urbano da sociedade civil, expressa na afirmação de que

aqui na Praia tudo é politizado. A autarquia e o governo são de cor partidária diferente [MpD e PAICV]. Então, se estás a fazer uma atividade com apoio da autarquia, o governo te acusa que estás de outro lado. Se for com apoio do governo, a autarquia diz a mesma coisa. Neste momento, a associação não tem espaço. As nossas reuniões acontecem nas escolas ou em casa de colega. Só temos um computador, não temos nada. Eu mesmo levo trabalho de associação para meu trabalho. Para funcionarmos os membros pagam a cota [cotização] para responder às

demandas. Estamos a tentar parcerias na diáspora com associações que desenvolvem mesmas atividades para vermos se conseguimos estabelecer parcerias. (Dirigente da LAJP, entrevista)

Diante da carência e da dificuldade de acesso aos bens públicos para enfrentamento de *demandas* como emprego, espaço físico, formação profissional, violência doméstica e cotidiana, desigualdade, ausência de água canalizada e problemas com o consumo de álcool que fazem parte das reivindicações, nem sempre atendidas, os dirigentes avaliam positivamente a interlocução entre a sociedade civil e o Estado para assegurar maior representatividade. Por outro lado, com o crescente aumento de demandas populares e bloqueios em que se encontram as organizações e grupos sociais, as esperanças de autonomia ficam comprometidas, como demonstra o depoimento de um dirigente urbano.

Há um relacionamento normal e permanente entre a sociedade civil e o Estado. Estamos presentes em todas as esferas de decisão. Por exemplo, fazemos parte da Comissão dos Direitos Humanos. Somos chamados a participar enquanto representante da sociedade civil organizada em Cabo Verde. É pena porque não temos a capacidade de participar em tudo que somos chamados da forma como gostaríamos. Às vezes temos que nos pronunciar sobre documentos jurídicos, digamos assim, mas não temos meios para pagar um jurista para dar um parecer. Por isso que às vezes a nossa participação é limitada devido a nossa limitação interna de *recurso* para assegurar nossas ações. (Dirigente da Plataforma das ONGs, entrevista – grifo nosso)

A questão é que os convites não são suficientes para assegurar uma relação efetiva e as organizações não dispõem de meios para se fazer presentes nos espaços abertos pelo Estado. O que poderia servir de oportunidade de inclusão e participação, transforma-se num espaço de exclusão, na medida em que “às vezes temos que nos pronunciar sobre documentos jurídicos, mas não temos meios para pagar um jurista para dar um parecer” (retirado do comentário anterior). Assim, vão descobrindo, por si, as razões de seus condicionalismos, decorrentes dos limites internos vivenciados nas relações com o Estado. Mas não é só o problema de recursos. É preciso corrigir alguns problemas internos de funcionamento, melhorar a qualidade das intervenções e práticas sociais com a responsabilidade e o rigor que é exigido, como aponta o mesmo dirigente urbano.

Apesar de todos esses discursos favoráveis, seremos nós as ONGs que temos de nos organizar, mobilizar competências, capacidade de diálogo para podermos nos avançar. Existem vários desafios, e temos que lutar e trabalhar para ultrapassá-los. Por exemplo, nós estamos a trabalhar a partir de governança. Ao melhorarmos substancialmente a governança no seio dos atores Não-Governamentais da sociedade civil, estamos a reforçar a nossa credibilidade, o respeito. E aí a nossa capacidade de diálogo será automaticamente reconhecida. Quer dizer, temos desafios que são internos, mas que vão ter repercussões no plano externo no nosso diálogo com órgãos públicos. Queremos contribuir para a melhoria de governança no meio dos atores Não-Governamentais porque queremos ser cada vez mais eficientes para que cabo-verdianos

menos favorecidos tenham vez e voz. Nós estamos a trabalhar também a visibilidade, dar a visibilidade aos atores Não-Governamentais através da divulgação de boas práticas porque fazemos tanta coisa que a sociedade não tem o conhecimento. (Dirigente da Plataforma das ONGs, entrevista)

Nesse sentido, o reconhecimento e legitimidade de organizações e grupos da sociedade civil, nos espaços de interlocução interna e nas relações com Estado, passam pela capacitação técnica, cujo objetivo é instituir o sentido de governança e criação de corpos diretivos com capacidade técnica de gerar resultados na intermediação da Plataforma na sua relação com Estado. Esse desejo tem proporcionado debates nos seminários temáticos, organizados pela Plataforma das ONGs como expressão da credibilidade, diálogo e busca de autonomia na relação com Estado.

O impacto dessas ações de atuação das organizações e grupos da sociedade, na criação de condições que promovam avanços passa, também, pela disseminação de demandas para dar visibilidade às conquistas que, normalmente, não são do conhecimento público. Depoimentos de vários dirigentes entrevistados das organizações e grupos da sociedade civil identificam a importância da propaganda na visibilidade das ações coletivas como forma de garantir a credibilidade e influência no espaço público, em suas relações com Estado. Em outros termos,

em Cabo Verde, uma associação ou instituição se quiser ter um bom êxito nos seus trabalhos tem que ter muita publicidade, tanto televisivo como no jornal. Sem publicidade não se vai lugar nenhum. Na nossa terra, publicidade tem o seu custo. (Dirigente da ADAD, entrevista)

A busca pela inserção na sociedade se dá através da comunicação social, mas a sociedade civil não dispõe de meios para garantir a visibilidade na televisão ou na mídia impressa, o que possibilitaria abertura de canais de acesso para representação dos seus interesses no âmbito do aparelho do Estado. Esse entendimento de visibilidade mediática, por outro lado, reduz espaços de interlocução e complementaridade entre, por exemplo, a ONG ADAD e o Estado, ao mesmo tempo em que essa visibilidade poderia ser viabilizada pelo fortalecimento dos vínculos específicos com o sistema partidário e com o Estado.

Outra vertente dessa relação entre a sociedade civil e o Estado vincula-se à necessidade de *articulações*, que se evidenciam nas entrevistas dos dirigentes. A União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde (UNTC-CS) está redefinindo sua inserção no contexto das articulações com organizações e atores externos, desenvolvendo parcerias com os movimentos populares do Brasil, por intermédio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), colaboração na área de novas tecnologias de comunicação para diminuir a descontinuidade geográfica e regional existente entre organizações da sociedade civil cabo-verdiana; articulação com organizações sociais luxemburguesas, holandesas e portuguesas para o reforço da relação sindical e realização de projetos conjuntos com a UNTC-CS no sentido de possibilitar, através da cooperação e parcerias internacionais, maior engajamento das organizações e grupos da sociedade civil. É nesse quadro de colaborações, em que se agrupam diferentes países e organizações financiadoras,

que somos financiados no quadro da cooperação internacional. Temos alguns projetos e relações com vários outros países. Por exemplo, com o Brasil temos com a CUT [Central Única

dos Trabalhadores], assim com Luxemburgo e Holanda. Nesse momento, temos um projeto com Luxemburgo na área de novas tecnologias de comunicação. Com Portugal, temos um projeto de formação à distância, precisamente para ver se colmatamos essas questões das distâncias. Isso porque a questão da situação geográfica do país obriga-nos ter meios para manter a ligação com todas as estruturas que nós temos em todas as ilhas, nomeadamente a comunicação com os trabalhadores, com dirigentes. Para deslocar uma ilha qualquer sou obrigado a ter que apanhar um avião. Nós não somos como a Guiné-Bissau. Mete-se num carro vai onde quer. Aqui não. Precisamente porque estamos dispersos. É muito difícil passar as formações que fizemos aqui na sede para outras ilhas. Precisamente agora, através da cooperação internacional, nós estamos a tentar fortificar comunicação através de novas tecnologias que vai ligar a central e as outras ilhas para ver se conseguimos ultrapassar essa barreira geográfica [...] No entanto, os financiamentos estão com a tendência de diminuir por causa da crise. Isso é de fato preocupante para uma organização como nossa com recursos limitados. (Dirigente da UNTC-CS, entrevista)

A esses financiamentos, agregam-se outros recursos, com base nos pressupostos definidos anteriormente pelos entrevistados, sendo os principais vinculados a União Europeia, a Cooperação Austríaca, o Fundo da Embaixada dos Estados Unidos, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura. Esta última tem o peso maior pela abrangência das suas ações e valor global de financiamento (LIMA e FILHO, 2010, p. 135). A

Cooperação Espanhola apoia ações de combate à proliferação de armas, HIV, consumo de drogas, promoção de ações de cidadania e direitos humanos (ESPAÇO SAFENDE).

As organizações de jovens procuram responder à crise de acesso aos bens públicos pela parceria internacional, articulando grupos e organizações da diáspora cabo-verdiana para o desenvolvimento de ações coletivas em cento e dois bairros suburbanos da Praia. Cada bairro tem em média quatro associações juvenis. Há bairros com onze organizações de jovens implantados e reconhecidos pela comunidade, onde promovem ações coletivas. Cada associação tem em média quarenta a setenta membros, e todos desenvolvem ações voluntárias nos municípios. Anualmente, elaboram e executam planos de atividades junto à comunidade. Cada plano tem em média dez atividades. Nessas dinâmicas, executam uma média de cinquenta e nove atividades voltadas ao desenvolvimento e combate à pobreza (LAFP).

Apesar do forte engajamento dos atores da sociedade civil na execução de planos para resolução de problemas da vida urbana, desenvolvendo atividades importantes, persistem as carências de ordem estrutural e dificuldades decorrentes do sentimento da ausência da participação do Estado nas questões sociais.

A Liga não tem um espaço próprio. Neste momento estamos num espaço cedido pelo Centro da Juventude da Praia. No entanto, como Centro abriu outro programa aqui dentro, o espaço já foi ocupado por esse programa. Neste momento, não temos um computador, não temos secretarias e não temos materiais de trabalho. É no meu trabalho que aproveito para fazer as coisas. Temos tido imensas dificuldades. Neste momento, estamos a tentar criar parcerias com as

organizações internacionais. Estamos à procura desses contatos. Estamos também a tentar contatos com associações da diáspora cabo-verdiana em Portugal, na Holanda e no Luxemburgo, no sentido de tentar encontrar as organizações parceiras. (Dirigente da LAJP, entrevista)

Além da ausência de um espaço físico das organizações juvenis que atuam nos níveis locais, conselhos e freguesias, os jovens enfrentam problemas logísticos, como falta de computador e materiais básicos de funcionamento. É nesse contexto que surge o interesse pela articulação externa, sobretudo europeia, não apenas no atendimento às demandas, mas também nas relações com organizações e associações parceiras, em que o Estado assume papel de intermediador. Por outro lado, vem ocorrendo uma mudança muito importante que resulta, em grande medida, dos limites da articulação internacional, da qual as associações e as ONGs dependem, em consequência da crise das políticas neoliberais de financiamento para o desenvolvimento, como demonstramos ao longo do trabalho e reafirmada na entrevista do dirigente da Plataforma das ONGs:

A tendência é para a diminuição de recursos, sobretudo a partir do momento em que Cabo Verde entrou para a lista de países de rendimento médio. Isso vem condicionando progressivamente a mobilização de recursos, sobretudo aos atores não-governamentais. De modo que o caminho que temos que trilhar agora é de redefinir a nossa estratégia de mobilização de recurso porque existem outros fundos, outras formas de financiamento que podem se ajustar aos países de rendimento médio. Mas temos

de nos conhecer essas fontes de financiamento, temos que nos apropriar e dominar os mecanismos para ceder a esses financiamentos. Isso leva o seu tempo. (Dirigente da Plataforma das ONGs, entrevista)

As dificuldades de financiamento das ONGs ocorrem, justamente, num contexto marcado pelo aumento do desemprego e solicitações do Estado direcionadas às organizações sociais, aumento da pobreza e reivindicações crescentes das organizações da sociedade civil, apontados pelos diversos entrevistados. É nesse campo que se desenvolvem as rearticulações e limites nas relações com o Estado. Em Cabo Verde, as diversas pertenças no quadro das relações com a União Europeia (UE), a União Africana (UA) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) obrigam diversos atores nacionais a um permanente exercício de posicionamentos e reposicionamentos, de fluxos e refluxos de articulações em função da necessidade permanente do financiamento que revela os desafios econômicos da sociedade civil na relação com o Estado na democratização. (FURTADO, 2011)

Da mesma forma, reafirmam-se os problemas da autonomia e da identidade da sociedade civil em função das múltiplas pertenças, tanto do ponto de vista econômico quanto cultural. É nessa perspectiva que se expõe a questão da interferência externa na indefinição da identidade e da autonomia dos grupos que se expressa, particularmente, na definição de pautas a serem custeadas pelos órgãos de financiamento, na medida em que

a sociedade civil fica dependente das orientações externas que definem as prioridades de financiamento [...] Daí, é nossa capacidade de responder

ao que nos foi solicitado. Isto é, enviar um projeto que satisfaz as orientações traçadas pelos financiadores. Outro desafio que nós temos é a questão da língua. É preciso saber falar francês, italiano, inglês, português, espanhol, etc. Não é fácil. (Dirigente da OMCV, entrevista)

A questão linguística ou sua imposição como instrumento de mobilização de recursos não contribui para um relacionamento mais autônomo com financiadores, e nem tão pouco facilita o relacionamento com o Estado, enquanto mediador de interesses políticos comprometidos com projetos de desenvolvimento. Por outro lado, a cultura de projetos, definidos e difundidos pelos financiadores, cria sobreposição de ações e de planos de atividades, onde as organizações e grupos da sociedade civil são obrigados a desenvolver atividades direcionadas pelas agências internacionais, em que o Estado apenas assume papel de intermediador na ampliação desse modelo de planejamento estratégico de cooperação internacional, nos mecanismos da representação e da expressão política dos interesses sociais.

Da mesma forma, a legitimidade da percepção de setores da sociedade civil inscreve-se dentro das determinações dos parâmetros definidos pelos financiadores que, por meio da mediação do Estado, desemboca na crise da legitimidade de algumas organizações. O dirigente da UNTC-CS oferece-nos uma pista para a compreensão dessa política que revela tensões na sociedade civil. Diz o dirigente que

há uma grande discussão [em] volta da questão da sociedade civil e sindicato. Nós consideramos [que] somos de fato também uma organização da sociedade civil, mas infelizmente a

nível internacional e regional tem tido uma discussão um bocado desfocada em relação a essa questão. De fato, os sindicatos enquanto parte da sociedade tem uma organização e um papel muito próprio a nível da sociedade. E aqui, em Cabo Verde, na nossa central sindical temos, portanto, um espírito completamente aberto e estamos disponíveis para ver essa cooperação, o *djuntamon*, como chamamos aqui. (Dirigente da UNTC-CS, entrevista)

Neste caso, coloca-se também a disputa pela mobilização de bens públicos na sociedade civil em consequência da redefinição do conceito defendido pelas agências internacionais de financiamento, na qual os grupos pré-existentes e trabalhadores do setor informal não aparecem ou seus direitos não são garantidos pelo Estado. Isso abre espaço para outras lógicas de relações de acesso ou exclusão dos grupos no processo de financiamento público, por conta de pouca inserção desses grupos no mercado.

Essa política enquadra-se na defesa da diminuição do nível de intervenção do Estado na economia, bem como da defesa intransigente da intervenção do terceiro setor ou “*onguização*” das políticas públicas pelos agentes externos, transferidas do Estado para as ONGs, no âmbito da crise da social democracia e da destituição de meios efetivos de influência sobre os processos políticos na relação entre as ONGs e o Estado.

Paralela às práticas articulatórias das organizações nacionais, envolvidas nos projetos internacionais de cooperação para o desenvolvimento, deu-se o surgimento da “Casa do Direito” criada pelo Decreto-lei nº 62/2005 com o objetivo de instituir pontos de encontro do cidadão, abertos a todos e entregues às comunidades, com a finalidade de promover a cultura da paz e garantir o

pleno exercício da cidadania, articulando ações governamentais no campo de resolução de conflitos sociais, consulta jurídica e mediações de conflitos na sociedade civil. A “Casa do Direito” vem cooperando com a Ordem dos Advogados para proteger as populações desprovidas de recursos econômicos no exercício da cidadania em diferentes ilhas de Cabo Verde. Na ilha de Santiago, por exemplo,

a Casa do Direito funciona como um sistema multipolar. Não é apenas a mediação que se faz aqui, também fazemos um serviço de assistência judiciária. A consulta jurídica como deve perceber, as pessoas vêm cá, diariamente, uma média de 10 pessoas, querendo conhecer um determinado direito. Esclarecendo sobre esse direito age-se em consequência desse direito [...] Nós fazemos uma triagem de seleção dos casos que poderão seguir a via de mediação. De maneira geral, para as pessoas que tem intervenções nos tribunais e que não possam pagar o advogado, não têm meios de pagar o advogado [...] Em convênio com a Ordem dos Advogados de Cabo Verde, o Ministério de Justiça também faz esse serviço aqui nas Casas do Direito. (Dirigente da Casa do Direito, entrevista)

A articulação entre a Ordem dos Advogados e Casa do Direito revela uma ampliação de demandas e reivindicações de direitos civis, econômicos e sociais dos grupos e organizações, o que expressa preocupação com a superação dos conflitos, deslocando-os do campo sociopolítico para o campo jurídico. A presença do Estado tem exercido um papel importante na busca de nova configuração para melhor se colocar em relação à reivindicação de

direitos que revela as tensões latentes e desafios no estabelecimento das “regras de discurso” que remodelam a “vontade coletiva” na sociedade. Impõe-se, assim, uma articulação política marcada pelas parcerias internas

com a Comissão de Combate à Droga, Direção Geral de Solidariedade Social, Ministério da Juventude criados pelo governo, através dos quais apoiamos jovens que se encontram fora do sistema de ensino, vamos apoiar no pagamento de propinas. Apoiamos esses jovens, mas eles têm que dar uma contrapartida. Eles têm que fazer trabalhos práticos voltados para o bairro. Nós fazemos isso no sentido de evitar o espírito assistencialista. Também buscamos fortalecer o espírito de voluntariado e de solidariedade. O nosso ponto forte é que não estamos vinculados a nenhum partido político. Quando há necessidade de trabalhar com autarquia, trabalhamos. Quando tivermos que trabalhar com o governo, trabalhamos. (Dirigente da LAJP, entrevista)

Apesar das parcerias, apontadas na transcrição anterior, as relações efetivas se restringem às organizações intergovernamentais na definição de políticas, em virtude da centralidade do Estado, cabendo às organizações e grupos da sociedade civil o compromisso de benevolência e execução dessas políticas, de forma direta ou através de trabalhos voluntários, a fim de garantir a articulação nas relações entre a sociedade civil e o Estado. Percebe-se, aqui, uma redefinição de trabalho público, supostamente para evitar o assistencialismo estabelecido no regime de partido único (PAICV).

Nesta perspectiva, outro elemento que sobressai, nos depoimentos sobre as relações de Estado em Cabo Verde, é a ausência de

confronto ou conflito direto com o Estado. O que continua vigente nas relações, no entendimento de um dos entrevistados, são *conflitos latentes*, silenciosos e desprovidos de qualquer organização de caráter político, que começam a ganhar expressão com o aumento do desemprego, pelo fato de que

os conflitos que surgem nessa relação entre a sociedade e o Estado não estão aflorados em Cabo Verde, não se vê. Mas é claro que nós vivemos uma situação que chamamos na mediação de *conflitos latentes*, dos conflitos que estão aí por debaixo da mesa que a qualquer momento poderão surgir se nós não resolvermos questões como o desemprego [...] Não podemos escamotear os problemas, eles existem, mas não há um conflito claro no meu ponto de vista. (Dirigente da Casa do Direito, entrevista – grifo nosso)

A fragilidade da identidade da sociedade civil ou seu deslocamento para o campo econômico na relação com Estado desempenha um papel importante na construção do consenso e de uma imagem positiva em relação à unidade dada pelo Estado. Nesse processo, ganha centralidade o discurso da nação crioula em função da mestiçagem de grupos sociais presentes na sociedade civil.

Nós somos crioulos, mestiços, uma nação crioula, muito antes de sermos um estado em 1975 [...] Nós somos claramente uma identidade, a identidade cabo-verdiana, com uma nação, com uma língua, uma cultura própria. Se há uma questão pacífica entre nós, que não está no estado latente, é essa questão de “raça”. (Líder da Casa do Direito, entrevista)

No discurso desse dirigente, identificamos o deslocamento da noção de Estado para nação crioula, no exercício do controle da sociedade. Essa substituição tem a ver com a articulação do discurso “oficioso” de que Cabo Verde não é África. Por outro lado, esse discurso confere maior controle à ação do Estado na relação com as organizações e grupos da sociedade civil que restringe possibilidades de conflito, implícita no relato, seguinte.

Em nível do país, nós temos o Barlavento e o Sotavento. No Barlavento, temos povos com pele mais clara, já nas ilhas de Sotavento existe povos de pele mais escura. Essa é uma questão que veio de colonialismo. Nós fomos ensinados [na escola pública] que somos melhores da colônia africana, por sermos mais mestiçados, que somos mais inteligentes, que não somos africanos. A nossa aproximação com o continente africano é mínima em relação a nossa aproximação com América e Europa. Isso acaba por criar um certo conflito interno nas pessoas, não sei se isso é uma palavra mais adequada. Existe efetivamente um pouco de confusão. (Dirigente da OMCV, entrevista)

O depoimento atribui essa estrutura ao processo da ocupação e da colonização portuguesa de Cabo Verde, que definiu a formação social e cultural, configurada de forma distinta nas ilhas de Barlavento e Sotavento. Essa estrutura, na interpretação de Gabriel Fernandes, resultou na *diluição da África* (FERNANDES, 2002). Neste sentido, coloca-se o domínio do modelo de ensino do Estado colonial herdado e redefinido na articulação do estado nacional para conter o potencial de conflito de identidades na sociedade civil.

Não obstante, existe também uma desconfiança em relação ao discurso da mestiçagem, extensivo a outros povos pela ação de miscigenação multicultural, bem como em relação à inteligência dos cabo-verdianos, diferente dos povos continentais da África. Isso porque há um esforço de aproximação maior da sociedade civil com a Europa e os Estados Unidos, dada por necessidade de ordem econômica do Estado em garantir recursos para sua sobrevivência e “legitimidade” política no exercício de poder. Não obstante as aproximações de assistência ao desenvolvimento, que congregam diferentes pertenças, atores, interesses e identidades, essas relações também constituem eixos de potenciais conflitos na sociedade civil, na visão compartilhada pelo dirigente do PAIGC:

outro eixo de conflito pode ser as escolhas do Estado de Cabo Verde, nomeadamente nas suas relações internacionais. Creio que Cabo Verde tem uma história, uma envergadura que recomendam prudência extrema nas relações internacionais. Adquiriu uma espécie de vocação de potencial propiciador de uma relação com diversas identidades regionais e estatais, em que a gestão dessa relação tende a ser também uma área de conflito. (Dirigente do PAICV, entrevista)

Outro aspecto que se evidencia nas relações é a busca de *negociações* com o Estado para tentar unificar esforços, canalizar anseios e readequar formas de vinculação na elaboração, no apoio e no monitoramento das políticas públicas, nas iniciativas comuns de carácter legislativo, nas questões de direitos dos trabalhadores na medida

que, do ponto de vista institucional, a relação entre central sindical e partidos é de total autonomia interna, independentemente das simpatias. Nós temos muita gente que é simpatizante e militante e até dirigentes de partidos políticos. Mas o princípio que norteia a nossa central sindical é de total autonomia e independência. Mas é evidente que temos relações com todos porque em muitas situações nós também necessitaremos do apoio deles na Assembleia Nacional, onde as Leis são discutidas e aprovadas. Portanto reunimos com eles periodicamente, sobretudo ao nível de *Grupos Parlamentares*. Levamos as nossas propostas e preocupações e discutimos com eles [...]. Por exemplo, agora temos essa grande questão de *salário mínimo* nacional. No início, o governo tinha cautelas, mas como viu que a oposição era favorável teve que mudar de posição. (Dirigente da UNTC-CS, entrevista – grifo nosso)

Nesse trecho, emergem as relações de dupla dependência, mas também o desejo da autonomia que daria às organizações da sociedade civil maior legitimidade nas negociações. Noutros termos, a negociação com “grupos parlamentares” evidencia uma ausência na relação efetiva entre a sociedade civil e o Estado, pois o governo só mudou de posição pela aproximação da oposição ou por razões eleitorais das lideranças partidárias na mobilização de grupos e organizações da sociedade.¹⁴⁸ Portanto, o compromisso firmado nas negociações em torno da possibilidade de fixação do

148 A possibilidade de salário mínimo, que já vinha sendo colocada, ocorreu no contexto de eleições municipais, realizadas em 2011.

salário mínimo do funcionalismo público, não significa, necessariamente, sua efetivação pelo Estado.

Nessa relação, duas questões se colocam: a natureza clientelista das relações, em função da tentativa de restrição do espaço público às organizações da sociedade civil; e a redefinição no contexto do pluralismo partidário em que o jogo político assumiu um caráter menos unidimensional, definido pelo governo, em que os partidos continuam a ser fontes de recursos e intermediadores de demandas na relação entre sociedade civil e Estado. Nesse campo, expõe-se ainda o desafio no que tange à troca de favores e do personalismo em virtude do bipartidarismo do Estado, como afirma o mesmo dirigente:

eu acho que a questão da bipolarização constitui um desafio [na relação entre a sociedade civil e o Estado]. Julgo que há necessidade de mais diálogo político. Nota-se muitas vezes uma enorme crispação que acaba por transvazar a esfera política e contagiar a sociedade civil. A crispação e falta de diálogo são desafios a superar muito brevemente se queremos de fato atingir outro patamar, ao invés de rachar ao meio. (Dirigente da UNTC-CS, entrevista)

Deduz-se daí os perigos de uma negociação entre sociedade civil e grupos parlamentares, a não ser que acreditemos na possibilidade de boas intensões dos grupos parlamentares superiores aos interesses particulares dos partidos políticos na sociedade. Dentro dessa relação, a negociação com partidos seria problemática, na medida em que

os partidos políticos interrogam-se. Não diria que cada vez mais há um divórcio, um

distanciamento. Até pela forma tradicional como os partidos funcionam [...] Há que inventar coisas em relação aos partidos políticos. (Dirigente da Casa dos Direitos, entrevista)

É nesse contexto também que identificamos, no plano político e social, os limites da democratização em Cabo Verde, onde o Parlamento não proporciona um espaço amplo de debate público democrático, mas, sim, sua utilização em benefício de interesses dos grupos parlamentares (restritos aos grupos políticos pertencentes ao MpD e PAICV). Isso faz com que as tentativas de articulação de espaços que poderiam emergir ou que existem formalmente e poderiam servir de exercício de democracia, sejam manipuladas. O que significa dizer que não existem espaços para a sociedade civil. E os que existem, estão ocupados pelo Estado e pelos partidos, criando impasses e ambiguidades permanentes. Isso é dito de outra forma por uma das entrevistadas, afirmando sobre o assunto, que

a sociedade civil cabo-verdiana é parceira do governo. Estamos em parte apoiar na materialização do programa do governo, que se expressa no combate de luta contra a pobreza em Cabo Verde. De modo que essa nossa ação acaba por cruzar com discursos digamos políticos que é trabalhar para as camadas mais desfavorecidas do país, que é o nosso público alvo [...] Também posso dizer que temos tido algumas prestações que acabam por influenciar o político. Em 2010, várias organizações da sociedade civil, associadas ao Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade do Gênero, conseguiram criar várias seções temáticas no Parlamento em volta de uma lei sobre a violência baseada no gênero.

Conseguimos financiamento da Embaixada dos Estados Unidos para a elaboração de uma Lei. Tendo essa Lei, fizemos um trabalho *pledue* [*lobby*] junto aos deputados e conseguimos aprová-la. Isso mostra a nossa influência no político, de criar e fazer passar uma Lei. Tivemos também um papel muito forte na construção das listas para eleições autárquicas de 2008. Fizemos um *pledue* no sentido dos partidos aumentarem a presença feminina em cargos elegíveis. E fizemos também nas eleições legislativas de 2010. Portanto, é toda ação da sociedade civil, do qual estamos fortemente implicados, no sentido de mudar as tendências políticas em termos de representatividade da camada feminina. (Dirigente da OMCV, entrevista)

A OMCV compartilha essa visão ambígua de vínculo com o Estado, em que o Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Gênero (ICIEG),¹⁴⁹ instituição estatal criada com finalidade de incentivar e coordenar práticas de igualdade de gênero, tem muito mais visibilidade e presença no Parlamento do que as organizações das mulheres da sociedade civil. Por outro lado, se percebe, também, as articulações das organizações das mulheres com outras organizações cabo-verdianas, apoiadas pelo Fundo da Embaixada dos Estados Unidos, com os partidos, com o Parlamento e o Estado, que envolvem uma série de pautas ao redor da representação e participação feminina, através de construção de “listas parlamentares”, políticas democráticas baseadas na

149 A ICIEG surgiu no contexto do regime único com designação do Instituto da Condição Feminina (ICF). Tal denominação foi redefinida frente às exigências do pluralismo político, a partir dos anos 1990.

igualdade em situações de diferenças, bem como a luta unificada das mulheres contra a violência doméstica.

Por outro lado, a retomada das pautas nas relações com Estado, envolvendo a questão de gênero e outras temáticas alicerçadas com o apoio financeiro dos EUA, também revela a propagação de temas construídos no exterior para a realidade cabo-verdiana circunscrita a grupos específicos, mas intelectualizados da sociedade civil, o que não significa que os EUA sejam agentes principais desse processo de mudança. Essas são forças que se articulam localmente. Se, por um lado, a categoria de gênero contribui para conquistar espaço de interlocução, sendo negociada no interior do Estado; por outro lado, essa categoria legitima o governo perante as agências internacionais de financiamento, quando incorpora o discurso feminista de direitos das mulheres cabo-verdianas, da modernização de Estado e da promessa de compartilhamento e igualdade, baseado na aliança Estado/sociedade civil.

Simultaneamente, percebe-se que a questão da disputa pelo emprego público de setores da sociedade civil cabo-verdiana, tão focado pelos entrevistados e reforçado pelos investigadores cabo-verdianos, está presente com vigor na composição social do Parlamento, em que se destaca a forte presença da classe média e dos indivíduos oriundos do grupo empresarial, que revela a real diversidade de interesses do Estado na definição da política.

Como variável de alta relevância para o recrutamento e carreira política da classe dirigente cabo-verdiana, associada a grupos parlamentares e empresariais, Claudio Furtado destaca a escolarização e a instrução burocrática dos grupos articulados com esse fundamento nos “aparelhos” do Estado.

A base social de recrutamento da classe dirigente traduz a pluralidade econômica, social e

política da sociedade cabo-verdiana. Não obstante, grosso dos agentes é composto por indivíduos da classe média e dos empresários, apensar de suas origens populares. Enquanto possibilidade de mobilidade social que integra a classe dirigente encontra-se a preocupação com a escolarização para obtenção de legitimidade em nível do Parlamento, do Governo e dos Partidos Políticos. (FURTADO, 1997, p. 180)

Essa particularidade do parlamento cabo-verdiano contrapõe-se ao parlamento guineense, no qual se evidencia a forte presença de grupos com trajetória geracional e nível educacional de elite, menos burocráticos, que mantém traços autoritários com golpes de Estado e interferência na sociedade civil. Por outro lado, sem uma articulação e relação efetiva com as organizações e grupos da sociedade civil, o Parlamento cabo-verdiano se transforma num espaço burocrático restrito a “grupos parlamentares” de elaboração de projetos de leis, que legitimam o discurso governamental da participação e da cidadania perante as agências internacionais de financiamento.

Nesse quadro, o parlamento cabo-verdiano pode ser visto como o lugar da construção da hegemonia e ponto de agrupamento entre grupos – espaço de disputas e processos políticos, composição e institucionalização de normas e discursos políticos, espaço de negociação ou também de não negociação de demandas e identidades, espaço das práticas articulatórias nas relações de dominação e de resistência na construção da democracia.

Nesse cenário, surgem tentativas de negociações em níveis mais complexos e contraditórios, cuja articulação aparece como uma resposta ao conjunto de interesses, atores e projetos envolvidos na sociedade civil e no interior do Estado. No caso específico

da União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde, esses interesses são articulados na negociação *tripartite* entre Estado, setores da sociedade civil e mercado, bem como suas vinculações com outros setores. Como afirma um dirigente,

em termos de relacionamento entre a sociedade civil e o Estado, há um processo de diálogo. Nós aqui em Cabo Verde temos um Conselho de Concertação Social. É um órgão tripartido entre o governo, o patronato e os sindicatos. Reúnem-se regularmente para discutir os problemas fundamentais dos planos de desenvolvimento em relação aos trabalhadores, as empresas, fiscalização, impostos, segurança social, educação, formação profissional e saúde. Tudo isso é discutido nesse órgão tripartido [...] Há também relacionamentos bilaterais, encontros periódicos entre Secretário Geral [UNTC] e Primeiro Ministro, Ministro de Segurança Social. Portanto é um funcionamento com base no respeito e autonomia das partes e no diálogo, mas às vezes somos forçadas a enveredar por outras formas de luta como a greve quando por via de diálogo nós não chegamos ao entendimento. (Dirigente da UNTC-CS, entrevista)

Conselho de Concertação Social (CCS)¹⁵⁰ é o espaço constituído pelo governo para negociação e agregação das demandas em reivindicação, tanto por parte das organizações e setores da socie-

150 Baseado na institucionalidade jurídica, o CCS está inserido no processo iniciado com Conselho Econômico e Social criado pelo artigo 254 da Constituição de 1990, em consequência da transição do regime de partido único para a democracia. Integra os representantes governamentais, operadores econômicos e as organizações da sociedade civil, nacionais e municipais, em matéria de organização, funcionamento e desenvolvimento socioeconômico do país (Constituição de República de 1990, p. 94).

dade civil, quanto na sua relação com mercado e Estado. Cinco departamentos fundamentais se apresentam em sua composição: o desenvolvimento, a segurança social, a educação, a formação profissional e os impostos.

Normalmente o elemento da negociação é o diálogo, no entanto, às vezes combinam-se negociações com o lado pragmático de ações coletivas, como as greves. Este é um aspecto que pode potencializar as relações com o Estado, em termos de representatividade e legitimidade, embora não garanta necessariamente sua autonomia, por conta de problemas do sistema político. Por outro lado, identificamos, a partir do depoimento precedente, que a questão da autonomia efetiva das organizações e grupos da sociedade civil constitui um dos principais desafios nas negociações que se desejam autônoma e respeitosa.

Como mostramos anteriormente, os partidos têm se apresentado como atores principais nas relações com as organizações da sociedade civil em termos de representatividade. Eles são os elos de mediação entre as três instâncias: sociedade, Estado e mercado, na medida em que assumem o papel de intermediadores nas negociações.

Outra explicação dessa confluência ambígua e contraditória é a inserção precoce nos espaços institucionais de negociações com o mercado sem que a representatividade no Estado e na sociedade civil seja efetivamente assegurada, no que diz respeito à contribuição da participação da sociedade civil para a construção democrática. Como consequência da primeira e da segunda questão, colocam-se os limites da negociação tripartite restrita ao âmbito de concertação social, não extensivo a outras organizações e grupos da sociedade civil envolvidos em outros espaços e temáticas.

De modo geral, observa-se, em todos os depoimentos, que as relações são definidas pelo Estado. Isto porque a ausência das

articulações e negociações efetivas com o Estado e a predominância de interesses do partido, como agente principal da vida política, resultaram no descompasso entre a democracia prometida e a “democracia real”, em decorrência da substituição da participação da sociedade civil pela parlamentarização.

A luta pela participação feminina, financiamento público das ONGs e articulação com grupos parlamentares, em condições de desigualdade e sobreposição de projetos, coloca as organizações da sociedade civil numa relação instrumental com Estado. Esse fato é explicado como resultado da ênfase excessivamente institucional do Estado e da democracia cabo-verdiana em função do seu “caráter legalista e morfina”, enquanto expressão do Parlamento.

Essas avaliações são feitas em contraste com o modelo da “democracia social” ou “democracia da sociedade civil”, cujo conteúdo característico, que parece estar implícito no desejo do projeto alternativo proposto, seria a democracia de *djuntamon* ou democracia da complementaridade da representatividade entre as organizações e grupos da sociedade civil e do Estado, ampliando o campo político. Essa articulação permitiria estabelecer parcerias horizontais para a construção da cidadania, diminuição do desemprego e desigualdade nas ilhas e municípios de Cabo Verde.

Também é nesse quadro de correlações de forças, que abrange um campo mais amplo de questões e temáticas, que surge a possibilidade de contestação e transformação do sistema sociopolítico, espaço em que o Estado não consegue cumprir as promessas de desenvolvimento, de participação e de reivindicações da sociedade civil, iniciada principalmente com a democratização. Essas demandas questionam a hegemonia do Estado e potencializam a complementaridade de responsabilidade, emersa nesse cenário ambíguo e contraditório do espaço público Cabo-verdiano.

Portanto, há um desejo de superação dos mecanismos de controle que prevaleceram, em Cabo Verde, na época do regime de “partido único” ou “partido de Estado”, pois os dirigentes entendem que sem a ação efetiva da sociedade civil, sem aumento da participação política e ampliação de suas ações, não haverá a democracia, não haverá transformação substantiva nas relações com o Estado.

Por outro lado, em termos de avaliação e conquistas, a sensação é a de que houve avanços importantes com a democratização por conta de lutas para o fortalecimento das organizações da sociedade civil, apesar dos empecilhos ainda presentes na restrição dos espaços. Vários dirigentes fizeram considerações positivas sobre condições antigas em que se encontravam e as mudanças nas condições atuais da classe trabalhadora, tanto no nível da organização sindical dos trabalhadores, quanto na sensação de melhorias nas relações políticas com Estado. Como disse o representante e atual secretário geral da UNTC-CS,

uma das conquistas que muitas das vezes não é visível ou as pessoas não levam muito em consideração é a conquista da liberdade do trabalhador cabo-verdiano, a partir de 1974 e depois [...] Os trabalhadores não tinham contrato de trabalho e limites de horário de trabalho. Trabalhavam muito mais de oito horas por dia e quarenta e quatro horas de trabalho semanais. Não tinham contrato de trabalho, direito às férias, os salários eram baixíssimos. [...] A conquista em relação à legislação laboral, a liberdade sindical, o direito a greve, liberdade dos trabalhadores se organizarem em sindicatos. Portanto, hoje os trabalhadores têm direitos sindicais, econômicos, sociais e políticos. Portanto

há de facto uma diferença abismal. (Dirigente da UNTC-CS, entrevista)

Essas conquistas são impulsionadas pela luta das organizações da sociedade civil – fatores ligados ao espírito de solidariedade que não depende apenas da vontade estatal e se concretiza com a cooperação ou *djuntamon*, pois não se realiza espontaneamente. Só se apreende socialmente, mesmo em condições desiguais. São as conquistas ou desejo de conquistas sociopolíticas que possibilitam a luta das organizações e grupos da sociedade civil, sendo nessa perspectiva que se colocam as ambiguidades entre os limites e as possibilidades nas relações entre a sociedade civil e o Estado, bem como em outras esferas criadas pelo mercado e pelas agências internacionais no quadro de ajustes estruturais.

É a partir dessa constatação que se expõe a necessidade de examinar a relação que se estabelece hoje na Guiné-Bissau entre a sociedade civil e o Estado, retomando as percepções que as lideranças e grupos têm em relação ao processo de democratização.

Identities e Conflitos na Relação entre o Estado e a Sociedade Civil na Guiné-Bissau

Na Guiné-Bissau, as relações entre a sociedade civil e o Estado se situam no cenário global a partir de uma configuração particular que combina três níveis: a relação entre Estado, ONGs e associações comunitárias, impulsionadas pelos projetos financiados pelas agências internacionais de desenvolvimento; a relação entre o Estado, organizações e grupos da sociedade civil, pré-existentes à independência, em virtude do monopólio e do clientelismo

no âmbito da intermediação partidária; e, finalmente, a relação a partir da tentativa de articulação de redes de debates e sugestões no âmbito das organizações e grupos da sociedade civil. O ponto central é o conflito interno em decorrência de golpes de Estado, dando origem a um conjunto de articulações que potencializam dinâmicas sociopolíticas de democratização a partir da canalização de demandas.

Ao relatar a relação entre o Estado, as organizações e grupos da sociedade civil, um dirigente urbano do “Fórum Nacional da Juventude e População” apontou o descompasso entre ações sociais e ausência do engajamento ou colaboração efetivo do Estado na busca de superação de dificuldades, destacando em sua interpretação que

o Fórum da Juventude e População é uma organização voltada para saúde sexual reprodutiva, que é a nossa área de intervenção. Os nossos parceiros são UNICEF [Fundo das Nações Unidas para Infância], FUNUAP [Fundo das Nações Unidas para a População] e SNS [Serviço Nacional de Saúde de Portugal]. A nossa cooperação com esses organismos tem sido boa. No entanto, um dos grandes problemas é a burocracia, planificações não cumpridas. A colaboração do *governo* é fraca. Nossos relatórios não são levados em consideração pelo governo. As recomendações ficam na gaveta. (Dirigente do FNJP, entrevista)

Nesse relato, não se pode falar de uma relação efetiva com Estado no processo de democratização. Isto porque, as recomendações e os relatórios sobre os problemas concretos da sociedade civil são engavetados ou despolitizados pelo Estado. A forte ênfase

nas agências internacionais revela que os projetos têm uma relação mais direta com o Estado do que a participação das organizações e grupos sociais nas instâncias governamentais. Por outro lado, há um conformismo da sociedade civil em função da “própria ausência das instituições de Estado. Isso leva cada vez mais as instituições externas terem alguma interferência legítima na definição de políticas públicas que o Estado adota [...] como modelo mais adequado para as organizações da sociedade civil” (TINIGUENA), o que expressa sua natureza de relações instrumentais.

Além da questão da ilegitimidade do Estado, em termos de sua inserção social na área de saúde, tema que neutraliza o debate político e polêmico atribuído a outras esferas, as entrevistas explicitam a ausência de relações em outros campos. Uma manifestação dessa ausência de uma relação entre a sociedade civil e o Estado pode ser identificada no caso da “Liga Guineense dos Direitos Humanos”. A relação com o Estado, mediado pelos projetos que estão sendo implementados no país, se articula a partir da aproximação com o PNUD para atendimento de reivindicações específicas e afirmação de direitos no âmbito do Estado, sendo a partir de projetos que a Liga consegue se inserir na relação *tripartite* entre Estado, sociedade civil e PNUD, como afirma um dirigente.

A nossa principal exigência é a questão da justiça. Para nós a justiça é fundamental para o equilíbrio social. Não se pode pensar na paz e no desenvolvimento sem que as pessoas tenham acesso à justiça, sem garantir efetivamente que os tribunais consigam desempenhar cabalmente a missão constitucional que lhes são incumbidas. A Guiné-Bissau corre sérios riscos de tornar um *Estado* onde reina a impunidade. Foi nessa perspectiva que nós estamos a participar

de um projeto tripartido entre governo, PNUD e Liga Guineense dos Direitos Humanos, no sentido de facilitar o acesso dos cidadãos à justiça. Foram criados Centros de Acesso à justiça nas regiões de Oio, Cacheu e setor autônomo de Bissau, centros pilotos, para dar a orientação e formação jurídica aos cidadãos sobre os seus direitos, e, caso necessário, encaminhá-las ao tribunal. (Dirigente da LGDH, entrevista)

A questão de equilíbrio social, segurança e paz, direitos e desenvolvimento são compreendidos como ausência do Estado em sua relação social. Essa alienação é interpretada como consequência da falta de justiça para que as *demandas* sejam satisfeitas e reconhecidas como legítimas e, portanto, passem a fazer parte da própria noção de direitos na relação entre a sociedade civil e o Estado. Nessa acepção, a Liga existe para garantir os direitos humanos na sociedade civil.

Por outro lado, a questão da relação se desloca do campo da participação para o campo de garantia de direitos subjetivos, o que pode ser interpretado como um amplo desejo de redefinição de uma nova cidadania por intermédio de projetos como pressuposto da representação e avaliação da legitimidade do Estado.

Em Cabo Verde, as questões do desequilíbrio sociopolítico, inconstitucionalidade, impunidade, falta de acesso à justiça e formação jurídica dos cidadãos não se colocam como problemas na relação entre as organizações da sociedade civil e o Estado. Na Guiné-Bissau, os dirigentes entrevistados colocam uma infinidade de outras demandas, tanto materiais como simbólicas, mesmo que permeadas de constrangimentos colocados pelo Estado na relação com as organizações e grupos da sociedade civil. O depoimento

seguinte, transcrito de um dirigente da ONG Tiniguena, ilustra essas demandas:

Na Guiné-Bissau as reivindicações têm a ver com quatro níveis. O primeiro nível é a questão de *identidade*, daquilo que é nosso e daquilo que não é nosso. A segunda questão é a de *solidariedade* e interajuda para poder fazer frente às canseiras que diariamente vão tendo, isto é, reforçar o caráter coletivo na satisfação de algumas necessidades que cada um dos membros vai tendo. O terceiro elemento é a questão da *felicidade*. Na nossa sociedade acontecem muitas festas, que são momentos de reforço de identidade e de solidariedade. O quarto elemento é a questão da *dignidade* da pessoa humana fundamental na manutenção de espaços de coesões sociais. (Dirigente da Tiniguena, entrevista – grifo nosso)

As demandas de Guiné-Bissau contrastam com as de Cabo Verde. A diversidade de movimentos culturais, quanto à forma de organização, funcionamento e composição de seus membros, de acordo com a interpretação acima, tem colocado a questão da *identidade* como um dos aspectos centrais na luta pelo reconhecimento. Essa luta tem sido marcada por tradições imaginadas que dão sentido às ações coletivas dos grupos no alargamento das fronteiras entre valores locais e valores cosmopolitas. Essa dimensão da presença de grupos culturais nas organizações da sociedade civil está intimamente vinculada ao discurso da defesa da democracia, da inclusão e do desejo de mudança do sistema político.

Outro elemento que sobressai, na institucionalização das reivindicações e demandas, é o envolvimento dos grupos nas ações

de solidariedade e identidade coletiva conhecidas na Guiné-Bissau por *Mon na mon* ou *Djuntamon* que possibilitam intervenção organizada na busca pela construção de um espaço público de iguais e na redução das desigualdades sociais ou *canseiras* cotidianas (ONG TINIGUENA). Essas experiências têm implicação direta no aprofundamento de “repertórios herdados” e na constituição de novos significados no interior dos grupos e em suas diferentes relações com o Estado. Nesse sentido, os Grupos de Mandjuandades e, mais recentemente, as Bancadas, têm desempenhado um papel importante na promoção da “felicidade” junto às organizações sociais em geral e, portanto, no reforço da “dignidade humana” e da “solidariedade” na sociedade civil guineense (ONG TINIGUENA).

Essa interpretação revela o desejo da ampliação da esfera pública e garantia de participação plural, em que seja contemplada a diversidade cultural de grupos étnicos com suas respectivas subjetividades na preservação “daquilo que é nosso”. E isso é válido tanto para as organizações e grupos urbanos como para as rurais.

Em seu estudo sobre a participação política em Kandjadja, Lars Rudebeck (1997, p. 16) afirmou que existe, nessa aldeia ou Tabanka, uma percepção da democracia como *busca da felicidade na terra*, o que aproximaria a visão da ONG Tiniguena com as conclusões do estudo de Rudebeck sobre a democracia em Kandjadja. Rudebeck destacou ainda o modo como os grupos da sociedade civil na tabanka (aldeia) encontram capacidade para enfrentar problemas concretos, mobilizando experiências e decepções e prospectando novas condições de oportunidades por meio das quais se busca enfrentar os problemas na relação com Estado e partidos políticos.

Observamos tais configurações, mediadas pela música para divulgação de demandas da sociedade civil, nos grupos pré-existentes. O dirigente do Grupo Cultural Língua de Bodi¹⁵¹ afirma que a música é o maior espaço de reconhecimento, de expressão e visibilidade, de vivência e convivência dos grupos sociais:

É a música popular que tem mais visibilidade atualmente na Guiné-Bissau. Esse é um setor que desenvolveu um pouco mais, no entanto carece ainda de estrutura de funcionamentos para trabalho dos artistas e grupos culturais. Nós já temos estúdios locais de grande capacidade, mas não existem lojas de instrumentos musicais. Não há escolas de formação para os músicos. O Estado não colabora. Quando falo da música, falo também de teatro. Em nível de poesia, idem. Não há publicação [...] Os grupos de Mandjuandade também não têm apoio. Às vezes uma organização vai lá grava as vozes, e isso que está a ser consumidos nos rádios. Mas nós como agente de cultura estamos esforçar pra ver se um dia isso melhore porque eu sei qual é a importância disso para o nosso país. (Membro de Língua de Bodi, entrevistas)

Por outro lado, observamos, desse relato, a ausência de canais para encaminhamento de demandas da sociedade civil, quando

151 O Grupo Língua de Bodi se organiza e elabora suas práticas sociais nos arredores da capital Bissau. Conta com um programa de rádio para expressão cultural e artística dos seus membros. Sua composição é dada pela camada juvenil urbana que integra suas atividades, geralmente estudantes do Liceu. Suas pautas de reivindicação são: demanda espaço para realização de atividades, valorização da cultura e da música popular como instrumentos de emancipação, protesto e transformação social, bem como da construção de novas escolas de formação para os movimentos sociais populares.

os membros de Mandjuandades são confrontados, por exemplo, com questões como falta de ensino de qualidade e espaço para o trabalho artístico e cultural, não garantidos pelo Estado. Não obstante, afirma-se o desejo de continuar a luta para concretização de algo inexistente na relação com o Estado e nas práticas sociais. O entrevistado aponta, ainda, a preocupação com a memória da identidade coletiva do país. Nessa interpretação é colocada que essa falta se deve à ausência de engajamento do Estado no campo da cultura popular para estabelecimento de uma relação efetiva com grupos sociais. Apesar da falta de apoio estatal, destacado pelo entrevistado, é na cultura popular que se encontram emoções e sentimentos, nas relações sociais em que os grupos estão inseridos, pelo fato de que são essas culturas que configuram o espaço público, possibilitando a presença e visibilidade da identidade dos grupos pré-existentes nos meios de comunicação social, seja por intermédio de músicas, seja através de teatro popular.

A demanda da juventude guineense, no que diz respeito ao problema do espaço e recurso público, corresponde à constatada nos movimentos da juventude cabo-verdiana, independentemente da trajetória distinta do Estado e da sociedade civil que apresentam. Isso se explica pela presença da desigualdade e práticas de exclusão, centralização, apropriação do recurso público e aumento do desemprego, nesses países.

Apesar do discurso em defesa da identidade feito pela maioria dos dirigentes guineenses, não houve unanimidade quanto à sua configuração porque os fundamentos revelaram tensões de lógicas ou princípios que são defendidos ou contestados pelas organizações e grupos da sociedade civil integrados nos projetos. Este é um dos pontos de tensão na relação com Estado. Dirigentes entrevistados reivindicam equalização dessas estruturas pelo Estado

e criação de políticas que desencorajam algumas práticas definidas como “tradicionais” pelas lideranças da sociedade civil, especialmente pelos dirigentes das ONGs. Em termos de confrontação de lógicas, um dirigente admite

que as grandes reivindicações das mulheres é aprovação da Lei que proíbe a excisão feminina. É uma das grandes reivindicações que o Instituto da Mulher e da Criança está fazendo. São grupos vulneráveis e frágeis que devem ser protegidos pela Lei. Em relação aos jovens tem a ver com a educação e ensino. Portanto, na Guiné-Bissau temos um problema muito sério em questão de educação. De vez em quando surgem greves nos liceus, faculdades e universidades onde estão inseridos mais jovens e confrontam-se diretamente com essas dificuldades. É uma das coisas que se coloca muito, sem esquecer a questão de saúde pública. Hoje a questão da HIV está a ser mais frequente, sobretudo na camada jovem. (Dirigente do CNJ, entrevista)

Nesse ponto, a demanda das organizações das mulheres de Guiné-Bissau contrapõe a de Cabo Verde. Na Guiné-Bissau, a estrutura de ordem social e cultural possui uma matriz cuja estabilidade implica o uso potencial do caráter sagrado do poder caracterizado como tradicional, articulando redes socioculturais de relações patrimoniais centradas na figura do chefe ou do mais velho da aldeia, cujas características refletem os ritos de iniciação de grupos específicos de religião muçulmana e animista com presença populacional e cultural significativa na sociedade civil. São práticas resultantes de uma realidade socialmente estruturada, que implicam normas e crenças compartilhadas, sobretudo pelo

fato de que as comunidades muçulmanas e animistas atribuem um significado subjetivo a elas e, com isto, orientam suas condutas individuais e de grupos que constituem ponto aglutinador de luta das organizações e grupos da sociedade civil.

É nesse contexto que a sociedade civil cabo-verdiana revela uma configuração distinta da sociedade civil guineense, marcada pela disjunção clara entre a racionalidade do Estado e racionalidades de grupos étnicos, que regem as práticas e tensões nas relações entre o Estado e a sociedade civil.

Também como apontamos anteriormente, o sistema de saúde e de ensino público, mantido pelo Estado, se vê ameaçado frequentemente pela crescente onda de greve em virtude de falta de investimento em políticas públicas para atender as necessidades da população. Essas demandas comuns aos entrevistados guineenses não se colocam como problema em Cabo Verde.

Outra diferença entre Cabo Verde e Guiné-Bissau na relação com o Estado é a demanda pelo Plano Nacional da Juventude (PNJ) pelo fato de que, na Guiné-Bissau,

o problema comum das organizações de jovens tem a ver com a implementação do Plano Nacional de Juventude, cuja elaboração tomou parte quase todas as organizações de jovens do país. Nós estamos numa sede provisória do governo. Estamos a envidar os esforços para ver se o governo vai aceitar ceder o espaço lá no Palácio do Governo. Estamos limitados em relação ao espaço. (Dirigente do CNJ, entrevista)

Atualmente, as organizações e grupos da sociedade civil vivem o dilema da formalização frente à sensação de informalização nas relações com Estado. Não dispõem de espaço de representação

e de participação, de encontro entre seus membros. São demandas justas e necessárias para afirmação política e, ao mesmo tempo, problemáticas na construção de espaços de autonomia e da identidade da sociedade civil.

No caso de grupos pré-existentes de mandjuandade de Guiné-Bissau, o leque de demandas inclui transporte, questão não colocada pelos grupos pré-existentes de Tabanka e Batuko de Cabo Verde. Afirmo uma dirigente do Grupo Nivaquina,

a primeira dificuldade é o meio de transporte. Temos que fazer a cotização para pagar o transporte para o nosso destino. Aqueles que trabalham também ajudam nas atividades do grupo [...] Não existe algum organismo nacional ou internacional que apoia o grupo. (Mandjuandade Nivaquina, entrevista)

Na Guiné-Bissau, os dirigentes das organizações e grupos da sociedade civil explicitam que é preciso reforçar as relações com o Estado para os problemas específicos enfrentados na sociedade como um todo, na medida em que buscam colaborar e elaborar sugestões nos fóruns de debate, *articulações* com diversos grupos frente à inoperância do Estado na promoção de espaços de ações coletivas, de demandas e da representação política.

Todos os entrevistados revelaram apreensão de certos perigos nas relações de apropriação privada dos recursos públicos, na expansão e alteração dos hábitos alimentares devido à desorganização de grupos de produtores e desvalorização de “produtos de terra”.

As ações coletivas vão avançando na medida em que as organizações da sociedade civil entrevistados assumem seus papéis para influenciar ações legislativas, garantindo elaboração de

regimentos que protejam a regulamentação da legislação e dos direitos dos Movimentos de Agricultoras, dos Movimentos do Meio Ambiente e da criação de Comitês Nacionais Especializados, fazendo parte de várias iniciativas coletivas no âmbito das organizações da sociedade civil. Um dirigente da ONG Tiniguena destaca essa busca pela articulação, declarando que

as parcerias entre atores da sociedade civil têm acontecido de várias formas. Fazemos parte do grupo de petróleo e indústria extrativa que tem como principal objetivo levar a transparência na governação de recursos e sua divisão equitativa num modelo de gestão durável. Fazemos parte do grupo de trabalho para a promoção de produtos locais. Levar os guineenses a consumir o que é produzido na Guiné-Bissau e fazer com que os produtos que cheguem ao mercado sejam adquiridos, permitido ao mesmo tempo o retorno de investimento para o próprio produtor. Em nível do campo, fazemos parte dos fóruns dos produtores. A Tiniguena age na preservação do espaço e gestão comunitária, por exemplo, a Feira da Terra que acontece todos os anos. Fazemos parte ainda do grupo do Comitê Nacional de UICN [International Union for Conservation of Nature] sobre a questão da conservação do espaço comunitário e do meio ambiente [...] Isto é, como ajudar o governo na adoção de legislação sobre a questão da conservação da biodiversidade. Outro espaço é o de Geração Nova da Tiniguena que visa facilitar aos jovens oportunidades de conhecerem e criarem cumplicidade com seu país, de ter um engajamento enquanto cidadão e ator no processo de mudança social, econômica e política de Guiné-Bissau. (Dirigente da Tiniguena, entrevista)

Aqui as relações não envolvem diretamente o Estado, mas atores da sociedade civil. Observamos em tais articulações a presença de demandas globais sobre o discurso do meio ambiente e da biodiversidade, em que a cultura de projetos tem forte influência sobre as ações e os focos dos grupos e organizações da sociedade civil. Essas demandas se articulam e operam a partir de demandas específicas do espaço comunitário, revelada pela presença de questões tanto de ordem econômica como de ordem política, dos valores, da governação, do desejo da mudança social, da descoberta e cumplicidade da juventude com seu país, da participação popular, entre outros eixos de ação de cidadania, sob o ângulo dos projetos de cooperação internacional com quais as organizações estabelecem relações com Estado.

É nesse campo também que se firmam e articulam o global e o local, a conservação e promoção de produtos locais, a partir do qual se intercambiam *composições* que revelam o nível de institucionalização da ONG Tiniguena na relação com International Union for Conservation of Nature. Nesta perspectiva, o discurso ambiental do espaço comunitário coloca uma diferenciação com Cabo Verde onde a questão da sustentabilidade não aparece nos relatos dos dirigentes.

No campo da educação, considerado pelos entrevistados como um dos maiores desafios do momento, a relação com Estado é mediada pelo conteúdo de projetos de cantinas escolares, melhoria de qualidade de ensino e incentivo à produção local de alimentos para abastecimento das escolas e alimentação dos estudantes. Nessas ações, os atores das organizações da sociedade civil não aparecem como agentes de projetos autossustentados ou parceiros complementares do Estado, mas sim como executores ou monitores de programas na medida em que detém conhecimentos capazes

de gerar resultados na comunidade, incorporando as massas rurais e urbanas da sociedade civil:

IPHD é uma organização americana [EUA], com sede central na Virginia. Tem atuação noutros continentes. E aqui tem um escritório onde trabalha essencialmente ao nível da melhoria de ensino básico através de um programa de cantina escolar. Tem subcomponentes que tem a ver com a reparação e construção de infraestruturas escolares, incentiva a produção local para alimentação e fornecimento de gêneros. Tem outro programa que é de incentivo a escolarização de raparigas. De forma genérica, esses programas concorrem para que haja uma melhoria de qualidade de ensino básico na Guiné-Bissau. Em geral, trabalhos com o Ministério de Educação e Ministério de Saúde. Mantemos parceria com delegacias regionais de educação ao nível de setores e de regiões. O programa começou a trabalhar na Guiné-Bissau em 2012, estamos na quarta etapa. Está-se a ser aceite no terreno, em termos de resultados. As crianças comem, existem escolas reparadas, existe uma qualidade de ensino melhor, os professores estão a ser apoiados, existem materiais didáticos, muitas outras coisas que visam incentivar a presença das crianças na escola. (Dirigente da IPHD, entrevista)

A fragilidade da sociedade civil ou sua incapacidade política, gerada pela falta de autonomia nas relações com Estado, está diretamente relacionada a essa mediação de projetos de cooperação, mas também no atrelamento com partidos políticos e Estado. Seu exemplo mais explícito é a composição da Comissão Nacional

de Eleições (CNE), órgão do governo responsável pela organização e fiscalização das eleições, em que se destacam as dificuldades de relacionamento entre as organizações sociais e o Estado.

Os observadores internacionais têm chamado sempre atenção da CNE para abrir-se a sociedade civil. Já estamos a abrir desde a última eleição de 2009. Hoje há muitas organizações a fazer a campanha de educação cívica, integrando o pessoal da CNE. Mesmo assim percebemos que alguns estavam a fazer campanhas para seus candidatos. Não é que nós não tivemos vontade de alargar isso para sociedade civil. Acontece que não há imparcialidade [...]. A nossa sociedade civil não é uma sociedade como nos outros lugares onde há uma isenção total. Não temos isso aqui. A Guiné-Bissau é um país pequeno, conhecemos uns aos outros. Se a pessoa venha a dizer que eu sou da sociedade civil, isso não é verdade. (Dirigente da CNE, entrevista)

Nessa explanação emerge, como aspecto central do problema, o controle de setores da sociedade civil pelo Estado e partidos. Daí a exigência dos observadores internacionais pela inclusão política e participativa das organizações da sociedade civil. Essa inclusão se explica, em grande medida, pelo fato de que a cultura de projetos, que garante o financiamento das eleições, tem-se tornado o grande intermediário na relação entre a sociedade civil e Estado. Não obstante as pressões externas, o problema mais evidente, do ponto de vista de relação, é a falta da imparcialidade de todas as organizações da sociedade civil parceiras da CNE, em especial as ONGs e associações que desenvolvem projetos financiados e orientados para setores mais amplos da sociedade civil guineense.

No que se refere à articulação com atores externos, não encontramos, na Guiné-Bissau, relações significativas dessa natureza que deem suporte as ações coletivas (com exceção das agências de cooperação internacional), diferentemente do que acontece com as organizações da sociedade civil, em Cabo Verde, que se articulam com distintos atores externos e grupos da diáspora, que atuam na sociedade civil pela mobilização e remessas de recursos em relação às políticas públicas.

Na Guiné-Bissau, o único desejo de articulação foi encontrado no sindicalismo. A União Nacional dos Trabalhadores de Guiné-Bissau (UNTG) busca interagir com diferentes grupos e firmar parcerias com atores externos, articulando-se com as representações diplomáticas sediadas em Bissau para estabelecer ações conjuntas e interagir com outras organizações, na busca de alternativas que ainda não se realizaram concretamente na sociedade civil.

A UNTG está a desenvolver contatos com Embaixadas no sentido de elas fazer-nos contatos com as centrais sindicais dos seus países para fazermos parcerias. Estive no Brasil, a convite da CUT [Central Única dos Trabalhadores], onde manifestei a necessidade em fazer parcerias. Somos membros da OSA [Optical Society of America]. (Dirigente da UNTG, entrevista)

Assim, a articulação com a Central Única dos Trabalhadores do Brasil (CUT) é colocada de forma semelhante pela União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde, apontado no relato anterior do dirigente da UNTC-CS. Outro destaque nos depoimentos é a ausência de conflitos ou divergências com atores externos em relação à definição de políticas no âmbito dos projetos

desenvolvidos pelas organizações da sociedade. No entanto existe entre os entrevistados, uma visão crítica que reduz a relação à instrumentalização da sociedade civil pelos financiadores, como afirma um dirigente:

são apoios muito focalizados de instituições que apoiam as atividades da Liga. Eles financiam de acordo com seus interesses. Aliás, eles que convidam a organização a elaborar um projeto num determinado setor. São apoios direcionados para área de intervenção dessas agências, áreas que eles têm algum interesse [...] Quando lhes convidam para elaborar um projeto, no termo de referência, já vem todo bem definido. Por exemplo, a área de intervenção em que o projeto deve incidir são questões que devem ser levadas em consideração na elaboração do projeto. Não há, digamos assim, uma autonomia da própria organização em avançar com seu próprio projeto. Quando a organização assumir um projeto e avançar com ele não consegue obter o financiamento. (Dirigente da Liga Guineense, entrevista)

À semelhança de Cabo Verde, portanto, as organizações da sociedade civil guineense queixam-se da estrutura organizativa das agências internacionais que financiam a maioria dos projetos. Esse sentimento gera constrangimentos e conformações das organizações e grupos da sociedade civil envolvidos no projeto e constitui desafio permanente na busca de autonomia na relação com Estado.

Por outro lado, a busca pela autonomia se reflete na falta de apoio efetivo, que reforça a subordinação das organizações da sociedade civil ao Estado, como revela a entrevista.

A nossa principal batalha é para que haja um apoio que nos permita funcionar plenamente. Porque neste momento o presidente da Liga é um funcionário público que é pago pelo Estado, quando devia ser o contrário. Um presidente da Liga, uma organização que mexe com interesses da sociedade, devia ser uma pessoa independente, uma pessoa dedicada exclusivamente a Liga e não estar misturar as tarefas, por isso às vezes fica sem tempo pra Liga. Como é funcionário público está obrigado a cumprir os horários de expediente. (Dirigente da LGDH, entrevista)

Para esse entrevistado, o Estado ocupa o papel central e definidor na relação com as organizações da sociedade civil guineense, na medida em que ele desenvolve políticas de cooptação de lideranças por intermédio de emprego governamental, o que aproximaria as organizações da sociedade civil de Guiné-Bissau de Cabo Verde, obrigadas a atender o Estado e não suas bases sociais de representação.

Nesse sentido, a aliança das organizações e setores da sociedade civil com o Estado solapa a possibilidade de autonomia e de ação política e expõe a precária articulação democrática fora dos espaços outorgados pelos atores governamentais. Por outro lado, existe perspectiva sobre a questão da autonomia, da participação direta de cidadania, a partir de espaços instituídos pela própria sociedade civil para resolução de problemas concretos, desvinculados do Estado.

No entanto, ainda não há clareza sobre as novas formas de relacionamento, sobretudo em relação à questão partidária, representação política e participação das organizações e grupos da sociedade civil. No caso do Fórum Regional da Juventude e

População (FRJP), a busca pela autonomia revela o problema da representação político-partidária e os limites da participação política, afirmando que

a relação entre dirigentes de organizações de sociedade civil com partido continua presente na Guiné-Bissau. Devido essa situação a nossa sociedade civil enfrenta, ainda, muitas dificuldades em compreender o seu papel na consolidação da democracia. Daí, também, que não poderia existir a autonomia entre a sociedade civil e o Estado, porque nem todos os líderes da sociedade civil, que assumiram cargos nas organizações sociais, conseguiram manter a neutralidade com a política partidária. (Dirigente do FRJP, entrevista)

A indefinição do papel da sociedade civil provoca atitudes patrimonialistas no ambiente eleitoral e favores que se trocam por votos, sendo questões incompatíveis com os valores da democratização. Outro limite no terreno do relacionamento com o Estado é a persistência da cultura política antidemocrática da estrutura de poder, por conta dos interesses de grupos e partidos políticos ou em virtude da ausência do debate político e participação da sociedade civil.

Hoje, temos 36 partidos políticos para uma população de 1.520.830 [senso 2009]. Como a pobreza é tal, o PAIGC tem o poder e tem dinheiro, utiliza-os nas campanhas eleitorais em época de eleições. São tantas asneiras que esse partido faz aqui, mas ninguém reage. Se tivesse um partido de oposição com cabeça a funcionar, a situação seria muito diferente (Dirigente da CNE, entrevista).

A lógica da desigualdade social do sistema capitalista, atrelado ao mercado do voto, está muito presente na relação entre a sociedade civil e o Estado: o que pode ser visto também como uma forma de exclusão de grupos com limites de recursos financeiros no jogo político democrático. Se a democracia implica a intensificação das lutas políticas entre grupos sociais e atores políticos pelo controle de poder, como garantir a participação e autonomia das minorias na vida política sem que o uso abusivo dos recursos públicos e a regra majoritária da democracia sirvam de instrumento de controle de grupos sociais e étnicos majoritários, na sociedade civil e em suas diferentes relações com Estado? Nesse sentido, pode-se dizer que o surgimento da democracia não minou a antiga estrutura partidária, sem pluralismo, nas relações entre o Estado e a sociedade civil na Guiné-Bissau, mesmo que tenham sido realizadas eleições formais para o governo.

Na Guiné-Bissau, o pressuposto da “legitimidade histórica”, dada pela luta armada e a centralização política que o PAIGC assumiu nesse processo é o maior desafio nas relações entre a sociedade civil e o Estado (CNE). A presença desse partido político na sociedade civil, ocupando papéis ou posições políticas socialmente definidas, independentemente da orientação de outras forças sociais e/ou políticas, aparecem na maioria das explicações dos dirigentes. Assim, embora se perceba a proliferação de novas forças políticas de oposição na disputa eleitoral democrática, os entrevistados revelam a vulnerabilidade, a desorganização e a incapacidade da oposição em apresentar alternativas que afetem as bases do sistema partidário que coloca o PAIGC como expressão abrangente da sociedade civil e do funcionalismo do Estado na Guiné-Bissau, no contexto da democratização.

Outra questão que mereceu análise foi averiguar em que consiste a relação do Estado e partido com grupos pré-existentes.

Na análise identificamos os limites da intermediação pelo fato de que o partido centra-se na “despolitização” das relações sociais, sendo precisamente o conteúdo político dessa “despolitização” que permitiu a relação converter-se no instrumento de competição eleitoral de renovação de liderança, a partir da instrumentalização e cooptação dos grupos. O seguinte relato explicita essa forma de fazer política, diretamente vinculada a interesses privados, ao invés de constituir uma esfera aberta à formação das vontades populares, da defesa da democracia, da responsabilidade política, da diminuição das disparidades sociais e maior articulação de organizações de sociedade civil com o Estado.

A nossa relação com a classe política é só aproveitamento. Os políticos aproveitam de nós e não nos fazem nada, nem uma ajuda. Nas campanhas eleitorais solicitam os nossos trabalhos, mas nos pagam muito mal, dinheiro que não dá pro nada. Fazem muitas promessas caso sejam eleitos. Depois das eleições, não reconhecem e nem cumprem com as promessas de campanha eleitoral feito aos Grupos de Mandjuandades. Por exemplo, nós fizemos campanha para o PAIGC. O partido ganhou, mas nunca fomos chamados ou ouvidos, nem um agradecimento tão pouco, até hoje. Já decidimos, nas próximas eleições, não vamos trabalhar para nenhum partido político. Se alguém quiser o nosso trabalho que tire o dinheiro e pague o nosso trabalho. (Grupo de Mandjuandade Pabia de Amanhã de Inpantcha, entrevista)

Fundamentalmente, o que o depoimento enfatiza é que, se nos momentos eleitorais os partidos aproximam-se dos grupos pré-existentes com promessas políticas que não são cumpridas, a

política de clientelismo e troca de favores possuem um peso significativo na manutenção dessas relações na democratização. Nessa relação instrumental entre duas posturas, coloca-se também a possibilidade de problematização da democracia eleitoral ou seu reforço pela ênfase crescente atribuída ao mercado do voto. E é a partir desse condicionalismo das organizações e grupos da sociedade civil, na relação com partidos, que uma dirigente de Grupo de Mandjuandade Nivaguina afirma:

o nosso papel é servir os outros e ser servido. Não temos partido. Se PRS [Partido da Renovação Social] nos chamar agora e precisar da nossa animação, vamos acertar o preço, receber o que é nosso e fazer o nosso trabalho. Se amanhã PAIGC precisar do nosso trabalho, vamos fazer o mesmo. A campanha eleitoral está aproximar. Nessa época, acontecem muitas solicitações. Mesmo o Órgão dos Advogados está a solicitar o nosso trabalho. As músicas só são difundidas no momento de atuação. Qualquer partido que precisar de nossa atuação paga-se um montante pra isso. As nossas mensagens são no sentido colocar os problemas do país. Não no sentido de acusar um ou outro partido. Não temos partido, trabalhamos apenas. (Rainha de Grupo de Mandjuandade Nivaquina, entrevista)

Esse grupo se caracteriza como de defesa de mercantilização do voto, porque a relação com os partidos é caracterizada pela troca de favores, pelo assistencialismo. Aqui não há uma consciência clara de cidadania, de que a construção da democracia é de responsabilidade da sociedade civil em sua relação intrínseca com o Estado. Essa relação com os partidos não se apresenta muito favorável à democracia, ficando mais clara a lógica instrumental do

Grupo de Mandjuandade Nivaquina que se reflete no seu atrelamento partidário. Por outro lado, alguns questionam essa maneira de conceber o político e procuram saídas para manter a autonomia nas relações com diferentes partidos políticos.

Os partidos políticos vão ao encontro da associação nos momentos de campanha eleitoral. Nós na nossa associação temos uma política de não colaborar com partidos políticos. Nós tomamos essa decisão porque depois de terminar a campanha eleitoral podemos sentir a necessidade de tratar um documento com alguém de outro partido. Isso pode criar problema de impedimento. (Dirigente da AFAB, entrevista)

Esse relato manifesta certo desejo político de desvinculação partidária ao afirmar que a aproximação com partidos pode comprometer as relações com o Estado em situações de mudança de governo. Na Guiné-Bissau (de forma mais acentuada que em Cabo Verde), existe um sentimento negativo dos partidos, no âmbito das organizações e grupos da sociedade civil, que coloca a necessidade de uma cultura política alternativa, segundo os relatos.

Há um sentimento de clientelismo, de exploração eleitoral, mas, também, de conscientização política que resulta do próprio processo vivido na experiência organizativa dos grupos. Diante de aproveitamento político, as reações são as mais diversas: alguns falam até da (re)criminalização, ingratidão e falta de compromisso dos partidos, como aponta o relato da dirigente do Grupo Velhas Guardas:

a relação da classe política com o grupo é de interesse. Já fizemos uma canção sobre isso. Quando precisam de apoio, somos chamados

de mãe. Mandam saco de arroz, camisetas, etc. Quando assumem o poder, somos vistos como inimigos e nossos filhos como delinquentes (Rainha de Grupo de Mandjuandade Velhas Guardas do Bairro de Ajuda, entrevista).

Por outro lado, há um discurso de desresponsabilização em relação à atuação e ação do Grupo de Mandjuandade Velhas Guardas do Bairro de Ajuda, citado anteriormente. Achrom que os maiores responsáveis pelo clientelismo são os partidos políticos e não as organizações e grupos da sociedade civil. Isso porque não aparece, nos relatos, o senso de autocrítica dos grupos da sociedade civil pelas práticas de personalismo e paternalismo nas relações com Estado e partidos.

Não obstante, vislumbra-se uma perspectiva, que poderá contribuir para mudar essa atitude, entre grupos e lideranças, a partir do desejo de participação efetiva na defesa de interesses coletivos da sociedade civil que contribui para democratização, expressa, por exemplo, na afirmação de que “quando precisam de apoio, somos chamados de mãe, [porém] quando assumem o poder, somos vistos como inimigos e nossos filhos como delinquentes”(Depoimento com Rainha de Grupo Velhas Guardas do Bairro de Ajuda, citado acima). Em outros termos, prosperam experiências coletivas, processos e resultados na relação com o Estado e os partidos políticos, porque começam assumir as responsabilidades.

Através do grupo ganhei muitas experiências úteis pra mim, inclusive na organização da minha própria casa. Hoje sei como lidar com as pessoas, como atender as pessoas [...] Todos nós somos responsáveis, somos donas de nossas casas. É vontade que sentimos de juntarmo-nos em

grupo que nos trouxe até aqui [...] As pessoas estão ficando cada vez mais conscientes das suas responsabilidades e direitos sociais e políticos, apesar de instabilidades políticas e crises sociais motivadas por sucessivos golpes de Estado que a sociedade vem enfrentando nos últimos tempos (Rainha de Mandjuandade Velhas Guardas do Bairro de Ajuda, entrevista).

Nesta perspectiva, a conscientização, cujo propósito é a organização interna dos setores da sociedade civil na relação com partido, impõe a necessidade de autonomia que não existe efetivamente em suas práticas sociais. Sua garantia é fundamental na relação com qualquer partido que venha assumir o Estado guineense, pois

não tem sido fácil a relação da sociedade civil com o Estado, dado seu caráter reivindicativo. Embora a sociedade civil seja um parceiro de governo nas políticas de desenvolvimento social e econômica, o governo sempre tem procurado defender suas ideias desconsiderando que a sociedade civil também tem voz e direito de participar na tomada de decisões. Isto faz com que a sociedade civil às vezes é vista como parceiro do governo, mas quando se trata do poder a sociedade civil é vista como adversária. (Dirigente do MNSCPDD, entrevista)

Os motivos, enfatizados pelos dirigentes entrevistados da sociedade civil guineense, nos leva a observar que

embora em retórica a linguagem oficial preconize as virtudes de um Estado voltado às

necessidades da população, a ação concreta do Estado guineense, desde a independência, tem resultado mais no privilégio de uma elite do que no desenvolvimento geral da sociedade civil. (AUGEL, 1996, p. 147)

A fragilidade do Estado e da representação político partidária tem mobilizado a sociedade civil, enfatizando a necessidade de reforma institucional. Nesta perspectiva, os atores dos movimentos de jovens promovem encontros para discutir a reforma do Estado em relação às Forças Armadas e Forças de Segurança, haja vista que os sucessivos golpes de Estado têm reforçado a cultura da violência, centrada na figura dos militares. Existe a percepção de que só dialogando e debatendo os problemas nacionais, a partir de experiências locais, se poderá refletir sobre o que eles apontarem como sugestões e proposições viáveis que impliquem possibilidades de mudança em outra direção nas relações com o Estado. Um dirigente do Conselho Nacional da Juventude destacou uma das formas de ações coletivas delineadas internamente, assegurando que,

no ano passado [2011], fizemos a Semana Nacional da Juventude. É um encontro mais amplo que congrega todos os movimentos onde saiu algumas resoluções, como o melhoramento de sistema de ensino do país e revisão do quadro docente da universidade. Porque se estamos a pensar na qualidade de ensino, devemos partir desde a infraestrutura até qualidade dos docentes. Nesse encontro, saíram algumas recomendações em relação ao processo da Reforma da Função Pública, das Forças da Defesa e Segurança. Fazendo reforma na

Função Pública sem Forças Armadas é adiar só o problema. Nós, como jovens, queremos um quadro da defesa e segurança com certa capacidade e inteligência de intervenção. Assim, esperamos que os resultados sejam de uma forma satisfeita na prática na Guiné-Bissau (Dirigente do CNJ, entrevista).

O que subjacentemente o movimento juvenil deseja é a relação com o Estado a partir de algumas propostas de ações práticas diante dos desafios concretos. Para a juventude, não se trata apenas de questão de meio ambiente, como defende International Union for Conservation of Nature. Precisa-se resolver o problema de Estado, emprego, segurança, educação e rejeita-se qualquer forma de autoritarismo. Disto resulta que as organizações da sociedade civil passam atuar mais como redes de troca de informações e de articulação em eventos e campanhas de sensibilização sobre *a necessidade urgente de reforma de Estado e Forças da Defesa e Segurança*, ainda não efetivada.

Distintamente de organizações e grupos de Guiné-Bissau, o que se destaca em Cabo Verde é a necessidade de mudança nas relações com o Estado, no que se refere ao financiamento público das estruturas organizativas e participativas da sociedade civil para garantir o interesse dos grupos sociais e reforçar sua capacidade de diálogo com o Estado.

O desejo de reforma do Estado e das Forças Armadas nos leva à questão do conflito na relação entre a sociedade civil e o Estado quando analisamos os relatos. Observando-se os depoimentos de vários dirigentes, os aspectos assinalados apontam a mediação de partidos que se apresentam como principal foco de conflito na relação entre a sociedade civil e o Estado. Essa disputa

é reforçada por interesses eleitorais de poder, através da representação partidária. Nesse sentido, afirma um dirigente urbano:

eu encaro a questão étnica com muita preocupação. Começa aparecer voto étnico na Guiné-Bissau. Se tu pegares no mapa das votações dos candidatos e partidos vais verificar isso. Lá porque tu és o meu parente e não tens um programa vou votar em te [...] Os partidos querem ganhar as eleições. Vão buscar aquelas pessoas influentes na comunidade, mas essas pessoas não têm conhecimento de nada. Isso é a razão pela qual o Parlamento está muito pobre. As intervenções são muito pobres. Discutem-se documentos no Parlamento, mas muitos deputados não sabem ler. Estamos a tentar a combater isso através de campanha de sensibilização de educação cívica [...] Alguns quadros que eles colocam no partido conseguem se eleger deputado. Depois essa pessoa sai do Parlamento e vai para o Governo. (Dirigente da CNE, entrevista)

Esse relato revela três perspectivas nas relações entre a sociedade civil e o Estado: a primeira, relacionada ao Parlamento, aponta a ausência de programas de governação e atribui um papel preponderante a pessoas influentes na comunidade como mediadores de demandas e legitimadores de partidos na relação com grupos sociais; a segunda, ressalta a relação entre o Parlamento e o analfabetismo, já apontado; a terceira, refere-se à dificuldade da institucionalidade da administração pública e formação dos quadros profissionais para servir o Estado. Em todo caso, uma vez mais, se percebe o modelo do Estado e da sociedade civil guineense como expressão de grupos étnicos no Parlamento, em que

o partido articula identidades e demandas através de pessoas influentes na comunidade e no interior do Estado.

Na medida em que os partidos políticos desempenham um papel importante na relação da sociedade civil com Estado, fica clara a inadequação ou limites dos sistemas representativos em contextos outros daqueles operados pelo Estado liberal, principalmente na configuração das relações em que se coloca uma antinomia entre a busca da igualdade, por um lado, e a preservação das diferenças como pressupostos da democracia, por outro. Ao mesmo tempo, se coloca a necessidade de uma integração de “organismos” sem os quais a vida em sociedade não teria sido possível.

Na Guiné-Bissau esse desafio implica no receio em relação às eleições autárquicas, com afirmação das diferenças e das identidades dos grupos, pois se verifica que, sem a integração e ampliação dos direitos, a autarquia pode potencializar a instrumentalização dos grupos étnicos, articulando suas demandas ou identidades no jogo político competitivo. Um dirigente da ONG Tiniguena revela essas inquietações:

se avançarmos nas autarquias locais, como estamos a projetar – onde há grande avanço em termos jurídico-legais e um grande vazio em termos de debate público daquilo que deve ser a projeção das autarquias – pode reacender a questão étnica, sobretudo com as divisões administrativas quando a questão da Lei da terra, a questão de gestão da água, do gado, cobrança dos impostos apenas para os produtores, a questão do modelo autárquico ainda não estão devidamente claro. (Dirigente da ONG Tiniguena, entrevista)

As preocupações permanentes das organizações da sociedade civil com a descentralização administrativa do poder local (autarquias), no contexto de pluralismo, só serão válidas se as questões da regulamentação da apropriação coletiva e privada da terra, gestão de água, cobrança de imposto aos produtores forem devidamente resolvidas, em outras palavras se forem observados os direitos dos agricultores. Aqui, a luta pela identidade é deslocada para o campo econômico onde o Estado assume um papel fundamental. Além das ONGs e organizações de base comunitária, os grupos pré-existentes que atuam nos níveis regionais, setoriais e de bairros, compartilham a visão da instrumentalização da sociedade civil pelos partidos políticos, na medida em que

observo essa questão [étnica] com muita preocupação. Veja a questão do PRS [Partido da Renovação Social] que fez um governo que nenhum guineense deseja. A etnia Balanta gosta do PRS porque tem aquele símbolo de barrete vermelho que simboliza a etnia Balanta. Hoje se diz que o PRS é partido de Balanta. Se a pessoa desejar fazer campanha ou candidatar-se num círculo de Balanta não passa. O candidato pode utilizar todo tipo de estratégia política, não vai conseguir vitória. (Membro de Grupo de Mandjuandade Nivaquina, entrevista)

O PRS articula uma base eleitoral fortemente vinculado à etnia Balanta, sobretudo nos momentos eleitorais. Seu líder se utiliza de símbolos étnicos que contribui para o reforço do vínculo identitário entre Balantas, grupo étnico majoritário de Guiné-Bissau. Esses símbolos criam um imaginário de unicidade, uma visão de composição interna das representações simbólicas construídas e

projetadas para o “outro” na relação entre a sociedade civil e o Estado, segundo o repertório cultural. Nos processos eleitorais, organizados pelo Estado, afirmam-se os códigos políticos culturais, pois são estes que sistematizam as identidades e criam sobre elas representações ao redor de demandas socioeconômicas e políticas, inserindo-as na esfera pública e na arena de disputa política.

Nesse sentido, pode-se dizer que os indígenas articulam simbolicamente suas bases identitárias, a sociedade civil projeta-se nas lideranças partidárias e mantém uma estreita ligação com outras identidades, incluindo-se os partidos, Parlamento, setores da administração regional, governamental e Forças Armadas, articulados em redes de interesses comuns no interior de determinadas estruturas partidárias. Também se percebe a articulação em outros partidos, da afirmação de identidades e do controle dos grupos por eles articulados. Uma dirigente envolvida nas estruturas do PAIGC afirma em sua fala que

a questão de aproveitamento étnico é uma coisa que eu reprovo na Guiné-Bissau. Para mim, a pessoa que conta, como Amílcar Cabral costumava agir durante a luta de libertação. Sua etnia e região não conta. Precisamente hoje estamos vivendo isso de uns tempos a esta parte, e isso às vezes nos criam certa perturbação política. *Não vamos dizer que outras forças políticas é que fazem isso por que hoje estamos a viver o mesmo no próprio PAIGC*, um partido que unificou os guineenses para a libertação e incutiu nos guineenses a ideia de uma nação. Porque se havia condições para uma Nação em África era aqui na Guiné-Bissau [...] Se a pessoa foi-se identificar, procurar raízes chega um momento em que se pergunta: quem sou eu? Mas nós

tínhamos curiosidade em saber as nossas *raízes*. No meu caso, descobri que o meu pai é de setor de Bissora, região de Oio. (Dirigente do PAIGC, entrevista – grifo nosso)

Na mesma perspectiva, a experiência de partido único (PAIGC) como normalizador das organizações da sociedade civil é percebido como de novo necessária.

A questão de etnicidade é uma coisa que Amílcar Cabral já trabalhou muito. Eu acho que Amílcar Cabral fez um trabalho belíssimo quando essa palavra foi colada na luta, que se chama camarada. Quem é camarada? Essa palavra camarada escondia a palavra Balanta, Bijagós, Papel, Fula, Mandinga ou Mancanha. Foi também um ato cultural que foi trabalhado nesse âmbito. Isso foi representado no aspecto de teatro, de música, das poesias. Somos todos camaradas. Às vezes diz-se que camarada é a palavra do PAIGC. Não é verdade. Camarada é a palavra da independência [...] Com abertura política isso se inverteu muito. Houve muita propaganda étnica e divergências de candidatos voltados a certa etnia. Todos os 14 candidatos da Guiné-Bissau voltaram à questão étnica. Isso tem que ser dito, dizer a verdade. A sorte que a Guiné Bissau tem é que a luta [e mandjuandade] trouxe mistura de raças na Guiné-Bissau. De Balanta casar-se com Fula, Mancanha com Balanta. Isso se multiplicou muito. Pode falar de problema étnico na Guiné-Bissau, mas garanto-te que nunca vai haver guerra tribal na Guiné-Bissau. Estamos longe disso. Quando falo da guerra tribal, falo também da guerra religiosa. (Membro de Grupo Língua de Bodi, entrevista)

Mais uma vez, aqui, o conflito emerge das lideranças que buscam satisfazer os seus interesses eleitorais, através de partidos e candidatos a cargos públicos no Estado. Essa é uma interpretação também encontrada entre os dirigentes da sociedade política (PAIGC). A ligação com discurso da “unidade e luta” de libertação continua muito forte no imaginário tanto da sociedade civil como dos partidos, mas inexistente na realidade.

Se por um lado coloca-se o problema da busca da nação articulado por Amílcar Cabral, por outro, essa mesma luta armada conduzida pelo partido possibilitou a tomada de consciência de uma identidade étnica imaginada na medida em que “nós tínhamos curiosidade em saber as nossas raízes” (ver depoimento com Dirigente do PAIGC, nessa seção, p. 471-472).

Se, em momentos precedentes, a questão étnica, mais especificamente da identidade, era amplamente articulada dentro da perspectiva classicista de luta anticolonial para a constituição do Estado nacional, a partir do início dos anos 1990, com a democratização, a mobilização da sociedade civil em grupos, partidos, associações, organizações não governamentais e organizações sociais populares acirraram as contradições e pressões políticas por novos mecanismos de representação e reconhecimento.

Hoje, a disputa pela hegemonia na sociedade civil guineense, a nosso ver, já perdeu o seu sentido pleno de *classe-nação*, articulado por Amílcar Cabral. O pluralismo étnico ampliou a crise, evidenciando a heterogeneidade da sociedade civil na relação com Estado ao mesmo tempo que evidencia também os limites do Estado nacional.

Foi nesse contexto de conflito que surgiram as tentativas de *negociações* das organizações da sociedade civil com Estado. A UNTG vem conseguindo interagir com o Estado, sobretudo no

campo de educação, contribuindo para superação de ciclos de greves articulados com a demanda salarial dos trabalhadores do funcionalismo público.

Estamos a discutir com o governo da necessidade de regulamentar o piso salarial para fazer face à subida do custo de vida. Por outro lado, a nossa central sindical [UNTG] está a deparar com muitas dificuldades. Isto é, os trabalhadores da Guiné-Bissau não têm cultura de pagamento de cotas [...] A maior exigência atual é alto preço dos gêneros alimentícios e baixos salários. Em termos de resultados, pode-se mencionar a intervenção na resolução de conflitos entre os sindicatos e o governo. Por exemplo, no setor de educação, a UNTG teve o privilégio de participar e de intervir nas negociações entre o Sindicato dos Professores [SINAPROF] e o governo, o que permitiu que o ano escolar chegasse ao seu fim. (Dirigente da UNTG, entrevista)

Outras organizações da sociedade civil estão cooperando e colaborando com o Estado no âmbito do Movimento Nacional da Sociedade Civil para Promoção da Paz, Democracia e Desenvolvimento (MNSCPDD), que congrega e articula as demandas das ONGs e das Associações Comunitárias de Base. Percebe-se, atualmente, um profundo interesse pelo debate que propicia a constituição de redes das organizações da sociedade civil, na medida em que defendem algumas preposições e projetos semelhantes.

Tem havido uma colaboração profícua entre organizações da sociedade civil [e na relação com Estado]. Há concorrências no bom sentido. É preciso trabalhar em rede. Da forma

complexa como está a nossa realidade social, requer maior cooperação entre organizações que atuam em diferentes setores da vida nacional. Nós fazemos parte do Movimento Nacional da Sociedade Civil para Promoção da Paz, Democracia e Desenvolvimento. Esse tem sido um espaço de concertação de todas as organizações. Procuramos, nesse espaço, debater os nossos problemas e as nossas dificuldades e lançar-se a procura de soluções para essas mesmas dificuldades. (Dirigente da LGDH, entrevista)

Os sucessivos conflitos internos na Guiné-Bissau tornaram os dirigentes mais interessados na necessidade da relação com Estado para enfrentamento de problemas no dia-a-dia, como afirma o dirigente da Liga:

As relações entre as organizações da sociedade civil e o Estado estão mais facilitadas e mais acessíveis. Hoje as partes já se compreendem e reconhecem a necessidade de haver essa relação de complementaridade que implica necessariamente chamar atenção ao poder político quando está a desviar do caminho que deve ser seguido para evitar os constrangimentos e atrocidades que nós já vivemos aqui no país. (Dirigente da LGDH, entrevista)

A busca pela negociação interinstitucional tem sido apontada como de grande importância e valia pela Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH). Multiplicam-se trocas de correspondência e ações radiofônicas, chamando o Estado às suas responsabilidades. A negociação visa não apenas pressionar o Estado em relação às demandas, mas também influenciar a opinião pública

através de comunicação social, sem desconsiderar os problemas políticos e as diferenças à qual já se fez referência no depoimento anterior:

Nós temos dois mecanismos fundamentais para tornar públicos os problemas sociais. Um, através de uma relação interinstitucional de trocas de correspondências, e outro, via órgãos de comunicação social para chamar atenção sobre as questões sociais que não estejam a correr bem. Temos um programa radiofônico no qual passamos todas as nossas preocupações, bem como promoção de debates públicos. (Dirigente da LGDH, entrevista)

Nesse processo, considera-se também a estabilidade política, democratização das organizações da sociedade civil e estabelecimento de diálogo inter-religioso que tão importantes quanto à democratização do Estado na Guiné-Bissau. A Igreja Católica tem tentado levar o discurso de paz para as instituições e organizações já existentes, como as estatais, militares e outras organizações religiosas da sociedade civil. Conseguiu-se, por exemplo, levar os políticos e militares a sentarem-se à mesa. O lema, de carácter religioso do Bispo Dom Settimio Arturo Ferrazzetta, de origem italiana, foi no sentido de articular grupos e organizações na construção de espaços de negociações para a resolução de conflitos.

A Igreja acredita na força do diálogo, mas também na verdade. Diante de problemas sociais graves *não vai para rua* de qualquer maneira. Tenta ajudar para que pessoas sejam capazes de falar sem recursos as armas [...] A primeira carta pastoral do atual Bispo de Bissau *Dom José*

Câmnate Na Bissign foi o mesmo lema do Bispo Dom Settimio Arturo Ferrazzetta: a verdade é que vos tornará livres. Portanto, se a gente disser a verdade uns aos outros os conflitos baixam. Esse é o nosso caminho que a gente quer seguir, que a gente tem esperança. (Franciscano da Igreja Católica, entrevista)

Tudo isto, evidentemente, pressupõe uma voz única para diferentes religiões para atingir objetivos comuns no campo de correlação de forças e conflitos internos. Trata-se de uma espécie de conselho permanente para quando se justificasse a voz da Igreja Católica e de outras religiões parceiras pudessem ser ouvidas num Fórum comum, visando influenciar outros setores e ser influenciado, também, no exercício de participação de escuta, pois “diante de problemas sociais graves a Igreja Católica não vai para rua de qualquer maneira” (ver depoimento, anterior, do franciscano da Igreja Católica).

Fato semelhante acontece com as organizações de jovens. Foi preciso ampliar ações de formação e sensibilização das organizações da sociedade civil, desenvolvendo ações no quadro da reforma do Estado.

Neste momento estamos a fazer uma ação de formação e sensibilização no quadro da reforma da força de defesa e segurança. É um setor que precisa de atenção porque é apontado muitas das vezes como responsável para a situação da instabilidade que se vive no país ao longo de vários anos [...] Organizamos ateliês, teatros, ações radiofônicas sobre reformas. Outro exemplo que nós podemos dar são ações da educação cívica para a cidadania, sobretudo sobre as

eleições autárquicas para que seja uma realidade na Guiné-Bissau pela primeira vez na história. (Dirigente da Renaj, entrevista)

Entre os grupos pré-existentes, não encontramos uma percepção clara sobre negociação com Estado e partidos, contrariamente à relação que se estabelece na disputa eleitoral. No entanto, em termos da articulação da “unidade” na diversidade, existe uma consciência da necessidade de reconhecimento desses grupos pelo Estado. Encontramos, no relato de uma dirigente, as bases para articulação da identidade coletiva, através das quais homens e mulheres compartilham referenciais comuns e diversificados, dando sentido novo as suas experiências, por intermédio da cultura popular.

Aqui na Guiné-Bissau para juntar etnias passa pela cultura. Por exemplo, no Mandjuandade existem todas as etnias. Na Mandjuandade surgem casamentos entre filhos de diferentes raças. Mandjuandade é como desporto, há muita mistura. Juventude que é a força desta terra. Se há união entre jovens, o país fica mais unido. Se cultura e desporto não são apoiados e desenvolvidos, posso lhe garantir que vai haver problemas sérios no país. (Grupo de Mandjuandade Pabia de Amanhã de Inpantcha, entrevista)

É na cultura e no desporto que se articula a identidade coletiva, dada sua expansão e difusão na sociedade civil. A entrevistada afirmou, no entanto, que se não forem tomadas as medidas necessárias, voltadas a diferentes atores e grupos sociais, sobretudo jovens, o Estado e a sociedade civil poderão enfrentar

dificuldades na articulação. Nesse sentido, a democratização também pressupõe o respeito à *diferença*, a presença de conflitos e a cooperação articulada, ou seja, admitir a relação contraditória de interesses presentes na sociedade civil ou no Estado, em função de suas heterogeneidades

porque muitas das vezes só essa pequena contradição que nos leva a conhecer quem é quem e como lidar um com os outros [ou com partidos e Estado]. Quando conhecemos a parte negativa dessa pessoa vamos saber lidar melhor com ela. (Grupo Língua de Bodi, entrevista)

Em suma, observa-se em todas as colocações acima que a defesa da democracia e criação de novos espaços públicos, voltados para a revitalização das organizações da sociedade civil, é colocada como uma falta na relação com Estado.

Na Guiné-Bissau não se nega os perigos de golpes de Estado e da democracia formal, da corrupção e do nepotismo, da discriminação e da pobreza. Por outro lado, os desafios da democratização, internos e externos, estão sendo encarados no processo político mais amplo como parte da democratização do Estado. Há uma consciência cada vez maior de que a democracia está avançando e a sociedade civil tem papel importante na superação dos dilemas constitutivos de sua construção, principalmente em países com forte herança autoritária com fachadas constitucionais, como a Guiné-Bissau.

A sensação dos jovens guineenses é de que houve avanços que apontam para um futuro esperançoso na construção da democracia. O depoimento de dirigente do Fórum Nacional da Juventude e População, por exemplo, demonstra bem essa percepção:

a democracia na Guiné-Bissau está a evoluir. As pessoas estão a perceber aos poucos como lidar com os problemas que o país vive. Se olharmos para os primeiros tempos do multipartidarismo, nas primeiras eleições gerais, a euforia que existia, o desentendimento. Nós os leitores não sabíamos qual era o nosso papel e os políticos também. Hoje as pessoas estão a perceber aos poucos, estão a ganhar experiências. (Dirigente do FNJP, entrevista)

A noção de aprendizagem, de experiência coletiva contribui para a mudança de rumo das “promessas não cumpridas da democracia” predominantes na maioria dos países considerados democráticos. A percepção de que se trata de “experiências”, como diz o dirigente do FNJP, parece expressar a ideia da democracia como aprendizagem, podendo levar a sociedade civil a desenvolver uma visão distinta do fatalismo, isto é, da impossibilidade da democracia em África. Como processo permanente de aprendizagem, na definição de política pública, todos os entrevistados valorizaram a construção de uma cultura democrática no interior de suas organizações e nas diferentes relações com organismos políticos, com os quais se defrontam em suas lutas, bem como com as agências internacionais e em todas as instâncias de governo (locais, regionais e nacionais).

Em linhas gerais, em Cabo Verde e na Guiné-Bissau a construção democrática, nesses diferentes níveis, é entendida como uma contribuição à nova cultura democrática e como aprendizagem e meio de conformação de identidades pessoais e coletiva, mas de forma distinta. Enquanto em Cabo Verde as negociações, os pactos e a busca de consensos mais amplos ganham cada vez mais legitimidade e vão possibilitando a ocidentalização da sociedade

civil, na Guiné-Bissau, mesmo com sistemas de representação e eleições de governos, a sociedade civil mantém as estruturas de representação e alianças entre grupos étnicos, partidos e administração pública nos mais diferentes níveis de processos decisórios. Uma das questões centrais, encontrada nos depoimentos, é a consolidação da cooperação entre diferentes organizações populares, rurais e urbanas, respeitando a autonomia e as especificidades de cada grupo ou organização.

Na Guiné-Bissau, diferentes entrevistados encontram nos grupos de mandjuandades uma forma específica de articulação das diferenças e integração multiétnica no interior da sociedade civil. No entanto, o problema de representação e da autonomia depende do tipo de relação que se estabelece com os partidos políticos nos momentos eleitorais. A questão da instrumentalização é um elemento de alta relevância na relação com o Estado e os partidos.

Em Cabo Verde, não encontramos de forma clara a questão da identidade, como se observou na Guiné-Bissau, marcada pela presença de grupos étnicos. Não obstante, as relações sociais, em Cabo Verde, são permeadas de subjetividades particulares através dos quais os indivíduos percebem suas identidades regionais, não apenas individuais, mas coletivas e, simultaneamente, apreendem seu valor simbólico na sociedade civil. Por isso a exigência da integração da identidade nacional Cabo-verdiana é percebida de forma predominantemente distinta entre grupos sociais, principalmente no que se refere à disputa da identidade europeia ou africana em Cabo Verde. Daí que o discurso da mestiçagem se apresenta como síntese dessa tensão latente na sociedade civil. Por outro lado, a transição Cabo-verdiana para a democracia reforçou a representação bipartidária, com incongruências internas quanto

ao seu exercício, criando dificuldades no sistema de representação com fragmentação crescente da sociedade civil.

Na Guiné-Bissau, existe a preocupação com o desenvolvimento, mas a questão da identidade e envolvimento da classe castrense evidencia práticas e concepções distintas de Estado, predominantes nos depoimentos. Isto é expresso pelos golpes de Estado como instrumento de luta pelo reconhecimento. O sistema de representação evoluiu no sentido da centralização, permeado por um poder dúbio que oscila entre o poder real dos militares e a representação parlamentar formal dos partidos.

Nesse sentido, Guiné-Bissau viveu o processo de transição para a democracia como resultado de golpes de Estado, o que está levando a articulação conjunta das organizações da sociedade civil contra o autoritarismo e a criação de novas relações políticas. Percebe-se, por outro lado, algumas similitudes. Tanto em Cabo Verde quanto na Guiné-Bissau, as organizações e grupos da sociedade civil estão em busca de suas configurações e autonomia para melhor se colocarem frente ao Estado, quanto à desigualdade, pobreza, desemprego, predomínio da violência doméstica e consumo de droga. Para isso, foi necessário trabalhar as articulações, canalizar demandas e constituição de repertórios de ação coletiva. Esses aspectos são fundamentais no processo de democratização como meios que podem, mas que necessariamente não garantem a afirmação da sociedade civil nos processos de contestação e negociação com o Estado, afirmando a cooperação entre essas duas esferas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da construção do trabalho, procuramos analisar as relações entre a sociedade civil e o Estado, em Cabo Verde e na Guiné-Bissau entre 1990 e 2008, verificando as características de suas configurações no processo da construção democrática, em curso nos dois países.

Iniciamos o estudo com a preocupação de apresentar um panorama do processo do liberalismo, subjacente à concepção de democracia, e suas implicações nas relações entre a sociedade civil e o Estado, particularmente com o “esgotamento” do Estado de Bem Estar Social, no início da década de 1970. Para contextualizar e avaliar o processo de democratização no âmbito da relação entre sociedade civil e Estado, foi relevante um retrospecto sobre a formação social, cultural, política e histórica dos países pesquisados.

Verificamos, ao longo do trabalho, que Cabo Verde foi povoado pelos portugueses, constituindo-se num ponto de escala para a navegação voltada ao comércio e ao tráfico. Daí a interferência

do Estado colonial na “formatação” da sociedade civil, que contou com a participação ativa da Igreja Católica na formação educacional das elites letradas no plano cultural e simbólico.

Outro ponto destacado, em relação à estrutura social de Cabo Verde, é o domínio da propriedade privada da terra pelos proprietários rurais. A estrutura da propriedade rural teve implicação na formação dos grupos sociais, transformando-se num mecanismo de empobrecimento da população, que resultou na emigração de contingentes populacionais para outros países, dada também por razões climáticas. A emigração de parte da população cabo-verdiana ficou bastante evidente, assim, também, como a influência ativa que estes emigrantes possuem na configuração da sociedade civil cabo-verdiana.

Soma-se a isso o fato de que Cabo Verde não conheceu formalmente, embora presente na sociedade colonial, o Estatuto de Indigenato, base para uma hierarquização dos grupos e formatação da sociedade civil, segundo critérios étnico-raciais, sendo essa estrutura que permitiu que Cabo Verde assumisse uma configuração particular e distinta no quadro da política “assimilacionista” do regime colonial português, em África.

Em contraposição, a trajetória da Guiné-Bissau, anterior à chegada dos portugueses, se distingue de Cabo Verde, tanto do ponto de vista geográfica quanto no que se refere à formação sociocultural da sua população. Guiné-Bissau faz parte da região subsaariana marcada pela presença de reinos africanos e grupos étnicos, anteriores à colonização, com suas percepções e formas de organizações específicas nas relações sociais, políticas e econômicas.

A presença portuguesa na Guiné-Bissau, parcialmente efetivada até finais do século XX, restringia-se a feitorias comerciais,

contrariamente a Cabo Verde onde predominaram os grandes e pequenos proprietários de terra. A ausência do Estado colonial na Guiné-Bissau, até a sua colonização no início do século XX, revelou, entre outros aspectos, a predominância de estruturas sociais e culturas dos grupos étnicos, até então vistas de forma eurocêntrica no campo de disputas em que a presença dos reinos e as resistências locais foram apontadas ao longo do estudo. O discurso da “missão civilizatória”, proposto pelo colonialismo, destaca essa disputa com base na pretensão de domesticar e civilizar o indígena “rebelde”, bem como “apartá-los” de suas identidades.

A presença colonial e a exploração exercida por mais de quatro séculos, a efetiva ocupação tardia do território guineense e o contexto de um movimento de independência no continente africano criaram as condições para articulação de uma “unidade” entre Cabo Verde e Guiné-Bissau, apesar das suas especificidades, para a luta pela independência e a construção de um Estado comum entre dois povos sob a coordenação de um único partido (PAIGC).

A experiência de unidade entre Cabo Verde e Guiné-Bissau se manteve até 1980, quando houve a separação e a constituição de dois estados independentes. Essa ruptura teve forte apelo nacionalista em termos de disputa entre dirigentes cabo-verdianos e guineenses, dada a centralidade burocrática que a elite cabo-verdiana assumiu nesse processo, tanto na articulação da luta armada de libertação nacional quanto nos espaços relevantes de exercício de poder político na Guiné-Bissau. Neste último, o exército adquiriu maior centralidade no Estado do que em Cabo Verde.

Em Cabo Verde, ainda, foi mantida a estrutura do Estado, herdada da administração portuguesa, e foram ignoradas, pelo governo, a importância dos grupos pré-existentes e favoreceu as

“organizações de massa” que articulam os interesses do partido (PAICV). Ao tempo em que o esquema de distribuição e gestão de recursos e emprego público gerou uma percepção positiva do Estado em reduzir as tensões entre o campo e a cidade em que ganhou destaque o argumento do “esgotamento da tradição” e criação de novas estruturas sociais, vinculadas ao PAICV, enquanto espaço de representação e elevação da consciência política e organizativa das massas. A sociedade civil passou a ser entendida como o lugar privilegiado da propagação da hegemonia do partido, articulando diversas organizações e grupos.

Na Guiné-Bissau, a estrutura do Estado colonial também prevaleceu, uma vez que na constituição de “zonas liberadas” pelo PAIGC, os grupos pré-existentes foram desconsiderados ou tiveram pouca visibilidade na construção do Estado, principalmente no meio rural, onde o PAIGC tinha sua base e contava com a força dos grupos étnicos nas ações de luta armada de libertação nacional. As percepções das lideranças guineenses mostraram forte ligação histórica de relacionamento das organizações sociais de massa com o governo.

Durante o regime autoritário, o Estado apoiou-se também nas organizações oficiais criadas, principalmente, para coordenar e controlar as iniciativas populares da sociedade financiadas pelo governo do PAIGC através de recursos externos, oriundos dos parceiros internacionais de cooperação, por meio dos quais o partido ampliava o controle social e político sobre a sociedade civil, restringindo o seu espaço de atuação e, portanto, a sua autonomia como sujeitos na relação com Estado.

Cabo Verde e Guiné-Bissau, na luta contra o colonialismo português e nas tentativas de construção de Estado-Nação, já nos princípios de 1970, tiveram no marxismo um argumento para

sobreporem às questões de raça, de etnia e do legado colonial para a construção de novas estruturas sociais, no processo pós-independência. Isto levou o Estado a marginalizar alguns setores da sociedade civil em nome da construção nacional e do desenvolvimento: um dos fatores primordiais no aguçamento das contradições sociais geradas pelas condições históricas e visões distintas, presentes na sociedade civil e no Estado, que ficaram muito mais evidentes na Guiné-Bissau.

Até esse período, que marcou o início da construção de Estado e de organizações oficiais da sociedade civil, no início da década de 1980, Cabo Verde e Guiné-Bissau adotaram regimes de partido único, representados, respectivamente pelo PAICV e PAIGC, compreendidos como únicas forças políticas e como dirigentes máximos dos interesses da sociedade civil e do Estado, e que atuaram para garantir suas legitimidades na sociedade civil.

Nos princípios da década de 1990, houve uma reestruturação do Estado e da sociedade civil decorrente da expansão das “receitas” da democracia liberal e da liberalização do mercado ao capital externo, impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) segundo receituário neoliberal da retração do Estado no investimento público. Para o BM e o FMI, a abertura do mercado e o multipartidarismo em África era a condição *sine qua non* para a concessão de novos créditos e renegociação da dívida externa.

Esse postulado levou à privatização das empresas nacionais e dos serviços públicos e, ao mesmo tempo, redefiniu a concepção de Estado, na sua relação com a sociedade civil, as diretrizes de políticas públicas, e a própria noção da democracia em escala global, particularmente no contexto dos países africanos. O pluralismo passou a ser confundido com “modernização” e livre mercado.

E foi nesse cenário de transformação do liberalismo que Cabo Verde e Guiné-Bissau foram empurrados no caminho da democratização liberal e realizaram suas primeiras eleições nos anos de 1991 e 1994. Essa configuração foi relevante para a compreensão atual da relação entre a sociedade civil e o Estado, assim como das percepções que as lideranças têm da democratização.

Em Cabo Verde, observou-se que a construção de Estado foi acompanhada pelo discurso de aproximação com Ocidente, tanto na garantia da legitimidade política do Estado quanto na sobrevivência socioeconômica do país. Na avaliação do Estado pelas lideranças, se evidenciou o caráter heterogêneo e ambíguo das organizações e grupos da sociedade civil. Surgiram três tendências de percepções: conformismo, insatisfação com políticas públicas e atrelamento no processo decisório, em nível governamental. O caráter legalista do Estado, desde os anos 1990, criou as condições para a implantação da democracia minimalista e formação de um consenso, regulado pelo “Estado de direito”, considerado morfino e excessivamente restritivo na criação de condições para a participação efetiva das organizações da sociedade civil.

Daí a dificuldade de criação de novos espaços na relação entre a sociedade civil e o Estado decorrente da necessidade de recursos público para sobrevivência das organizações da sociedade civil. É esta impossibilidade ou limite em garantir a autonomia, de estabelecer relações mais desatreladas com as instâncias representativas governamentais, que se observou o forte pendor desenvolvimentista das organizações e grupos da sociedade civil como espaços de formação técnica, do empoderamento econômico e da governança interna das ONGs na relação com Estado em Cabo Verde.

Também as relações entre os grupos não institucionalizados e o Estado cabo-verdiano ficaram marcadas por esse bloqueio,

revelando uma percepção restrita da representação política centrada na figura de elite governamental que, por sua vez, acaba delimitando políticas pela lógica estatal. Daí a visão da sociedade civil como produto do Parlamento. Isto porque a participação política ficou restrita ao processo eleitoral, sustentado pelos partidos, que indicam a direção para os grupos da sociedade civil. Observou-se daí a centralidade do bipartidarismo na democracia e no reforço de clientelismo, particularmente de lideranças com trajetórias no partido e no governo.

Na Guiné-Bissau, as percepções dos dirigentes apontaram a problemática do conflito enquanto elemento central na definição do modelo de Estado e da sociedade civil, destacando quatro percepções que nortearam a configuração da democracia: a primeira percepção atrelou a herança negativa da luta armada de libertação como ponto de partida para os sucessivos conflitos e diferentes visões de Estado e da sociedade civil. Os entrevistados acreditam que o desenvolvimento histórico desse modelo de Estado, criado na luta armada, levou à apropriação privada dos bens públicos e ao uso abusivo de poder, gerando um sentimento de desencanto com o Estado e com a democracia de “regras de jogo”, em que o poder real dos militares se sobrepõe ao poder formal ou constitucional do Estado, cujo formato ficou marcado pela presença ou influência e intermediação dos grupos étnicos no Parlamento que refletem visões distintas de Estado e de sociedade.

A segunda percepção revelou o problema econômico do Estado na luta contra as desigualdades e ampliação de bens públicos. A dificuldade de acesso a bens socioeconômicos pelas organizações e grupos da sociedade civil rural e urbana, acabou por conferir um papel relevante aos organismos internacionais na definição de políticas públicas para as organizações da sociedade civil que seriam, em situações normais, da responsabilidade do Estado,

fora do âmbito de ajustes econômicos de redução de políticas públicas e possibilidades de envolvimento das organizações e grupos da sociedade civil com processos de gestão e responsabilização pública do Estado, desenvolvimento comunitário, participação individual e coletiva na esfera pública.

A terceira percepção da sociedade civil, bastante próxima à segunda, apontou a predominância do discurso da “capacitação” e formação técnica para tomada de decisões, quer na definição de pautas, quer nas decisões de financiamento de projetos pelas ONGs, sendo nesse contexto que as ONGs de Cabo Verde se aproximariam do caráter técnico das ONGs de Guiné-Bissau, como consequência do projeto neoliberal das agências internacionais, no âmbito de ajustes macroeconômicos e reforma de Estado. A preocupação pela capacitação técnica constituiu, na Guiné-Bissau, a estratégia de mobilização e apropriação das culturas de grupos étnicos para obtenção do apoio popular sob a forma do suporte financeiro ou doações das ONGs. Apesar do reconhecimento da ação coletiva das ONGs, diferentes setores da sociedade civil foram unânimes em reconhecer o papel central do Estado na promoção de políticas públicas.

A quarta concepção enfatizou a questão da diversidade da sociedade civil. Diferentemente das organizações sociais de massa, criadas pelo partido, que resultou na homogeneização das identidades dos atores sociais, os grupos pré-existentes de mandjuanda questionaram a cultura autoritária que marcaram longos anos de exclusão. Exigiram a ampliação do Estado e articulação de uma “vontade coletiva” capaz de garantir o respeito à diversidade e o pluralismo.

Nesse sentido, a questão do *reconhecimento*, na Guiné-Bissau, se distanciou da visão de *desenvolvimento* em Cabo

Verde, mas ambos se aproximaram no que tange o aumento da desigualdade, questões de gênero, desemprego, problema do meio ambiente, problema de sobrevivência e da centralidade do partido enquanto expressão das organizações e grupos da sociedade civil, mais presente na Guiné-Bissau do que em Cabo Verde. Nesse último, o campo político parece ser mais heterogêneo na relação entre a sociedade civil e o Estado. Essa heterogeneidade levou à derrota do PAICV pelo MpD nas primeiras eleições multipartidárias. Na Guiné-Bissau, a centralidade do PAIGC levou à manutenção do partido no poder e não possibilitou a transição geracional e consolidação de uma sociedade civil mais forte devido à predominância de elite militar no Estado e a crescente proliferação de golpes de Estado e conflitos internos que marcaram o processo de transição democrática.

No campo das relações entre a sociedade civil e o Estado, na Guiné-Bissau, salientaram-se três aspectos: o primeiro menciona a relação entre Estado, ONGs e Associações de Base Comunitária, em que os programas de agências de financiamento da ONU assumem papel de intermediação com Estado no processo de democratização. O segundo, as relações entre o Estado, as organizações e os grupos da sociedade civil pré-existentes à independência, caracteriza-se pelo clientelismo no âmbito da intermediação partidária. E o terceiro, assume que a articulação de relações no âmbito das organizações e grupos da sociedade civil encontra-se marcada pela correlação de forças políticas e pelo conflito militar, na busca pela paz. Se por um lado, os conflitos e experiências de golpes tornaram o caminho da democracia mais difícil de articulação, por outro reforçou o compromisso social, político e religioso de atores na luta contra a restrição da representatividade da sociedade civil.

Na esfera das articulações com atores externos, Guiné-Bissau teve menos experiências em todos os níveis. O número de organizações e países com os quais Cabo Verde mantém relações é muito mais significativo do que os mantidos pelas organizações da sociedade civil guineense. Essa visibilidade ocorreu, segundo depoimentos, em decorrência da longa tradição de emigração e da influência da cultura de matriz ocidental na sociedade civil. De maneira geral, pode-se dizer que em Cabo Verde e na Guiné-Bissau configuram-se modelos de sociedade civil específicas nas relações com Estado, tanto do ponto de vista cultural, quanto da prática política na democratização.

O nosso estudo explicitou algumas questões conceituais de uma análise comparativa da percepção sobre a sociedade civil e o Estado no contexto de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, diferentemente de outras abordagens e pressupostos conceituais. A análise revelou a presença de grupos não formalizados que se articulam através de incorporação de direitos políticos e sociais demandados pelo processo da democratização, preservando suas identidades e formas de organização específica na sociedade civil e no Estado. Essa configuração nem sempre foi considerada na literatura sobre sociedade civil, Estado e democracia, em África, especificamente em Cabo Verde e Guiné-Bissau.

Com a pesquisa, esperamos ter contribuído com o debate, não restrito ao campo institucional, ainda que não excluísse essa esfera no campo da disputa que expõem novos desafios teóricos e questões de pesquisa, a saber: como articular o Estado nacional sem ocultar os espaços de representação de minorias sociais? Como garantir o pluralismo sem que a democracia de “soma zero” sirva de instrumento para supremacia político-eleitoral de grupos majoritários no Estado? É plausível a consolidação da democracia

no quadro da desigualdade social e de que forma o discurso de desenvolvimento oculta essas mesmas desigualdades? Que referenciais podem ser usados para avaliar as disputas em torno dos parâmetros da democracia, seus participantes, instituições, processos, agendas e campo de ações nas relações entre a sociedade civil e o Estado em contextos outros que tentamos explicitar e caracterizar como distintos nesta pesquisa? Como articular as demandas locais no quadro de sistema global de ajustes das agências de financiamento, que passou a ser defendido como equivalente ao mercado, em particular no contexto de Cabo Verde e da Guiné-Bissau?

Essas questões vão além da problemática que norteou esta pesquisa. Resta saber qual será a relação entre a sociedade civil e o Estado no quadro dessas questões que seja capaz de reverter suas configurações atuais com acréscimo político nos dois países africanos estudados.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACANDA, Jorge Luís. *Sociedade civil e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- AFROBAROMETER. *A qualidade da democracia e da governação em Cabo Verde*, 2008.
- ALBUQUERGUE, J. A. Guilhon e MOISÉS, José. Apresentação. In: MOISÉS, José e ALBUQUERGUE, J. A. Guilhon (orgs). *Dilemas da consolidação democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 7-10.
- AMADO, Leopoldo. *Guerra colonial & guerra de libertação nacional (1950-1974)*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), 2011.
- AMIN. Samir. État, nation, ethnîe et minorités dans la crise. Quelques aspects de la critique de l'idéologie de la nation et de l'ethnie. In: *Construção da Nação em África: os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé Príncipe*. Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR. Guiné-Bissau, INEP, 1989, p. 11-62.

- AMIN, Samir. A estratégia mundial do capitalismo. In: POLET, François e HOUTART, François (orgs). **O outro Davos.** Mundialização de resistências e de lutas. São Paulo: CORTEZ, 2002, p. 30-63.
- AMIN, Samir. A África hoje – na visão de Samir Amin. Entrevista. In: **Casas das Áfricas**, Comunicação & Política, 2000, v. VII, n.2. p. 61-179.
- ANDERSON, Perry. História e lições do neoliberalismo. In: POLET, François e HOUTART, François (orgs). **O outro Davos.** Mundialização de resistências e de lutas. São Paulo: CORTEZ, 2002, p. 16-50.
- ANDERSON, Benedict. Introdução. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org). **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 07-21.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas.** Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANJOS, José Carlos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde:** lutas de definição da identidade nacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.
- ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, Leonardo (coord) **Sociedade civil e democratização.** Belo Horizonte: Del Rey, 1994, p. 147-182.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo.** Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Editora Schwarcz, 1990.
- AUGEL, Johannes. Guiné-Bissau. Expects its first democratic elections. In: CARDOS, Carlos; AUGEL, Johannes. **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios.** Coleção Kacu Martel, nº. 10. Bissau: INEP, 1996, p. 41-52.

- AUGEL, Moema Parente. **O Desafio do escombros**. Nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil: além da dicotomia Estado-mercado. In: AVRITZER, Leonardo (coord.) **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- _____. Modelos de deliberação democrática: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte: In: ALVAREZ, Leonardo; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (orgs) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 45-60.
- BANCO MUNDIAL. **Visão geral sobre conflito, segurança e desenvolvimento**. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. Washington, DC, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, Miguel e RIVERA, Oscar. **A (re)construção de Estado no contexto de Estados frágeis**. O caso da Guiné-Bissau. Trabalho apresentado no II Congresso África-Occidente, Espanha, 2011, p. 603-619.
- BENOT, Yves. **Ideologias das independências africanas**. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco, vol. I. 1969.
- BENHABIB, Seyla. Obrigação, contrato e troca: sobre o significado de direito abstrato em Hegel. In: AVRITZER, Leonardo (coord) **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994, p. 81-145.
- BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- BOBBIO, Norberto e BOVERO, Michelangelo. **Sociedade civil e Estado na filosofia política moderna**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

- BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- _____. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 6. ed. 1994.
- _____. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1998
- _____. **Teoria geral da política**. A filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- _____. **A Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- BOTTOMORE, Ton. **Sociologia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1997.
- BRATTON, Michel e WALLE, Nicolas Van. **Democratic experiments in Africa: regime transitions in comparative perspective**. New York: Cambridge University Press, 1997.
- BULL, Benjamin Pinto. **O crioulo da Guiné-Bissau**. Filosofia e sabedoria. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICLP); Bissau: Instituto Nacional de Estudos e pesquisa (INEP), 1989.
- BURITY, Joanildo. **Identidade e cidadania: a cultura cívica no contexto de uma nova relação entre sociedade civil, indivíduos e Estado**. Caderno de Estudos Sociais, FUNDAJ. Recife, vol. 15, nº 2, 1999.
- CABAÇO, José Luís. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo, UNESP, 2009.
- CABRAL, Amílcar. **PAIGC. Unidade e luta**. Lisboa: Textos Amílcar Cabral, Nova Aurora, nº 2, 1974.
- _____. **A política revolucionária**. Unidade e luta II. Obras escolhidas de Amílcar Cabral, coord. por Mário de Andrade, vol. II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

- _____. **A arma da teoria.** Unidade e luta. Obras escolhidas de Amílcar Cabral, coord. por Mário de Andrade, vol. I. 2ª Edição. Lisboa: Seabra Nova, 1978.
- _____. **Análise de alguns tipos de resistência.** Bolama: Edição do PAIGC e DEDILD, Imprensa Nacional, 1979.
- _____. **A cultura nacional.** Coleção Cabral ka muri.9. Bissau: PAIGC, 1984.
- _____. **A ação armada e os métodos militares.** Portugal: Avante-SARL, 1988.
- CABRAL, Luís. Luís Cabral lança suspeita de envolvimento de Aristides Pereira no assassinato de Amílcar Cabral. Entrevista conduzida por José Vicente Lopes. In: **Voz do Povo**, 13 junho de 1991, p. 4 e 5.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política.** São Paulo: Papirus, 1988.
- CARDOSO, Carlos. A historicidade da construção nacional na Guiné-Bissau. In: COLÓQUIO INEP/CODESRIA/UNITAR, Bissau, 1989. **A construção da nação em África.** Os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Coleção Kacu Martel, nº. 7. Bissau: INEP, 1989, p. 281-297.
- CARDOSO, Carlos. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil: CARDOSO, Carlos e AUGEL, Johannes (orgs). **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios.** Coleção Kacu Martel, vol. 10. Bissau, INEP, 1996, p. 13-39.
- CARDOSO, Carlos. Compreendendo a crise de 7 de junho: a crise de legitimação. **Soronda. Revista de Estudos Guineenses.** Número especial – nova série.7 de junho, vol. 2, 2000, p. 87-103.

- CARREIRA, António. Região dos Manjacos e dos Brâmes. Alguns aspectos da sua economia. In: **Boletim Cultural da Guiné Portuguesa**, vol. XV, nº, 60, 1960, p. 735-783.
- _____. Cabo Verde e Guiné e a Companhia do Grão-Pará e Maranhão: um documento inédito para a sua história. In: **Boletim Cultural da Guiné Portuguesa**, vol. XXII, nº 87/88, 1967, p. 309-324.
- _____. **Cabo Verde**. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata. Lisboa: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1972.
- _____. Panaria cabo-verdiana e guineense. Aspectos históricos e sócio-económicos. Praia: ICL, 1983.
- _____. **Cabo Verde**: aspectos sociais e fomes do século XX. Lisboa: Ulmeiro, 1984.
- CARREIRA, António; VASCONCELOS, Manuel e PUSICH, António. **Descrições Oitocentistas das ilhas de Cabo Verde**: recolha, anotações e apresentação. Patrocínio: Presidência de República de Cabo Verde, Cabo Verde, 1987.
- CASTANHEIRA, José Pedro. **Quem mandou matar Amílcar Cabral?** Relógio D'Água Paquel. Porto: Editores, 1995.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CHABAL, Patrick. O ideal socialista em África. **Soronda**. **Revista de Estudos Guineenses**. Bissau, nº 12, 1991, p. 139-145
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 1990.
- CHILCOTE, Ronald. **Teorias de política comparativa**. A busca de um paradigma reconsiderado. Rio de Janeiro: VOZES, 1998.

- COHEN, Jean L. ARATO, Andrew. *Sociedad civil y teoria política*. México: Fondo de cultura econômica, 2000.
- COUTINHO, C. N. **Marxismo e política**. A dualidade de poderes e outros ensaios. Rio de Janeiro: Cortez, 1994.
- _____. **Contra corrente**. Ensaio sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.
- DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia. In: ALVAREZ; DAGNINO; e ESCOBAR (orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americano: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 61-99.
- _____. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATOS, Daniel (coord). *Políticas de ciudadanía y sociedade civil em tempos de globalização*. Caracas: FACES, Universidade Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.
- DAGNINO, Evelina; OLIVEIRA, Alberto J; PANFICHI, Oliveira e Melo (orgs). Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Campinas: Paz e Terra, 2006, p. 13-91.
- DAHL, Robert. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1956.
- _____. **Poliorquia**. São Paulo: EDUSP, 2005.
- DAVIDSON, Basil. **A libertação da Guiné**. Aspectos de uma revolução africana. Prefácio de Amílcar Cabral. Lisboa: Sá da Costa, 1968.
- _____. Revelando a velha África. Lisboa: Prelo, **Cadernos de Hoje** nº. 5, 2ª Ed. 1977.
- _____. **As ilhas afortunadas: um estudo sobre a África em transformação**. Lisboa: Nosso Mundo Caminho, 1988.

- DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. São Paulo: Papirus, 2001.
- DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli (org) **O desafio da democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora IUPERJ, 1996, p. 162-189.
- DIOCESES DE BISSAU E BATAFÁ. **Evangelização na Guiné-Bissau, ontem e hoje**. Disponível em: <<http://diocese.gbissau.org/Historia.htm>>. Acesso em: 20 de julho de 2012.
- DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo, Edusp, 2002.
- DRIFT, Roy van der. Os empresários Balantas da rizicultura de mangal: fruto de um casamento de convivência entre empresários coloniais e uma sociedade campestre “livre” da Guiné-Bissau. In: **Revista Internacional de Estudos Africanos**. Lisboa: Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, nº 18-22, 1995-1999, p. 285-298.
- DURIGUETTO, Maria. **Sociedade civil e democracia**. Um debate necessário. São Paulo: CORTEZ, 2007.
- ESPINOSA, Mário. **Ponteiros na Guiné-Bissau: o processo de concessões de terras, 1879-1991**. Bissau, INEP, 1992, p. 15-38.
- FERNANDES, Gabriel. **A diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós)colonial**. Florianópolis: Editora UFSC, 2002.
- FERNANDES, Raul. Partido único e poderes tradicionais. **Soronda. Revista de Estudos Guineenses**. nº16, Bissau, INEP, 1993, p. 39-50.
- _____. Processo democrático na Guiné-Bissau. **Soronda. Revista de Estudos Guineenses**, Bissau, nº 17, 1994, p. 39-50.

- LOPES FILHO, João. *Ilhas de São Nicolau de Cabo Verde: formação da sociedade e mudança cultural*. Secretaria Geral Ministério de Educação, Vol. II, 1996.
- FONSECA, Jorge Carlos. Democracia, cultura democrática e exercício do poder político. In: ARAÚJO, Carlos (coord.) *De Mindelo para Cabo Verde*. Convergência para a Solidariedade. Cabo Verde: Praia, 1994, p. 53-65.
- _____. Partidos políticos e sociedade civil. *Direito e Sociedade*. Praia, Ano I, nº 3, março-junho 1998, p. 113-127.
- FORGE, W. John. Political leadership, state-civil society relations and the search for development alternatives. *CODESRIA*. Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África. Disponível em: <<http://www.codesria.org/spip.php?page=recherche&recherche=civil+society>>. Acessado em: 12 de janeiro de 2014.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FÓRUN NACIONAL JUVENTUDE E POPULAÇÃO. Guiné-Bissau. *Documento de fundação*. 1997. Disponível em: <<http://fnjp.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 24 de maio de 2010.
- FURTADO, Claudio Alves. *A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança - Santiago, Cabo Verde*. Cabo Verde: ICL, 1993.
- _____. Efeitos da prática política no tecido social cabo-verdiano. In: ARAÚJO, Carlos (coord.) *De Mindelo para Cabo Verde*. *Convergência para a solidariedade*. Praia, 1994, p. 93-101.
- _____. *Gênese e (re)produção da classe dirigente em Cabo Verde*. Mindelo: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, 1997.

- _____. A participação da sociedade civil na consolidação da independência. In: Cultura. **Revista de Estudos Cabo-verdianos**, número especial, setembro de 2001, p. 39-45.
- _____. Pequenos estados e governança transnacional: uma redefinição dos contornos da soberania estatal e a sublevação da sociedade civil: um olhar a partir de Cabo Verde. CODESRIA 2011. Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, Rabat: **Assembleia Geral**, 05-09 de dez. 2011, p.01-18.
- _____. Democracia em África: possibilidades e limites. In: **Revista do Centro de Estudos Africanos**. USP. São Paulo, 20-21: 199-217, 1997/1998.
- GELLNER, Ernest. Nacionalismo e democracia. **Cadernos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.
- GONÇALVES, Nuno da Silva. **Os Jesuítas e a missão de Cabo Verde (1604-1642)** Lisboa: Associação Cultural e Científica, 1996.
- GONÇALVES, Carlos Filipe. **Kab Verd Band**. Praia: Instituto do Arquivo Histórico Nacional, 2006.
- GRAÇA, Leitão José da. Das constituições e intelectuais da democracia. In: ARAÚJO, Carlos (coord.) **De Mindelo para Cabo Verde**. Convergência para a Solidariedade. Cabo Verde, 1994, p. 67-92.
- GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

- GUIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. O futuro da política radical. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- GUTMANN, Amy. A desarmonia da democracia. In: **Lua Nova**, 1995, n. 36, p. 5-37.
- HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. In: **Lua Nova**, 1995, n. 36, p. 39-53.
- _____. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. v.2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p. 91-106.
- HAMILTON, Russel. **Literatura africana, literatura necessária**. Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. São Paulo: Edições 70, 1984.
- HAVIK, Philip. A dinâmica das relações de gênero e parentesco num contexto comercial: um balanço comparativo da produção histórica sobre a região da Guiné-Bissau séculos XVII e XIX. **Afro-Ásia**, 2000. Casa das Áfricas, p. 79-150. Disponível em: <<http://www.casadasafricas.org.br/tlautor/havik-philip-j>>, Acesso em: 12 de maio de 2012.
- HEGEL, G. W. F. **A sociedade civil burguesa**. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
- HELD, David. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Editora Paidéia, 1987.
- HERNANDEZ, Leila Leite. **Os filhos da terra do sol**. A formação do Estado-nação em Cabo Verde. São Paulo: Summus, 2002.
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- HONNETH, Axel. Democracia como cooperação reflexiva. John Dewey e a teoria democrática hoje. In: HONNETH, Axel.

- Luta pelo reconhecimento.** A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.
- HOUNTONDJI, J. Paulin. A investigação e extravessão: elementos para uma sociologia da ciência nos países da periferia. In: **Revista de Estudos e Pesquisa**, SORONDA, INEP, nº 8, 1989, p. 107-118.
- HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: democratização no final do século XX.** São Paulo: Ática, 1994.
- IGNATIEV, Oleg. **Três tiros da Pide: quem, porquê e como, mataram Amílcar Cabral.** Lisboa: Editora Prelo, 1975.
- IHONVERE, Julius. **Democracy in Africa: Challenges and prospects.** New York: Peter Lang, 1997.
- INSTITUTO PORTUGUES DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO – IPAD 2010. Disponível em: <http://ns1.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=53&Itemid=84> Acesso em: 15 de maio de 2012.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA CABO VERDE - INEC. **Censo 2010.** Disponível em: <<http://www.ine.cv/dadostats/dados.aspx?d=1>>. Acesso em: 15 de jun. 2012.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA GUINÉ-BISSAU - INEG. **Censo 2009.** Disponível em: <<http://www.stat-guine-bissau.com/>>. Acesso em: 15 de junho de 2012.
- JAUARÁ, Manuel. **Dilema de transição política na África Lusófona: de uni para pluripartidarismo.** Disponível em: <<http://ces.uc.pt/lab2004/pdf/ManuelJauara.pdf,2004>>. Acessado em: 21 de outubro de 2008.
- JAUARÁ, Manuel. **Os luso-africanos e etnorurais disputam o poder na Guiné-Bissau.** Disponível em: <<http://www.yumpu>>.

- com/pt/document/view/12658385/artigo-fflch-usp 2006>. Acesso em: 10 de junho de 2011.
- JOAS, Hans. O comunitarismo: Uma perspectiva alemã. In: SOUZA, Jessé (org) **Democracia hoje**. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UnB, 2001, p. 93-110.
- KI-ZERBO, Joseph. **África Negra**. Lisboa: Publicações Europa-América, 2009.
- KOUDAWO, Fafali. Sociedade civil e transição pluralista na Guiné-Bissau. In: KOUDAWO, Fafali e MENDY, Peter Michael Karibe (orgs). **Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso**. Bissau: INEP, 1996, p.67-120.
- KOUDAWO, Fafali. **Cabo Verde e Guiné-Bissau**. Da democracia revolucionária à democracia liberal. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), Série Ciências Sociais, nº 14, 2001 (Coleção Kacu Martel).
- LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. **Hegemonia y estrategia socialista**. Argentina: Fondo de Cultura Econômica, 2004.
- LEFORT, Claude. **A invenção democrática: os limites do totalitarismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LEFORT, Claude. **Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LIMA, Aristides. **Reforma política em Cabo Verde: do paternalismo à modernização do Estado**. Praia: Edição do autor, 1992.
- LIMA, Hilarina; FILHO, Enno. As ONGs e as associações no contexto da luta contra a pobreza e exclusão social em Cabo Verde. Ilha de Santiago, 1987-2008. In: ANJOS, Gomes Carlos José e BATISTA, Quintino Galvão (orgs). **As tramas**

- da política extrapartidária em Cabo Verde. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010, p. 113-159.
- LINS, Juan e STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia.** A experiência do Sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LIPSON, Leslie. **A Civilização democrática.** Rio de Janeiro: Zahar Editoras, 1966.
- LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia:** desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- LOPES, Carlos. **Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau.** Lisboa: Edições 70, 1982.
- _____. A Guiné-Bissau a procura de um modelo social. **Soranda. Revista de Estudos Guineenses**, Bissau, nº 1, jan. 1986, p. 05-34.
- _____. **A transição histórica na Guiné-Bissau.** Do movimento de libertação nacional ao Estado. Bissau: Instituto Nacional de Estudo e pesquisas (INEP), 1987.
- _____. **Para uma leitura sociológica da Guiné-Bissau.** Lisboa: Edições ES, nº 2, 1988.
- _____. A historicidade da construção nacional na Guiné-Bissau. In: COLONIO INEP/CODESRIA/UNITAR, Bissau, 1989. **A construção da nação em África.** Os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé Príncipe. Coleção Kacu Martel, v. 7. Bissau: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas (INEP), 1989, p. 243-266.
- _____. Provocar o afro-otimismo para uma política de desenvolvimento a longo prazo. In: **Seminários da Fundação do Desenvolvimento Administrativo.** Países africanos de língua

- oficial portuguesa: reflexões sobre história, desenvolvimento e administração. São Paulo: Fundap, 1992, p. 117-133.
- _____. **Compasso de espera: o fundamental e o acessório na crise africana.** Porto: Afrontamento, 1997.
- _____. ***Kaabunké.*** Espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- LOPES, José Vicente. Cabo Verde. Os bastidores da independência. **Coleção Documentos para a História de Cabo Verde**, Instituto Camões, Praia-Mindelo, 1996.
- _____. As origens históricas da reivindicação da independência. In: **Revista de Estudos Cabo-verdianos**, número especial, publicação semestral, setembro de 2001, p. 9-23.
- _____. **Cabo Verde, as causas da independência: o Estado e a transição para a democracia na África Lusófona.** Praia: Spleen Edições, 2003.
- LOPES, Nelson Constantino. **As forças armadas num estado em interrogação.** Trabalho apresentado no 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos. Lisboa, ISCTE, 9-11 de setembro de 2010, p. 01-19.
- LUCKE, John. Segundo Tratado do Governo Civil. In: **Coleção Os Pensadores.** São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- MACAMO, Elísio. ***Black Gold, Social Change and Reflexivity: Sociology avant la letter in Mozambique.*** Bayreuth University s/d. Disponível em: <www.afasa2007.org/uploads/paper/Macamo-Grahamtown.doc>. Acessado em: 19 de julho de 2012.

- M'BALI, Faustino. O Estado e os camponeses perante o constrangimento do desenvolvimento. **Soronda. Revista de Estudos Guineenses**, Bissau, INEP, nº 8, 1989, p. 63-85.
- MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal: origens e evolução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MAMDANI, Mahmood. *Citizen and Subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- MARX, Karl. A questão judaica. **Textos Clássicos Lusosofia**. Versão portuguesa traduzida por Artur Mourão. Lisboa: Covilhã, 1989.
- MARX, Karl, ENGELS, Engels. Manifesto do partido comunista. In: *SciELO. Estudos Avançados*, vol. 12, nº 32, São Paulo: set/dez, 1998.
- MARX, Karl. Para a crítica da filosofia de direito de Hegel. **Textos Clássicos Lusosofia**. Tradução da versão portuguesa por Artur Mourão. Lisboa: Covilhã, 2008.
- M'BOKOLO, Elikia. África Negra: história e civilizações do século XIX aos nossos dias. Tomo II. **Colecção Tempos e Espaços Africanos**. Lisboa: Edições Colibri, 2007.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? In: **Lua Nova**, nº 17, São Paulo, 1989.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- MELUCCI, Alberto. Busca de qualidade, ação social e cultura. Por uma sociologia reflexiva. In: MELUCCI, Alberto (org) **Por uma sociologia reflexiva**. Pesquisa qualitativa e cultura. Rio de Janeiro: Vozes, 2005, p. 25-42.

- MENDY, Peter Michael Karibe. A herança colonial e o desafio de integração. **Soronda. Revista de Estudos Guineenses**. Bissau: INEP, n.º.16, 1993, p.3-37,
- _____. **O colonialismo português em África: a tradição da resistência na Guiné-Bissau, 1879-1959**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda; Bissau: INEP, 1994 (Coleção Kacu Martel, n.º 9)
- _____. A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau. In: KOUDAWO, Fafali e MENDY, Peter Michael Karibe (orgs). **Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso**. Bissau: INEP, 1996, p. 13-65
- _____. A perturbação da Pax Lusitana: resistências passivas na Guiné “Portuguesa” durante os primeiros anos do Estado Novo. In: **Revista Internacional de Estudos Africanos**. Lisboa: Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, n.º 18-22, 1999, p. 169-192.
- MEKESENAS, Paulo. **Sociedade Civil e Estado: contradições do espaço público e interesses democráticos**. Santa Catarina: UDESC, 2005.
- MISSÃO de OBSERVATÓRIO ELEITORAL DA UNIÃO EUROPEIA (MOE UE). **Guiné-Bissau, relatório final Eleições Presidenciais Antecipadas 28 de Junho – 26 de Julho de 2009**. Disponível em: <http://aceproject.org/ero-en/regions/africa/GW/guinea-bissau-final-report-early-presidential-1> Acessado em: 15 de julho de 2012.
- MOISÉS, José e ALBUGUERGUE, J. A. Guilhon. Apresentação. In: MOISÉS, José e ALBUQUERGUE, J. A. Guilhon (orgs). **Dilemas da consolidação democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 7-10.

- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O colonialismo português na África. In: **Seminários da Fundação do Desenvolvimento Administrativo**. Países africanos de língua oficial portuguesa: reflexões sobre história, desenvolvimento e administração. São Paulo: FUNDAP, 1992, 40-57.
- MOUSSÉ, Claude. **Atenas: a história de uma democracia**. Coleção Pensamento Político. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1979.
- MUSTAPHA, Abdul Raufu. Repensar a ciência política africanista. Dakar: **Codesria Boletim**, nº 3 & 4, 2006, p. 4-12.
- MUTZENBERG, Remo. Sociedade, uma totalidade precária que inclui e exclui. In: AMARAL Aécio e BURITY, Joanildo (Orgs). **Inclusão Social, Identidade e Diferença: perspectivas pós-modernistas de análise social**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 85-91.
- MUTZENBERG, Remo e SOARES, Eliane. Democratização, sociedade civil e cultura política: aproximações entre o Brasil e a África lusófona. **Estudo de Sociologia**. Vol. 15. nº 2, julho/dezembro de 2009, p. 49-68
- NEVES, José Maria. **Intriguistas do PAIGC que mataram Amílcar Cabral**. Cabo Verde, 2011. Disponível em: <<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/pt/noticias/go/-cuidado-com-os-intriguistas--alerta-jose-maria-neves>>. Acessado em: 12 de junho 2012.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: Temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2005.
- NYAMBO, Temngah Joseph. The Legal Framework of Civil Society and Social Movements. **CODESRIA**. Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em

- África 2008. Disponível em: <<http://www.codesria.org/spip.php?page=recherche&recherche=civil+society>> Acessado em: 12 de janeiro de 2014
- ONDINA, Ferreira. A educação em Cabo Verde. Três décadas depois In: **Revista Direito e Cidadania**. Ano VIII, número especial, 2007, p. 381.
- O'DONNELL, Guilherme, SCHMITTER, Philippe e WHITEHEAD, Laurence (orgs) **Transição do regime autoritário: Sul da Europa**. São Paulo: Vertice, 1988.
- O'DONNELL, Guilherme. A (in)efetividade da lei na América Latina. In: **Novos Estudos**. São Paulo: CEBRP, nº. 51, julho de 1998.
- _____. Teoria democrática e política comparada. **DADOS**. Vol. 42, nº, 4, 1999, p. 01-30.
- OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- PADOVANI, Fernando. Novos fantasmas no mato. **Soronda. Revista de Estudos Guineenses**, Bissau, nº 12, jul. 1991, p. 03-26.
- PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PÉLISSIER, René. **História da Guiné: Portugueses e africanos na sénégambia (1841-1936)**. Vol. 1 e 2. Lisboa: Estampa, 1989.
- PEREIRA, Camilo Anderson Eduardo. **Política e cultura: as revoltas dos engenhos (1822), de Achada Falcão (1841) e de Ribeirão Manuel (1910)**. Tese. (Doutorado em História) São Paulo, USP, 2010.
- PEREIRA, José Maria. As relações Estado-Partido-Administração Pública-Sociedade. In: **Seminários da Fundação do Desenvolvimento Administrativo**. Países africanos de língua

- oficial portuguesa: reflexões sobre história, desenvolvimento e administração. São Paulo: FUNDAP, 1992, p. 75-84.
- PINA, Leão de Jesus. Valores, cultura política e democracia em Cabo Verde. Praia: *Direito e Cidadania*, Ano X, nº 29, 2009, p. 95-137.
- PRZEWORSKI, Adam. *Democracia e mercado no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- QUERIDO, Jorge. *Cabo Verde*. Subsídios para a história da nossa luta de libertação. Lisboa: Editora Veja, 1989.
- REYNOLDS, Andrew. Constitutional engineering in Southern in África. *Journal of democracy*, Vol. 6, n.2, 1997.
- REBUGHINI, Paola. A comparação qualitativa de objetos complexos e os efeitos da reflexibilidade. In: MELUCCI, Alberto (org) *Por uma sociologia reflexiva*. Pesquisa qualitativa e cultura. Rio de Janeiro: Vozes, 2005, p. 237-261.
- REMA, Pinto Henrique. As primeiras missões da costa da Guiné (1533-1640). In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Vol. XXII, nº 87/88, 1967, p. 168-225.
- RICHARSON, Roberto Jarry. *Métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.
- ROUSSEAU, J. J. Do contrato social. In: *Os Pensadores*, v. XXIV, São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- RUDEBECK, Lars. Development and democracy notes related to a study of people's power in Mozambique. In: COLÓQUIO INEP/CODESRIA/UNITAR, Bissau, 1989. *A construção da nação em África*. Os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé Príncipe. Bissau: INEP, 1989a, p. 149-364 (Coleção Kacu Martel, v. 7).

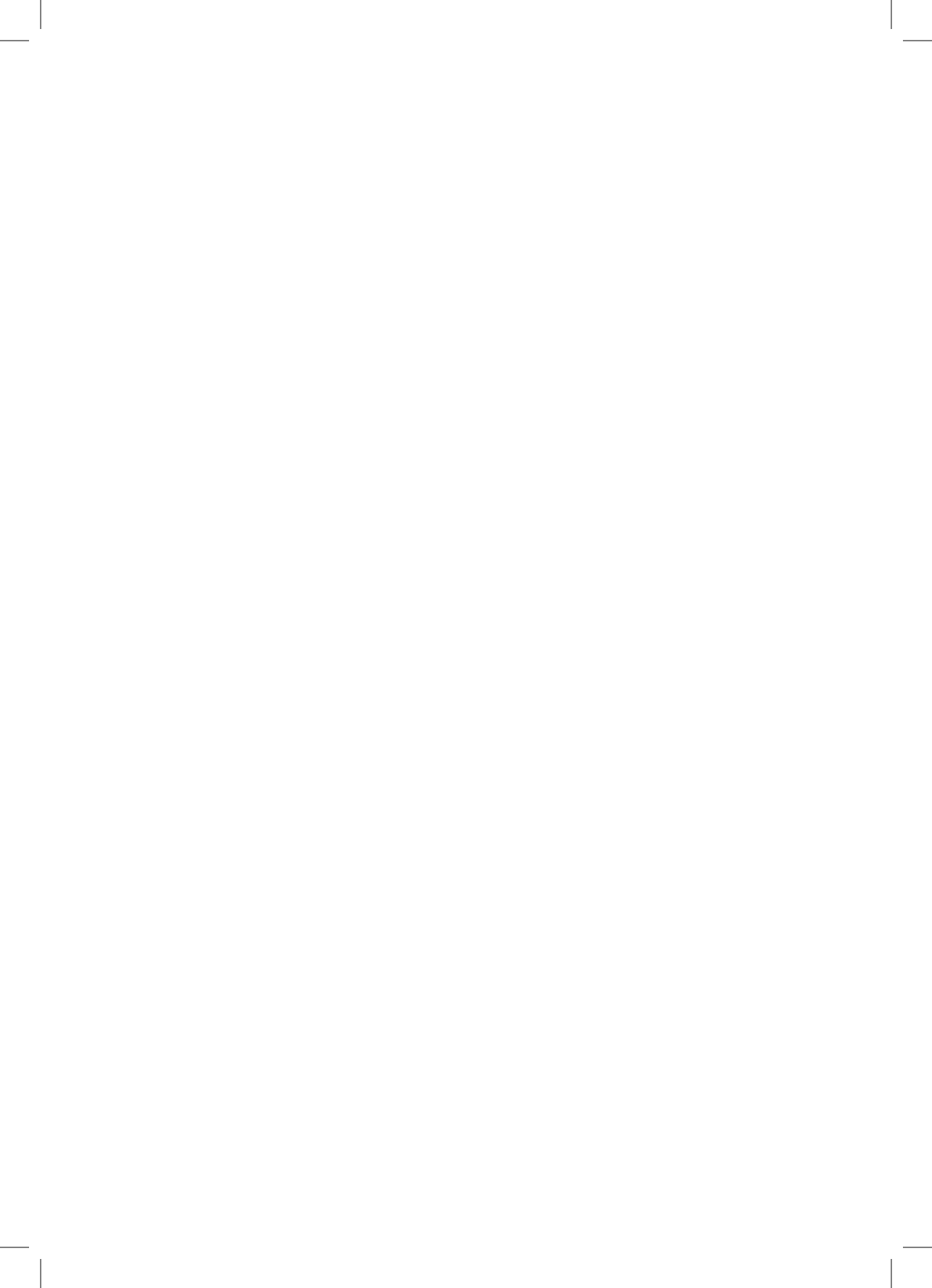
- RUDEBECK, Lars. **Buscar a felicidade**. Democratização na Guiné-Bissau. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), 1997.
- SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Introdução. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura Souza. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 191-218.
- SANTOS, Boaventura S. (org.) **Democratizar a democracia: Caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- SEMEDO, José Maria e TURANO, Maria. **Cabo Verde: o ciclo ritual das festividades da tabanka**. Praia: Spleen Edições, 1997.
- SEMEDO, Rui Jorge. **O Estado da Guiné-Bissau e os seus desafios político-institucionais**. Trabalho apresentado no 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos. Lisboa, ISCTE, 9-11 set. 2010, p. 01-17
- WARREN, Ilse e LUCHMANN, Lígia. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. **Política & Sociedade**, n.º.5 – outubro de 2004. Disponível em: <<http://cfh.ufsc.br/>>. Acesso em: 30 de outubro de 2011.
- SCHNEIDER, Sérgio; SCHMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. In: **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1989.
- SILVA, Correia Leão. Cabo Verde: do estado-providência sem contribuintes ao liberalismo sem empresários. In: Que estados, que nações em construção nos cinco? **Colóquio Internacional**, Praia: Fundação Amílcar Cabral, 1998, p. 225-240.

- SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundação de Cultura. Parte IV – “Socialismo e Democracia”, 1961, p. 285-366.
- SERRANO, Carlos. Os processos de constituição dos estados nacionais e as questões culturais. In: **Seminários da Fundação do Desenvolvimento Administrativo**. Países africanos de língua oficial portuguesa: reflexões sobre história, desenvolvimento e administração. São Paulo: FUNDAP, 1992, p. 85-102.
- SILVA, D. António. **Independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa**. Porto: Coleção Textos/30, 1997.
- SILVEIRA, Onésimo. Cabo Verde: do partido-estado ao partido do estado. **Direito e Cidadania**, nº 3, mar/jun. 1998, p. 13-21.
- _____. **A democracia em Cabo Verde**. Lisboa: Edições Colibri, 2005.
- SOARES, Castilho Amadeu. Acerca da “educação de base” na Guiné Portuguesa. In: **Boletim Cultural da Guiné Portuguesa**, Vol. XV, nº 59, 1960.
- SOUZA, Jessé (org) **Democracia hoje**. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UnB, 2001, p. 63-91.
- SOUSA, Julião Soares. **Amílcar Cabral (1924-1973)**. Vida e morte de um revolucionário africano. Lisboa: Editora Vega, 2011.
- SPÍNOLA, António. Regionalização da província e integração da Guiné na Nação portuguesa. In: **Boletim Cultural da Guiné Portuguesa**, Vol. XXIII, nº 91-92, mai/ago. de 1968, p. 789.
- TEIXEIRA, Ricardino Dumas. **Guiné-Bissau: transição política para a democracia**. Monografia. (Bacharelado em Sociologia) Universidade Federal de Roraima, UFRR-CFCH, Boa Vista: 2006.

- _____. A construção democrática na Guiné-Bissau. Limites e possibilidades. Trabalho apresentado no diálogo avançado de pesquisa e política. **CODESRIA**. Bissau, INEP, 15-17 outubro de 2008.
- _____. O conceito de sociedade civil: um debate a partir do contexto da Guiné-Bissau. **Estudos de Sociologia**, Recife, Vol. 15, nº2, 2009, p. 161-180.
- _____. **Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau 1994-2004**. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2010.
- _____. **Consciência nacional, democratização e conflito político: semelhanças e diferenças entre Guiné-Bissau e Moçambique**. Trabalho apresentado no 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa, **ISCTE**, 9-11 set. 2010, p. 01-17.
- TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Massachusetts: Anddison-Wesley, 1978.
- THERBORN, Goran. As teorias do Estado e seus desafios no fim de século. In: **Pós-neoliberalismo II: Que Estado para que democracia?** Petrópolis: Vozes, 2001, p. 79-89.
- THIAM, Mamadou. Discurso. Fórum das organizações voluntárias africanas de desenvolvimento. In: **II conferencia das ONG: desenvolvimento participativo e democracia**. Bissau, 1994, p. 23-28.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. **O bom povo português: usos e costumes d'aquém e d'além-mar**. *Mana* [online]. 2001, vol.7, n.1, p. 55-87. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132001000100004>. Acessado em: 04 de abril de 2011.
- TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

- TRAJANO FILHO, Wilson. A construção da nação e o fim dos projetos crioulos: os casos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau. In: CRUZ SILVA, Teresa; ARAÚJO, Manuel Mendes de; CARDOSO, Carlos (orgs) **'Lusofonia' em África**. História, democracia e integração africana, Dakar: CODESRIA, 2005, p. 95-120.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. **O que é a democracia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- VACCA, G. **Pensar o Mundo Novo**. Rumo à Democracia do Séc. XXI. São Paulo: Ática, 1996.
- VICENTE, João. Quatro séculos de vida cristã em Cacheu. In: **Mansas, Escravos, Grumetes e Gentio: Cacheu na encruzilhada de civilizações**, Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), 1993. p. 99-117.
- VIEIRA, João Bernardo. Amílcar Cabral e a luta de libertação nacional e social em África. In: **Jornal Nô Pintcha**. Bissau: Imprensa Nacional. II Simpósio Internacional Amílcar Cabral, 30 mar. 1983, p. 5.
- VUBO YENSHU, Emmanuel. On the viability of associational life in traditional society and home-based associations. **CODESRIA**. Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África 2008. Disponível em: <<http://www.codesria.org/spip.php?page=recherche&recherche=civil+society>>. Acessado em: 12 de janeiro de 2014.
- WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. A política como vocação. São Paulo: Cultrix, 1970. 124 pgs.
- YOUNG, M. Iris. Comunicação e o outro: Além da democracia deliberativa. In: SOUZA, Jessé (org) **Democracia hoje**.

- Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UnB, 2001, p. 364-386.
- WACQUANT, Löic J. D. Positivismo. In: BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, W. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 592-596.
- WIKIPÉDIA. **Divisão administrativa de Cabo Verde**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Divis%C3%A3o_administrativa_de_Cabo_Verde>. Acesso em: 15 de junho de 2012.





Título CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU
As Relações entre a Sociedade Civil e o Estado
Autor Ricardino Jacinto Dumas Teixeira
Projeto Gráfico Bruna Andrade
Capa Bruna Andrade
Créditos da Capa (ilustração) Bruna Andrade
Créditos da Capa (textura) <http://www.vasarenar.com>
Revisão de Texto Fabiana Moes

Formato 15,5 x 22,0 cm
Fontes Sabon LT Std, Seravek
Papel Offset 75 g/m2 (miolo)
Triplex 250 g/m2 (capa)

Tiragem 400 exemplares - setembro 2015
Impressão e Acabamento Oficina Gráfica da UFPE
Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20, Várzea
Recife, PE | CEP: 50.740-530
Fone: (0xx81) 2126.8397 | Fax: (0xx81) 2126.8395
www.ufpe.br/edufpe | livraria@edufpe.com.br